PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

Vara da Fazenda Pública de Jaguariaíva

Processo 0000545-75.2002.8.16.0100

Comarca: Jaguariaíva

Data de 16/08/2002 **Situação:** Público

Classe 1116 - Execução Fiscal

Assunto Principal: 6017 - Dívida Ativa (Execução Fiscal)

Data Distribuição: 16/08/2002 **Tipo Distribuição:** Encaminhamento

Sequencial: 6020 **Juiz:** Giovane Rymsza

Parte(s) do

Tipo: Promovente
Nome: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)
Data de Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 00.394.460/0001-41
Filiação: Não informada

Tipo: Promovido
Nome: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Data de Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** Não cadastrado
Filiação: Não informada

Advogado(s) da Parte

21593N-PR Marcelo Vanzelli

Tipo: Terceiro
Nome: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Data de 24/08/1957 **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 00.360.305/0001-04
Filiação: Não informada

Advogado(s) da Parte

73691N-PR CAROLINA FRANCO RODRIGUES LAIDANE
40566N-PR GUSTAVO FRANCO RODRIGUES

Data: 16/07/2015
Movimentação: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO
Complemento: DIGITALIZAÇÃO DO PROCESSO
Por: Adriane Xavier da Silva

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição
- Petição
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

02
9

96/2002
Fls: 84

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JAGUARIAIVA - PR
Certifico que recebi a petição e/ou documento.
15 AGO. 2002
Protocolado às 14:30hs.
ESCRIVÃ
VARA DO CÍVEL E ANEXOS

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de JAGUARIAIVA /PR

A UNIÃO, pelo Procurador da Fazenda Nacional que esta subscreve, com fundamento na Lei nº.6.830/80, vem propor contra **JAIRO GRACIANO DE SOUZA,** inscrito no Cadastro **GERAL DE CONTRIBUINTES** sob o nº **81175218/0001-89,** domiciliado na **AV ANTONIO CUNHA, 106 TERREO, CENTRO, JAGUARIAIVA, CEP 84200-000.**

EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA

consubstanciada na(s) certidão(ões) de inscrição em Dívida Ativa nº(s) **90 6 02 001188-81, 90 6 02 001189-62** que integra(m) a presente petição inicial.

Para tanto, requer a Vossa Excelência, na forma do art. 8º da Lei nº 6.830/80 e do artigo 172, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil:

a citação do(s) Executado(s) para pagar(em), no prazo legal, a dívida inscrita, com dedução de eventuais pagamentos parciais, devidamente atualizada, acrescida de juros, encargo de Decreto-Lei nº 1.025/69, alterado pelo Decreto-Lei nº 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear(em) bens para garantir a Execução, sob pena de lhe(s) ser(em) penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem à integral satisfação da dívida;

2. a intimação do cônjuge, caso a constrição recaia sobre bens imóveis.

Dá-se à causa o valor atualizado de **R$ (28.352,00 VINTE E OITO MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS)**, consoante o disposto no artigo 6º, parágrafo 4º, da Lei de Execução Fiscal que corresponde ao valor consolidado da dívida.

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Jaguariaíva
Reg. 130102
Livro 02 Fls. -
16/08/2002
Distribuidor
DISTRIBUIDOR JUDICIAL

Termos em que,
pede deferimento.

Curitiba, 08 de Julho de 2002

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
Ademar Yoshiaki Hirooka
Procurador da Faz. Nacional
Mat. SIPE 81.920

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

09

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADDRIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
001 / 023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICD que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **80 6 02 001188-81**, da série **80/2002** desde **06/03/2002**, **JAIRO GRACIANO DE SOUZA** inscrito no Cadastro **GERAL DE CONTRIBUINTES**, sob o número **81175218/0001-89**, com domicílio fiscal na **AV. ANTONIO CUNHA 106, TERREO, CENTRO, JAGUARIAIVA, CEP 84200-000**, é devedor à União da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**.

Nº do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
10940 401142/00-06	INSCRICAO SEM TOTALIZACAO DEBITOS COM PADROES MONETARIOS DIFERENTES	UFIR 4.743,41

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS

EM ANEXO

A dívida discriminada, apurada no processo administrativo de número acima indicado, foi regularmente inscrita nesta Procuradoria da Fazenda Nacional e está sujeita, até a data de seu efetivo pagamento, à atualização monetária (Lei nº 7799/89, art. 61, alterada pela Lei nº 8383/91, art. 54), aos juros de mora (Decreto-lei nº 2323/87, art. 16,com as modificações do Decreto-lei nº 2331/87,art. 6º; Lei nº 8177/91, art. 9º; Lei nº 8218/91, arts. 3º e 30; Lei nº 8383/91,art. 54, parágrafos 1º e 2º; Lei nº 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8º (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei nº 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições), encargo de 20% (vinte por cento), previsto no Decreto-lei nº 1025/69,art. 1º; no Decreto-lei nº 1645/78, art. 3º, na Lei nº 7799/89, art. 64, parágrafo 2º e na Lei nº 8383/91, art. 57, parágrafo 2º.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002.

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0262090

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
002 / 023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10940 401142/00-06	90 6 02 001188-81

origem					nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
051994	CONTRIBUIC AO	30/06/1994	01/07/1994	01/07/1994	CR$ 47.272,89 UFIR 31,13
fundamentação legal	L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.				
forma de constituição do crédito		notificação			
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997			

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
051994	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	CR$ 9.454,53 UFIR 6,22
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

origem					nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
061994	CONTRIBUIC AO	29/07/1994	01/08/1994	01/08/1994	R$ 43,43 UFIR 72,44
fundamentação legal	L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.				
forma de constituição do crédito		notificação			
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997			

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0262091

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

06

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
004 / 023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10940 401142/00-06	90 6 02 021188-61

origem					nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
081994	CONTRIBUIC AO	30/09/1994	04/10/1994	04/10/1994	R$ 52,11 UFIR 82,95
fundamentação legal	L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.				
forma de constituição do crédito		notificação			
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997			

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
081994	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	R$ 10,42 UFIR 16,79
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 8,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

origem					nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
091994	CONTRIBUIC AO	31/10/1994	01/11/1994	01/11/1994	R$ 90,41 UFIR 142,32
fundamentação legal	L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.				
forma de constituição do crédito		notificação			
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997			

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA MEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0262093

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
005 / 023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10940 401142/00-06	80 6 02 001188-81

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
091994	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	R$ 18,08 UFIR 28,66
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2322/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

origem					nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
101994	CONTRIBUIC AO	30/11/1994	01/12/1994	01/12/1994	R$ 93,00 UFIR 144,67
fundamentação legal	L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,2,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,2;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.				
forma de constituição do crédito		notificação			
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997			

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
101994	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	R$ 18,60 UFIR 28,93
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2322/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0262094

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

08

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
006 / 023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10940 401142/00-06	90 6 02 001188-81

origem					nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
111994	CONTRIBUIC AO	28/12/1994	02/01/1995	02/01/1995	R$ 92,52 UFIR 141,31
fundamentação legal	L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 2,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.				
forma de constituição do crédito		notificação			
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997			

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
111994	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	R$ 18,70 UFIR 28,26
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 22; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 2,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

origem					nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
121994	CONTRIBUIC AO	31/01/1995	01/02/1995	01/02/1995	R$ 53,62 UFIR 79,23
fundamentação legal	L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 2,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.				
forma de constituição do crédito		notificação			
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997			

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0262095

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

03

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
007 / 023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10940 401142/00-06	90 6 02 001188-81

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					R$ 10,72
121994	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	UFIR 15,84
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

origem					nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					R$ 81,01
011995	CONTRIBUIC AO	24/02/1995	25/02/1995	01/03/1995	UFIR 119,71
fundamentação legal	L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,8 8,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.				
forma de constituição do crédito		notificação			
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997			

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					R$ 24,30
011995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	UFIR 35,91
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0262096

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
008 / 023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10940 401142/00-06	90 6 02 001188-61

origem					nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
021995	CONTRIBUIC AO	31/03/1995	01/04/1995	03/04/1995	R$ 88,16 UFIR 130,27
fundamentação legal	L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 20;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.				
forma de constituição do crédito		notificação			
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997			

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
021995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 26,44 UFIR 39,08
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 22; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

origem					nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
031995	CONTRIBUIC AO	28/04/1995	28/04/1995	02/05/1995	R$ 94,23 UFIR 122,43
fundamentação legal	L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 20;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.				
forma de constituição do crédito		notificação			
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997			

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0262097

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
009 / 023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10940 401142/00-06	80 6 02 001188-61

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
031995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 28,26 UFIR 40,02
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

origem					nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
041995	CONTRIBUIC AO	31/05/1995	01/06/1995	01/06/1995	R$ 123,40 UFIR 174,76
fundamentação legal	L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,42,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,2,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,8, 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.				
forma de constituição do crédito		notificação			
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997			

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
041995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 37,02 UFIR 52,48
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0262098

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
010 / 023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10940 401142/00-06	90 6 02 001188-81

origem: LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO — **nº da decl./notif.:** 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
051995	CONTRIBUIC AO	30/06/1995	01/07/1995	03/07/1995	R$ 68,42 UFIR 98,31

fundamentação legal: L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

origem: MULTA DE MORA - 30 POR CENTO — **nº da decl./notif.:**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
051995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 20,82 UFIR 29,48

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 22; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,11;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito	notificação

origem: LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO — **nº da decl./notif.:** 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
061995	CONTRIBUIC AO	31/07/1995	01/08/1995	01/08/1995	R$ 68,27 UFIR 98,35

fundamentação legal: L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0262099

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

13
9

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
011 / 023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
80 6 02 001188-61

origem: **MULTA DE MORA - 30 POR CENTO** | nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
061995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 17,78 UFIR 23,50

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito | notificação

origem: **LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO** | nº da decl./notif.: **00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
071995	CONTRIBUIC AO	31/08/1995	01/09/1995	01/09/1995	R$ 81,84 UFIR 121,41

fundamentação legal: L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 2;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,2,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,8,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.

forma de constituição do crédito: **TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA** | notificação: **PESSOAL EM 31/03/1997**

origem: **MULTA DE MORA - 30 POR CENTO** | nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
071995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 27,55 UFIR 38,42

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito | notificação

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0262100

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

14

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
012 / 023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10940 401142/00-06	90 6 02 001188-81

origem					nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
081995	CONTRIBUIC AO	29/09/1995	30/09/1995	02/10/1995	R$ 28,60 UFIR 37,81
fundamentação legal	L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 2,9;L 8218/91 A 30;L 8382/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.				
forma de constituição do crédito		notificação			
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997			

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
081995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 8,58 UFIR 11,34
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,11;L 8383/91 A 69;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

origem					nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
091995	CONTRIBUIC AO	31/10/1995	01/11/1995	01/11/1995	R$ 44,40 UFIR 58,83
fundamentação legal	L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 2,9;L 8218/91 A 30;L 8382/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.				
forma de constituição do crédito		notificação			
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997			

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0262101

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
013 / 023

95

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10940 401142/00-06	90 6 02 001188-61

origem: **MULTA DE MORA - 30 POR CENTO** — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
091995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 12,32 UFIR 18,74

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito	notificação

origem: **LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO** — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
101995	CONTRIBUIC AO	30/11/1995	01/12/1995	01/12/1995	R$ 84,80 UFIR 106,63

fundamentação legal: L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 2;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,8;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,2,7,16,28,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,A 6,48,49,50,51,62;LC 70/91 A 9,11.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

origem: **MULTA DE MORA - 30 POR CENTO** — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
101995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 25,44 UFIR 31,98

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito	notificação

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0262102

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

16
8

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
014 / 023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10940 401142/00-06	90 6 02 001188-81

origem: LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
111995	CONTRIBUIC AO	29/12/1995	30/12/1995	02/01/1996	R$ 82,83 UFIR 104,16

fundamentação legal: L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,18,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 8,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.

forma de constituição do crédito: TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA — notificação: PESSOAL EM 31/03/1997

origem: MULTA DE MORA - 30 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
111995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 24,84 UFIR 31,24

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito: — notificação:

origem: LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
121995	CONTRIBUIC AO	31/01/1996	01/02/1996	01/02/1996	R$ 20,15 UFIR 26,38

fundamentação legal: L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,18,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 8,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.

forma de constituição do crédito: TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA — notificação: PESSOAL EM 31/03/1997

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0262103

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

17

Folha
015 / 029

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10940 401142/00-06	80 6 02 001188-61

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
121995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 9,04 UFIR 10,91
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

origem					nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
011996	CONTRIBUIC AO	29/02/1996	01/03/1996	01/03/1996	R$ 55,34 UFIR 106,80
fundamentação legal	L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 2;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,28,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,2,7,15,88,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.				
forma de constituição do crédito	TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	notificação	PESSOAL EM 31/03/1997		

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
011998	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 26,60 UFIR 31,98
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0262104

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
016 / 023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-08

Nº de Inscrição
90 6 02 001188-81

origem					nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
021996	CONTRIBUIC AO	29/03/1996	30/03/1996	01/04/1996	R$ 32,35 UFIR 38,08
fundamentação legal	L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 2,9;L 8218/91 A 20;L 8383/91 A 1,36,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.				
forma de constituição do crédito			notificação		
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA			PESSOAL EM 31/03/1997		

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
021998	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 9,70 UFIR 11,70
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 32; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 2,II;L 8383/91 A 99;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito			notificação		

origem					nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
031996	CONTRIBUIC AO	30/04/1996	01/05/1996	02/05/1996	R$ 57,39 UFIR 68,26
fundamentação legal	L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 2,9;L 8218/91 A 20;L 8383/91 A 1,36,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.				
forma de constituição do crédito			notificação		
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA			PESSOAL EM 31/03/1997		

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0262105

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
017 / 023

19

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
80 6 02 001188-81

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
031996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 17,21 UFIR 30,77
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

origem					nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
041996	CONTRIBUIC AO	31/05/1996	01/06/1996	03/06/1996	R$ 84,28 UFIR 101,70
fundamentação legal	L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 6;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,28,42,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,2,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,8 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.				
forma de constituição do crédito		notificação			
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997			

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
041996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 35,28 UFIR 30,61
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0262106

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
80 6 02 001188-61

origem
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO

nº da decl./notif.
000000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
051996	CONTRIBUIC AO	28/06/1996	28/06/1996	01/07/1996	R$ 101,88 UFIR 122,31

fundamentação legal: L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 2,9;L 8218/91 A 20;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.

forma de constituição do crédito: TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
notificação: PESSOAL EM 31/03/1997

origem
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
051996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 30,40 UFIR 36,89

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 22; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito:
notificação:

origem
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO

nº da decl./notif.
000000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
061996	CONTRIBUIC AO	31/07/1996	01/08/1996	01/08/1996	R$ 88,17 UFIR 74,78

fundamentação legal: L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 2,9;L 8218/91 A 20;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.

forma de constituição do crédito: TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
notificação: PESSOAL EM 31/03/1997

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0262107

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

Folha
019 / 023

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
80 6 02 081188-61

origem: MULTA DE MORA - 30 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
061996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 19,85 UFIR 22,43

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito | notificação

origem: LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
071998	CONTRIBUIC AO	30/08/1996	31/08/1996	02/09/1998	R$ 172,81 UFIR 194,99

fundamentação legal: L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,8;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,42,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,2,7,15,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 8,11.

forma de constituição do crédito: TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA | notificação: PESSOAL EM 31/03/1997

origem: MULTA DE MORA - 30 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
071998	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 61,75 UFIR 69,49

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito | notificação

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

23

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10940 401142/00-06	90 6 02 001188-81

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
091996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 47,89 UFIR 54,13
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

origem					nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
101996	CONTRIBUIC AO	29/11/1996	30/11/1996	02/12/1996	R$ 220,80 UFIR 249,87
fundamentação legal	L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,2,7,15,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,8,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 8,11.				
forma de constituição do crédito	TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	notificação	PESSOAL EM 31/03/1997		

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
101996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 66,24 UFIR 74,87
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Folha
022 / 023

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
90 6 02 001188-61

origem: LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
111996	CONTRIBUIC AO	30/12/1996	31/12/1996	02/01/1997	R$ 207,17 UFIR 234,16

fundamentação legal: L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.

forma de constituição do crédito: TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA — notificação: PESSOAL EM 31/03/1997

origem: MULTA DE MORA - 30 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
111996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 62,15 UFIR 70,24

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 32; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito: — notificação:

origem: LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
121996	CONTRIBUIC AO	31/01/1997	01/02/1997	03/02/1997	R$ 160,92 UFIR 176,67

fundamentação legal: L 7689/88 A 1A5;L 7787/89 A 8;L 7799/89 A 42,61; L 7856/89 A 2;L 8003/90 A 3;L 8034/90 A 2;L 8177 /91 A 3,9;L 8218/91 A 30;L 8383/91 A 1,38,43,44, 54,71,86,87;L 8541/92 A 1,3,7,16,38,39;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5,6,57A59,97;L 9069/95 A 1,5,3 6,48,49,50,61,62;LC 70/91 A 9,11.

forma de constituição do crédito: TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA — notificação: PESSOAL EM 31/03/1997

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDAM VCF6X 23B9E VD6YK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262111

Folha
023 / 023

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
90 6 02 001188-81

origem
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
121996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 48,27 UFIR 62,00

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3.II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito | notificação

origem

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito

fundamentação legal

forma de constituição do crédito | notificação

origem

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito

fundamentação legal

forma de constituição do crédito | notificação

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262112

Consulta Inscrição - Informações Gerais

Pag . 1/1

Data: 04/07/2002

Parâmetro: 90602001188
Número de Inscrição: 90 6 02 001188-81 Número do Processo: 10940 401142/00-06
CPF/CNPJ: 81175218/0001-89
Devedor Principal: JAIRO GRACIANO DE SOUZA

Sit.: ATIVA AJUIZADA
Série: DO
Número Judicial:
COMARCA-JAGUARIAIVA
Data da Inscrição: 06/03/2002
Data da Falência:

Quantidade de Débitos: 0032 Quantidade de Pagamentos: 0000
Quantidade de Devedores: 0001 Quantidade de Parcelamentos: 0000

Valor Inscrito: UFIR 4.743,41
Valor Remanescente : UFIR 4.743,41
Valor Consolidado: R$ 9.720,16

Órg de Origem:
Receita: DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
No. do Auto de Infracao:
Data da Devolução/Arquivamento: Data da Extinção:
Natureza da Dívida: NAO FISCAL

Procuradoria de Inscrição: PARANA
Procuradoria Responsável: PARANA

Motivo Extinção:

I M P R E S S Ã O E N C E R R A D A

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

27
0

MINISTÉRID DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
001 / 021

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **90 6 02 001189-62**, da série **DO/2002** desde **08/03/2002**, inscrito no Cadastro **JAIRO GRACIANO DE SOUZA GERAL DE CONTRIBUINTES**, sob o número **81175218/0001-89**, com domicílio fiscal na **AV. ANTONIO CUNHA 106, TERREO, CENTRO, JAGUARIAIVA, CEP 84200-000**, é devedor à União da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**.

Nº do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
10940 401142/00-06	R$ 7.352,87	UFIR 9.178,80

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS

EM ANEXO

A divida discriminada, apurada no processo administrativo de número acima indicado, foi regularmente inscrita nesta Procuradoria da Fazenda Nacional e está sujeita, até a data de seu efetivo pagamento, à atualização monetária (Lei nº 7799/89, art. 61, alterada pela Lei nº 8383/91, art. 54), aos juros de mora (Decreto-lei nº 2323/87, art. 16,com as modificações do Decreto-lei nº 2331/87,art. 6º; Lei nº 8177/91, art. 9º; Lei nº 8218/91, arts. 3º e 3D; Lei nº 8383/91,art. 54, parágrafos 1º e 2º; Lei nº 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8º (redação da MP 111D/95, art. 16 e reedições); Lei nº 9D65/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições), encargo de 20% (vinte por cento), previsto no Decreto-lei nº 1D25/69,art. 1º; no Decreto-lei nº 1645/78, art. 3º, na Lei nº 7799/89, art. 64, parágrafo 2º e na Lei nº 8383/91, art. 57, parágrafo 2º.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002.

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262140

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
002 / 021

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10840 401142/00-06

Nº de Inscrição
80 6 02 001188-62

origem					nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
071994	CONTRIBUIC AO	05/08/1994	08/08/1994	01/09/1994	R$ 2,54 UFIR 4,29

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
071994	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	R$ 0,80 UFIR 0,85

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 22; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito	notificação

origem					nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
081994	CONTRIBUIC AO	09/09/1994	12/09/1994	04/10/1994	R$ 104,22 UFIR 107,90

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262141

29

Folha
003 / 021

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
80 6 02 001188-62

origem: MULTA DE MORA - 20 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
081994	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	R$ 20,84 / UFIR 33,58

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito | notificação

origem: CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
091994	CONTRIBUIC AO	10/10/1994	11/10/1994	01/11/1994	R$ 180,83 / UFIR 286,86

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,9;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito: TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA | notificação: PESSOAL EM 31/03/1997

origem: MULTA DE MORA - 20 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
091994	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	R$ 36,18 / UFIR 57,33

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito | notificação

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262142

38

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
004 / 021

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
80 6 02 001188-62

origem
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

nº da decl./notif.
000000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
101994	CONTRIBUIC AO	10/11/1994	11/11/1994	01/12/1994	R$ 188,01 UFIR 289,37

fundamentação legal L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
101994	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	R$ 37,20 UFIR 57,87

fundamentação legal DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito	notificação

origem
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

nº da decl./notif.
000000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
111994	CONTRIBUIC AO	09/12/1994	12/12/1994	02/01/1995	R$ 187,05 UFIR 282,63

fundamentação legal L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262143

31

folha
005 / 021

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.: 10940 401142/00-06

Nº de Inscrição: 80 6 02 001188-62

origem					nº da decl./notif.	
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO						
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito	
111994	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	R$ 37,41	UFIR 58,52
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.					
forma de constituição do crédito		notificação				

origem					nº da decl./notif.	
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS					00000000000000000	
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito	
121994	CONTRIBUIC AO	10/01/1995	11/01/1995	01/02/1995	R$ 107,25	UFIR 158,48
fundamentação legal	L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.					
forma de constituição do crédito		notificação				
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997				

origem					nº da decl./notif.	
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO						
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito	
121994	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	R$ 21,45	UFIR 31,69
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.					
forma de constituição do crédito		notificação				

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262144

Folha
006 / 021

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
80 6 02 001188-62

origem: CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
011995	CONTRIBUIC AO	10/02/1995	11/02/1995	01/03/1995	R$ 182,04 UFIR 289,45

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

origem: MULTA DE MORA - 30 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
011995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 46,81 UFIR 71,83

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito	notificação

origem: CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
021995	CONTRIBUIC AO	10/03/1995	11/03/1995	03/04/1995	R$ 178,33 UFIR 280,67

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRYSTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262145

33

Folha
007 / 021

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
80 6 02 001189-62

origem: MULTA DE MORA - 30 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
021995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 62,89 UFIR 78,17

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito | notificação

origem: CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
021995	CONTRIBUIC AO	10/04/1995	11/04/1995	02/06/1995	R$ 188,44 UFIR 266,87

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito: TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA | notificação: PESSOAL EM 31/09/1997

origem: MULTA DE MORA - 30 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
031995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 58,53 UFIR 80,00

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito | notificação

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262146

Folha
008 / 021.

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
80 6 02 001188-62

origem: CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
041995	CONTRIBUIC AO	10/05/1995	11/05/1995	01/06/1995	R$ 248,81 UFIR 349,53

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

origem: MULTA DE MORA - 30 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
041995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 74,04 UFIR 104,05

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 22; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito	notificação

origem: CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
051995	CONTRIBUIC AO	09/06/1995	10/06/1995	03/07/1995	R$ 138,66 UFIR 199,64

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262147

35

Folha
009 / 021

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-08

Nº de Inscrição
80 6 02 001188-62

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
051995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 41,65 UFIR 58,09
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

origem					nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
061995	CONTRIBUIC AO	10/07/1995	11/07/1995	01/08/1995	R$ 118,85 UFIR 158,72
fundamentação legal	L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 6 ,8,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.				
forma de constituição do crédito		notificação			
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997			

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
061995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 35,58 UFIR 47,01
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262148

360

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

Folha
010 / 021

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
90 6 02 001188-82

origem					nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
071995	CONTRIBUIC AO	10/08/1995	11/08/1995	01/09/1995	R$ 183,69 UFIR 242,64

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
071995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 55,10 UFIR 72,85

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito	notificação

origem					nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
081995	CONTRIBUIC AO	08/09/1995	09/09/1995	02/10/1995	R$ 57,20 UFIR 75,62

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262149

37 a

Folha
011 / 021

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
90 6 02 001185-62

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
081995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 17,16 UFIR 22,68
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

origem					nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
091995	CONTRIBUIC AO	10/10/1995	11/10/1995	01/11/1995	R$ 85,80 UFIR 111,87
fundamentação legal	L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.				
forma de constituição do crédito		notificação			
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997			

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
091995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 25,64 UFIR 32,50
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262150

38

Folha
012 / 021

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
90 6 02 001188-62

origem: CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS — nº da decl./notif.: 000000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
101995	CONTRIBUIC AO	10/11/1995	11/11/1995	01/12/1995	R$ 189,60 UFIR 213,27

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito: TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
notificação: PESSOAL EM 31/03/1997

origem: MULTA DE MORA - 30 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
101995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 50,88 UFIR 63,98

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2333/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito:
notificação:

origem: CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS — nº da decl./notif.: 000000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
111995	CONTRIBUIC AO	06/12/1995	09/12/1995	02/01/1996	R$ 165,88 UFIR 208,62

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito: TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
notificação: PESSOAL EM 31/03/1997

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262151

39
20

Folha
013 / 021

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
80 6 02 001188-82

origem: MULTA DE MORA - 30 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
111995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 49,69 UFIR 82,49

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito	notificação

origem: CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
121995	CONTRIBUIC AO	10/01/1996	11/01/1996	01/02/1996	R$ 60,20 UFIR 72,76

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

origem: MULTA DE MORA - 30 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
121995	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 15,09 UFIR 21,83

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito	notificação

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262152

Folha
014 / 021

95

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
80 6 02 001155-62

origem
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

nº da decl./notif.
000000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
011996	CONTRIBUIC AO	09/02/1996	10/02/1996	01/03/1996	R$ 184,04 UFIR 222,08

fundamentação legal L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

origem
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
011996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 55,21 UFIR 66,82

fundamentação legal DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 2,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito	notificação

origem
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

nº da decl./notif.
000000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
021996	CONTRIBUIC AO	06/03/1996	09/03/1996	01/04/1996	R$ 67,40 UFIR 81,33

fundamentação legal L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262153

Folha
015 / 021

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
80 6 02 001189-62

origem: MULTA DE MORA - 30 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de: atualização monetária	termo inicial de: juros de mora	valor inscrito
021996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 20,22 UFIR 24,89

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito | notificação

origem: CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de: atualização monetária	termo inicial de: juros de mora	valor inscrito
021996	CONTRIBUIC AO	10/04/1996	11/04/1996	02/05/1996	R$ 119,56 UFIR 144,27

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito: TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA | notificação: PESSOAL EM 31/03/1997

origem: MULTA DE MORA - 30 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de: atualização monetária	termo inicial de: juros de mora	valor inscrito
031996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 35,65 UFIR 42,28

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito | notificação

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262154

42

Folha
016 / 021

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
90 6 02 001189-62

origem			nº da decl./notif.		
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS			00000000000000000		
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
041996	CONTRIBUIC AO	10/05/1996	11/05/1996	03/06/1996	R$ 175,58 UFIR 211,87

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

origem			nº da decl./notif.		
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
041996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 52,87 UFIR 63,86

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 98;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito	notificação

origem			nº da decl./notif.		
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS			00000000000000000		
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
051996	CONTRIBUIC AO	10/06/1996	11/06/1996	01/07/1996	R$ 211,18 UFIR 254,83

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262155

Folha
017 / 021

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
80 6 02 001159-82

origem: MULTA DE MORA - 30 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
051996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 62,35 UFIR 78,44

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito	notificação

origem: CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
061996	CONTRIBUIC AO	10/07/1996	11/07/1996	01/08/1996	R$ 137,86 UFIR 155,82

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

origem: MULTA DE MORA - 30 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
061996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 41,35 UFIR 46,74

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito	notificação

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA MEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262156

49

Folha
018 / 021

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
80 6 02 001169-82

origem: CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
071996	CONTRIBUIC AO	09/08/1996	10/08/1996	02/09/1996	R$ 359,40 UFIR 408,23

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

origem: MULTA DE MORA - 30 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
071996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 107,82 UFIR 121,86

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito	notificação

origem: CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
081996	CONTRIBUIC AO	10/09/1996	11/09/1996	01/10/1996	R$ 299,53 UFIR 338,87

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito	notificação
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 31/03/1997

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.2 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262157

Folha
019 / 021

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
80 6 02 001188-62

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
081996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 89,88 UFIR 101,60
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

origem					nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
091996	CONTRIBUIC AO	10/10/1996	11/10/1996	01/11/1996	R$ 232,60 UFIR 275,94
fundamentação legal	L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.				
forma de constituição do crédito		notificação			
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997			

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
091996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 99,75 UFIR 112,78
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ537 DZEC7 EKRM7 YL89U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262158

46
0

Folha
020 / 021

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10940 401142/00-06

Nº de Inscrição
90 6 02 001189-62

origem: CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
101996	CONTRIBUIC AO	06/11/1996	09/11/1996	02/12/1996	R$ 460,00 UFIR 518,95

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito: TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA — notificação: PESSOAL EM 31/03/1997

origem: MULTA DE MORA - 30 POR CENTO — nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
101996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 138,00 UFIR 155,98

fundamentação legal: DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.

forma de constituição do crédito: — notificação:

origem: CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS — nº da decl./notif.: 00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
111996	CONTRIBUIC AO	10/12/1996	11/12/1996	02/01/1997	R$ 431,60 UFIR 487,84

fundamentação legal: L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,6,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.

forma de constituição do crédito: TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA — notificação: PESSOAL EM 31/03/1997

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262159

Folha
021 / 021

47
0

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PARANA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10940 401142/00-06	90 6 02 001189-62

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
111996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 129,48 UFIR 146,35
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

origem					nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS					00000000000000000
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
121996	CONTRIBUIC AO	10/01/1997	11/01/1997	03/02/1997	R$ 235,26 UFIR 266,09
fundamentação legal	L 8383/91 A 1,2,53;L 8850/94 A 2,3;L 8981/95 A 5 ,8,84;L 9069/95 A 57;LC 70/91.				
forma de constituição do crédito		notificação			
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		PESSOAL EM 31/03/1997			

origem					nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 30 POR CENTO					
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
121996	MULTA MORA 30 P/CENTO	-	-	-	R$ 100,57 UFIR 110,42
fundamentação legal	DL 2287/86 A 3;DL 2323/87 A 15;L 7738/89 A 23; L 7799/89 A 74;L 8218/91 A 3,II;L 8383/91 A 59;L 8 981/95 A 84,II,C.				
forma de constituição do crédito		notificação			

CURITIBA , 27 DE MAIO DE 2002

CRISTINA LUISA HEDLER
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

0262160

49

Consulta Inscrição - Informações Gerais

Pag . 1/1

)ata: 04/07/2002

)arâmetro: 90602001189
Número de Inscrição: 90 6 02 001189-62 Número do Processo: 10940 401142/00-06
:PF/CNPJ: 81175218/0001-89
)evedor Principal: JAIRO GRACIANO DE SOUZA

Sit.: ATIVA AJUIZADA
Série: DO
Número Judicial:
COMARCA-JAGUARIAIVA
Data da Inscrição: 06/03/2002
Data da Falência:

Quantidade de Débitos: 0030 Quantidade de Pagamentos: 0000
Quantidade de Devedores: 0001 Quantidade de Parcelamentos: 0000

Valor Inscrito: R$ 7.252,87 UFIR 9.176,60
Valor Remanescente : R$ 7.252,87 UFIR 9.176,60
Valor Consolidado: R$ 18.631,84

Órg de Origem:
Rec a: DIV.ATIVA-COFINS
No. o Auto de Infracao:
Dat la Devolução/Arquivamento: Data da Extinção:
Natureza da Dívida: NAO FISCAL

Procuradoria de Inscrição: PARANA
Procuradoria Responsável: PARANA

Motivo Extinção:

I M P R E S S Ã O E N C E R R A D A

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

49
82

C E R T I D Ã O

Certifico que os presentes autos encontram-se devidamente registrados no livro próprio deste cartório sob o nº 096/2002 às fls.84, não tendo sido efetuado o depósito inicial das custas no valor de R$ 311,50 –correspondente em 2.966,66 VRC e no percentual de 50 %, em virtude de tratar-se de ( ) Justiça Gratuita, ( ) Diligência do Juízo ou (x) Execução Fiscal, conforme dispõe o item 2.7.3 do Código de Normas.
Dou fé.
Jaguariaíva, 16.08.2002

Rosane Aparecida de Barros.
Escrivã

CONCLUSÃO

Aos 19 de Agosto de 2.002, faço conclusos estes autos ao Mm. Juiz de Direito Exmº. Sr. Dr. **MARCOS VINICIUS CHRISTO.**

Rosane Aparecida de Barros
Escrivã

Autos n º 096/2002

1- Cite-se o devedor para pagar em cinco dias ou nomear bens à penhora.
2- Para o caso de pronto pagamento, arbitro os honorários advocatícios em R$1.000,00 (mil reais), na forma do art. 20 do CPC.
3- Intimem-se.
Em 19 de Agosto de 2002.

MARCOS VINICIUS CHRISTO
JUIZ DE DIREITO

RECEBIMENTO

Aos 19 de Agosto de 2.002, recebi estes autos do Mm. Juiz de Direito Exmº. Sr. Dr. **MARCOS VINICIUS CHRISTO** com o despacho supra. Dou fé.

Rosane Aparecida de Barros
Escrivã

C E R T I D Ã O

Certifico que expedimos competente mandado para citação do Santos Andrade entregando-o ao Oficial de Justiça
Dou fé. Jaguariaíva 19/09/02.

ROSANE APARECIDA DE BARROS - Escrivã

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

VARA CÍVEL E ANEXOS
Faço junto a estes autos a(s) petição; ( ) documento(s); ( ) mandado nº(s) ( ) ofício(s) nº(s) ( ) outros ( ) A.R.; que dou fé.
21 OUT 2002
ROSANE APARECIDA DE BARROS
ESCRIVÃ

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Laércio A. dos Santos
Advogado
Rua Major Tomaz, 158 - CEP 84.935-000 - Caixa Postal n.º 003 - Telefax: (043) 860.1312 – Tomazina - Pr
E-mail: adv.laercio@netsiq.com.br

26

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA. JAGUARIAÍVA – PR.

Jairo Graciano de Souza,

Brasileiro, casado, do comércio, portador do CIC/mf. n.º 931.333.408/90 e da CI. rg. n.º 8.909.102-SP, residente e domiciliado em Jaguariaíva-Pr, por intermédio do advogado signatário, inscrito na OAB/Pr. sob n.o. 6576, com escritório profissional sito à R. Major Tomaz, 158, em TOMAZINA-PR., nos autos da AÇÃO EXECUTIVA FISCAL n.º 0096/2002, proposta pela FAZENDA NACIONAL, vem nomear à penhora o seguinte bem: Lote 17 da quadra 41, do blaneário Praia do Imperador, distrito de Itapoá, medindo 384,00 m2 (trezentos e oitenta e quatro metros quadrados), objeto da matrícula n.º 53.001, de 20.06.88, do CRI 1.ª circunstrição de Joinville – SC, avaliado estimativamente em R$. 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais).

Assim sendo, com o incluso instrumento de procuração e, protestando por ulterior cumprimento do disposto no art. 656, parágrafo único/CPC.

N.T.P.E.D.

TOMAZINA/JAGUARIAÍVA, 18.10.02.

p.p.

Laércio A. dos Santos
Advogado

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

28

Escritório de Advocacia

Laércio Ademir dos Santos

Procuração "Ad Judicia"

Outorgante (s): JAIRO GRACIANO DE SOUZA, brasileiro, casado, do comércio, residente e domiciliado em Jaguariaíva-Pr. - - - - - - - - - - - - - - - -

Outorgado: *Dr.* ***LAÉRCIO ADEMIR DOS SANTOS,*** *brasileiro, casado, advogado devidamente inscrito na OAB/Pr. sob nº. 6576, com escritório profissional sito à Rua Major Tomaz, 158, na cidade e Comarca de Tomazina-Pr., onde recebe avisos e intimações.*

Fins e Poderes: *Promover a defesa dos direitos e interesses do (s) Outorgante (s) em qualquer foro, órgão ou instância, concedendo-lhe os poderes em geral para o foro, os da cláusula* ad-judicia, *os especiais para desistir, transigir, dar recibos e quitações, fazer acordo, renunciar, substabelecer total ou parcialmente, podendo enfim praticar todos os atos judiciais e extrajudiciais necessários ao bom desempenho do presente mandato.*

TOMAZINA/PR.,

JAIRO GRACIANO DE SOUZA

CIC. 931.333.408-91

RG. 8.908.102 S.P.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

VARA CÍVEL E ANEXOS
Faço JUNTADA
( ) petição; ( ) documento(s); ( ) A.R.;
nº 1/102 a estes autos (✓) mandado
( ) outros ( ) ofício(s) nº(s)
que dou fé.
21 [illegible] 2002
ROSANE APARECIDA DE BARROS
ESCRIVÃ

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE JAGUARIAÍVA ESTADO DO PARANÁ
CARTÓRIO DO CÍVEL, COMÉRCIO E ANÉXOS
CRISTIANE FERREIRA DE BARROS
EMPREGADA JURAMENTADA
ROSANE APARECIDA DE BARROS
TITULAR

52

"= M=A=N=D=A=D=O D=E C=I=T=A=Ç=Ã=O Nº 11.0102 ~~0543/2~~.002

O DOUTOR MARCOS VINICIUS CHRISTO, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA ESTADO DO PARANÁ na forma da Lei, etc..-

M A N D A, a qualquer Oficial de Justiça deste r. Juizo que ao ser-lhe este apresentado, indo por mim devidamente assinado, extraído dos autos de **AÇÃO DE EXECUTIVO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA**, autuado sob n° 096/2.002 em que é exequente **FAZENDA NACIONAL** e executado **JAIRO GRACIANO DE SOUZA** em seu cumprimento dirija-se nesta e Comarca e cidade e, aí sendo **proceda** a **C=I=T=A=Ç=Ã=O** da executada/devedora **"JAIRO GRACIANO DE SOUZA"**, pessoa jurídica de direito privado, na pessoa de seu representante legal com endereço na Rua Antônio Cunha n° 106, terreo, Centro, nesta cidade e Comarca, para que no prazo de **CINCO (05)**, pague o débito no valor de R$ 28.352,00 (vinte e oito mil trezentos e cinqüenta e dois reais) devidamente corrigido, atualizado e acrescido das cominações legais, conforme cópia anexa, ou nomeie bens a penhora sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quanto bastem para a garantia da divída Art. 652 do CPC, **INTIMANDO-SE**, outrossim, para que no prazo de **TRINTA (30) DIAS**, querendo, ofereça embargos, caso de pronto pagamento os honorários advocatícios foram fixados em R$ 1.000,00 (um mil reais) na forma dos §§ 3° e 4° do artigo 20 do CPC, tudo em conformidade com o r. despacho de fl. 49 dos autos a seguir cópias em anexo. Jaguariaíva, 19 de agosto de 2002. a) **MARCOS VINICIUS CHRISTO**. Juiz de Direito. **"= CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI=". DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca, aos dezenove dias do mês de agosto de dois mil e dois. Eu Cristiane Ferreira de Barros. Empregada Juramentada do Cartório Cível, Comércio e Anéxos que o digitei e o subscreví.

MARCOS VINICIUS CHRISTO
JUIZ DE DIREITO

CFB

7.06.032

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Certidão

Certifico que em cumprimento ao
R. mandado do mm Juiz de Direito
e ali me dirigi nesta cidade e Comarca
e citei Joino Graciano de Souza, o qual
após a leitura do mandado e dou a fé
nota de ciente aceitou a contra fé que
lhe ofereci. Dou fé.

Paranavaí, 17 de setembro de 2002

Oficial de Justiça.

01 cd
01 cf
01 CPF

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

53

CONCLUSÃO

Aos 22 de outubro de 2.002, faço conclusos estes autos Ao MM. Juiz de Direito da Comarca Exmo Sr Dr ***MARCOS VINICIUS CHRISTO***

ROSANE APARECIDA DE BARROS
Escrivã do Cível.

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA

Autos n.º 096/02

I – Intime-se o executado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, junte matrícula atualizada do imóvel.

II – Após, intime-se a exeqüente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o bem oferecido à penhora. Havendo concordância, expeça-se **termo de penhora e avaliação do bem**, providenciando a nomeação do executado como depositário e, outrossim, intimando-o para que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da juntada do mandado de intimação, querendo, ofereça embargos.

Jaguariaíva, 23 de outubro de 2002.

MARCOS VINICIUS CHRISTO
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Recebi os presentes autos do M.M. Juiz de Direito

Dou fé. Jaguariaíva 23/10/02

ROSANE APARECIDA DE BARROS - Escrivã

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

C E R T I D Ã O

CERT... da-
ment... de
Fls 52 ... ca
... 26 ...
... 23/10 ...

ROSANE APARECIDA DE BARROS
Escrivã

CERTIDÃO

CERTIFICO que as partes foram devidamente intimadas do R. despacho de fls. 52, página 109 publicado em 06/11/02, cujo prazo para resposta iniciar-se-á em: 12/11/02. Dou fé.

Jaguariaíva, 07/11/02

ROSANE APARECIDA DE BARROS - Escrivã

JUNTADA

Faço juntada a estes autos ( ) A.R., (X) petição, ( ) mandado nº ( ) documento(s), ( ) ofício(s) nº(s) ( ) outros que dou fé.

27 NOV. 2002

ROSANE APARECIDA DE BARROS
ESCRIVÃ

VARA CÍVEL E ANEXOS

CERTIDÃO

Certifico que em 23.10.02 procedi a substituição do parecer (fls. 50/51) por sua original via fax do C.N.J. .

Dou fé. Jaguariaíva, 07/11/02

ESCRIVÃ

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Advocacia

Laércio A. dos Santos

Rua Major Tomaz, 158 - CEP 84.935-000 - Cx Postal 003 - Telefax: (0**43) 563.1312 – Tomazina - Pr
E-mail: advlaercio@netsiq.com.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA. JAGUARIAÍVA – PR.

Jairo Graciano de Souza,

nos autos da **AÇÃO DE EXECUÇÃO nº. 096/2002,** proposta pela FAZENDA NACIONAL, por intermédio do advogado signatário, vem postular o seguinte:

I

A concessão do prazo de 15 dias para o cumprimento da r. determinação judicial de fls., qual seja, a juntada da matrícula atualizada do imóvel em questão.

II

Assim sendo,

N.T.P.E.D.

TOMAZINA, 20.11.2002.

p.p.

Laércio A. dos Santos
advogado

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

55

CONCLUSÃO

Aos **02** de dezembro de 2.002, faço conclusos estes autos Ao MM. Juiz de Direito da Comarca Exmo Sr Dr **MARCOS VINICIUS CHRISTO**

ROSANE APARECIDA DE BARROS
Escrivã do Cível.

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA

Autos n.º 080/02

DEFIRO o pedido retro. Após, cumpra-se o item II do despacho de fl. 52.

Jaguariaíva, 02 de dezembro de 2002.

MARCOS VINÍCIUS CHRISTO
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Recebi os presentes autos do M.M. Juiz de Direito
Dr Marcos V Christo
Dou fé Jaguariaíva, 02 / 12 / 02

ROSANE APARECIDA DE BARROS - Escrivã

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

CERTIDÃO

Certifico que até o presente
foi o executado nos um-
prim o determinado constante
no item "1" do R. despacho as fls. 52.
Dou fé. Jaguariaíva 20/12/02.

ESCRIVÃ

VARA CÍVEL E ANEXOS

Faço JUNTADA
(X) petição; ( ) documento(s); ( ) mandado
( ) outros ( ) ofício(s) nº(s) ( ) A.R.; a estes autos
que dou fé.

06 MAR. 2003

ROSANE APARECIDA DE BARROS
ESCRIVÃ

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

59

Ministério da Fazenda
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional no Paraná

EXCELENTISSIMO-(A) SENHOR-(A) DOUTOR-(A) JUIZ-(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA - ESTADO DO PARANÁ –

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JAGUARIAIVA - PR
Certifico que recebi a petição e/ou documento.
30 JAN. 2003
Protocolado às 14:20 hs.
ESCRIVÃ
VARA DO CÍVEL E ANEXOS

Execução n.º 96 / 2002
EXQTE: **FAZENDA NACIONAL**
EXCDO: .JAIRO GRACIANO DE SOUZA
CDA Nº 90 6 02 001188-81

Conforme o sistema DOI - (Declarações de Operações Imobiliárias) - o titular do CPF 93133340891 veio realizar as aquisições imobiliárias, como relacionadas em anexo. Esse número de documento indica por seu titular o Sr. Jairo Graciano de Souza.

Nesses moldes, a FAZENDA NACIONAL, por seu Procurador, vem respeitosamente solicitar o que segue.

1. A penhora do imóvel registrado sob o número de matricula 10909, R1/av.3 – I do registro de imóveis dessa emérita Comarca, desde que não se trate de bem de família;
2. Após a constrição, que seja avaliado e entregue a depositário especialmente nomeado para esse fim;
3. Em seguida, e nos termos do art. 9º, §1º, da Lei nº 6.830/80 a citação do respectivo cônjuge, bem como a intimação dos credores hipotecários, caso existentes, conforme determina o art. 615, inc. II, do Código de Processo Civil,
4. Finalmente, e por especial deferência, solicita que a Secretaria desse R. Juizo dirija ofício ao Cartório de Imóveis para o registro da penhora, encaminhando a estes autos cópia da matricula com o ato devidamente praticado;
5. Caso o imóvel ainda não esteja averbado em nome do executado, pede a penhora dos direitos pessoais que este possa ter tenha sobre o mesmo, intimando-se o alienante e sua esposa para que venham tomar conhecimento e dêem assentimento à penhora do imóvel. (alienante: Sr. Nilton Ney Carneiro dos Santos - r. Carmelina S. de Lima, nº 239 – Matadouro – Jaguariaíva - cep 84200-00)

Nesses Termos,
P. deferimento.
Curitiba, 23 de janeiro de 2003.

JOSE CARLOS BROCHINI
Procurador da Fazenda Nacional

CERTIDÃO
Certifico que juntei aos autos a petição supra. Dou fé. Jaguariaíva 30/01/08
ESCRIVÃ

1ª OFICIO DISTRIBUIDOR - CURITIBA-PR
RECEBIDO 28-Jan-2003-15:13-000208-2/3

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Protocolo Judicial Integrado
Distribuidor da Comarca de
CURITIBA 1§ DISTRIBUIDDR

Certifico que recebi a presente petição, ORIGINAL em 30/01/2003 às 14:03 horas

O referido é verdade e dou fé

Assinatura (nome completo)

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Page: 1 Document Name: untitled

CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)
SRF

USUARIO: JOSE CARLOS
24/01/2003 15:22

NI-CPF : 931.333.408-91 REGULAR
NOME : JAIRO GRACIANO DE SOUZA
DT NASC: 18/11/1959
MAE :
TIT. ELEITOR:

INSCRICAO: 00/00/

SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:

ENDERECO: AV ANTONIO CUNHA,126
84200-000 CENTRO,JAGUARIAIVA

DDD : 0043 TELEFONE: 5352503 FAX:
EMAIL :

COD.MUN.: 7633
COD.UA : 0910

PROXIMO NI-CPF:
5A
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM PF10 CNPJ

DADOS CADASTRAIS
PF4 DADOS FISCAIS PF6 HISTORI
PF11 ISENTOS PF12 FONETI

Date: 24/1/2003 Time: 03:23:27

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

38

Page: 1 Document Name: untitled

DOI,CONSULTA (CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996) 21/01/2
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB. USUARIO: JOSE CAR

CPF/CNPJ DO CONTRIBUINTE: 93133340891 PARTICIPACOES: 3

PAG.: 0001 DE 0

DT.OPERAC.	CNPJ DO CARTORIO	CONTROLE	VALOR DA OPERACAO	TIPO	SITUA
27/03/2000	77.779.684/0001-04	11900	6.000,00	AD	
26/06/2000	77.779.684/0001-04	26300	40.000,00	AD	
31/08/2001	75.214.502/0001-14	257401	180.000,00	AD	

PF1-AJUDA PF3-RETORNA PF12-ENCERRA

Date: 21/1/2003 Time: 05:21:31

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Page: 1 Document Name: untitled

DOI,CONSULTA (CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996) 24/01/2
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB. USUARIO: JOSE CAR

ANO: 2000 UNIDADE: 0910400 LOTE: PASTA: REMESSA:

NUM. DO DISQUETE: 0333466108 ND:

I-IDENTIFICACAO DA OPERACAO
CGC: 77779684000104 DOI NORMAL CONTR
263 /

MATRICULA	REGISTRO	LIVRO	FOLHA	TIPO
10909	R1/AV3	185	144	OFICIO DE NOTAS

II-IDENTIFICACAO DO ALIENANTE QTD. ALIENANTES - PARTICIPACA

CPF/CGC	NOME COMPLETO/RAZAO SOCIAL
28752996972	NILTON NEY CARNEIRO DOS SANTOS

PF3-RETORNA PF8-AVANCA TELA PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME

Date: 24/1/2003 Time: 02:52:26

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

68

CONCLUSÃO

Aos 10 de março de 2.003, faço conclusos estes autos ao MM. Juiz de Direito da Comarca Exmo. Dr. ***MARCOS VINICIUS CHRISTO***

ROSANE APARECIDA DE BARROS
Escrivã.

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA

A U T O S N.º 096/02

I – CUMPRA-SE integralmente o item II do despacho de fl. 52, ou seja, expeça-se TERMO DE PENHORA, com nomeação do executado depositário e intimação, inclusive do cônjuge e eventuais credores hipotecários, da penhora e prazo dos embargos.

II – Oficie-se ao Registro de Imóveis para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o registro da penhora, solicitando remessa de cópia matrícula.

III – Após, remetam-se os autos a Sra. Avaliadora para avaliação do bem, intimando-se as partes para que se manifestem no prazo de 05 (cinco) dias.

Jaguariaíva, 10 de março de 2003.

MARCOS VINÍCIUS CHRISTO
Juiz de Direito

CUMPRIMENTO

Cumpro o presente autos do M.M. Juiz de Direito

Jaguariaíva, 10/03/03

Rosane Aparecida de Barros - Escrivã

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

CERTIDÃO

Certifico que expedimos competente mandado para Intimação do autor entregando-o ao Oficial de Justiça Oliveira

Dou fé. Jaguariaíva 10/03/03

ROSANE APARECIDA DE BARROS - Escrivã

JUNTADA

Faço juntada a estes autos ( ) A.R.; ( ) petição; ( ) documento(s); (X) mandado nº 42103; ( ) ofício(s) nº(s) ( ) outros

27/03/2003

ROSANE APARECIDA DE BARROS
ESCRIVÃ

VARA CÍVEL E ANEXOS

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

68

Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE JAGUARIAÍVA- ESTADO DO PARANÁ
CARTÓRIO DO CÍVEL,COMÉRCIO E ANÉXOS
CRISTIANE FERREIRA DE BARROS
EMPREGADA JURAMENTADA
ROSANE APARECIDA DE BARROS
CPF/MF. Nº 667.081-929-34
TITULAR

472/03
~~423/03~~.

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 324/2003

JUSTIÇA GRATUITA

O EXMO SR DR MARCOS VINICIUS CHRISTO, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei etc..

M A N D A, ao Senhor Oficial de Justiça desta Vara família que, em cumprimento ao presente mandado, expedido dos autos de nº 096/2.002, de **AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA,** em que é exeqüente **FAZENDA NACIONAL** e executado **JAIRO GRACIANO DE SOUZA** aí proceda a **I=N=T=I=M=A=Ç=Ã=O** do executado **JAIRO GRACIANO DE SOUZA e sua esposa,** residente e domiciliada na Avenida Antonio Cunha 106, térreo, nesta cidade e Comarca, para que no prazo de **VINTE E QUATRO (24) HORAS** comparem em cartório a fim de assinarem termo de nomeação de bens à penhora, tudo em conformidade com o r. despacho de fls. 59 dos autos a seguir cópia em anexo. Jaguariaíva, 10 de março de 2003. a) MARCOS VINICIUS CHRISTO. Juiz de Direito. CUMPRA-SE DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Jaguariaíva, aos dez do mês de março do ano de dois mil e três. Eu Cristiane Ferreira de Barros. Empregada Juramentada do Cartório Cível, Comercio e Anexos, que o digitei e o subscreví.

ROSANE APARECIDA DE BARROS
ESCRIVÃ DO CÍVEL
Portaria 10/99

CÓD.: 7.06.032

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

82

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao r. mandado do MM Juiz de Direito,expedido sos Autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL DA DIVIDA ATIVA, em que é exeqüente FAZENDA NACIONAL e executado JAIRO GRACIANO DE SOUZA , e aí me dirigi nesta cidade e comarca e *INTIMEI* JAIRO GRACIANO DE SOUZA e após a leitura do mandado e dar a sua nota de ciente aceito a contra fé que lhe ofereci.Dou fé.

Jaguariaiva, 25 de março de 2003

Elio Zub
Oficial de Justiça

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

63

C E R T I D Ã O

CERTIFICO e dou fé que os presentes autos permaneceram paralisados em cartório em virtude da licença para tratamento de saúde concedido à MM. Juíza titular, enquanto que a MM. Juíza Substituta em exercício na Comarca atendeu simultaneamente a subseção de Castro- Pr. **CERTIFICO** mais que o executado não compareceu assinar termo de penhora.-
Jaguariaíva, 08/09/2006.

Rosane Aparecida de Barros.
Escrivã

C O N C L U S Ã O

Aos 11 de Setembro de 2006, faço conclusos os autos a Mm. Juíza de Direito da Comarca Exma. Dra. ***LARYSSA ANGÉLICA COPACK MUNIZ***

Rosane Aparecida de Barros
Escrivã

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JAGUARIAÍVA

Autos nº. 96/2002

VISTOS.

Em atraso, devido ao grande número de processos conclusos, quando do retorno desta magistrada, da licença maternidade, vez que havia somente juiz substituto na Comarca 1 (uma) vez por semana, em minha ausência.

Em data de 31 de janeiro de 2006, houve nesta Comarca a Correição Ordinária, ficando consignado em ata da lavra do Exmo. Sr. Corregedor Carlos Augusto Hoffmman que, não mais se irá tolerar as paralisações processuais promovidas por esta escrivania.

Deste modo, assevero à Sra. Escrivã que, se eventualmente houver atrasos como o que agora fora vislumbrado e, certamente constatado pela Corregedoria de Justiça, será instaurado contra a mesma procedimento administrativo competente, para apurar sua falta funcional.

Deixo de instaurar qualquer procedimento neste ato, visto que a falha passou incólume por vários de meus antecessores, e inclusive, por outras correições que por aqui passaram.

Assim, entendendo que o Magistrado deve procurar sanar os defeitos de sua serventia e, neste caso, até pelo grande período de tempo que se passou, entendo que a primeira postura seria a de dar

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JAGUARIAÍVA

impulso processual, visto que um processo administrativo tardio não cumpriria com o fim a que o mesmo se destina.

Neste caso, o processo está paralisado desde **MARÇO DE 2003!** Deveria a Sra. Escrivã ter cumprido o Código de Normas, que determina a conclusão dos autos, quando há qualquer manifestação, em 24 horas ou, encaminhar os autos que se encontram paralisados por período superior a trinta dias.

Falando especificamente dos fatos que envolvem estes autos, CUIDE, Sra escrivã para que deste vez seja cumprido o despacho fls. 60 integralmente.

Intime-se

Diligências necessárias.

Cumpra-se.

Jaguariaíva, 19 de outubro de 2006.

Laryssa Angélica Copack Muniz
Juíza de Direito

RECEBIMENTO

Recebo os presentes autos do M.M. Juiz de Direito

Dou fé. *Jaguariaíva, 20/10/06*

Rosane Aparecida de Barros - Escrivã

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

CERTIDÃO

Certifico que expedimos competente mandado
para INTIMAÇÃO
do EXECUTADO entregando-o ao
Oficial de Justiça [illegible]
Dou fé Jaguariaiva 09 / 11 / 06

ROSANE APARECIDA DE BARROS - Escrivã

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

66

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
CARTÓRIO DO CIVEL E ANEXOS
ROSANE APARECIOA OE BARROS
TITULAR

"TERMO DE NOMEAÇÃO DE BENS À PENHORA"

Aos vinte e três dias do mês de Outubro do ano de dois mil e seis, em cartório às 13:30 horas, nesta cidade e Comarca de Jaguariaíva, Estado do Paraná, comigo escrivã do seu cargo abaixo assinado, compareceu o executado **JAIRO GRACIANO DE SOUZA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 81.175.218/0001-89, na pessoa de seu representante legal** JAIRO GRACIANO DE SOUZA, brasileiro, casado, do comercio, inscrito no CPF sob o n.º 931.333.408-91, e portador da CI RG sob o n.º 8.909.102-SP, **com endereço na Avenida Antonio Cunha, 106, Térreo, Centro, nesta cidade e Comarca de Jagauriaíva, Estado do Paraná** nos autos de **AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL**, autuada sob nº **096/2002**, em que é exeqüente **FAZENDA NACIONAL** e executado **JAIRO GRACIANO DE SOUZA**, vem através do presente **NOMEAR À PENHORA** os seguintes bens:- **Um (01) lote sob o n.º 17, da Quadra 41, do balneário Praia do Imperador, distrito de Itapoá, medindo 384,00 m2, objeto da matricula n.º 53.001,. de 20.06.88 do CRI 1ª circunscrição de Joinville- SC.** Ficando referido bem em seu poder como depositários, sob as penas da lei. Bem como fica intimado nesta data, para querendo, opor embargos no prazo de dez (30) dias. Nada mais, do que para constar lavrei o presente termo. Eu_____ Rosane Aparecida de Barros. Escrivão do cartório Cível e Anexos, que o digitei e o subscrevi.

LARYSSA ANGELICA COPACK MUNIZ
JUIZA DE DIREITO

ROSANE APARECIDA DE BARROS
ESCRIVÃ DO CÍVEL E ANEXOS

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

CERTIDÃO

CERTIFICO dou fé que expedimos competente Ofício sob nº 999/06 ao Sr.Oficial de Registro de Imóveis da 1ª circuncrição da Comarca de Joinville- SC, em cumprimento ao r. despacho retro, objetivando-a providências do registro de penhora, encaminhando via correio por AR., cujo comprovante será juntado oportunamente aos autos.

Jaguariaíva, 23 outubro 2006.

Rosane Aparecida de Barros.
Escrivã

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

VARA CÍVEL E ANEXOS

Faço JUNTADA a estes autos ( ) A.R.; ( ) petição nº ( ) documento(s); (x) mandado nº 11111/06 ( ) ofício(s) nº(s) ( ) outros _____ que dou fé.

16 FEV. 2007

ROSANE APARECIDA DE BARROS
ESCRIVÃ

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
CARTÓRIO CIVEL E ANEXOS
ROSANE APARECIDA DE BARROS
TITULAR

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 1112 /2006

A EXMA SRA DRA LARYSSA ANGELICA COPACK MUNIZ , MM JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc..

M A N D A, ao Senhor Oficial de Justiça da Vara Civel e Anexos desta Comarca, que em cumprimento ao presente mandado, expedido dos autos n.º 96/2.002 de **AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL DA DIVIDA ATIVA** , em que é exeqüente **FAZENDA NACIONAL** e executado **JAIRO GRACIANO DE SOUZA** em seu cumprimento **PROCEDA-SE** a **I=N=T=I=M=A=Ç=Ã=O** do executado **JAIRO GRACIANO DE SOUZA** pessoa jurídica de direito privado na pessoa de seu representante legal **JAIRO GRACIANO DE SOUZA e MARIA HELOISA BERGAMO DE SOUZA** brasileiros, casados entre si, ele do comercio, ela farmacêutica, domiciliados e residentes na Avenida Antonio Cunha (Farmácia Drogacenter), centro, nesta cidade e Comarca, de que foi lavrado termo de nomeação de bens a penhora, conforme segue copia em anexo, tendo sido nomeado como fiel depositário sob as penas da lei, bem como para que no prazo de **DEZ (10) DIAS** querendo oponha embargos à penhora, desde que o faça por intermédio de advogado legalmente constituído, tudo em conformidade com o r. despacho de fl. 60; 64/65 dos autos a seguir copia em anexo. a) **LARYSSA ANGELICA COPACK MUNIZ. Juíza de Direito. DADO E PASSADO**, nesta cidade e Comarca de Jaguariaíva, aos vinte e três dias do mês de Outubro do ano de dois mil e seis. Eu _____ Rosane Aparecida de Barros. Escrivã do Cartório Cível e Anexos, que o digitei e o subscrevi.

ROSANE APARECIDA DE BARROS
Escrivã do Cível
Assinatura autorizada pela
Portaria 007/04

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao r. Mandado, expedido nos autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA sob n.º 96/02, em que é exeqüente FAZENDA NACIONAL e executado JAIRO GRACIANO DE SOUZA e aí sendo me dirigi nesta Cidade e Comarca e intimei JAIRO GRACIANO DE SOUZA E MARIA HELOISA BERGAMO DE SOUZA, os quais após a leitura do Mandado e darem suas notas de ciente, aceitaram a contrafé que lhes ofereci.

O referido é verdade e dou fé.

Jaguariaíva, 12 de fevereiro de 2007.

ELIO ZUB
Oficial de Justiça

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

30

C E R T I D Ã O

CERTIFICO e dou fé que, por equivoco do funcionário responsável pelo cumprimento dos despacho nesta serventia, fora lavrado termo de penhora do bem indicado às fls. 50 dos autos, quando, salvo engano, o correto seria com referência ao bem indicado pela exeqüente às fls. 56, visto que menciona matrícula desta Comarca, razão pela qual, foi lavrado novo termo de penhora, expedindo-se novo mandado de intimação dos executados, contudo, referida falha somente nesta oportunidade foi constatado por esta escrivã, pelo que solicita a compreensão de Vossa Excelência.

Jaguariaíva, 12.03.2007.

Rosane Aparecida de Barros.
Escrivã

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
COMARCA DE JAGUARIAÍVA ESTADO DO PARANÁ
CARTÓRIO DO CIVEL E ANEXOS
ROSANE APARECIDA DE BARROS
TITULAR

"TERMO DE PENHORA"

A EXMA. SRA. DRA. **LARYSSA ANGÉLICA COPACK MUNIZ**, MM. Juíza de Direito da Comarca de Jaguariaíva, estado do Paraná, etc...

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e seis, em cartório às 13:30 horas, nesta cidade e Comarca de Jaguariaíva, estado do Paraná, comigo escrivã do seu cargo abaixo assinado, nos autos de nº **096/2002**, de **AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL**, em que é exeqüente **FAZENDA NACIONAL** e executado **JAIRO GRACIANO DE SOUZA**, brasileiro, casado, do comércio, inscrito no CPF sob nº 931.333.408-91, e portador da CI. RG. sob nº 8.909.102-SP, com endereço na Avenida Antonio Cunha, nº 106, térreo, centro, nesta cidade e Comarca de Jaguariaíva, Estado do Paraná, procedi a Penhora do seguinte bem; do imóvel registrado sob nº de matrícula nº 10909,R1/av. 3 – I, devendo proceder ao Registro da Penhora, no prazo de cinco (05) dias, à margem da matrícula. Ficando referido bem, em mãos do executado Jairo Graciano de Souza e sua esposa Maria Heloisa Bergamo de Souza, como depositários, sob as penas da lei. Nada mais, do que para constar lavrei o presente termo. Eu _____ (Rosane Aparecida de Barros). Escrivã do Cartório Cível, que o digitei e o subscrevi.-

LARYSSA ANGÉLICA COPACK MUNIZ
JUÍZA DE DIREITO

ROSANE APARECIDA DE BARROS
ESCRIVÃ DO CÍVEL

mf

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
CARTÓRIO CIVEL E ANEXOS
ROSANE APARECIDA DE BARROS
TITULAR

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 188 /2007

A EXMA. SRA. DRA. LARYSSA ANGÉLICA COPACK MUNIZ, MM. JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc..

M A N D A, ao Senhor Oficial de Justiça da Vara Civel e Anexos desta Comarca, que em cumprimento ao presente mandado, expedido dos autos nº 96/2002, de **AÇÃO DE EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA,** que figura como exeqüente **FAZENDA NACIONAL** e executado **JAIRO GRACIANO DE SOUZA,** em seu cumprimento dirija-se nesta cidade e Comarca e aí sendo **PROCEDA** a **I=N=T=I=M=A=Ç=Ã=O** do executado JAIRO GRACIANO DE SOUZA pessoa jurídica de direito privado na pessoa de seu representante legal JAIRO GRACIANO DE SOUZA e MARIA HELOISA BERGAMO DE SOUZA, brasileiros, casados entre si, ele do comércio, ela farmacêutica, domiciliados e residentes na Avenida Antonio Cunha (farmácia Drogacenter), centro, nesta cidade e Comarca, de que foi lavrado termo de penhora, conforme segue cópia em anexo, tendo sido nomeado como fiel depositário sob as penas da lei, bem como para que no prazo de trinta (30) dias, querendo oponha embargos `penhora, desde que o faça por intermédio de advogado legalmente constituído, tudo em conformidade com o r. despacho de fls. 60, 64 e 65, dos autos a seguir cópia em anexo.

CUMPRA-SE. DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Jaguariaíva, aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete. Eu ____ Mauricio Fernandes. Empregado Juramentado do Cartório Cível e Anexos, que o digitei e o subscrevi.

ROSANE APARECIDA DE BARROS
ESCRIVÃ DO CÍVEL E ANEXOS
Assinatura autorizada pela
Portaria 007/04

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao r. Mandado, expedido nos autos de **AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL**, sob nº 96/2002, em que figura como exeqüente **FAZENDA NACIONAL** e executado **JAIRO GRACIANO DE SOUZA** e MARIA HELOISA BERGAMO DE SOUZA, me didrigi nesta cidade e Comarca e intimei JAIRO GRACIANO DE SOUZA e MARIA HELOISA BERGAMO DE SOUZA, OS QUAIS APÓS A LEITURA DO Mandado e darem suas notas de cientes, aceitaram a contrafé que lhes ofereci.

O referido é verdade e dou fé.

Jaguariaíva (PR), 12 de março de 2007.

ÉLIO ZUB
Oficial de Justiça

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

CERTIDÃO

Certifico que expedi os ofícios sob n.º 264/2007 - AO REGISTRO DE IMÓVEIS DE JAGUARIAIVA - AVERBAÇÃO PENHORA. Dou fé.

Jaguariaíva, 02 / 03 / 2007

Escrivã

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

24

CONCLUSÃO

Aos 21 de Março de 2007, faço conclusos os autos à Mm. Juíza de Direito Exma. Dra. **LARYSSA ANGÉLICA COPACK MUNIZ.**

Rosane Aparecida de Barros
Escrivã

Autos nº. 96/2002

Determino a suspensão da execução até decisão dos embargos.

Intimem-se

Diligências necessárias.

Jaguariaíva, 25 de abril de 2007.

Laryssa Angélica Copack Muniz
Juíza de Direito

RECEBIMENTO

Recebi os presentes autos do M.M. Juiz de Direito

Dou fé. Jaguariaíva 26/04/07

Rosane Aparecida de Barros - Escrivã

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JAGUARIAÍVA

*Vistos e Examinados estes autos de **EMBARGOS À EXECUÇÃO** registrados sob o nº 140/2007 em que figura como embargante **JAIRO GRACIANO DE SOUZA** e como embargada **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**.*

SENTENÇA

I - RELATÓRIO

Trata-se de embargos à execução promovidos por **JAIRO GRACIANO DE SOUZA** em face da **UNIÃO**.

Alegou, em suma, preliminares de abandono de processo de execução pelo embargado, ocorrência de decadência e prescrição, carência da ação em razão da nulidade do título executivo e inépcia da inicial, em razão de ter sido acompanhada com demonstrativo do débito, conforme determina o art. 614, II, do Código de Processo Civil.

No mérito, sustentou novamente a nulidade do título executivo, faltando assim liquidez, certeza e exigibilidade do crédito fiscal.

A embargada apresentou impugnação aos embargos à execução (fls. 28/35) alegando que não abandonou o processo, sendo que o mesmo ficou parado durante longo período em razão de falha da Escrivania; não ocorrência da decadência e prescrição em razão de pedido de REFIS que, como parcelamento, teria suspendido a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, VI do CTN; não ocorrência de nulidade da certidão de dívida ativa; e que a execução fiscal possui procedimento próprio, especial, não se aplicando o disposto no art. 614, II, do Código de Processo Civil.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Juntou o documento de fl. 36.

Intimado para se manifestar sobre a impugnação, o embargante deixou transcorrer *in albis* o prazo para manifestação.

As partes foram intimadas para especificação de provas (fl. 48), sendo que somente a embargada veio a se manifestar (fl. 48-verso), requerendo o julgamento do feito no estado em que se encontra.

Por meio do despacho de fl. 49 este juízo entendeu que a questão de mérito tratada no presente feito é exclusivamente de direito, permitindo assim o seu julgamento antecipado.

Contados, vieram os autos conclusos para sentença.

É o relatório. Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO

a) Preliminares

Abandono do processo

Alega o embargante que o executivo fiscal teria sido abandonado pela exequente, ora embargada, desde março de 2003 até 18 de outubro de 2006.

Compulsando os autos em apenso, verifico que o mesmo ficou paralisado durante tal período não por abandono da exequente, mas por falha da Escrivania, conforme ressaltado no despacho de fls. 64/65, não devendo essa falha prejudicar a parte.

Em sentido semelhante:

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - EXTINÇÃO DO PROCESSO PELA AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO (CPC, ART. 267, IV) - RÉU AINDA NÃO CITADO - IMPOSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO NA FORMA COMO FEITA PELO JUÍZO A QUO - FALHA DA MÁQUINA JUDICIÁRIA (PRIMEIRO DO OFICIAL DE JUSTIÇA E DEPOIS DA ESCRIVANIA) QUE TAMBÉM CONTRIBUIU PARA QUE A CITAÇÃO NÃO SE EFETIVASSE ATÉ O MOMENTO - NECESSIDADE, ADEMAIS, DE SE INTIMAR O BANCO PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO PARA VIABILIZAR A CITAÇÃO DO RÉU - BANCO QUE SEQUER FOI INTIMADO PESSOALMENTE PARA IMPULSIONAR O FEITO - INTELIGÊNCIA DO ART. 267, § 1°, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - SENTENÇA CASSADA - RECURSO PROVIDO (TJPR - 16ª C.Cível - AC 793855-8 - Realeza - Rel.: Renato Naves Barcellos - Unânime - J. 05.10.2011)

Assim, rejeito a preliminar alegada pelo embargante.

Carência da ação em razão da nulidade do título

Alegou o embargante a nulidade das certidões das dívidas ativas que embasam a presente execução.

As alegações não prosperam.

As certidões de dívidas ativas – que embasam a execução autuada em apenso e ora embargada - gozam de presunção de liquidez, certeza e exigibilidade, nos termos do art. 204, *"caput"*, do CTN. Todavia, trata-se de presunção relativa, como deixa claro o parágrafo único do mesmo artigo e explicita a jurisprudência. Assim, a dívida regularmente inscrita goza da

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída em favor do Fisco, presunção, todavia, que pode ser elidida por prova inequívoca.

No presente caso, porém, tal prova inequívoca não foi produzida.

As certidões de dívida ativa, elaboradas em modelo padrão, trazem discriminada toda a fundamentação legal e indicam os encargos legais incidentes sobre o débito, bastando para verificar os seus índices a consulta aos dispositivos legais a que faz remissão aqueles termos. Ainda, ficou claro em referido título, o nome e endereço do devedor, datas das inscrições, as origens e naturezas das dívidas, e os processos administrativos que as desencadearam.

Assim, verifico que os títulos executivos que embasam a execução que segue em apenso atende os requisitos do art. 202 do CTN e do art. 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/1980, portanto, não há nulidade nos títulos executivos, tampouco carência da ação. Desse modo, rejeito a preliminar alegada pelo embargante.

Inépcia da inicial

O embargante alega inépcia da inicial em razão da ausência do demonstrativo do débito, conforme disciplina o art. 614, II, do Código de Processo Civil.

A execução fiscal é regulada por lei especial (Lei nº 6.830/80), somente se socorrendo subsidiariamente ao Código de Processo Civil (art. 1º, da Lei nº 6.830/80).

O artigo 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/80, estabelece os requisitos formais do termo de inscrição em dívida ativa, com a finalidade de assegurar ao devedor conhecimento da origem do débito (controle de legalidade). Sem observância dessas formalidades legais, será indevida a inscrição de dívida e, consequentemente, sem efeito a certidão que instruirá a execução. Isto porque,

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

à prerrogativa de o Fisco constituir unilateralmente o título executivo extrajudicial para a cobrança de seus créditos, que goza de presunção legal de certeza, liquidez e exigibilidade, contrapõe-se a obrigação de cumprir fielmente os procedimentos estatuídos por lei. A validade do título executivo, a que a lei atribui efeito de prova pré-constituída, funda-se na regularidade do procedimento administrativo de sua formação, e reflete-se da certidão que documenta a inscrição. Assim, conquanto tal regularidade não seja condição para a existência da dívida, é pressuposto para a constituição validade do título executivo que respaldará a execução. Por outro lado, só se reconhecerá a nulidade do título ante a comprovação do prejuízo daí decorrente. Ou seja, não há nulidade por vício formal, se a omissão ou irregularidade na lavratura do termo não cerceou a defesa do executado.

Desta forma, constando da CDA os elementos indispensáveis à defesa eficiente do executado (identificação e justificação daquilo que lhe está sendo exigido) não há falar em nulidade. Eventuais dúvidas em torno da legalidade da inscrição poderão ser dissipadas através da análise do expediente administrativo que lhe deu origem, a ser apresentado, se necessário. Se a eventual preterição de requisito formal repercutiu na defesa do devedor, cabe-lhe denunciar o cerceamento havido, demonstrando o prejuízo.

A certidão de dívida ativa constitui-se em título executivo extrajudicial (arts. 585, VI, e 586, do CPC), apto a, por si só, ensejar a execução, pois decorre de lei a presunção de liquidez e certeza do débito que traduz. A inscrição cria o título, e a certidão de inscrição o documento para efeito de ajuizamento da cobrança judicial pelo rito especial da Lei n. 6.830/80. Sequer há necessidade que venha instruída por demonstrativo discriminado de cálculo (art. 614, inciso II, do CPC) ou cópia do processo administrativo, documentos que não se afiguram indispensáveis à propositura da ação (art. 6° da Lei n° 6.830), prevalecendo, neste aspecto, a especialidade da LEF.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CESSÃO DE CRÉDITO RURAL DO BANCO DO BRASIL À UNIÃO. DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO. ORIENTAÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR. VIA ADEQUADA. FASE ADMINISTRATIVA. DEMONSTRATIVO DE DÉBITO. LIQUIDEZ, CERTEZA E EXIGIBILIDADE. 1. A orientação do Superior Tribunal de Justiça aponta no sentido de que os créditos rurais originários de operações financeiras, alongadas ou renegociadas (cf. Lei n. 9.138/95), cedidos à União por força da Medida Provisória 2.196-3/2001, estão abarcados no conceito de Dívida Ativa da União para efeitos de execução fiscal - não importando a natureza pública ou privada dos créditos em si -, conforme dispõe o art. 2º e § 1º da Lei 6.8q30/90. 2. O direito ou privilégio de executar o crédito pelo rito da Lei 6.830/80 está vinculado à condição de Fazenda Pública da nova credora, à pessoa jurídica de direito público denominada União Federal. 3. Legítima a cobrança via execução fiscal de débito proveniente de operações de crédito rural cedido à União pelo Banco do Brasil. 4. Tratando-se de execução fiscal, dispensável a apresentação do demonstrativo atualizado do débito, nos termos a que alude o art. 614, II, do CPC, sendo suficiente à propositura da ação a apresentação da Certidão de Dívida Ativa. (TRF4, AC 0016848-06.2011.404.9999, Terceira Turma, Relator Fernando Quadros da Silva, D.E. 09/02/2012) (grifou-se)

Desse modo, verifico que a inicial não se encontra inepta.

b) Prejudiciais de mérito: decadência e prescrição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Alegou o embargante que a pretensão da embargada foi atingida pelo prazo decadencial de 05 (cinco) anos previsto no art. 173 do Código Tributário Nacional, eis que o crédito tributário teria sido constituído em 31/03/1997, todavia a execução foi movida somente em 15/08/2002, ou seja, após transcorrido o prazo de 05 (cinco) anos. Sustentou que caso a prejudicial não seja encarada como decadência, deve ser como prescrição.

Inicialmente cabe fazer a diferenciação de prescrição e decadência.

A decadência é a perda do direito da Fazenda Pública de constituir o crédito tributário, ou seja, é a perda do direito de lançar. Em outras palavras, é a perda da possibilidade do Fisco de efetuar o lançamento, e consequentemente, constituir o crédito tributário. Decorrido o prazo decadencial, o sujeito ativo não mais pode exigir o crédito tributário do sujeito passivo.

A prescrição por sua vez, é a perda do direito da Fazenda Pública de efetuar a cobrança desse crédito, de entrar com um processo de execução (que é o mais apropriado) contra o sujeito passivo da obrigação tributária. O crédito, embora regularmente constituído, não pode mais ser cobrado se decorrido o lapso temporal de 05 (cinco) anos, contados de sua constituição definitiva – ocorrência da prescrição (art. 174 do CTN).

Ambas prejudiciais de mérito possuem prazo de 05 (cinco) anos.

Assim, à luz do Código Tributário Nacional, o prazo de 05 (cinco) anos para a constituição do crédito tributário (pelo lançamento) é de decadência; o prazo para a propositura da respectiva ação de cobrança (isto é, da execução fiscal), caso o crédito não seja satisfeito, é de prescrição.

Desse modo, verifico que no caso em tela deve ser analisado como prazo prescricional.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

CONDENO a parte embargante ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono da parte contrária, estes nos quais arbitro em R$ 3.000,00 (três mil reais), considerando o zelo, a natureza da causa e o trabalho desenvolvido (artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil), devendo sua exigibilidade ficar suspensa em razão do embargante ser beneficiário da assistência judiciária gratuita (art. 12 da Lei nº 1.060/50).

Cumpram-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria da Justiça.

Oportunamente, arquivem-se e desapensem os autos.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Jaguariaíva, 13 de abril de 2012.

FERNANDA BERNERT MICHIELIN
Juíza de Direito

RECEBIMENTO
Recebi os presentes autos da M.M. Juíza de Direito Exma. Sra. Dra. **FERNANDA BERNERT MICHIELIN**
Dou fé
Jaguariaíva, **20** de Abril de 2012

Cristiane Ferreira de Barros
Empregada Juramentada

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

23
86

C E R T I D Ã O

CERTIFICO e dou fé que os embargos interpostos através dos autos nº140/07 foram julgados **IMPRODECENTES** através da r.sentença proferida em 20.04.2012 e **transitada em Julgado** em **04.07.2012**, tendo condenado o embargante ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono da parte contrária, arbitrados em R$3.000,00, nos termos do art. 20,§ 4º do CPC, cuja exigibilidade ficou suspensa em razão do embargante ser beneficiário da assistência judiciária gratuita, sendo assim, para dar prosseguimento aos presentes autos, encaminho-os com vista à Procuradoria da Fazenda Nacional para manifestação, procedendo na forma do artigo 25, § único da Lei 6.830/80.

Jaguariaíva, 06 de Julho de 2012.

Rosane Aparecida de Barros
Escrivã

V I S T A e R E M E S S A

Aos 18 de **Julho** de **2012** abro **VISTA** e faço a remessa dos autos à Procuradoria Jurídica do órgão credor para os fins constantes da certidão acima, na pessoa de **BARCELLI DIONIZIO MOREIRA**

Rosane Aparecida de Barros
Escrivã

M.M. Juiz(a),

Considerando o julgamento dos embargos, requer a União a designação de hasta pública do bem penhorado à fl. 71.

NTPD.

Sabrina Ribas Bolfer
Procuradora da Fazenda Nacional

24/07/2012

VARA CÍVEL E ANEXOS
Jaguariaíva - PR.
JUNTADA
Nesta data, faço a juntada a estes autos de
( ) AR, ( ) petição, ( ) Carta Precatória
( ) documento(s), ( ) mandado nº.
( ) ofício(s) nº(s) ( ) outros Dou fé
Rosane Aparecida de Barros - Escrivã

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Sistemas da PGFN

Página 1 de 2

Imprimir

Fechar

19/07/2002

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 12
Parâmetro de Localização: 81175218000189
Seções Selecionadas: RLO, RSE

Inscrições Selecionadas: 2

1º Devedor: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor: Principal
Situação: ATIVA COM AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo: 10940 401142/00-06
Data Inscrição: 06/03/2002
Procuradoria da Inscrição: PARANA
Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA
Valor Inscrito: (UFIR 4.743,41)
Valor Consolidado: R$ 14.623,20

CPF/CNPJ: 81175218/0001-89
Nº Inscrição: 90 6 02 001189-81
Nº Processo Judicial: 962002
Nº Único de Processo Judicial: 962002

2º Devedor: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor: Principal
Situação: ATIVA COM AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo: 10940 401142/00-06
Data Inscrição: 06/03/2002
Procuradoria da Inscrição: PARANA
Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA
Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60)
Valor Consolidado: R$ 28.033,20

CPF/CNPJ: 81175218/0001-89
Nº Inscrição: 90 6 02 001189-62
Nº Processo Judicial: 962002
Nº Único de Processo Judicial: 962002

SOMATÓRIO DAS INSCRIÇÕES

Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 13.920,01)
Valor Consolidado: R$ 42.656,40
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS;

Final do Relatório

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

85

CONCLUSÃO

Aos **17** de Agosto de 2.012, faço conclusos os autos ao MM Juiz de Direito Exmo. Sr. Dr. **ERNANI MENDES SILVA FILHO**
Dou fé.

Cristiane Ferreira de Barros
Emp. Juramentada

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

86

Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JAGUARIAÍVA

Autos nº 096/2002

1. Ao avaliador judicial para avaliação do bem penhorado, intimando-se na sequência as partes para manifestação.

2. Após, agende-se pauta para realização de leilão, junto a empresa de Leilões Serrano, que tem como leiloeiro oficial o Sr. Fernando Martins Serrano.

3. Proceda o cartório todas as intimações e diligências necessárias, inclusive as previstas no Código de Normas e na Portaria 08/09 deste juízo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Diligências necessárias.

Jaguariaíva, 23 de agosto de 2012[1].

ERNANI MENDES SILVA FILHO
Juiz de Direito

RECEBIMENTO
Recebi os presentes autos da MM. Juiz de Direito Exmo. Sr. Dr. ***Ernani Mendes Silva Filho***.-
Jaguariaíva, 24 de Agosto de 2012.

Rosane Aparecida de Barros
Escrivã

[1] *GTC*

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

REMESSA

Aos **27** de Agosto de 2.012, faço a remessa destes autos ao Avaliador Judicial Sr. **Ézio Gonçalves,** conforme determinado no r. despacho de fls. 86

Cristiane Ferreira de Barros
Empregada Juramentada

RECEBIMENTO

Aos 27 de 08 de 12
Recebo estes Autos em Cartorio

Distribuidor, Contador, Partidor,
Depositário Público e Avaliador Judicial

DEVOLUÇÃO

Aos 10 de 09 de 12
Devolvo estes Autos em cartório com

Distribuidor, Contador, Partidor,
Depositário Público e Avaliador Judicial

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA - ESTADO DO PARANÁ
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR JUDICIAL E ANEXOS
Rua Aldo Sampaio Ribas, 16 CEP 84.200-000 Tel.(43) 3535-5194
Ezio Gonçalves - Titular
Silmara Andréia Pinheiro - Empregada Juramentada
Adriana Garcia de Pontes - Empregada Juramentada

INFORMAÇÃO

MM. Juiz:

Informo a Vossa Excelência nos Autos nº 96/02 de Execução Fiscal da Dívida Ativa, em que figura como Exequente: União e como Executado: Jairo Graciano de Souza, que deixei de proceder à avaliação do bem imóvel penhorado as fls. 71, uma vez que não foi juntada nos autos documento de propriedade para verificar qual a área penhorada a ser avaliada, com as medidas e confrontações do imóvel, sendo necessária cópia da matrícula ou transcrição do Cartório de Registro de Imóveis local.

Ante o exposto, esta serventia fica impossibilitada em identificar o bem imóvel, e assim proceder corretamente à avaliação, razão pela qual devolvo os autos para devidas providências.

Era o que respeitosamente cumpria-me informar.

Jaguariaíva, 10 de setembro de 2.012.

Silmara Andréia Pinheiro
Empregada Juramentada

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

889

C=E=R=T=I=D=Ã=O

CERTIFICO, e dou fé que por delegação de poderes conferidos a esta escrivã na Portaria 08/09 e, nos termos do artigo 25, § único da Lei 6.830/80, faço a remessa dos presentes autos ao órgão para manifestar quanto ao contido na informação da Contadoria/Avaliador Judicial de fl. 87

Jaguariaiva 11 de Setembro de 2012

Cristiane Ferreira de Barros
Emp. Juramentada

REMESSA

Aos 23 dias do mês de 09 de 2.012, abro vista dos autos ao Procurador da União Dr. **Elon Kaleb Ribas Volpi**

Cristiane Ferreira de Barros
E. Juramentada

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

VARA CÍVEL E ANEXOS

JUNTADA

Nesta data, faço a juntada a estes autos de
( ) AR, ( ) petição, ( ) Carta Precatória
( ) documento(s), ( ) mandado nº.
( ) ofício(s) nº(s) ( ) outros Dou fé
Jaguariaíva - PR. 22 / 02 / 13

Rosana Aparecida de Barros - Escrivã

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PONTA GROSSA/PR
Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 – Bairro Ronda – Ponta Grossa/PR – CEP: 84051-040 (42) 3223-7232.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA – ESTADO DO PARANÁ

EXECUÇÃO FISCAL N. 96/2002
EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIRO GRACIANO DE SOUZA

PET/PSFN/PTG/SRB nº 238/2013.

CARTÓRIO CÍVEL Fls. 22/VERSO 2013 15:49 0000545

A UNIÃO – FAZENDA NACIONAL, representada pelo(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional, infra-assinado(a), vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, em atendimento ao documento de fl. 87, apresentar a matrícula atualizada do imóvel indicado à penhora.

Nesses termos,
Pede deferimento.

Ponta Grossa/PR, 17 de Janeiro de 2013.

Juliana Sgorlon Tironi Romagna
Procuradora da Fazenda Nacional

Elon Kaleb Ribas Volpi
Procurador da Fazenda Nacional

p.p. **Telma Gutierrez de Morais Costa**
Procuradora da Fazenda Nacional

HMD

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

SERPRO

17/01/2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 12
Inscrições Selecionadas: 2
Parâmetro de Localização: 81175218000189
Seções Selecionadas: RLO, RSE

1º Devedor: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor: Principal
Situação: ATIVA COM AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo: 10940 401142/00-06
Data Inscrição: 06/03/2002
Procuradoria da Inscrição: PARANA
Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA
Valor Inscrito: (UFIR 4.743,41)
Valor Consolidado: R$ 14.756,92

CPF/CNPJ: 81175218/0001-89
Nº Inscrição: 90 6 02 001188-81
Nº Processo Judicial: 962002
Nº Único de Processo Judicial: 4913620078160100

2º Devedor: JAJRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor: Principal
Situação: ATIVA COM AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo: 10940 401142/00-06
Data Inscrição: 06/03/2002
Procuradoria da Inscrição: PARANA
Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA
Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60)
Valor Consolidado: R$ 28.289,72

CPF/CNPJ: 81175218/0001-89
Nº Inscrição: 90 6 02 001189-62
Nº Processo Judicial: 962002
Nº Único de Processo Judicial: 4913620078160100

Somatório das Inscrições

Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 13.920,01)
Valor Consolidado: R$ 43.046,64
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Final do Relatório

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

02

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

JAGUARIAÍVA - PARANÁ
AGOSTINHO CARLOS THON
Registrador

Rua Florêncio Delgado, 261. Cx. Postal 08. Fone: (43) 3535 1338 - E-mail: cartoriothon@hotmail.com

Jaguariaiva, 19 de novembro de 2012.

Of. nº 213 / 2012

Senhor Procurador,

Em atenção ao ofício Nº 1312/2012/PSFN/Ponta Grossa, segue anexa a matrícula sob nº **10.909** conforme solicitado no mesmo.

Apresento a Vossa Senhoria protestos de estima e elevada consideração.

Agostinho Carlos Thon
Registrador

Ilmº Sr.
Dr.Elon Kaleb Ribas Volpi
Procurador da Fazenda Nacional
Rua Reinaldo Ribas Silveira, nº 18, Ronda
8 4 0 5 1 - 0 4 0 - Ponta Grossa - Pr.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PONTA GROSSA

Ofício nº 1312/2012/PSFN/Ponta Grossa

Assunto: Manifestação Administrativa.

Ponta Grossa, 06 de Novembro de 2012.

CÓPIA

Senhor(a) Oficial(a),

Venho, por meio deste, requisitar a Vossa Senhoria a expedição de cópia atualizada da Matrícula de nº 5.859, registrada neste Ofício, com o fim de dar prosseguimento à Execução Fiscal.

Salienta que a presente requisição deverá ser atendida prioritariamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a fim de propiciar a defesa de interesses da União em juízo, nos termos do art. 30, III, da Lei 8.935/1994, *in verbis*:

> Art. 30. São deveres dos notários e dos oficiais de registro:
> (...)
> III - atender prioritariamente às requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhes forem solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para a defesa das pessoas jurídicas beneficiárias da justiça gratuita;

Solicita que as informações sejam encaminhadas a esta Procuradoria no endereço Rua Reinaldo Ribas Oliveira, nº 18, Estrela – Ponta Grossa-PR – CEP: 84051-040, fazendo-se menção deste ofício.

Certa de sua atenção, despeço-me, renovando votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Elna Kaleb Ribas Velpi
Procuradora da Fazenda Nacional

Ao Ilmº Sr.
Oficial do Registro de Imóveis e Anexos – Cartório Carlos Thon
Rua Florêncio Delgado, nº 261 , Bairro Vila Fureza
JAGUARIAÍVA/PR
CEP: 84200-000

HMD

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

REGISTRO DE IMÓVEIS
Comarca de Jaguariaíva
Estado do Paraná

TITULAR
[illegible]
EMPREGADOS JURAMENTADOS
[illegible]

REGISTRO GERAL

FICHA 01

MATRICULA N.º 10.909

MATRICULA SOB N.º 10.909 – DATA – 12 de novembro de 1998. UM LOTE DE TERRAS, SITUADO À RUA CARMELINA S. DE LIMA, BAIRRO MATADOURO, NESTA CIDADE, COM A ÁREA DE 200,00 M2, com as seguintes medidas e confrontações observadas de fora para dentro do imóvel: A frente para a Rua Carmelina S. de Lima, medindo 10,00 metros; Os fundos confronta-se com o Sr. Ildefonso dos Santos, medindo 10,00 metros; Lado esquerdo confronta-se com o lote do Sr. Edisca de Melo, medindo 20,00 metros; e, Lado direito confronta-se com a Rua Ubirajara Athayde, medindo 20,00 metros. **Contendo em dito lote uma casa de madeira, coberta de telhas em mau estado de conservação.** Memorial descritivo devidamente assinado pelo Eng.º Civil Sérgio Cruz - CREA 21588-D/Pr em data de 14/10/98. **REGISTRO ANTERIOR:-** Registro R7 da matrícula n.º 4.336, deste Registro Imobiliário. **PROPRIETÁRIO:-** ***Nilton Ney Carneiro dos Santos, brasileiro, encarregado de turma, portador da C.I. RG n.º 1.639.187-5/Pr., e inscrito no CIC/MF N.º 287.529.969-72 e sua mulher Sra. Regina de Fátima Carneiro dos Santos, brasileira, do lar, portadora da C.I. RG n.º 3.355.761-2-SSP/Pr., domiciliados e residentes nesta cidade.*** O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva, 12 de novembro de 1998. O OFICIAL:- [illegible]

REGISTRO R1/10.909:- Prot. n.º 24.500, fls. 17v.º do Livro n.º 1-F, datado de 12/11/98. Nos termos da Escritura Pública de Divisão Amigável, lavrada em data de 06/11/98, às fls. 28/29, do Livro n.º 176-E, o imóvel constante da presente matrícula é de propriedade do Sr. **NILTON NEY CARNEIRO DOS SANTOS**, brasileiro, encarregado de turma, portador da C.I. RG n.º 1.639.187-5/Pr., e inscrito no CIC/MF N.º 287.529.969-72 e sua mulher Sra. **REGINA DE FÁTIMA CARNEIRO DOS SANTOS**, brasileira, do lar, portadora da C.I. RG n.º 3.355.761-2-SSP/Pr., domiciliados e residentes nesta cidade. O referido é verdade e dou fé. Deste:- 630,000 VRC. CPC 4% - Associações 1,000 VRC. R$ 47,25. O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva - Estado do Paraná, 12 de Novembro de 1998. O OFICIAL: [illegible]

AVERBAÇÃO AV2/10.909:- Prot. n.º 27.796, fls. 43v.º do Livro n.º 1-F, datado de 06/06/2000. Nos termos do requerimento feito em data de hoje ao Sr. Oficial deste Registro Imobiliário e ao qual foi apresentada Certidão n.º 273/2000, fornecida em data de 06/06/2000, pela Prefeitura Municipal desta cidade e, Certidão Negativa de Débito – CND n.º 00652200-14621003, fornecida em data de 06/06/2000, pela agência do INSS, desta cidade; ***procede-se a esta averbação para constar a demolição da casa de madeira coberta com telhas existente sobre o imóvel desta matrícula.*** Deste:- 315,000 VRC. – R$ 23,62. O referido é verdade e dou fé. Jagva., 06/06/00. O OFICIAL:- [illegible]

AVERBAÇÃO AV3/10.909:- Prot. n.º 27.797, fls. 43v.º do Livro n.º 1-F, datado de 06/06/2000. Nos termos do requerimento feito em data de hoje ao Sr. Oficial deste Registro Imobiliário e ao qual foi apresentada Certidão n.º 27/2000, fornecida em data de 06/06/2000, pela Prefeitura Municipal desta cidade e, Certidão Negativa de Débito – CND n.º 00652200-14621003, fornecida em data de 05/06/2000, pela agência do INSS, desta cidade; ***procede-se a esta averbação para constar que sobre o imóvel da presente matrícula foi construída no ano de 1998, uma casa residencial em alvenaria, coberta com telhas de barro, com a área de 130,20 m2, tendo a mesma o valor venal de R$ 11.900,40 (onze mil, novecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) e sua numeração predial é n.º 338.*** Deste:- 2.156,000 VRC – R$ 161,70. O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva - Estado do Paraná, 06 de junho de 2000. O OFICIAL:- [illegible]

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

CONTINUAÇÃO

REGISTRO R4/10.909:- Prot. n.º 27.892 – fls.45V.º do livro n.º 1/F, datado de 29/06/2000. Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda e Mútuo com Pacto Adjeto de Hipoteca e outras Obrigações, lavrada às fls.144/153, do livro n.º 165-E, das Notas da Tabeliã Simone da Silva Reis Dib, desta cidade, o imóvel constante da presente matrícula foi adquirido em sua totalidade pelo Sr. [illegible] e sua esposa Sra. **HELOISA MARIA** [illegible] inscrita no CIC [illegible] e sua esposa Sra. [illegible] inscrita no CIC [illegible] comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados nesta cidade; por cessão do Sr. [illegible] turma, portador [illegible] e sua mulher [illegible] C.I. RG n.º 3.35[illegible] residentes nesta cidade, nesta cidade, pelo preço de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). GRM-ITBI n.º 258/2000 – Certidão Negativa Municipal n.º 0316/2000, datada de 26/06/2000; e, Certidões Negativas de Débitos do Tributos Estaduais n.ºs 201611-34 e 202295-56 datadas de 26/06/2000. Dcmtos: 4.312,000 VRC – R$ 323,40. O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva, 30 de Junho de 2000. O OFICIAL:-

REGISTRO R5/10.909:- Prot. n.º 27.892 – fls.45V.º do livro n.º 1/F, datado de 29/06/2000. Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda e Mútuo com Pacto Adjeto de Hipoteca e outras Obrigações, lavrada às fls.144/153, do livro n.º 165-E, das Notas da Tabeliã Simone da Silva Reis Dib, desta cidade, o imóvel constante da presente matrícula foi adquirido em sua totalidade pelo Sr. **JAIRO CRAGNANO DE SOUZA** e sua esposa Sra. **HELOISA MARIA** [illegible] inscrita no CIC [illegible] e sua esposa Sra. [illegible] inscrita no CIC [illegible] comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados nesta cidade; por cessão do Sr. [illegible] turma, portador [illegible] e sua mulher [illegible] C.I. RG n.º 3.35[illegible] residentes nesta cidade, nesta cidade, pelo preço de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). GRM-ITBI n.º 258/2000 – Certidão Negativa Municipal n.º 0316/2000, datada de 26/06/2000; e, Certidões Negativas de Débitos do Tributos Estaduais n.ºs 201611-34 e 202295-56 datadas de 26/06/2000. Dcmtos: 4.312,000 VRC – R$ 323,40. O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva, 30 de Junho de 2000. O OFICIAL:-

REGISTRO R6/10.909:- PROTOCOLO: Nº 37.379 de 10/04/2007. De conformidade com o ofício nº 264/07, datado de 27/02/2007, do Juízo de Direito desta Comarca e Termo de Penhora datado de 12/03/2006, extraído dos Autos de Execução sob n.º 96/2002, em que é exeqüente **FAZENDA NACIONAL** e executado **JAIRO CRAGNANO DE SOUZA**; o imóvel constante da presente matrícula, encontra-se penhorado. Autos acima Dcmtos.: R$ 20[illegible] VRC 378,000 . O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva, 12 de Abril de 2007. O Oficial:-

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

93

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que tendo em vista que a parte exequente juntou aos autos a matricula solicitada pelo Avaliador Judicial, passo a proceder a remessa dos autos para o cumprimento da determinação de fl. 86 item 1
Jaguariaíva, 25 de Fevereiro de 2.012.

Cristiane Ferreira de Barros
Empregada Juramentada

REMESSA

Aos **25** de Janeiro de 2.013, faço a remessa destes autos ao Avaliador Judicial Sr. **Ézio Gonçalves,** para elaboração do cálculo de custas remanescentes.

Cristiane Ferreira de Barros
Empregada Juramentada

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

RECEBIMENTO

Aos 25 de 02 de 13

Recebo estes Autos em Cartorio

Distribuidor, Contador, Partidor,
Depositário Público e Avaliador Judicial

DEVOLUÇÃO

Aos 14 de 03 de 13

Devolvo estes Autos em cartório com: Laudo de Avaliação

Distribuidor, Contador, Partidor,
Depositário Público e Avaliador Judicial

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

94

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA - ESTADO DO PARANÁ
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR JUDICIAL E ANEXOS
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas nº16 CEP 84.200-000 Tel.(43) 3535-5194
Ezio Gonçalves - Titular
Silmara Andréia Pinheiro - Emp. Juramentada
Adriana Garcia de Pontes - Emp. Juramentada

"LAUDO DE AVALIAÇÃO"

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e treze (14/03/2013), nesta cidade e Comarca de Jaguariaíva, Estado do Paraná, República Federativa do Brasil, em cumprimento ao r. despacho de fls. 86 dos Autos nº 96/02 de Execução Fiscal, em que figuram como Exequente: Fazenda Nacional e como Executado: Jairo Graciano de Souza, dirigi-me nesta cidade e Comarca, e lá sendo, procedi à **AVALIAÇÃO** dos bens imóveis, a seguir:

I – Um lote de terras, situado a Rua: Carmelina S. de Lima, Bairro Matadouro, nesta cidade, com a área de 200,00 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações observadas de fora para dentro do imóvel: A frente para a Rua Carmelina S. de Lima medindo 10,00 metros; os fundos confronta-se com o Sr. Ildefonso dos Santos, medindo 10,00 metros; lado esquerdo confronta-se com o lote do Sr. Edison de Melo, medindo 20,00 metros; e, lado direito confronta-se com a Rua: Ubirajara Athayde, medindo 20,00 metros. Devidamente matriculado sob o nº 10.909 do CRI desta Comarca. Avalio o bem imóvel supra descrito em **R$ 20.000,00 (vinte mil reais).**

II – Uma edificação em alvenaria própria para residência, com aproximadamente 130,20 metros quadrados, coberta com telha de eternit, com forro de madeira, com baixo padrão de acabamento, em bom estado de conservação. Avalio o bem imóvel supra descrito em **R$ 98.952,00 (noventa e oito mil, novecentos e cinqüenta e dois reais).**

Perfazendo o total do presente Laudo de Avaliação do terreno e sua benfeitoria em **R$ 118.952,00 (cento e dezoito mil, novecentos e cinqüenta e dois reais).**

Esclareço que para a realização da presente avaliação, foram realizadas pesquisas junto às imobiliárias desta cidade; considerando o valor no mercado imobiliário por metro quadrado do terreno e benfeitorias, naquela região.

Para que tudo fique constado. Eu, Silmara Andréia Pinheiro, Empregada Juramentada, que digitei, conferi, dou fé e assino.

Cota do Avaliador: 2.651,42 VRC

Silmara Andréia Pinheiro
Empregada Juramentada

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

93

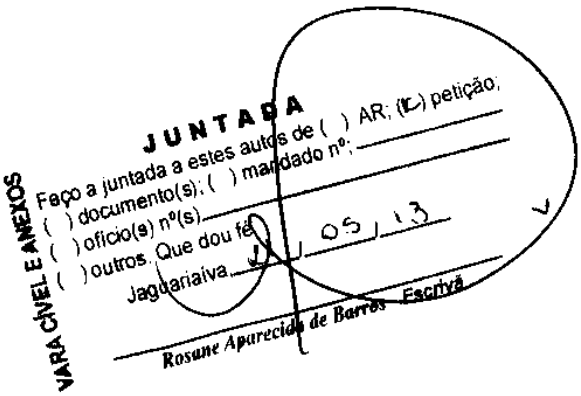
REMESSA

Aos **08** de Maio de 2.013, faço a remessa destes autos ao Leiloeiro Oficial Sr. **ANTONIO MAGNO JACOB ROCHA,** conforme determinação judicial

CRISTIANE FERREIRA DE BARROS
Empregada Juramentada

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

96

Magno Rocha
Leiloeiro Oficial e Rural

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL E ANEXOS DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA – ESTADO DO PARANÁ.

PROTOCOLO 1 MAIO 27/05/13 às 08:00:49

Autos n.º 096/2002 - Execução Fiscal

ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA, leiloeiro oficial inscrito na JUCEPAR sob o n.º 08/20-L, com escritório profissional constante no rodapé desta, onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, informar as datas de 15/08/2013, às 15:00 horas para venda dos bens em 1.ª praça, pelo valor da avaliação, e o dia 28/08/2013, às 15:00 horas, para venda do bem em 2.ª praça.

Requer, pois, a intimação das partes, na pessoa de seus respectivos advogados, da designação das praças, nos termos do artigo 687, § 5.º, do CPC.

Termos em que
Pede e Espera Deferimento.
Curitiba, 16 de Maio de 2013.

Antonio Magno Jacob da Rocha – Leiloeiro Oficial
pp. Douglas Mazzucato – Depto. Jurídico

Rua Alferes Poli, 311, Conjunto 4B – Fone/Fax: (41) 3077-8880
Curitiba – PR – CEP: 80.230-090
Email: magno@rochaleiloes.com.br

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

97

Certidão de Veiculação no Diário da Justiça

Tipo: Edital Geral - Cível JUÍZO ÚNICO - JAGUARIAÍVA
Nome do Documento: Vara Cível e Anexos - Edital de Intimação de Leilão - Jairo Graciano de Souza - Autos 96/2002
Número do Diário: 1104
Página no Diário: 1203
Data da Veiculação do Diário: 21/05/2013(Terça-feira)
Data da Publicação: Primeiro dia útil subsequente à Data da Veiculação
Data do Início do Prazo: Primeiro dia útil subsequente à Data da Publicação

JUÍZO ÚNICO - JAGUARIAÍVA
22 de Maio de 2013

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

C=E=R=T=I=F=I=C=O

CERTIFICO e dou fé que expedimos competente MANDADO de INTIMAÇÃO, entregando-o em mãos do Sr. Oficial de Justiça **ÉLIO ZUB,** para seu integral cumprimento.
Jaguariaíva, 16 de Maio de 2013.

Rosane Aparecida de Barros
Escrivã

JUNTADA
Nesta data, faço a juntada a estes autos de
( ) AR, ( ) petição, ( ) Carta Precatória
( ) documento(s), (X) Mandado nº 201811 3
( ) ofício(s) nº(s) ( ) outros. Dou fé
Jaguariaíva - PR, 24/06/13
Rosane Aparecida de Barros Escrivã
VARA CÍVEL E ANEXOS

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

98

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, nº. 16, bairro Cidade Alta, CEP: 84.200-000 – Fone/Fax (43) 3535-1256 / 3535-5940
Rosane Aparecida de Barros CPF/MF nº. 667.081.929 – Titular – Cristiane Ferreira de Barros/Graziele Teixiera Carvalho – E. Juramentadas

"=M=A=N=D=A=D=O D=E I=N=T=I=M=A=Ç=Ã=O Nº 2018 /2013="

A EXMA. SRA. DRA. THAÍS RIBEIRO FRANCO. MM. JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc...

M A N D A, ao Senhor Oficial de Justiça da Vara Cível e Anexos desta Comarca, que em cumprimento ao presente mandado, expedido dos autos de **EXECUÇÃO FISCAL**, autuado sob nº **096/2002** em que é exequente **FAZENDA NACIONAL - UNIÃO** e executado **JAIRO GRACIANO DE SOUZA** em seu cumprimento dirija-se nesta cidade e comarca e aí sendo **PROCEDA-SE** a **INTIMAÇÃO** do executado **JAIRO GRACIANO DE SOUZA** e esposa **MARIA HELOISA BERGAMO DE SOUZA**, pessoas física, regularmente inscrito no CNPJ/MF 81.175.218/0001-89, com sede na AVENIDA ANTONIO CUNHA, 106, TÉRREO, CENTRO, NA CIDADE DE JAGUARIAÍVA/PR – CEP: 84.200-000, para que fique ciente de que seu(s) bem(ns) penhorados nestes autos, serão levados a LEILÃO, sendo a 1ª Praça no dia **15/08/2013 ás 15h00min**, e a 2ª Praça no dia **25/08/2013 ás 15h00min.**

CUMPRA-SE. DADA E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Jaguariaíva/PR, aos dezesseis (16) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e treze (2013). Eu _____ Cristiane Ferreira de Barros, Emp. Juramentada do Cartório Cível e Anexos, que o digitei e o subscrevi.

ROSANE APARECIDA DE BARROS
Escrivã do Cartório Cível e Anexos
Assinatura autorizada pela Portaria 08/09

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

99

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Juízo de Direito da Comarca de Jaguariaíva – Pr

C E R T I D Ã O

Certifico que em cumprimento ao r. mandado expedido pela MM. Juíza de Direito, extraído de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL autuado sob nº 096/2002, em que é exequente **FAZENDA NACIONAL - UNIÃO** e executado(a) **JAIRO GRACIANO DE SOUZA**, me dirigi nesta cidade e Comarca, *com veículo próprio* e no endereço constante do mandado e aí sendo ***procedi a intimação dos executados*** **JAIRO GRACIANO DE SOUZA e MARIA HELOISA BERGAMO DE SOUZA,** por todo o teor do r. mandado, o qual após a leitura do mandado, exarou sua nota de ciente e aceitou a contrafé que lhes ofereci. Dou fé.

Jaguariaíva(Pr), 17 de maio de 2013.

Elio Zub – Oficial de Justiça

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

C=E=R=T=I=D=Ã=O

CERTIFICO que cumprindo o disposto no item 11, capítulo XIII da Portaria nº. 008/2009, encaminho os autos a contadoria judicial para atualização das custss, tendo em vista que a parte interessada compareceu em cartório e manifestou interesse em proceder seu pagamento.

Jaguariaíva, 05 de agosto de 2013.

Adriane Xavier da Silva
E. Juramentada

R=E=M=E=S=S=A

Aos **05 de agosto de 2013**, faço a remessa destes autos a Contadora Judicial Sra. **JULIANA REGO GONÇALVES CATARINO**.

Adriane Xavier da Silva
E. Juramentada

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

RECEBIMENTO

Aos 05 de 08 de 13

Recebo estes Autos em Cartorio

Distribuidor, Contador, Partidor,
Depositário Público e Avaliador Judicial

DEVOLUÇÃO

Aos 05 de 08 de 13

Devolvo estes Autos em cartório com

Distribuidor, Contador, Partidor,
Depositário Público e Avaliador Judicial

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

 101

CARTÓRIO CONTADOR DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA/PR

Rua: Pref. Aldo Sampaio Ribas, nº 16 - Cidade Alta
distjagva@gmail.com
(43) 3535-5194

Autor UNIÃO — **Réu** JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Autos 96/02 — **Vara** CIVEL

Conta

UNIÃO

[1] VALOR CONF. DEMONSTRATIVO DE FLS. 90.

Principal Original R$ 43.046,64	
Principal Corrigido (de 01/2013 a 08/2013)	44.155,87
Juros Moratórios de 1,00% Ao Mês (de 01/2013 a 08/2013 = 7,00%)	3.090,91
	47.246,78

Total das Parcelas: R$ 47.246,78

Honorários

Advocatícios (R$ 1.000,00 Base 08/2002)	2.127,17

Subtotal R$ 49.373,95

Custas

Escrivão

Tabela IX, Item I	(VRC 5.800,00)	R$ 817,80
Tabela IX, Item II (1 Autuação)	(VRC 66,67)	R$ 9,40
Tabela IX, Item III (2 Ofícios/Livros/Docs.)	(VRC 133,33)	R$ 18,80
1 Aviso de Publicação	(VRC 20,00)	R$ 2,82
01 - Porte AR	(VRC 39,01)	R$ 5,50

Total do Escrivão (VRC 6.059,00) R$ 854,32

Tabela XVI - Distribuidor

I. Distribuição para o Foro Judicial	(VRC 90,00)	R$ 12,69
10% pelo Processamento de Dados		R$ 1,27
Subtotal		R$ 13,96
IV. Baixa ou retificação de Distribuição	(VRC 26,03)	R$ 3,67
10% pelo Processamento de Dados		R$ 0,37
Subtotal		R$ 4,04

Total do Distribuidor (VRC 128,00) R$ 18,00

Tabela XVI - Contador

I. 2 Contas de qualquer naturaza	(VRC 65,00)	R$ 9,17
10% pelo Processamento de Dados		R$ 0,92
Subtotal		R$ 20,17
II. Conta de juros, correção monetária e prêmios	(VRC 4,00)	R$ 0,56
10% pelo Processamento de Dados		R$ 0,06
Subtotal		R$ 0,62

Total do Contador (VRC 147,00) R$ 20,79

Tabela XVII - Avaliador Judicial

Imóveis e Outros Bens - 01 - Avaliação fls. 94(R$ 0,00)	(VRC 2.651,42)	R$ 373,85

Total do Avaliador (VRC 2.651,00) R$ 373,85

Tabela XVIII - Oficial de Justiça -

Élio	(VRC 471,42)	R$ 66,47
01 - Citação fls. 52v(até 30Km)	(VRC 471,42)	R$ 66,47
01 - Intimação fls. 62(até 30Km)	(VRC 707,09)	R$ 99,70
02 - Intimações fls. 69(até 30Km)	(VRC 707,09)	R$ 99,70
02 - Intimações fls. 73(até 30Km)	(VRC 707,09)	R$ 99,70
02 - Intimações fls. 99(até 30Km)		

Total do Oficial de Justiça (VRC 3.064,00) R$ 432,04

Continua na página 2 de 2

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

102

CARTÓRIO CONTADOR DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA/PR

Rua: Pref. Aldo Sampaio Ribas, nº 16 - Cidade Alta
distjagva@gmail.com
(43) 3535-5194

Outras Custas

Taxa Judiciária(Funjus)..... (VRC 758,79) R$ 106,99

Total de Outras Custas (VRC 759,00) R$ 106,99

Total das Custas (VRC 12.808,00) R$ 1.805,99

Total da Conta R$ 51.179,94

Importa a presente conta em CINQUENTA E UM MIL CENTO E SETENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS

Memória de Cálculo

Média Aritmética entre o INPC do IBGE e o IGP-DI da FGV (Decreto nº 1.544 de 30/06/1995) de Agosto de 2002 até Agosto de 2013

Jaguariaíva, 05 de agosto de 2013

Adriana Garcia de Pontes
Emp. Juramentada

Conta: EXECUÇÃO FISCAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

VARA CÍVEL E ANEXOS

JUNTADA

Nesta data, faço a juntada aos autos de
( ) AR. ( ) petição: ( ) Carta Precatória
( ) documento(s): ( ) mandado nº.:
( ) ofício(s) nº(s): ( ) outros. Dou fé
Jaguariaiva - PR. 13/08/13

Rosane Aparecida de Barros - Escrivã

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

103

Marcelo Vanzelli
advogado

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA/PR.

Autos: 096/2002
Execução Fiscal

URGENTE

CERTIFICO QUE O(S) DOCUMENTO(S) ABAIXO RELACIONADO(S) FOI(RAM) DIGITALIZADO(S) E ANEXADO(S) AO PROJUDI EM 13/08/13 15:26 000001024

Por seu advogado infra-assinado vem, **JAIRO GRACIANO DE SOUZA** e **MARIA HELOÍSA BERGAMO DE SOUZA**, já qualificados nos autos em epígrafe, movido pela FAZENDA NACIONAL - UNIÃO, também já qualificados, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada do instrumento procuratório em anexo, o qual outorga poderes ao profissional que esta subscreve.

Outrossim, **REQUER A SUSPENSÃO DO LEILÃO DESIGNADO PARA 15/08/2013 às 15:00 hs (1ª praça) e 25/08/2013 às 15:00 hs (2ª praça)**, tendo em vista o acordo entre as partes e parcelamento do débito exeqüendo, com pagamento da primeira parcela conforme demonstram os documentos em anexo.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Wenceslau Braz, 13 de agosto de 2013.

Marcelo Vanzelli - adv.
OAB/PR: 21.593

Rua Papa João XXIII, 267 - Cep: 84950-000 - Wenceslau Braz/PR. (43) 3528-2437 – (43) 9971-6336 - vanzelliadv@hotmail.com

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

104

Marcelo Vanzelli
advogado

P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE(s):
JAIRO GRACIANO DE SOUZA, brasileiro, casado, comerciante, RG 8.809.102/SP, CPF 931.333.408-91, e **MARIA HELOÍSA BERGAMO DE SOUZA**, brasileira, casada, comerciante, RG 17.579.674/SP, CPF 163.771.078-03, ambos com endereço na Av. Antonio Cunha, 126, Jaguariaíva/PR.
OUTORGADO: MARCELO VANZELLI, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PR. sob nº 21.593, com escritório profissional na Rua Papa João XXIII, 267, Wenceslau Braz/PR., CEP: 84.950-000.

PODERES: O Outorgante acima nominado e qualificado, neste ato, nomeia e constitui seu bastante procurador e advogado o causídico acima, também devidamente nominado e qualificado, ao qual confere, amplos, gerais e ilimitados poderes, inclusive os constantes da cláusula *"AD JUDICIA"*, inscritos no art. 38 do Código de Processo Civil, para, defender os direitos e interesses do Outorgante judicial, extrajudicial ou administrativamente, podendo propor e contestar ações, desistir, transigir, fazer acordos, receber e dar quitação, efetuar levantamento de depósitos judiciais ou extrajudiciais, requerer junto a órgãos públicos e privados, requerer certidões de débitos fiscais, assinar termos de compromisso, bem como termos de caução, termo de inventariante, fazer primeiras e últimas declarações, substabelecer com ou sem reserva de iguais poderes, especialmente para defender os interesses dos outorgantes nos autos de Execução Fiscal nº 096/2002, em trâmite perante a Vara Cível da Comarca de Jaguariaíva/PR.

Wenceslau Braz, 13/08/2013.

.....
Outorgante

.....
Outorgante

Rua Papa João XXIII, 267, Wenceslau Braz/PR, Cep: 84958-0003528-2437 / 9971-6336 / 8812-9489 - vanzelliadv@hotmail.com

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

105

Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Recibo do Requerimento

12/08/2013
15:14

Dados do requerimento:

Requerimento: 201300801553
Registrado em: 12/08/2013 15:14
Nome: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
CPF / CNPJ: 81.175.218/0001-89
Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA
Unidade da Receita Federal: CAC Ponta Grossa
Tipo da Dívida: Não Previdenciária
Tipo de Requerimento: Reparcelamento
Inscrições: 90 6 02 001188-81 - 10940 401142/00-06
90 6 02 001189-62 - 10940 401142/00-06

Documentação de Legitimidade:

Ato constitutivo: Cópia Autenticada

Documentação do Serviço:

DARF: Cópia Conferida com Original
Requerimento de reparcelamento: Cópia Simples

Endereço do requerente exclusivo para fins deste requerimento:

Logradouro: ANTONIO CUNHA
Número: 106
Complemento: TERREO
Bairro: CENTRO
CEP: 84200-000
Cidade: JAGUARIAIVA
Estado: Paraná

Requerimento assinado por:

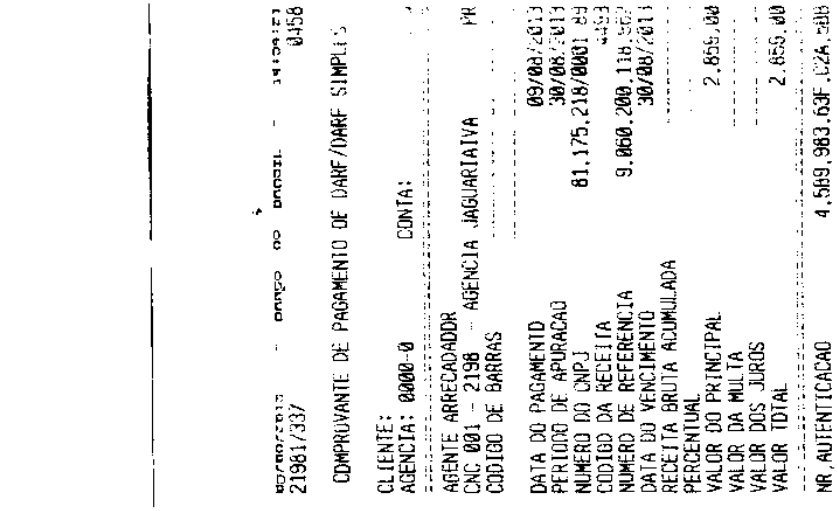
Nome: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
CPF: 81.175.218/0001-89

Avisos:

Documentação apresentada (legitimidade/serviço) com anexo eletrônico.

Para o acompanhamento da situação do requerimento e ciência do resultado, o requerente e/ou procurador deverá acessar o e-CAC da PGFN (www.pgfn.gov.br) e, após o login, acessar a opção "Consulta Requerimentos", aba "Requerimentos Protocolados". Considera-se notificado o requerente no momento do acesso ao resultado do requerimento.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU



COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DARF/DARF SIMPLES

CLIENTE:
AGENCIA: 0000-0 CONTA:

AGENTE ARRECADADOR
CNC 001 - 2198 - AGENCIA JAGUARIATIVA PR
CODIGO DE BARRAS

DATA DO PAGAMENTO 09/08/2013
PERIODO DE APURACAO 30/08/2013
NUMERO DO CNPJ 81.175.218/0001-89
CODIGO DA RECEITA 4493
NUMERO DE REFERENCIA 9.060.200.118.562
DATA DO VENCIMENTO 30/08/2013
RECEITA BRUTA ACUMULADA
PERCENTUAL
VALOR DO PRINCIPAL 2.859,00
VALOR DA MULTA
VALOR DOS JUROS
VALOR TOTAL 2.859,00

NR.AUTENTICACAO 4.569.983.63F.D2A.58B

Modelo Aprovado pela SRF - ADE
Conjunto Coirat/Cotec n. 001,DE 2006
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF

01 NOME / TELEFONE

JAIRO GRACIANO DE SOUZA

REPARCELAMENTO DÍVIDA ATIVA - PGFN - 10%
PROCESSO: 10940.401142/2000-06
RECOLHER E PROTOCOLAR ATÉ O DIA 30/08/2013

ATENÇÃO

É vedado o recolhimento de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) cujo valor total seja inferior a R$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo de mesmo código de períodos subseqüentes, até que o total seja igual ou superior a R$ 10,00.

Aprovado pela IN/RFB nº 736, de 2 de maio de 2007.

02 PERÍODO DE APURAÇÃO	→	30/08/2013
03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ	→	81.175.218/0001-89
04 CÓDIGO DA RECEITA	→	4493
05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	→	90 6 02 001189-62
06 DATA DE VENCIMENTO	→	30/08/2013
07 VALOR DO PRINCIPAL	→	2.859,00
08 VALOR DA MULTA	→	
09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69	→	
10 VALOR TOTAL	→	2.859,00
11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)		

106

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva 16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

30/08/2013 - BANCO DO BRASIL - 14:54:53
215617337 0459

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DARF/DARF SIMPLES

CLIENTE:
AGENCIA: 0000-0 CONTA: 0-0

AGENCIA ARRECADADOR PR
CH. DAT. - 2198 - AGENCIA JAGUARIAIVA
CODIGO DE BARRAS

DATA DO PAGAMENTO 09/08/2013
PERIODO DE APURACAO 30/08/2013
NUMERO NO CNPJ 81.175.218/0001 89
CODIGO DA RECEITA 1804
NUMERO DE REFERENCIA 9.0690.200.118.881
DATA DO VENCIMENTO 30/08/2013
RECEITA BRUTA ACUMULADA
PERCENTUAL
VALOR DO PRINCIPAL 1.492,00
VALOR DA MULTA
VALOR DOS JUROS
VALOR TOTAL 1.492,00

Nr. AUTENTICACAO 1.5A1.6F7.C70.660.B55

Modelo Aprovado pela SRF - ADE
Conjunto Cotat/Cotec nº 001, DE 2006
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF

01 NOME / TELEFONE

JAIRO GRACIANO DE SOUZA

REPARCELAMENTO DÍVIDA ATIVA - PGFN - 10%
PROCESSO: 10940.401142/2000-06
RECOLHER E PROTOCOLAR ATÉ O DIA 30/08/2013

ATENÇÃO

É vedado o recolhimento de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) cujo valor total seja inferior a R$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo de mesmo código de períodos subseqüentes, até que o total seja igual ou superior a R$ 10,00.

Aprovado pela IN/RFB nº 736, de 2 de maio de 2007

02 PERÍODO DE APURAÇÃO	→	30/08/2013
03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ	→	81.175.218/0001-89
04 CÓDIGO DA RECEITA	→	1804
05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	→	90 6 D2 001188-81
06 DATA DE VENCIMENTO	→	30/08/2013
07 VALOR DO PRINCIPAL	→	1.492,00
08 VALOR DA MULTA	→	
09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69	→	
10 VALOR TOTAL	→	1.492,00
11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)		

09

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

108

SERPRO

09/08/2013

MINISTÉRID DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta da Inscrição

Inscrições Localizadas: 1

Inscrições Selecionadas:

Parâmetro de Localização: 90602001189

Seções Selecionadas: Informações Gerais, Valores, Devedores-PGFN, Devedores-RFB, DEA, Débitos, Pagamentos, Parcelamentos, Execução Fiscal, Ocorrências

ATENÇÃD

OS VALORES PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS'
OS PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR$' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS REAIS'.

Inscrição 1 / 1

P G F N - CDNSULTA - 09/08/2013 09:11:37
INFDRMAÇÕES GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal: JAIRO GRACIANO DE SOUZA

CPF/CNPJ: 81175218/0001-89

Inscrição: 90 6 02 0011B9-62

Número do Processo Administrativo: 10940 401142/00-06

Situação: ATIVA COM AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO

Série da Inscrição: DO

Natureza da Dívida: TRIBUTARIA

Data da Inscrição: 06/03/2002

Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60 UFIR)

52 PAZC

Receita: 4493 - DIV.ATIVA-COFINS

Quant. de Débitos: 0030

Quant. Pagamentos: 0001

Quant. de Devedores: 0001

Quant. Parcelamentos: 0000

Valor Remanescente: R$ 7.213,30 (UFIR 9.112,61 UFIR)

Nº Judiciai: 962002

Nº de Agrupamento para Ajuizamento: 0900002902995

Nº Único de Processo Judiciai: 4913620078160100

Rep. 10%

Data de Protocoio: 15/03/2007

Data de Distribuição: 07/08/2002

Órgão de Justiça: COMARCA-JAGUARIAIVA

Data Faiência:

Valor Consoiidado: R$ 28.585,93

Procuradoria de Inscrição: PARANA

Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA

Órgão de Drigem:

Nº do Auto de Infração:

Devoiução/Arquivamento:

Juízo: 901555 - JUIZ DE DIREITO

Número do Imóvei (ITR):

Número do Imóvei (RIP):

Data da Extinção:

Motivo de Suspensão de Exigibiiidade:

Motivo da Extinção:

P G F N - CDNSULTA - 09/08/2013 09:11:37
INFDRMAÇÕES SDBRE DS VALDRES DA INSCRIÇÃD

Principai:	R$ 5.905,04
Muita:	R$ 1.667,95
Juros de Mora:	R$ 16.24B,62
Encargo Legai:	R$ 4.764,32

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

109

Valor Total: R$ 28.585,93

P G F N - CONSULTA - 09/08/2013 09:11:37
INFORMAÇÕES SOBRE OS DEVEDORES DA INSCRIÇÃO

Dados do Devedor - PGFN
Nome Completo: JAIRO GRACIAND DE SOUZA
CPF/CNPJ: 81175218/0001-89 **Tipo de Devedor:** PRINCIPAL
Atividade/Profissão: FARMACIAS, DROGAR., FLORAS MEDIC.E ENERVARIOS
Endereço: AV. ANTONIO CUNHA 106 TERREO
Bairro: CENTRO **CEP:** 84200-000
Município: JAGUARIAIVA **UF:** PR

Dados do Devedor - RFB
Nome completo: IAIRO GRACIANO DE SOUZA - ME
CPF/CNPJ: 81175218/0001-89 **Situação Cadastral:** ATIVA
CNAE/Ocupação: 4771701 - COM RCIO VAREJISTA DE PRDDUTOS FARMAC UTICOS, SEM MANIPULA O DE F RMULAS
Endereço: ANTONIO CUNHA 106 TERREO
Bairro: CENTRO **CEP:** 84200-000
Município: JAGUARIAIVA **UF:** PR
Situação do Dptante no PAES: ENCERRADA RESCISAO **Data De Dpção no PAES:**30/07/2003 **Data de Exclusão do PAES:**29/07/200S

P G F N - CONSULTA - 09/08/2013 09:11:37
INFDRMAÇÕES SOBRE OS DÉBITOS DA INSCRIÇÃO

Natureza: CONTRI8UICAO
Data Vencimento: 05/08/1994 **TIAM:** 08/08/1994 **TI Juros:** 01/09/1994
P. Apur Base/Ex: 071994 **Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nrº da Decisão**
sem alteração Nenhum motivo
Multa Mora: 20% **Valor Originário** **Valor Remanescente**
R$ 2,54 CR$ 0,00
UFIR 4,29 UFIR 0,00
Origem **Forma de Constituição**
000 - OUTROS 011 - TERMO OE CONFISSAO ESPONTANEA
Código da Notificação **Número da Notificação** **Data da Notificação**
09-PESSOAL 000000000000000000 31/03/1997

Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 09/09/1994 **TIAM:** 12/09/1994 **TI Juros:** 04/10/1994
P. Apur Base/Ex: 081994 **Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nrº da Decisão**
sem alteração Nenhum motivo
Multa Mora: 20% **Valor Originário** **Valor Remonescente**
R$ 104,22 R$ 73,78
UFIR 167,90 UFIR 118,86
Origem **Forma de Constituição**
000 - OUTROS 011 - TERMD DE CONFISSAO ESPONTANEA
Código da Notificação **Número da Notificação** **Data da Notificação**
09-PESSOAL 000000000000000000 31/03/1997

Natureza: CONTRIBUICAD
Data Vencimento: 10/10/1994 **TIAM:** 11/10/1994 **TI Juros:** 01/11/1994
P. Apur Base/Ex: 091994 **Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nrº da Decisão**
sem alteração Nenhum motivo
Multa Mora: 20% **Valor Originário** **Valor Remanescente**
R$ 180,83 R$ 180,83
UFIR 286,66 UFIR 2B6,66
Origem **Forma de Constituição**
000 - OUTROS 011 - TERMO DE CDNFISSAO ESPONTANEA

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

110

Código da Notificação 09-PESSOAL	**Número da Notificação** 00000000000000000	**Data da Notificação** 31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 10/11/1994	**TIAM:** 11/11/1994	**TI Juros:** 01/12/1994
P. Apur Base/Ex: 101994		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora sem alteração	**Motivo Alteração** Nenhum motivo	**Nrº da Decisão**
Multa Mora: 20%	**Valor Originário** R$ 186,01 UFIR 289,37	**Valor Remanescente** R$ 186,01 UFIR 289,37
Origem 000 - OUTROS	**Forma de Constituição** 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação 09-PESSOAL	**Número da Notificação** 00000000000000000	**Data da Notificação** 31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO		
Oata Vencimento: 09/12/1994	**TIAM:** 12/12/1994	**TI Juros:** 02/01/1995
P. Apur Base/Ex: 111994		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora sem alteração	**Motivo Alteração** Nenhum motivo	**Nrº da Decisão**
Multa Mora: 20%	**Valor Originário** R$ 187,05 UFIR 282,63	**Valor Remanescente** R$ 187,05 UFIR 282,63
Origem 000 - OUTROS	**Forma de Constituição** 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação 09-PESSOAL	**Número da Notificação** 00000000000000000	**Data da Notificação** 31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 10/01/1995	**TIAM:** 11/01/1995	**TI Juros:** 01/02/1995
P. Apur Base/Ex: 121994		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora sem alteração	**Motivo Alteração** Nenhum motivo	**Nrº da Decisão**
Multa Mora: 20%	**Valor Originário** R$ 107,25 UFIR 158,48	**Valor Remanescente** R$ 107,25 UFIR 158,48
Origem 000 - OUTROS	**Forma de Constituição** 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação 09-PESSOAL	**Número da Notificação** 00000000000000000	**Data da Notificação** 31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO		
Oata Vencimento: 10/02/1995	**TIAM:** 11/02/1995	**TI Juros:** 01/03/1995
P. Apur Base/Ex: 011995		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora sem alteração	**Motivo Alteração** Nenhum motivo	**Nrº da Decisão**
Multa Mora: 30%	**Valor Originário** R$ 162,04 UFIR 239,45	**Valor Remanescente** R$ 162,04 UFIR 239,45
Origem 000 - OUTROS	**Forma de Constituição** 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação 09-PESSOAL	**Número da Notificação** 00000000000000000	**Oata da Notificação** 31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 10/03/1995	**TIAM:** 11/03/1995	**TI Juros:** 03/04/1995
P. Apur Base/Ex: 021995		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora sem alteração	**Motivo Alteração** Nenhum motivo	**Nrº da Decisão**
Multa Mora: 30%	**Valor Originário** R$ 176,33 UFIR 260,57	**Valor Remanescente** R$ 176,33 UFIR 260,57
Origem	**Forma de Constituição**	

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

000 - OUTROS	011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 10/04/1995	**TIAM:** 11/04/1995	**TI Juros:** 02/05/1995
P. Apur Base/Ex: 031995		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 30%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 188,44	R$ 188,44
	UFIR 266,87	UFIR 266,87
Origem	**Forma de Constituição**	
000 - OUTROS	011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 10/05/1995	**TIAM:** 11/05/1995	**TI Juros:** 01/06/1995
P. Apur Base/Ex: 041995		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 30%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 246,81	R$ 246,81
	UFIR 349,53	UFIR 349,53
Origem	**Forma de Constituição**	
000 - OUTROS	011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 09/06/1995	**TIAM:** 10/06/1995	**TI Juros:** 03/07/1995
P. Apur Base/Ex: 051995		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 30%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 138,85	R$ 138,85
	UFIR 196,64	UFIR 196,64
Origem	**Forma de Constituição**	
000 - OUTRDS	011 - TERMO DE CONFISSAD ESPONTANEA	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 10/07/1995	**TIAM:** 11/07/1995	**TI Juros:** 01/08/1995
P. Apur Base/Ex: 061995		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 30%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 118,55	R$ 118,55
	UFIR 156,72	UFIR 156,72
Origem	**Forma de Constituição**	
000 - OUTROS	011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 10/08/1995	**TIAM:** 11/08/1995	**TI Juros:** 01/09/1995
P. Apur Base/Ex: 071995		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 30%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 183,69	R$ 183,69
	UFIR 242,84	UFIR 242,84

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

112
9

Origem	**Forma de Constituição**	
000 - OUTROS	011 - TERMD DE CONFISSAD ESPONTANEA	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAD		
Data Vencimento: 08/09/1995	**TIAM:** 09/09/1995	**TI Juros:** 02/10/1995
P. Apur Base/Ex: 081995		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nr° da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 30%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 57,20	R$ 57,20
	UFIR 75,62	UFIR 75,62
Origem	**Forma de Constituição**	
000 - OUTROS	011 - TERMD DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 10/10/1995	**TIAM:** 11/10/1995	**TI Juros:** 01/11/1995
P. Apur Base/Ex: 091995		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nr° da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 30%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 88,80	R$ 88,80
	UFIR 111,67	UFIR 111,67
Origem	**Forma de Constituição**	
000 - OUTRDS	011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 10/11/1995	**TIAM:** 11/11/1995	**TI Juros:** 01/12/1995
P. Apur Base/Ex: 101995		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nr° da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 30%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 169,60	R$ 169,60
	UFIR 213,27	UFIR 213,27
Origem	**Forma de Constituição**	
000 - OUTROS	011 - TERMD DE CONFISSAD ESPONTANEA	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 08/12/1995	**TIAM:** 09/12/1995	**TI Juros:** 02/01/1996
P. Apur Base/Ex: 111995		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nr° da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 30%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 165,66	R$ 165,66
	UFIR 208,32	UFIR 208,32
Origem	**Forma de Constituição**	
000 - DUTROS	011 - TERMO DE CDNFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	31/03/1997
Natureza: CONTRIBU1CAO		
Data Vencimento: 10/01/1996	**TIAM:** 11/01/1996	**TI Juros:** 01/02/1996
P. Apur Base/Ex: 121995		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nr° da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 30%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 60,30	R$ 60,30

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

113

UFIR 72,76

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 09/02/1996
P. Apur Base/Ex: 011996
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAD ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000
TIAM: 10/02/1996
Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 184,04
UFIR 222,08

UFIR 72,76

Data da Notificação
31/03/1997
TI Juros: 01/03/1996
Data da Declaração:
Nrº da Decisão
Valor Remanescente
R$ 184,04
UFIR 222,08

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 08/03/1996
P. Apur Base/Ex: 021996
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAD ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000
TIAM: 09/03/1996
Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 67,40
UFIR 81,33

Data da Notificação
31/03/1997
TI Juros: 01/04/1996
Data da Declaração:
Nrº da Decisão
Valor Remanescente
R$ 67,40
UFIR 81,33

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 10/04/1996
P. Apur Base/Ex: 031996
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000
TIAM: 11/04/1996
Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 119,56
UFIR 144,27

Data da Notificação
31/03/1997
TI Juros: 02/05/1996
Data da Declaração:
Nrº da Decisão
Valor Remanescente
R$ 119,56
UFIR 144,27

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 10/05/1996
P. Apur Base/Ex: 041996
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000
TIAM: 11/05/1996
Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 175,58
UFIR 211,87

Data da Notificação
31/03/1997
TI Juros: 03/06/1996
Data da Declaração:
Nrº da Decisão
Valor Remanescente
R$ 175,58
UFIR 211,87

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 10/06/1996
P. Apur Base/Ex: 051996
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000
TIAM: 11/06/1996
Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário

Data da Notificação
31/03/1997
TI Juros: 01/07/1996
Data da Declaração:
Nrº da Decisão
Valor Remanescente

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

114

	R$ 211,18 UFIR 254,83	R$ 211,18 UFIR 254,83
Origem 000 - OUTROS	**Forma de Constituição** 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação 09-PESSOAL	**Número da Notificação** 000000000000000000	**Data da Notificação** 31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO **Data Vencimento:** 10/07/1996 **P. Apur Base/Ex:** 061996	**TIAM:** 11/07/1996	**TI Juros:** 01/08/1996 **Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora sem alteração	**Motivo Alteração** Nenhum motivo	**Nrº da Decisão**
Multa Mora: 30%	**Valor Originário** R$ 137,86 UFIR 155,82	**Valor Remanescente** R$ 137,86 UFIR 155,82
Origem 000 - OUTROS	**Forma de Constituição** 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação 09-PESSOAL	**Número da Notificação** 000000000000000000	**Data da Notificação** 31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO **Data Vencimento:** 09/08/1996 **P. Apur Base/Ex:** 071996	**TIAM:** 10/08/1996	**TI Juros:** 02/09/1996 **Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora sem alteração	**Motivo Alteração** Nenhum motivo	**Nrº da Decisão**
Multa Mora: 30%	**Valor Originário** R$ 359,40 UFIR 406,23	**Valor Remanescente** R$ 359,40 UFIR 406,23
Origem 000 - OUTROS	**Forma de Constituição** 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação 09-PESSOAL	**Número da Notificação** 000000000000000000	**Data da Notificação** 31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO **Data Vencimento:** 10/09/1996 **P. Apur Base/Ex:** 081996	**TIAM:** 11/09/1996	**TI Juros:** 01/10/1996 **Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora sem alteração	**Motivo Alteração** Nenhum motivo	**Nrº da Decisão**
Multa Mora: 30%	**Valor Originário** R$ 299,63 UFIR 338,67	**Valor Remanescente** R$ 299,63 UFIR 338,67
Origem 000 - OUTROS	**Forma de Constituição** 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação 09-PESSOAL	**Número da Notificação** 000000000000000000	**Data da Notificação** 31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO **Data Vencimento:** 10/10/1996 **P. Apur Base/Ex:** 091996	**TIAM:** 11/10/1996	**TI Juros:** 01/11/1996 **Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora sem alteração	**Motivo Alteração** Nenhum motivo	**Nrº da Decisão**
Multa Mora: 30%	**Valor Originário** R$ 332,60 UFIR 375,94	**Valor Remanescente** R$ 332,60 UFIR 375,94
Origem 000 - OUTROS	**Forma de Constituição** 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação 09-PESSOAL	**Número da Notificação** 000000000000000000	**Data da Notificação** 31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO **Data Vencimento:** 08/11/1996 **P. Apur Base/Ex:** 101996	**TIAM:** 09/11/1996	**TI Juros:** 02/12/1996 **Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora sem alteração	**Motivo Alteração** Nenhum motivo	**Nrº da Decisão**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

115

Multa Mora: 30%

Valor Originário
R$ 460,00
UFIR 519,95

Valor Remanescente
R$ 460,00
UFIR 519,95

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 10/12/1996
P. Apur Base/Ex: 111996
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
00000000000000000

TIAM: 11/12/1996

Motivo Alteração
Nenhum motivo

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 02/01/1997
Data da Declaração:
Nrº da Decisão

Valor Originário
R$ 431,60
UFIR 487,84

Valor Remanescente
R$ 431,60
UFIR 487,84

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 10/01/1997
P. Apur Base/Ex: 121996
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
00000000000000000

TIAM: 11/01/1997

Motivo Alteração
Nenhum motivo

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 03/02/1997
Data da Declaração:
Nrº da Decisão

Valor Originário
R$ 335,26
UFIR 368,09

Valor Remanescente
R$ 335,26
UFIR 368,09

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
00000000000000000

Data da Notificação
31/03/1997

P G F N - CONSULTA - 09/08/2013 09:11:37
INFORMAÇÕES SOBRE OS PAGAMENTOS EFETUADOS

Data Lim. Pag.	Data Arrec.	Valor Recolhido	Referência	Órgão	Data Recepção	Bco./Ag.	Nº Arquivamento	Tipo de Crédito	Nº Doc SENDA
30/07/2003	30/07/2003	R$ 163,30	ANTECIPACAO 9999999		24/09/2005	999/9999-9	999999999999	Amortização PAES	

P G F N - CONSULTA - 09/08/2013 09:11:37
INFORMAÇÕES BÁSICAS DA EXECUÇÃO

A Execução Fiscal vinculada a esta Inscrição só pode ser impressa no Sistema de Acompanhamento Judicial

P G F N - CONSULTA - 09/08/2013 09:11:37
INFORMAÇÕES DE OCORRÊNCIAS

Data	Descrição
06/03/2002	Ocorrência: INSCRICAO
	Situação: ATIVA A SER COBRADA
06/04/2002	Ocorrência: CADASTR SOLIC PARCELAMENTO
	Situação: SEM ALTERACAO DA SITUACAO
06/04/2002	Ocorrência:
	Situação: ATIVA NAO AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
06/04/2002	Ocorrência: SUSPENSAO ATIVIDADES DA INSC
	Situação: ATIVA NAO AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
11/05/2002	Ocorrência: CANC PEDIDO CONCESSAO PARCEL
	Situação: ATIVA A SER AJUIZADA
27/05/2002	Ocorrência: EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

116

	Situação:	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
Data	**Descrição**	
27/05/2002	Ocorrência:	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTD
		SETOR SECIAC OFICIO E31336/2002
13/07/2002	Ocorrência:	SEGUNDA COBRANCA
	Situação:	ATIVA AJUIZADA
01/08/2002	Ocorrência:	CADASTR SOLIC PARCELAMENTO
	Situação:	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/08/2002	Ocorrência:	
	Situação:	ATIVA AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO DE PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
01/08/2002	Ocorrência:	SUSPENSAO ATIVIOADES DA INSC
	Situação:	ATIVA AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO DE PARCELAMENTO SIMPLIFICAOO
Data	**Descrição**	
21/08/2002	Ocorrência:	CADASTRAMENTO EXECUCAO FISCAL
		N. EXECUCAO - 9000 02 902995-28
	Usuário:	POR MAT. 000000853
	Situação:	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
07/09/2002	Ocorrência:	CANC PEDIDO CONCESSAO PARCEL
	Situação:	ATIVA AJUIZADA
30/11/2003	Ocorrência:	SUSPENSAO EXIGIBILI. CREDITO
	Situação:	ATIVA COM AJUIZAMENTO SUSPENSO EM RAZAO DA LEI 10.684/2003 - PAES
24/09/2005	Ocorrência:	ENCERRADO POR RESCISAO PAES
	Situação:	ATIVA AJUIZADA
24/09/2005	Ocorrência:	INCLUSAO DE PAGAMENTO - PAES
		ARREC 30/07/2003 VALOR R$ 163,30
Data	**Descrição**	
19/12/2009	Ocorrência:	MUDANCA P(S)FN RESPONSAVEL
		ATUAL - PONTA GROSSA ANT - PARANA
		MOTIVO - ATUALI2ACAO TABELA MUNICIPIOS
05/05/2013	Ocorrência:	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO
	Situação:	SEM ALTERACAO DA SITUACAO

FIM DO RELATÓRID DE CONSULTA

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

114

Imprimir

SERPRO

09/08/2013

MINISTÉRIO OA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta da Inscrição

Inscrições Localizadas: 1

Inscrições Selecionadas:

Parâmetro de Localização: 90602001188

Seções Selecionadas: Informações Gerais, Valores, Devedores-PGFN, Devedores-RFB, DEA, Débitos, Pagamentos, Parcelamentos, Execução Fiscal, Ocorrências

ATENÇÃO

OS VALORES PRECEDIDDS PELA CIFRA 'CR' CORRESPDNDEM A 'CRUZEIROS'
OS PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR$' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS REAIS'.

Inscrição 1 / 1

P G F N - CONSULTA - 09/08/2013 09:10:54
INFDRMAÇÕES GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
CPF/CNPJ: 81175218/0001-89
Inscrição: 90 6 02 001188-81
Número do Processo Administrativo: 10940 401142/00-06
Situação: ATIVA COM AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Série da Inscrição: DO
Natureza da Dívida: TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 06/03/2002
Valor Inscrito: (UFIR 4.743,41 UFIR)
Receita: 1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Quant. de Débitos: 0032
Quant. Pagamentos: 0001
Quant. de Devedores: 0001
Quant. Parcelamentos: 0000
Valor Remanescente: (UFIR 4.711,25 UFIR)
Nº Judicial: 962002
Nº de Agrupamento para Ajuizamento: 0900002902995
Nº Único de Processo Judicial: 49136200781601OO
Data de Protocolo: 15/03/2007
Data de Oistribuição: 07/08/2002
Órgão de Justiça: COMARCA-JAGUARIAIVA
Data Falência:
Valor Consolidado: R$ 14.911,35
Procuradoria de Inscrição: PARANA
Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA
Órgão de Origem:
Nº do Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Juízo: 901555 - JUIZ DE DIREITO
Número do Imóvel (ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:
Motivo da Extinção:

27 PAF

Exp. 10'6

P G F N - CDNSULTA - 09/08/2013 09:10:54
INFORMAÇÕES SOBRE OS VALORES DA INSCRIÇÃO

Principal:	R$ 3.078,37
Multa:	R$ 852,84
Juros de Mora:	R$ 8.494,92

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

1180

Encargo Legal: R$ 2.485,22
Valor Total: R$ 14.911,35

P G F N - CONSULTA - 09/08/2013 09:10:54
INFORMAÇÕES SOBRE OS DEVEDORES DA INSCRIÇÃO

Dados do Devedor - PGFN
Nome Completo: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
CPF/CNPJ: 81175218/0001-89 **Tipo de Devedor:** PRINCIPAL
Atividade/Profissão: FARMACIAS, OROGAR., FLORAS MEDIC.E ENERVARIOS
Endereço: AV. ANTONIO CUNHA 106 TERREO
Bairro: CENTRO **CEP:** 84200-000
Município: JAGUARIAIVA **UF:** PR

Dados do Devedor - RFB
Nome completo: JAIRO GRACIANO DE SOUZA - ME
CPF/CNPJ: 81175218/0001-89 **Situação Cadastral:** ATIVA
CNAE/Ocupação: 4771701 - COM RCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMAC UTICOS, SEM MANIPULA O OE F RMULAS
Endereço: ANTONIO CUNHA 106 TERREO
Bairro: CENTRO **CEP:** 84200-000
Município: JAGUARIAIVA **UF:** PR
Situação do Optante no PAES: ENCERRADA RESCISAO **Data De Opção no PAES:**30/07/2003 **Data de Exclusão do PAES:**29/07/2005

P G F N - CONSULTA - 09/08/2013 09:10:54
INFORMAÇÕES SOBRE OS DÉBITOS DA INSCRIÇÃO

Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 30/06/1994
P. Apur Base/Ex: 051994
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 20%

TIAM: 01/07/1994

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
CR$ 47.272,69
UFIR 31,13
Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPDNTANEA
Número da Notificação
00000000000000000

TI Juros: 01/07/1994
Data da Declaração:
Nrº da Decisão

Valor Remanescente
CR$ 6.584,32
UFIR 4,33

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL

Data da Notificação
31/03/1997

Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 29/07/1994
P. Apur Base/Ex: 061994
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 20%

TIAM: 01/08/1994

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 42,43
UFIR 72,44
Forma de Constituição
011 - TERMD DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
00000000000000000

TI Juros: 01/08/1994
Data da Declaração:
Nrº da Decisão

Valor Remanescente
R$ 42,43
UFIR 72,44

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL

Data da Notificação
31/03/1997

Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 31/0B/1994
P. Apur Base/Ex: 071994
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 20%

TIAM: 01/09/1994

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 64,05
UFIR 105,36
Forma de Constituição

TI Juros: 01/09/1994
Data da Declaração:
Nrº da Decisão

Valor Remanescente
R$ 64,05
UFIR 105,36

Origem

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

119

000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 30/09/1994
P. Apur Base/Ex: 081994
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 20%

011 - TERMO DE CONFISSAO ESPDNTANEA
Número da Notificação
00000000000000000

TIAM: 04/10/1994

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 52,11
UFIR 83,95

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 04/10/1994
Data da Declaração:
Nr° da Decisão

Valor Remanescente
R$ 52,11
UFIR 83,95

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 31/10/1994
P. Apur Base/Ex: 091994
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 20%

Forma de Constituição
011 - TERMO OE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
00000000000000000

TIAM: 01/11/1994

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 90,41
UFIR 143,32

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 01/11/1994
Data da Declaração:
Nr° da Decisão

Valor Remanescente
R$ 90,41
UFIR 143,32

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSDAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 30/11/1994
P. Apur Base/Ex: 101994
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 20%

Forma de Constituição
011 - TERMD DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
00000000000000000

TIAM: 01/12/1994

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 93,00
UFIR 144,67

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 01/12/1994
Data da Declaração:
Nr° da Decisão

Valor Remanescente
R$ 93,00
UFIR 144,67

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 29/12/1994
P. Apur Base/Ex: 111994
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 20%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
00000000000000000

TIAM: 02/01/1995

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Driginário
R$ 93,52
UFIR 141,31

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 02/01/1995
Data da Declaração:
Nr° da Decisão

Valor Remanescente
R$ 93,52
UFIR 141,31

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 31/01/1995
P. Apur Base/Ex: 121994
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 20%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
00000000000000000

TIAM: 01/02/1995

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 53,62
UFIR 79,23

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 01/02/1995
Data da Declaração:
Nr° da Decisão

Valor Remanescente
R$ 53,62
UFIR 79,23

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

100

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 24/02/1995
P. Apur Base/Ex: 011995
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 25/02/1995

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 81,01
UFIR 119,71

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 01/03/1995
Data da Declaração:
Nrº da Decisão

Valor Remanescente
R$ 81,01
UFIR 119,71

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 31/03/1995
P. Apur Base/Ex: 021995
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 01/04/1995

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 88,16
UFIR 130,27

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 03/04/1995
Data da Declaração:
Nrº da Decisão

Valor Remanescente
R$ 88,16
UFIR 130,27

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 28/04/1995
P. Apur Base/Ex: 031995
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAD ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 29/04/1995

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 94,22
UFIR 133,43

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 02/05/1995
Data da Declaração:
Nrº da Decisão

Valor Remanescente
R$ 94,22
UFIR 133,43

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 31/05/1995
P. Apur Base/Ex: 041995
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 01/06/1995

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 123,40
UFIR 174,76

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 01/06/1995
Data da Declaração:
Nrº da Decisão

Valor Remanescente
R$ 123,40
UFIR 174,76

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 30/06/1995
P. Apur Base/Ex: 051995
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 01/07/1995

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 69,42

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 03/07/1995
Data da Declaração:
Nrº da Decisão

Valor Remanescente
R$ 69,42

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 31/07/1995
P. Apur Base/Ex: 061995
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

UFIR 98,31
Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 01/08/1995

Motivo Aiteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 59,27
UFIR 78,35

UFIR 98,31

Data da Notlficação
31/03/1997

TI Juros: 01/08/1995
Data da Declaração:
Nr° da Decisão

Valor Remanescente
R$ 59,27
UFIR 7B,35

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 31/08/1995
P. Apur Base/Ex: 071995
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Muita Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 01/09/1995

Motivo Aiteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 91,84
UFIR 121,41

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 01/09/1995
Data da Declaração:
Nr° da Decisão

Valor Remanescente
R$ 91,84
UFIR 121,41

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 29/09/1995
P. Apur Base/Ex: 081995
Alteração de % Muita Mora
sem alteração
Muita Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 30/09/1995

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 28,60
UFIR 37,81

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 02/10/1995
Data da Declaração:
Nr° da Decisão

Vaior Remanescente
R$ 28,60
UFIR 37,B1

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 31/10/1995
P. Apur Base/Ex: 091995
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Muita Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO OE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 01/11/1995

Motivo Aiteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 44,40
UFIR 55,83

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 01/11/1995
Data da Declaração:
Nr° da Decisão

Vaior Remanescente
R$ 44,40
UFIR 55,83

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 30/11/1995
P. Apur Base/Ex: 101995
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO OE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 01/12/1995

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Vaior Originário

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 01/12/1995
Data da Declaração:
Nr° da Decisão

Vaior Remanescente

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

122

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 29/12/1995
P. Apur Base/Ex: 111995
Alteração de % Muita Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

R$ 84,80
UFIR 106,63
Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 30/12/1995

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 82,83
UFIR 104,16

R$ 84,80
UFIR 106,63

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 02/01/1996
Data da Declaração:
Nr° da Decisão

Valor Remanescente
R$ 82,83
UFIR 104,16

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 31/01/1996
P. Apur Base/Ex: 121995
Alteração de % Muita Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 01/02/1996

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 30,15
UFIR 36,38

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 01/02/1996
Data da Declaração:
Nr° da Decisão

Valor Remanescente
R$ 30,15
UFIR 36,38

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 29/02/1996
P. Apur Base/Ex: 011996
Alteração de % Muita Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 01/03/1996

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 88,34
UFIR 106,60

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 01/03/1996
Data da Declaração:
Nr° da Decisão

Valor Remanescente
R$ 88,34
UFIR 106,60

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 29/03/1996
P. Apur Base/Ex: 021996
Alteração de % Muita Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 30/03/1996

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 32,35
UFIR 39,03

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 01/04/1996
Data da Declaração:
Nr° da Decisão

Valor Remanescente
R$ 32,35
UFIR 39,03

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 30/04/1996
P. Apur Base/Ex: 031996
Alteração de % Muita Mora
sem alteração

Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 01/05/1996

Motivo Alteração
Nenhum motivo

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 02/05/1996
Data da Declaração:
Nr° da Decisão

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

103

Muita Mora: 30%	**Valor Originário** R$ 57,39 UFIR 69,25	**Valor Remanescente** R$ 57,39 UFIR 69,25
Origem 000 - OUTROS	**Forma de Constituição** 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação 09-PESSOAL	**Número da Notificação** 000000000000000000	**Data da Notificação** 31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 31/05/1996	**TIAM:** 01/06/1996	**TI Juros:** 03/06/1996
P. Apur Base/Ex: 041996		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora sem alteração	**Motivo Alteração** Nenhum motivo	**Nrº da Decisão**
Muita Mora: 30%	**Valor Originário** R$ 84,28 UFIR 101,70	**Valor Remanescente** R$ 84,28 UFIR 101,70
Origem 000 - OUTROS	**Forma de Constituição** 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação 09-PESSOAL	**Número da Notificação** 000000000000000000	**Data da Notificação** 31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 28/06/1996	**TIAM:** 29/06/1996	**TI Juros:** 01/07/1996
P. Apur Base/Ex: 051996		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora sem alteração	**Motivo Alteração** Nenhum motivo	**Nrº da Decisão**
Muita Mora: 30%	**Valor Originário** R$ 101,36 UFIR 122,31	**Valor Remanescente** R$ 101,36 UFIR 122,31
Origem 000 - OUTROS	**Forma de Constituição** 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação 09-PESSOAL	**Número da Notificação** 000000000000000000	**Data da Notificação** 31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 31/07/1996	**TIAM:** 01/08/1996	**TI Juros:** 01/08/1996
P. Apur Base/Ex: 061996		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora sem alteração	**Motivo Alteração** Nenhum motivo	**Nrº da Decisão**
Muita Mora: 30%	**Valor Originário** R$ 66,17 UFIR 74,79	**Valor Remanescente** R$ 66,17 UFIR 74,79
Origem 000 - OUTROS	**Forma de Constituição** 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação 09-PESSOAL	**Número da Notificação** 000000000000000000	**Data da Notificação** 31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 30/08/1996	**TIAM:** 31/08/1996	**TI Juros:** 02/09/1996
P. Apur Base/Ex: 071996		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora sem alteração	**Motivo Alteração** Nenhum motivo	**Nrº da Decisão**
Muita Mora: 30%	**Valor Originário** R$ 172,51 UFIR 194,99	**Valor Remanescente** R$ 172,51 UFIR 194,99
Origem 000 - OUTROS	**Forma de Constituição** 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	
Código da Notificação 09-PESSOAL	**Número da Notificação** 000000000000000000	**Data da Notificação** 31/03/1997
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 30/09/1996	**TIAM:** 01/10/1996	**TI Juros:** 01/10/1996
P. Apur Base/Ex: 081996		**Data da Declaração:**
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

120
Q

sem alteração
Multa Mora: 30%

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 31/10/1996
P. Apur Base/Ex: 091996
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 143,82
UFIR 162,56
Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 01/11/1996

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 159,65
UFIR 180,45
Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 30/11/1996

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 220,80
UFIR 249,57
Forma de Constituição
011 - TERMD OE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 31/12/1996

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 207,17
UFIR 234,16
Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

TIAM: 01/02/1997

Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 160,92
UFIR 176,67
Forma de Constituição
011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Número da Notificação
000000000000000000

Valor Remanescente
R$ 143,82
UFIR 162,56

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 01/11/1996
Data da Declaração:
Nrº da Decisão

Valor Remanescente
R$ 159,65
UFIR 180,45

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 02/12/1996
Data da Declaração:
Nrº da Decisão

Valor Remanescente
R$ 220,80
UFIR 249,57

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 02/01/1997
Data da Declaração:
Nrº da Decisão

Valor Remanescente
R$ 207,17
UFIR 234,16

Data da Notificação
31/03/1997

TI Juros: 03/02/1997
Data da Declaração:
Nrº da Decisão

Valor Remanescente
R$ 160,92
UFIR 176,67

Data da Notificação
31/03/1997

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 30/11/1996
P. Apur Base/Ex: 101996
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 30/12/1996
P. Apur Base/Ex: 111996
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 31/01/1997
P. Apur Base/Ex: 121996
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 30%

Origem
000 - OUTROS
Código da Notificação
09-PESSOAL

P G F N - CONSULTA - 09/08/2013 09:10:54
INFORMAÇÕES SOBRE OS PAGAMENTOS EFETUADOS

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

185

Data Lim. Pag.	Data Arrec.	Valor Recolhido	Referência	Órgão	Data Recepção	Bco./Ag.	Nº Arquivamento	Tipo de Crédito	Nº Doc SENDA
30/07/2003	30/07/2003	R$ 82,93	ANTECIPACAO	9999999	24/09/2005	999/9999-9	999999999999	Amortização PAES	

P G F N - CONSULTA - 09/08/2013 09:10:54
INFORMAÇÕES BÁSICAS DA EXECUÇÃO

A Execução Fiscal vinculada a esta Inscrição só pode ser impressa no Sistema de Acompanhamento Judicial

P G F N - CONSULTA - 09/08/2013 09:10:54
INFORMAÇÕES DE OCORRÊNCIAS

Data	Descrição
06/03/2002	Ocorrência: INSCRICAO
	Situação: ATIVA A SER COBRADA
06/04/2002	Ocorrência: CADASTR SOLIC PARCELAMENTO
	Situação: SEM ALTERACAO DA SITUACAO
06/04/2002	Ocorrência:
	Situação: ATIVA NAO AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
06/04/2002	Ocorrência: SUSPENSAO ATIVIDADES DA INSC
	Situação: ATIVA NAO AJUIZADA EM PRDCESSO DE CDNCESSAO PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
11/05/2002	Ocorrência: CANC PEOIDO CONCESSAO PARCEL
	Situação: ATIVA A SER AJUIZADA
27/05/2002	Ocorrência: EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	Situação: ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
Data	**Descrição**
27/05/2002	Ocorrência: EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
	SETOR SECIAC OFICIO E31336/2002
13/07/2002	Ocorrência: SEGUNDA COBRANCA
	Situação: ATIVA AJUIZA0A
01/08/2002	Ocorrência: CADASTR SOLIC PARCELAMENTO
	Situação: SEM ALTERACAO DA SITUACAD
01/08/2002	Ocorrência:
	Situação: ATIVA AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO DE PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
01/08/2002	Dcorrência: SUSPENSAO ATIVI0A0ES DA INSC
	Situação: ATIVA AJUIZADA EM PROCESSO OE CONCESSAO DE PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
Data	**Descrição**
21/08/2002	Ocorrência: CADASTRAMENTO EXECUCAO FISCAL
	N. EXECUCAO - 9000 02 90299S-28
	Usuário: POR MAT. 000000853
	Situação: SEM ALTERACAO DA SITUACAO
07/09/2002	Ocorrência: CANC PEDIDO CONCESSAO PARCEL
	Situação: ATIVA AJUIZADA
30/11/2003	Ocorrência: SUSPENSAO EXIGIBILI. CREDITO
	Situação: ATIVA COM AJUIZAMENTO SUSPENSD EM RAZAO DA LEI 10.684/2003 - PAES
24/09/2005	Ocorrência: ENCERRADO POR RESCISAO PAES
	Situação: ATIVA AJUIZADA
24/09/2005	Ocorrência: INCLUSAO DE PAGAMENTO - PAES
	ARREC 30/07/2003 VALOR R$ 82,93
Data	**Descrição**
19/12/2009	Ocorrência: MUDANCA P(S)FN RESPONSAVEL
	ATUAL - PDNTA GROSSA ANT - PARANA
	MOTIVO - ATUALIZACAO TABELA MUNICIPIOS
05/05/2013	Ocorrência: INCLUSAO NUMERD DE AGRUPAMENTO
	Situação: SEM ALTERACAO DA SITUACAO

FIM DO RELATÓRIO DE CONSULTA

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

126

CONCLUSÃO

Aos **13 de agosto de 2013**, encaminho o presente feito concluso ao MM. Juiz de Direito desta Comarca, **Dr. FÁBIO LUIS DECOUSSAU MACHADO.**

Rosane Aparecida de Barros
Escrivã

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

134
0

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA CÍVEL
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 -
Fone: (43) 3535-1256

Autos nº 96.2002

1. Trata-se de execução fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em Face de Jairo Graciano de Souza onde o Executado noticia o parcelamento da dívida e requer o cancelamento do leilão agendado.

2. Analisando-se os documentos juntados as fls. 105/125, nota-se que o parcelamento foi realizado, assim, para evitar eventuais prejuízos às partes, e tendo em vista que o débito continuará garantido pela penhora, cancelo, por ora, o leilão designado.

3. Intime-se a Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, dar regular andamento ao feito, requerendo o que for de seu interesse.

4. Intimações e diligências necessárias.

Jaguariaíva, 15 de agosto de 2013.

Fábio Luis Decoussau Machado
Juiz de Direito

RECEBIMENTO
Recebi os presentes autos do M.M. Juiz de Direito Dr. **FÁBIO LUIS DECOUSSAU MACHADO.**
Dou fé
Jaguariaiva, 15 de agosto de 2.013
Rosane Aparecida de Barros
Escrivã do Cível

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

128

CARTÓRIO CÍVEL E ANEXOS 26/08/13 14:23 0000545

Magno Rocha
Leiloeiro Oficial e Rural

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA – ESTADO DO PARANÁ.

Autos n.º 096/2002 – Execução Fiscal

ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCEPAR sob o n.º 80/20-L, com endereço profissional no rodapé desta, tendo em vista o cancelamento do leilão por pagamento do débito, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, solicitar a intimação da parte executada, para que efetue o pagamento da comissão estipulada em edital publicado no Diário da Justiça, sendo arbitrada na razão de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, no valor de R$ 2.379,04 (dois mil trezentos e setenta e nove reais com quatro centavos), a título de ressarcimento pelas despesas.

Informa, ainda, os dados para pagamento:

Banco HSBC
Agência: 1708
Conta corrente: 001B3-30
Antonio Magno Jacob da Rocha - CPF 016.585.929-64

Termos em que Pede e Espera Deferimento.

Curitiba, 16 de Agosto de 2013.

Antonio Magno Jacob da Rocha - Leloeiro

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

REMESSA

Aos 13 dias do mês de Setembro de 2013, abro vista destes autos ao Procurador da Fazenda Nacional.

Rosane Aparecida de Barros
Escrivã da Vara Cível e Anexos

129

MM JUIZ (A)

A UNIÃO REQUER A SUSPENSÃO do feito por **01 (um) ano,** em razão do parcelamento, conforme extrato acostado à contracapa.
NTPD.

Juliana Sgorlon Tironi Romegna
Procuradora da Fazenda Nacional
SIAPE 1701877

19/09/13

CARTÓRIO CÍVEL E ANEXOS 18/10/13 15:23 000047

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

130

C=E=R=T=I=D=Ã=O

CERTIFICO, e dou fé por delegação de poderes conferidos a esta escrivã na Portaria **08/09**, deixo de abrir conclusão dos autos para analise e deferimento do pedido de fls. **44,** e cumprimento ao disposto no item IV – 2 da Portaria acima mencionada, a suspensão processual por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Jaguariaiva 18 de Outubro de 2013

Rosane Aparecida de Barros
Escrivã

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
16/07/2015: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO. Arq: Petição

C=E=R=T=I=D=Ã=O

CERTIFICO e dou fé que decorreu o prazo de suspensão do feito, sem qualquer manifestação por parte do interessado, razão pela qual passo a intimação do procurador do exequente para que manifeste sobre o prosseguimento do feito, nos termos da r. Portaria 08/09.
Jaguariaíva, 10 de Novembro de 2014.

Rosane Aparecida de Barros
Escrivã

R=E=M=E=S=S=A

As ***10 de Dezembro de 2014***, abro vista dos autos a Procuradoria da Fazenda Nacional - ***Dr. Helcio Davi de Freitas***.

Rosane Aparecida de Barros
Escrivã

A União requer a suspensão do feito por 1 (um) ano, em face da continuidade do parcelamento. P. deferimento.

Helcio Davi de Freitas
Procurador da Fazenda Nacional

CARTÓRIO CÍVIL E ANEXOS 13/03/2015 17:48:28 0000100089

C=E=R=T=I=D=Ã=O

CERTIFICO, e dou fé que por delegação de poderes conferidos a esta escrivã na Portaria 08/09, deixado de abrir conclusão dos autos para analise e deferimento do pedido de fls. **130-V**, cumprindo o disposto no item 05, capitulo XIII, da Portaria acima mencionada os autos permanecerão **SUSPENSOS** pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, conforme requerido.
Jaguariaíva, 16 de Março de 2015.

Rosane Aparecida de Barros
Escrivã

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T LBCQV 8KQU2 KHANU

Data: 21/07/2015
Movimentação: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO
Complemento: HABILITAÇÃO PROVISÓRIA - Advogado: ISABELA ALTHEIA DE MATTOS SANTOS habilitado até 22/07/2015 (1 dia)
Por: ISABELA ALTHEIA DE MATTOS SANTOS

Relação de arquivos da movimentação:
- Termo de Responsabilidade

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDHE 347A5 V47SZ NW67B

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente termo, assinado digitalmente, em cumprimento ao que determina o inciso I e §1º do artigo 40 do Código de Processo Civil, DECLARO, que para acesso a autos de processo digital, assumo inteira responsabilidade, civil e criminal, pessoalmente e por terceiros que detenham o uso e a senha da minha assinatura digital, pela prática de atos de qualquer natureza, que venham a causar danos às partes, seus procuradores e à sociedade em geral.

O simples acesso para consulta, não interrompe prazos de qualquer natureza.

Data: 05/11/2015
Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR
Complemento: Anotações
Por: Ana Paula Nichalls de Barros

Data: 05/11/2015
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Ana Paula Nichalls de Barros

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 4.1 - Assinado digitalmente por Ana Paula Nichalls de Barros
05/11/2015: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Certidão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

CERTIFICO e dou fé que tendo em vista o contido na Portaria nº 026/2014 deste Juízo, a presente execução foi devidamente digitalizada e passará a tramitar virtualmente junto ao sistema PROJUDI, sendo que nesta oportunidade o órgão credor ficará devidamente ciente sobre a inserção e tramitação perante o sistema acima mencionado. CERTIFICO AINDA que dando continuidade a certidão constante no mov. 1.6 (fls. 140), os autos permanecerão SUSPENSOS.-

Jaguariaíva, 05 de novembro de 2015.

Ana Paula Nichalls de Barros
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6MT U4D2E U4529 WP63B

Data: 05/11/2015
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL com prazo de 2 dias - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (05/11/2015)
Por: Ana Paula Nichalls de Barros

Data: 05/11/2015
Movimentação: PROCESSO SUSPENSO
Complemento: Por 140 dias a partir de 05/11/2015
Por: Ana Paula Nichalls de Barros

Data: 10/11/2015
Movimentação: JUNTADA DE ANOTAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Por: Dayse Carla Aparecida Pinheiro

Relação de arquivos da movimentação:
- Anotação

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 7.1 - Assinado digitalmente por Dayse Carla Aparecida Pinheiro
10/11/2015: JUNTADA DE ANOTAÇÃO DE INFORMAÇÕES. Arq: Anotação

CARTORIO DISTRIBUIDOR JUDICIAL E ANEXOS
Certifico que procedi, nesta data, a averbacao do
Executivo Fiscal
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JAGUARIAIVA/PR, 10/11/2015
16:39:54
Distribuidor Judicial

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTPT 7RYTS KU3E6 77R4K

Data: 10/11/2015
Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS
Complemento: Recebido do(a) DISTRIBUIDOR
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 16/11/2015
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL) em 16/11/2015 com prazo de 2 dias
*Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (05/11/2015)
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 19/11/2015
Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
Complemento: (P/ advgs. de UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL *Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO(05/11/2015)
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 30/03/2016
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Por: HELCIO DAVI DE FREITAS

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 11.1 - Assinado digitalmente por Helcio Davi de Freitas:50904817920
30/03/2016: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PONTA GROSSA/PR
Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 – Bairro Ronda – Ponta Grossa/PR – CEP: 84051-040 (42) 3223-7232.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA – ESTADO DO PARANÁ

EXECUÇÃO FISCAL N. 0000545-75.2002.8.16.0100
EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO:JAIRO GRACIANO DE SOUZA

PET/PSFN/PTG/HDF nº 2091/2016

A **UNIÃO – FAZENDA NACIONAL**, representada pelo Procurador da Fazenda Nacional, infra-assinado, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, **tendo em vista a rescisão do parcelamento**, requerer a reavaliação do bem penhorado em mov. 1.3 e a designação de datas para hasta pública, seguida de tentativa de venda direta em caso de insucesso desta.

Por fim, requer, que as intimações da UNIÃO sejam enviadas com prazo para manifestação NÃO INFERIOR a 30 (TRINTA) dias, salvo situações urgentes, haja vista AS CIRCUNSTÂNCIA RELEVANTES E SÉRIAS JÁ RELATADAS EM OFÍCIO ESPECÍFICO enviado pelo Procurador Seccional da PSFN/Ponta Grossa a este D. Juízo, as quais têm sido consideradas pelos D. Magistrados na condução dos feitos.

Nesses termos,
Pede deferimento.

Ponta Grossa, d*atado e assinado eletronicamente.*

Helcio Davi De Freitas
Procurador da Fazenda Nacional

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVSV 4P9YM JDQME NNQSR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 11.1 - Assinado digitalmente por Helcio Davi de Freitas:50904817920
30/03/2016: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVSV 4P9YM JDQME NNQSR

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PONTA GROSSA/PR
Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 – Bairro Ronda – Ponta Grossa/PR – CEP: 84051-040 (42) 3223-7232.

Imprimir

MINISTÉRIO DA FAZENDA **SERPRO**
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional **30/3/2016**

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 12 Inscrições Selecionadas: 2
Parâmetro de Localização: 81175218000189
Seções Selecionadas: RLO, RSE

1º Devedor: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 81175218/0001-89
Situação: ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo: 10940 401142/00-06
Nº Inscrição: 90 6 02 001188-81
Data Inscrição: 06/03/2002
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: PARANA
Nº Único de Processo Judicial:00000000000000962002
Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA
Quant. Parcelamentos: 1
Período Último Parcelamento:26/08/2013 A 06/06/2015
Valor Inscrito: (UFIR 4.743,41)
Valor Consolidado: R$ 3.266,13

2º Devedor: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 81175218/0001-89
Situação: ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo: 10940 401142/00-06
Nº Inscrição: 90 6 02 001189-62
Data Inscrição: 06/03/2002
Nº Processo Judicial:

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 11.1 - Assinado digitalmente por Helcio Davi de Freitas:50904817920
30/03/2016: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVSV 4P9YM JDQME NNQSR

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PONTA GROSSA/PR

Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 – Bairro Ronda – Ponta Grossa/PR – CEP: 84051-040 (42) 3223-7232.

Procuradoria da Inscrição: PARANA

Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA

Quant. Parcelamentos: 1

Nº Único de Processo Judicial:00000000000000962002

Período Último Parcelamento:26/08/2013 A 06/06/2015

Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60)

Valor Consolidado: R$ 16.732,81

SOMATÓRIO DAS INSCRIÇÕES

Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 13.920,01)

Valor Consolidado: R$ 19.998,94

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Final do Relatório

Data: 08/04/2016
Movimentação: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO
Complemento: TÉRMINO DA SUSPENSÃO DO PROCESSO - Suspensão interrompida
Por: Adriane Xavier da Silva

Data: 08/04/2016
Movimentação: CONCLUSOS PARA DESPACHO
Complemento: Responsável: Fábio Luis Decoussau Machado
Por: Adriane Xavier da Silva

Data: 22/07/2016
Movimentação: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE
Complemento: DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS
Por: Fábio Luis Decoussau Machado

Relação de arquivos da movimentação:
- Despacho

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 14.1 - Assinado digitalmente por Fabio Luis Decoussau Machado:16258
22/07/2016: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. Arq: Despacho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa
Valor da Causa: R$28.352,00
Exequente(s): • UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
Executado(s): • JAIRO GRACIANO DE SOUZA

Vistos,

1. Previamente, intime-se a parte Exequente, para que apresente o cálculo atualizado do débito.

2. Dando continuidade, é cabível submeter o bem penhorado à nova avaliação, porque o laudo, de mov. 1.3 (fl. 65), está datado de 14 de março de 2013.

Assim, nos termos do item 5.8.14 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça determino a realização de nova avaliação do bem penhorado.

3. Após, manifestem-se as partes sobre o laudo, em 10 (dez) dias.

4. Na sequência, voltem os autos conclusos para análise do pedido de hasta pública.

5. A UNIÃO FEDERAL no mov. 11.1 requereu a concessão de prazo não inferior a 30 (trinta) dias para manifestação.

A regra prevista no artigo 222 do Novo Código de Processo Civil que prevê a prorrogação do prazo até 02 (dois) meses é aplicável nos casos de difícil transporte, o que não é o caso dos autos.

A aplicação do prazo requerido pela UNIÃO FEDERAL afastaria o princípio da isonomia que deve ser respeitado entre as partes como princípio mandamental da relação jurídica processual.

Destaque-se que diante da complexidade de funções da Fazenda Pública conferiu o artigo 183 do Novo Código de Processo Civil a prerrogativa de prazos com maior lapso temporal.

Assim, indefiro o pedido aludido.

6. Intimações e diligências necessárias.

Jaguariaíva, 21 de Julho de 2016.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8TH HNGWQ TBHLQ T2MPU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 14.1 - Assinado digitalmente por Fabio Luis Decoussau Machado:16258
22/07/2016: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. Arq: Despacho

Fábio Luis Decoussau Machado

Juiz de Direito

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8TH HNGWQ TBHLQ T2MPU

Data: 05/08/2016
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS (22/07/2016)
Por: MAIKELI PEDROSO DOS SANTOS

Data: 16/08/2016
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL) em 15/08/2016 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS (22/07/2016)
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 22/08/2016
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS (22/07/2016)
Por: HELCIO DAVI DE FREITAS

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 17.1 - Assinado digitalmente por Helcio Davi de Freitas:50904817920
22/08/2016: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

A União vem respeitosamente, informar o valor atualizado desta execução: **R$ 20.265,74.** P.d.

Inscrições Localizadas: 12 Inscrições Selecionadas: 2
Parâmetro de Localização: 81175218000189
Seções Selecionadas: RLO, RSE

1º Devedor: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor: Principal *CPF/CNPJ:* 81175218/0001-89
Situação: ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo: 10940 401142/00-06 *Nº Inscrição:* 90 6 02 001188-81
Data Inscrição: 06/03/2002 *Nº Processo Judicial:* 00000000000000962002
Procuradoria da Inscrição: PARANA *Nº Único de Processo Judicial:* 00005457520028160100
Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA
Quant. Parcelamentos: 1 *Período Último Parcelamento:* 26/08/2013 A 06/06/2015
Valor Inscrito: (UFIR 4.743,41)
Valor Consolidado: R$ 3.310,27

2º Devedor: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor: Principal *CPF/CNPJ:* 81175218/0001-89
Situação: ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo: 10940 401142/00-06 *Nº Inscrição:* 90 6 02 001189-62
Data Inscrição: 06/03/2002 *Nº Processo Judicial:* 00000000000000962002
Procuradoria da Inscrição: PARANA *Nº Único de Processo Judicial:* 00005457520028160100
Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA
Quant. Parcelamentos: 1 *Período Último Parcelamento:* 26/08/2013 A 06/06/2015
Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60)
Valor Consolidado: R$ 16.955,47

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 13.920,01)
Valor Consolidado: R$ 20.265,74

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJS58 UH9H5 EJRM5 MDU6B

Data: 22/08/2016
Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR
Complemento: Parecer
Por: MAIKELI PEDROSO DOS SANTOS

Data: 25/08/2016
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Adriana Garcia de Pontes

Relação de arquivos da movimentação:
- Laudo de Avaliação

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 19.1 - Assinado digitalmente por Juliana Rego Goncalves Catarino
25/08/2016: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Laudo de Avaliação

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVZT CKPC2 KLX8A 3ABQB

P O D E R J U D I C I Á R I O
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA - ESTADO DO PARANÁ
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR JUDICIAL E ANEXOS
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas nº16 CEP 84.200-000 Tel.(43) 3535-5194
Juliana Rego Gonçalves Catarino - Titular

"L A U D O D E A V A L I A Ç Ã O"

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis (25/08/2016), nesta cidade e Comarca de Jaguariaíva, Estado do Paraná, República Federativa do Brasil, em cumprimento ao r. despacho de mov. 14.1 dos Autos nº 0000545-75.2002.8.16.0100 de Execução Fiscal, em que figuram como Exequente: Fazenda Nacional e como Executado: Jairo Graciano de Souza, dirigi-me nesta cidade e Comarca, e lá sendo, procedi à **AVALIAÇÃO** dos bens imóveis, a seguir:

I – Um lote de terras, situado a Rua: Carmelina S. de Lima, Bairro Matadouro, nesta cidade, com a área de 200,00 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações observadas de fora para dentro do imóvel: A frente para a Rua Carmelina S. de Lima medindo 10,00 metros; os fundos confronta-se com o Sr. Ildefonso dos Santos, medindo 10,00 metros; lado esquerdo confronta-se com o lote do Sr. Edison de Melo, medindo 20,00 metros; e, lado direito confronta-se com a Rua: Ubirajara Athayde, medindo 20,00 metros. Devidamente matriculado sob o nº 10.909 do CRI desta Comarca. Avalio o bem imóvel supra descrito em **R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).**

II – Uma edificação em alvenaria própria para residência, com aproximadamente 130,20 metros quadrados, coberta com telha de eternit, com forro de madeira, com baixo padrão de acabamento, em bom estado de conservação. Avalio o bem imóvel supra descrito em **R$ 100.000,00 (cem mil reais).**

Perfazendo o total do presente Laudo de Avaliação do terreno e sua benfeitoria em **R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).**

Esclareço que para a realização da presente avaliação, foram realizadas pesquisas junto às imobiliárias desta cidade; considerando o valor no mercado imobiliário por metro quadrado do terreno e benfeitorias, naquela região.

Para que tudo fique constado. Eu, Juliana Rego Gonçalves Catarino, Avaliadora Judicial, que digitei, conferi, dou fé e assino.

Cota do Avaliador: R$ 311,22 = 1.710,00 VRC – Avaliação
R$ 27,95 = 167,36 VRC - Diligência

Juliana Rego Gonçalves Catarino
Avaliadora Judicial

Data: 25/08/2016
Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS
Complemento: Recebido do(a) DISTRIBUIDOR
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 25/08/2016
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (25/08/2016)
Por: MAIKELI PEDROSO DOS SANTOS

Data: 25/08/2016
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de JAIRO GRACIANO DE SOUZA com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (25/08/2016)
Por: MAIKELI PEDROSO DOS SANTOS

Data: 02/09/2016
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de JAIRO GRACIANO DE SOUZA) em 02/09/2016 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (25/08/2016)
Por: Marcelo Vanzelli

Data: 05/09/2016
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL) em 05/09/2016 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (25/08/2016)
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 12/09/2016
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (25/08/2016)
Por: HELCIO DAVI DE FREITAS

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 25.1 - Assinado digitalmente por Helcio Davi de Freitas:50904817920
12/09/2016: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

A União requer seja designada hasta do(s) bem(ens) imóvel penhorado(s). Em caso de insucesso desta, requer seja realizada a tentativa de venda direta. P.D.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLFC 46B99 M2DYB 8SVUU

Data: 13/09/2016
Movimentação: CONCLUSOS PARA DESPACHO
Complemento: Responsável: Lívia Simonin Scantamburlo
Por: MAIKELI PEDROSO DOS SANTOS

Data: 19/09/2016
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (25/08/2016)
Por: Marcelo Vanzelli

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 27.1 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
19/09/2016: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

Marcelo Vanzelli
advogado

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA/PR.

Autos: 0545-75.2002.8.16.0100
Ação: Execução Fiscal

Por seu advogado infra-assinado, vem **JAIRO GRACIANO DE SOUZA**, já qualificado nos autos em epígrafe, movido pela FAZENDA NACIONAL, também já qualificada, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, **IMPUGNAR** o laudo de avaliação juntado aos autos, tendo em vista a inexistência de parâmetros individuais para avaliação dos imóveis penhorados.

Em que pese a Sra. Avaliadora Judicial possuir fé pública em seus trabalhos, não concorda o impugnante com os valores atribuídos aos imóveis que, em face de suas características individuais, possuem valores em muito superiores ao que se chegou através do laudo de avaliação juntado aos autos.

Ora, como bem destacou a Sra. Avaliadora, foi utilizado parâmetros *"considerando o valor no mercado imobiliário por metro quadrado do terreno e benfeitorias, naquela região."*

A toda evidência é de se ter claro que em uma mesma região cada imóvel possui seu valor real de acordo com suas características individuais, em especial no presente caso em que os bens avaliados possuem valores de mercado em muito superiores que o metro quadrado nas regiões respectivas, pelo que não podem ser avaliados pelo preço genérico estipulado para a região onde se encontram, mas sim individualmente.

Rua Barão do Rio Branco, nº 133, Centro Comercial Aníbal Andraus, salas 09 e 10, Centro, Wenceslau Braz/PR., CEP: 84.980-000
(43) 3528-2437 – (43) 9971 6336 / 8448 3831- vanzelliadv@hotmail.com

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXDB MWAXY W3CLE SZLXR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 27.1 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
19/09/2016: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

Marcelo Vanzelli
advogado

Com efeito, existem requisitos essenciais a serem atendidos no laudo de avaliação de imóveis.

Ademais, algumas atividades obrigatórias a serem realizadas pelo avaliador, independente do método de avaliação adotado.

Por exemplo, o avaliador deverá proceder à caracterização da finalidade, como a perfeita identificação e descrição do imóvel;

É imprescindível a vistoria do imóvel a ser avaliado a fim registrar e fazer constar no laudo as suas características físicas e outros aspectos relevantes à formação do seu valor, ou seja, visitar o imóvel objeto da avaliação, fazendo fotografias externas e internas; também, se possível e necessário, planta baixa e croquis de localização do imóvel; descrever a caracterização do terreno, construções, benfeitorias e região; localização, aspectos físicos (solo, topografia, etc), infra-estrutura, utilização atual e vocação (residencial, comercial, industrial, agrícola, dentre outras), restrições e outras situações relevantes; padrão construtivo, estado de conservação, número de cômodos ou partes, qualidade de construção, idade da edificação e seu estado de conservação; aspectos socioeconômicos, físicos e infraestrutura urbana

Também deve a vistoria ser complementada com a investigação da vizinhança e da adequação do imóvel ao segmento de mercado com identificação de circunstâncias atípicas, desvalorizantes ou valorizantes de unidades imobiliárias semelhantes da região;

Deve verificar todos os elementos essenciais à formação dos preços dos imóveis naquele local, bem como procurar informações no local sobre o movimento de compra e venda ou de aluguel de imóveis, a fim de saber quais as bases praticadas, reais ou presumidas, que as pessoas ali residentes têm sobre o imóvel específico a ser avaliado.

Da mesma forma deve-se proceder à análise sucinta do comportamento do segmento de mercado em que se insere o imóvel objeto da avaliação, resumindo a situação constatada quanto à liquidez do bem imóvel avaliando além de fotografias e outros recursos para complementar a vistoria, tendo em vista a melhor elaboração do laudo que emite, sem causar prejuízo ao executado.

Rua Barão do Rio Branco, nº 133, Centro Comercial Aníbal Andraus, salas 09 e 10, Centro, Wenceslau Braz/PR., CEP: 84.980-000
(43) 3528-2437 – (43) 9971 6336 / 8448 3831- vanzelliadv@hotmail.com

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXDB MWAXY W3CLE SZLXR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 27.1 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
19/09/2016: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

Marcelo Vanzelli
advogado

Portanto, resta impugnado o laudo de avaliação juntado aos autos, em face do tudo o acima exposto, que a toda evidência demonstram não haver seguido parâmetro individual para emitir o laudo impugnada, apenas e tão somente consultas sobre valores de metro quadrado na região, o que não determina o valor real dos imóveis penhorados, em face das características de cada um deles, que os leva a possuir valores de mercado em muito superiores ao apurado pela avaliadora judicial

Assim, requer seja acatada a presente impugnação, determinando-se a elaboração de novo laudo avaliatório, seguindo-se as normas técnicas mínimas para apuração do real valor de mercado dos bens.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Wenceslau Braz, 19 de setembro de 2016.

Marcelo Vanzelli – adv.
OAB/PR: 21.593

Juliano Rodrigues Vanzelli - Letícia Mesquita Rizzi
Estagiário Estagiária

Rua Barão do Rio Branco, nº 133, Centro Comercial Aníbal Andraus, salas 09 e 10, Centro, Wenceslau Braz/PR., CEP: 84.980-000
(43) 3528-2437 – (43) 9971 6336 / 8448 3831- vanzelliadv@hotmail.com

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXDB MWAXY W3CLE SZLXR

Data: 11/01/2017
Movimentação: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE
Complemento: DETERMINADA A AVALIAÇÃO
Por: Lívia Simonin Scantamburlo

Relação de arquivos da movimentação:
- Despacho

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 28.1 - Assinado digitalmente por Livia Simonin Scantamburlo:18076
11/01/2017: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. Arq: Despacho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Vistos e examinados.

1. A parte Exequente requereu a designação de datas para hasta pública.

É a síntese do necessário.

DECIDO.

2. Defiro o pedido formulado.

Desta forma, remetam-se os autos ao avaliador judicial, para a avaliação dos bens penhorados, conforme o Termo de Penhora acostado aos autos. Na sequência, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 10 (dez) dias.

3. Após, agende-se pauta para realização de leilão.

Intimem-se. Diligências necessárias.

Cumpram-se as disposições do Código de Normas da douta Corregedoria Geral de Justiça, no que for pertinente.

Jaguariaíva, data e hora de inclusão no sistema.

Lívia Simonin Scantamburlo

Juíza Substituta

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8HS WBPXU AWFE3 3UJKB

Data: 11/01/2017
Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR
Complemento: Parecer
Por: MAIKELI PEDROSO DOS SANTOS

Data: 23/01/2017
~~Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO~~ (Movimentação inválida)
Por: Juliana Rego Gonçalves Catarino

Visibilidade restrita em razão de pendência de ciência

Data: 23/01/2017
Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS
Complemento: Recebido do(a) DISTRIBUIDOR
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 23/01/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (23/01/2017)
Por: Adriane Xavier da Silva

Data: 23/01/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de JAIRO GRACIANO DE SOUZA com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (23/01/2017)
Por: Adriane Xavier da Silva

Data: 23/01/2017
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Adriane Xavier da Silva

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 34.1 - Assinado digitalmente por Adriane Xavier da Silva
23/01/2017: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Certidão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

CERTIFICO e dou fé que tendo em vista pedido verbal da funcionária do Cartório Avaliador Sra. Adriana Garcia, faço remessa dos autos novamente, tendo em vista informação que o laudo de avaliação foi juntado equivocadamente aos autos.

Jaguariaíva, 23 de janeiro de 2017.

Adriane Xavier da Silva
Analista Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJYEX HMMVL RDB5W G9DPB

Data: 23/01/2017
Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA CONTADOR
Complemento: Contador Judicial da Comarca - Jaguariaíva - AVALIAÇÃO - Sem Prazo
Por: Adriane Xavier da Silva

Data: 30/01/2017
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Juliana Rego Gonçalves Catarino

Relação de arquivos da movimentação:
- Informação do Avaliador

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 36.1 - Assinado digitalmente por Juliana Rego Goncalves Catarino
30/01/2017: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Informação do Avaliador

P O D E R J U D I C I Á R I O
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA - ESTADO DO PARANÁ
CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR JUDICIAL E ANEXOS
Rua: Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 CEP 84.200-000 Tel. (43) 3535-5194
Juliana Rego Gonçalves Catarino - Titular

I N F O R M A Ç Ã O

MMª Juíza

Informo a Vossa Excelência nos Autos nº 0000545-75.2002.8.16.0100 de Execução Fiscal em que figuram como Exequente: Fazenda Nacional e como Executado: Jairo Graciano de Souza, que procede à avaliação de bens imóveis tomando por base informações dos corretores de imóveis desta cidade, e considerando o conhecimento próprio adquirido ao longo do exercício da função. Tanto que em havendo necessidade de conhecimento técnico para proceder à avaliação, esta serventia solicita nomeação de um perito, como preceitua o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná.

Ademais, não consta no Código de Normas a obrigatoriedade de comprovação por documentos acerca dos critérios utilizados para a avaliação, considerando inclusive a fé pública pertinente aos serventuários da justiça.

Assim, como não houve erro na avaliação, e não havendo a necessidade de uma reavaliação em função do tempo decorrido, permanece inalterado o laudo apresentado.

Para que tudo fique constado, era o que respeitosamente cumpria-me informar.

Jaguariaíva, 30 de janeiro de 2017.

Juliana Rego Gonçalves Catarino
Avaliadora Judicial

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6R8 V7HCU K7MEX YCKLD

Data: 30/01/2017
Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS
Complemento: Recebido do(a) CONTADOR
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 02/02/2017
Movimentação: CONCLUSOS PARA DESPACHO
Complemento: Responsável: Paula Maria Torres Monfardini
Por: Adriane Xavier da Silva

Data: 03/02/2017
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de JAIRO GRACIANO DE SOUZA) em 02/02/2017 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (23/01/2017)
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 03/02/2017
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL) em 02/02/2017 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (23/01/2017)
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 15/02/2017
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (23/01/2017)
Por: HELCIO DAVI DE FREITAS

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 41.1 - Assinado digitalmente por Helcio Davi de Freitas:50904817920
15/02/2017: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

EXCELENTISSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

PROCESSO N. 0000545-75.2002.8.16.0100
EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIRO GRACIANO DE SOUZA

PET/PSFN/PTG/HDF nº 538/2017

A **UNIÃO – FAZENDA NACIONAL**, representada pelo Procurador da Fazenda Nacional, infra-assinado, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, em relação ao veículo HONDA/CG 125 FAN KS, PLACA: AWG-6884, RENAVAM: 0049.926488-6 penhorado, requer a designação de hasta pública, seguida de tentativa de venda direta em caso de insucesso desta.

Nesses termos, pede deferimento.
Ponta Grossa, *datado e assinado eletronicamente.*

HÉLCIO DAVI DE FREITAS
Procurador da Fazenda Nacional

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVQD KPLK9 TT5R8 FHJWY

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 41.1 - Assinado digitalmente por Helcio Davi de Freitas:50904817920
15/02/2017: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

SERPRO
06/02/2017

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 12 Inscrições Selecionadas: 2
Parâmetro de Localização: 81175218000189

1º Devedor: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 81175218/0001-89
Situação: ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo: 10940 401142/00-06
Nº Inscrição: 90 6 02 001188-81
Data Inscrição: 06/03/2002 **Nº Processo Judicial:** 00000000000000962002
Procuradoria da Inscrição: PARANA **Nº Único de Processo Judicial:** 00005457520028160100
Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA
Quant. Parcelamentos: 1 **Período Último Parcelamento:** 26/08/2013 A 06/06/2015
Valor Inscrito: (UFIR 4.743,41)
Valor Consolidado: R$ 3.362,50

2º Devedor: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor: Principal **CPF / CNPJ:** 81175218/0001-89
Situação: ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo: 10940 401142/00-06
Nº Inscrição: 90 6 02 001189-62
Data Inscrição: 06/03/2002 **Nº Processo Judicial:** 00000000000000962002
Procuradoria da Inscrição: PARANA **Nº Único de Processo Judicial:** 00005457520028160100
Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA
Quant. Parcelamentos: 1 **Período Último Parcelamento:** 26/08/2013 A 06/06/2015
Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60)
Valor Consolidado: R$ 17.219,06

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 13.920,01)
Valor Consolidado: R$ 20.581,56
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVQD KPLK9 TT5R8 FHJWY

Data: 21/02/2017
Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Complemento: (P/ advgs. de JAIRO GRACIANO DE SOUZA *Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO(23/01/2017)
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 18/05/2017
Movimentação: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE
Por: Paula Maria Torres Monfardini

Relação de arquivos da movimentação:
- Despacho

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 43.1 - Assinado digitalmente por Paula Maria Torres Monfardini:16854
18/05/2017: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. Arq: Despacho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa
Valor da Causa: R$28.352,00
Exequente(s): • UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
Executado(s): • JAIRO GRACIANO DE SOUZA

1. **Indefiro** o pedido de mov. 41.1.Isso porque que o veículo **HONDA/CG 125 FAN KS, PLACA: AWG-6884, RENAVAM: 0049.926488-6** não se encontra penhorado nestes autos, tendo sido juntado o laudo de mov. 30.1 de maneira equivocada conforme informação de mov. 34.1. Assim, à Escrivania para que proceda à invalidação do mov. 30.1.

2. Sobre a informação de mov. 36.1, manifestem-se as partes no prazo de 10 (dez) dias.

3. Intimações e diligências necessárias.

Jaguariaíva, data e hora de inclusão no sistema.

Paula Maria Torres Monfardini

Juíza de Direito

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJT74 WJ5QS LL832 ZCP93

Data: 27/05/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (18/05/2017)
Por: Rosane Aparecida de Barros

Data: 27/05/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de JAIRO GRACIANO DE SOUZA com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (18/05/2017)
Por: Rosane Aparecida de Barros

Data: 06/06/2017
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de JAIRO GRACIANO DE SOUZA) em 06/06/2017 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (18/05/2017)
Por: Marcelo Vanzelli

Data: 07/06/2017
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL) em 06/06/2017 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (18/05/2017)
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 19/06/2017
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIA
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (18/05/2017)
Por: CAROLINA DOLABELA DE LIMA VASCONCELOS

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 48.1 - Assinado digitalmente por Carolina Dolabela de Lima e Vasconcelos
19/06/2017: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIA. Arq: Petição

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PONTA GROSSA/PR
Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 – Bairro Ronda – Ponta Grossa/PR – CEP: 84051-040 ☏ (42) 3223-7232.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA – ESTADO DO PARANÁ

EXECUÇÃO FISCAL N. 0000545-75.2002.8.16.0100
EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIRO GRACIANO DE SOUZA

PET/PSFN/PTG/CDLV nº 2371/2017

A UNIÃO – FAZENDA NACIONAL, representada pela Procuradora da Fazenda Nacional, infra-assinada, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, requerer **nova avaliação** do imóvel penhorado na fl. 71.

Ao contrário do que alega a avaliadora no mov. 36, a última (e única) avaliação foi realizada em 2014.

Sendo assim, considerando o lapso temporal decorrido, se faz necessário tal procedimento.

Pede deferimento.

Ponta Grossa/PR, *datado e assinado eletronicamente.*

Carolina Dolabela de Lima e Vasconcelos
Procuradora da Fazenda Nacional

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJV7L T87BU 647J7 XD7ZY

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 48.1 - Assinado digitalmente por Carolina Dolabela de Lima e Vasconcelos
19/06/2017: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIA. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJV7L T87BU 647J7 XD7ZY

Imprimir

SERPRO
08/06/2017

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 12 Inscrições Selecionadas: 2
Parâmetro de Localização: 81175218000189
Seções Selecionadas: RLO, RSE

1º Devedor: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 81175218/0001-89
Situação: ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo: 10940 401142/00-06
Nº Inscrição: 90 6 02 001188-81
Data Inscrição: 06/03/2002
Nº Processo Judicial: 00000000000000962002
Procuradoria da Inscrição: PARANA
Nº Único de Processo Judicial: 00005457520028160100
Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA
Quant. Parcelamentos: 1
Período Último Parcelamento: 26/08/2013 A 06/06/2015
Valor Inscrito: (UFIR 4.743,41)
Valor Consolidado: R$ 3.391,20

2º Devedor: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 81175218/0001-89
Situação: ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo: 10940 401142/00-06
Nº Inscrição: 90 6 02 001189-62
Data Inscrição: 06/03/2002
Nº Processo Judicial: 00000000000000962002
Procuradoria da Inscrição: PARANA
Nº Único de Processo Judicial: 00005457520028160100
Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA
Quant. Parcelamentos: 1
Período Último Parcelamento:

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 48.1 - Assinado digitalmente por Carolina Dolabela de Lima e Vasconcelos
19/06/2017: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIA. Arq: Petição

26/08/2013 A 06/06/2015

Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60)
Valor Consolidado: R$ 17.363,76

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 13.920,01)
Valor Consolidado: R$ 20.754,96

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Final do Relatório

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJV7L T87BU 647J7 XD7ZY

Data: 22/06/2017
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (18/05/2017)
Por: Marcelo Vanzelli

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 49.1 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
22/06/2017: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

EXMO. SR. DR.JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA-PARANÁ.

Por seu advogado infra-assinado, vem JAIRO GRACIANO, já qualificado nos autos, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, se manifestar sobre as informações prestadas pela avaliadora e juntada ao mov. 36.1 dos autos, o que faz nos seguintes termos:

Insiste a avaliadora na correção de seu trabalho, entretanto não esclarece devidamente os fatos alegados na petição de impugnação juntada ao mov. 27.1 dos autos, pelo que resta mantida a impugnação já formulada, reiterando o executado, *in totum*, todos seus termos.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Wenceslau Braz, 22 de junho de 2017.

Marcelo Vanzelli - adv.

OAB/PR: 21.593

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJY87 KD637 K2Q75 QRYVK

Data: 28/06/2017
Movimentação: CONCLUSOS PARA DESPACHO
Complemento: Responsável: Lívia Simonin Scantamburlo
Por: Rosane Aparecida de Barros

Data: 09/11/2017
Movimentação: DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE MÉRITO
Complemento: PEDIDO NÃO CONCEDIDO
Por: Lívia Simonin Scantamburlo

Relação de arquivos da movimentação:
- Despacho

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 51.1 - Assinado digitalmente por Livia Simonin Scantamburlo:18076
09/11/2017: DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE MÉRITO. Arq: Despacho

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJYG6 Z4XU9 EAQ7S 6ASPB

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa
Valor da Causa: R$28.352,00
Exequente(s): • UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
Executado(s): • JAIRO GRACIANO DE SOUZA

Vistos e examinados.

1. Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL em face de JAIRO GRACIANO DE SOUZA, ambos devidamente qualificados na inicial.

Inicialmente insta destacar que o presente feito tramita há mais de 15 (quinze) anos.

Ao mov. 19.1, foi realizada a avaliação do bem penhorado nos autos.

A parte exequente pugnou pela realização da hasta publica ao mov. 25.1.

A parte executada apresentou impugnação a avaliação (mov. 27.1), afirmando que o valor apontado no laudo é incongruente com os valores de mercado da época. Asseverou que o laudo não atende aos requisitos especiais. Acrescentou que não foi analisado o parâmetro individual do imóvel, mas apenas houve a atribuição de valor aos metros quadrados na região, o que não determinada o valor real dos imóveis penhorados.

O avaliador apresentou manifestação ao mov. 36.1.

A exequente pugnou pela realização de nova avaliação, apontando que avaliação realizada nos autos ocorreu em 2014 (mov. 48.1).

A parte executada apresentou manifestação, apontando que o laudo não condiz com a realidade do imóvel, mantendo as alegações apontadas na impugnação (mov. 49.1).

Vieram os autos conclusos.

DECIDO.

2. Inicialmente, passo a análise da impugnação ao laudo de avaliação apresentada pela parte executada ao mov. 27.1.

Pois bem, em que pese as alegações da parte executada, a avaliação apresentada nos autos não contem qualquer vicio para ser declarada nula.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJYG6 Z4XU9 EAQ7S 6ASPB

Ressalto que o bem imóvel foi devidamente avaliado pelo Avaliador Judicial deste Juízo, sendo que não se exige para o ato qualquer conhecimento técnico específico, motivo pelo qual a qualificação profissional do avaliador é irrelevante.

Da mesma forma, rejeito a impugnação em relação ao valor atribuido ao bem, pois genérica e sem qualquer fundamentação de ordem técnica ou jurídica, capaz de afastar a presunção de legitimidade que a avaliação realizada pelo auxiliar do Juízo goza.

Nesse sentido, vejamos o entendimento jursiprudencial:

> "AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. BENS IMÓVEIS. AVALIAÇÃO. IMPUGNAÇÃO. DIFERENÇA DE VALOR ENTRE O LAUDO APRESENTADO PELO EXPERT DO JUÍZO E O DOS AGRAVANTES. AUSÊNCIA DE EMBASAMENTO PROBATÓRIO A ENSEJAR NOVA AVALIAÇÃO. DECISÃO MANTIDA. O avaliador judicial, o qual atua como auxiliar do Juiz, conta com a presunção de credibilidade, experiência e conhecimento técnico. Para a realização de nova avaliação não basta apenas haver discordância acerca do preço atribuído aos bens pelo avaliador, necessário estar demonstrado que houve erro ou dolo do expert na confecção do seu laudo ou parecer técnico. Agravo de Instrumento não provido." (15ª Câm. Cív. do TJPR, Agr. Instr. 616142-2, Rel. Jucimar Novochadlo, j. 11/11/2009).

Não bastasse isso, o autor não juntou aos autos provas robustas capazes de demonstrar a inconsistencia do laudo judicial apresentado.

Dessa forma, não há o que se falar em realização de nova aliação.

Ante o exposto, REJEITO a impugnação ao laudo de avaliação apresentada ao mov 27.1, e declarado valida a avaliação juntada ao mov. 19.1

3. Ainda, destaco que a parte exequente se equivocou na manifestação de mov. 49.1, uma vez que o laudo de avaliação foi realizado em 25/08/2016, e não no ano de 2014, na forma alegada.

Assim, é desnecessária a realização de nova diligência pelo avaliador judicial.

4. Dando prosseguimento ao feito, tendo em vista o afastamento da impugnação, cumpra-se o item 3 do despacho de mov. 28.1.

Intimações e diligências necessárias.

Cumpram-se as disposições do Código de Normas da douta Corregedoria Geral de Justiça, no que for pertinente.

Jaguariaíva, datado digitalmente.

Lívia Simonin Scantamburlo

Juíza Substituta

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJYG6 Z4XU9 EAQ7S 6ASPB

Data: 17/11/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento PEDIDO NÃO CONCEDIDO (09/11/2017)
Por: Rosane Aparecida de Barros

Data: 17/11/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de JAIRO GRACIANO DE SOUZA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento PEDIDO NÃO CONCEDIDO (09/11/2017)
Por: Rosane Aparecida de Barros

Data: 20/11/2017
Movimentação: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO
Complemento: HABILITAÇÃO PROVISÓRIA - Perito Oficial: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA habilitado até 25/11/2017 (5 dias)
Por: ANDERSON DE BARROS SOARES

Data: 20/11/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para Perito ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento HABILITAÇÃO PROVISÓRIA (20/11/2017)
Por: ANDERSON DE BARROS SOARES

Data: 21/11/2017
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo Perito ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA) em 21/11/2017 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 54) HABILITAÇÃO PROVISÓRIA (20/11/2017) e ao evento de expedição seq. 55.
Por: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA

Data: 21/11/2017
Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento HABILITAÇÃO PROVISÓRIA (20/11/2017)
Por: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 57.1 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964
21/11/2017: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5R5 4TUPH Z34DD 23JKD

Magno Rocha
Leiloeiro Oficial e Rural

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA – ESTADO DO PARANÁ

Autos NU 0000545-75.2002.8.16.0100 - PROJUDI

ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCEPAR sob o n.º 08/20-L, com escritório profissional constante no rodapé desta, onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, requerer intimação da parte credora, para juntar aos autos cópia atualizada da Matrícula de nº 10.909(com o registro da penhora), do CRI desta comarca, que se busca a venda em hasta pública, em conformidade com o previsto no item 5.8.14.2, "I", do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná.

Por fim, informa que irá aguardar a juntada dos documentos solicitados nos autos em epígrafe, e após renovada sua intimação (PROJUDI e e-mail) prosseguirá com as diligências atinentes ao ato da venda dos bens em hasta pública.

Termos em que

Pede e Espera Deferimento.

Curitiba, 21 de novembro de 2017

Antonio Magno Jacob da Rocha
Leiloeiro Oficial

Rua Alferes Poli, 311, Conjunto 4B – Fone/Fax: (41) 3077-8880
Curitiba – PR – CEP: 80.230-090 - Email: magno@rochaleiloes.com.br

Data: 24/11/2017
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de JAIRO GRACIANO DE SOUZA) em 24/11/2017 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 51) PEDIDO NÃO CONCEDIDO (09/11/2017) e ao evento de expedição seq. 53.
Por: Marcelo Vanzelli

Data: 28/11/2017
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL) em 27/11/2017 com prazo de 5 dias úteis
*Referente ao evento (seq. 51) PEDIDO NÃO CONCEDIDO
(09/11/2017) e ao evento de expedição seq. 52.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 02/12/2017
Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Complemento: (P/ advgs. de JAIRO GRACIANO DE SOUZA *Referente ao evento (seq. 51) PEDIDO NÃO CONCEDIDO (09/11/2017) e ao evento de expedição seq. 53.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 04/12/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (21/11/2017)
Por: Rosane Aparecida de Barros

Data: 04/12/2017
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL) em 04/12/2017 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 57) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (21/11/2017) e ao evento de expedição seq. 61.
Por: Daniella Rasera Chiaretto

Data: 04/12/2017
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: RENÚNCIA DE PRAZO DE UNIÃO - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - Referente ao evento PEDIDO NÃO CONCEDIDO (09/11/2017)
Por: Daniella Rasera Chiaretto

Data: 11/01/2018
Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (21/11/2017)
Por: Daniella Rasera Chiaretto

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 64.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
11/01/2018: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Petição

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PONTA GROSSA/PR
Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 – Bairro Ronda – Ponta Grossa/PR – CEP: 84051-040 (42) 3223-7232.

EXCELENTÍSSIMO(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA – ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO N. 0000545-75.2002.8.16.0100
EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIRO GRACIANO DE SOUZA

PET/PSFN/PTG/DRC Nº 6037/2017

A **UNIÃO – FAZENDA NACIONAL**, representada pela Procuradora da Fazenda Nacional, infra-assinada, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, em atenção a petição de sequência ***57.1***, informar que expediu ofício ao Tabelionato de Jaguariaíva - Paraná, com o intuito de obter cópia atualizada da matrícula nº 10.909.

Desta forma, requer a suspensão do presente feito por 90 dias, enquanto aguarda retorno do ofício.

Nesses termos, pede deferimento.
Ponta Grossa, *datado e assinado eletronicamente*.

Daniella Rasera Chiaretto

Procuradora da Fazenda Nacional

IFF

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX98 65FAH 72EGX 6KAVY

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 64.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
11/01/2018: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Petição

Imprimir

SERPRO

MINISTÉRIO DA FAZENDA **12/12/2017**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 12 Inscrições Selecionadas: 2
Parâmetro de Localização: 81175218000189
Seções Selecionadas: RLO, RSE

1º Devedor: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 81175218/0001-89
Situação: ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo: 10940 401142/00-06
Nº Inscrição: 90 6 02 001188-81
Data Inscrição: 06/03/2002
Nº Processo Judicial: 00000000000000962002
Procuradoria da Inscrição: PARANA
Nº Único de Processo Judicial: 00005457520028160100
Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA
Quant. Parcelamentos: 1
Período Último Parcelamento: 26/08/2013 A 06/06/2015
Valor Inscrito: (UFIR 4.743,41)
Valor Consolidado: R$ 3.424,76

2º Devedor: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 81175218/0001-89
Situação: ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo: 10940 401142/00-06
Nº Inscrição: 90 6 02 001189-62
Data Inscrição: 06/03/2002
Nº Processo Judicial: 00000000000000962002
Procuradoria da Inscrição: PARANA
Nº Único de Processo Judicial: 00005457520028160100
Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA
Quant. Parcelamentos: 1
Período Último Parcelamento: 26/08/2013 A 06/06/2015
Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60)
Valor Consolidado: R$ 17.533,12

SOMATÓRIO DAS INSCRIÇÕES

Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 13.920,01)
Valor Consolidado: R$ 20.957,88

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Final do Relatório

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX98 65FAH 72EGX 6KAVY

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 64.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
11/01/2018: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Petição

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PONTA GROSSA

Ofício nº 2017/PSFN/Ponta Grossa

Ponta Grossa, 12 de dezembro 2017.

Assunto: **Solicitação de Matrícula Atualizada.**

Senhor(a) Oficial(a),

Venho, por meio deste, requisitar a Vossa Senhoria a expedição de cópia atualizada da **Matrículas nº 10.909**, registrada neste Ofício de titularidade de **JAIRO GRACIANO DE SOUZA CPF 931.333.408-91**, com fim de dar prosseguimento à Execução Fiscal.

Saliento que a presente requisição deverá ser atendida prioritariamente, no **prazo de 30 (trinta) dias**, a fim de propiciar a defesa de interesses da União em juízo, nos termos do art. 30, III, da Lei 8.935/1994, *in verbis*:

> Art. 30. São **deveres** dos notários e dos oficiais de registro:
> (...)
> III - **atender prioritariamente as requisições** de papéis, documentos, informações ou providências que lhes forem solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em juízo;

Solicita que as informações sejam encaminhadas a esta Procuradoria no endereço Rua Reinaldo Ribas Silveira, nº 18, Ronda – Ponta Grossa-PR – CEP: 84051-040, fazendo-se menção deste ofício.

Certa de sua atenção, despeço-me, renovando votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Hélcio Davi de Freitas
Procurador-Seccional da Fazenda Nacional

Daniella Rasera Chiaretto
Procuradora da Fazenda Nacional

Ao Ilmº Sr.
Oficial do Tabelionato de Notas – Tabelionato Silva e Reis
Rua Coronel Juviniano Carneiro Lobo, 147 - Centro
Jaguariaíva - Pr
CEP: 84.200-00
IFF

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX98 65FAH 72EGX 6KAVY

Data: 14/01/2018
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Rosane Aparecida de Barros

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 65.1 - Assinado digitalmente por Rosane Aparecida de Barros
14/01/2018: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Certidão

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJYEL BXS3C LNVNN 5BXKD

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº.

CERTIFICO e dou fé que, por ora, deixo de enviar o autos conclusos para análise do pedido formulado pelo órgão credor e, cumprindo o disposto no **item 5, Capítulo XIII, da Portaria nº 08/2009,** os presentes autos permanecerão **SUSPENSOS** pelo período de **90 (noventa) dias,** nos termos do § 1º do artigo 40, da LEF nº 6.830/80, conforme solicitado.

Jaguariaíva, 14 de janeiro de 2018.

Rosane Aparecida de Barros
Analista Judiciária

Data: 14/01/2018
Movimentação: PROCESSO SUSPENSO
Complemento: Por 90 dias corridos a partir de 14/01/2018
Por: Rosane Aparecida de Barros

Data: 24/04/2018
Movimentação: LEVANTADA A SUSPENSÃO OU SOBRESTAMENTO DOS AUTOS
Complemento: TÉRMINO DA SUSPENSÃO DO PROCESSO - Prazo encerrado
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 10/05/2018
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento TÉRMINO DA SUSPENSÃO DO PROCESSO (24/04/2018)
Por: Adriane Xavier da Silva

Data: 21/05/2018
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)) em 21/05/2018 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 67) TÉRMINO DA SUSPENSÃO DO PROCESSO (24/04/2018) e ao evento de expedição seq. 68.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 21/05/2018
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento TÉRMINO DA SUSPENSÃO DO PROCESSO (24/04/2018)
Por: CAROLINA DOLABELA DE LIMA VASCONCELOS

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 70.1 - Assinado digitalmente por Carolina Dolabela de Lima e Vasconcelos
21/05/2018: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PONTA GROSSA/PR
Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 – Bairro Ronda – Ponta Grossa/PR – CEP: 84051-040 Ð (42) 3223-7232.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DA VARA CÍVEL DE JAGUARIAÍVA – ESTADO DO PARANÁ

AUTOS N. 0000545-75.2002.8.16.0100
EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIRO GRACIANO DE SOUZA

PET/PSFN/PTG/CDLV nº 3204/2018

A UNIÃO – FAZENDA NACIONAL, representada pela Procuradora da Fazenda Nacional, infra-assinada, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, em atenção a petição de sequência 57.1, requerer a juntada ao processo da Matrícula Atualizada nº 10.909 do bem penhorado no mov. 1.3 (*fl. 71)* , assim como a designação de datas para hasta pública do referido bem.

Nesses termos, pede deferimento.

Ponta Grossa (PR), assinado e datado eletronicamente.

Carolina Dolabela de Lima e Vasconcelos
Procuradora da Fazenda Nacional

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXH2 TUQKC WCPE8 84953

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 70.1 - Assinado digitalmente por Carolina Dolabela de Lima e Vasconcelos
21/05/2018: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

SERPRO
21/05/2018

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 12
Inscrições Selecionadas: 2
Parâmetro de Localização: 81175218000189
Seções Selecionadas: RLO, RSE

1º Devedor: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 81175218/0001-89
Situação: ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo: 10940 401142/00-06
Nº Inscrição: 90 6 02 001188-81
Data Inscrição: 06/03/2002
Nº Processo Judicial: 00000000000000962002
Nº Único de Processo Judicial: 00005457520028160100
Procuradoria da Inscrição: PARANA
Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA
Quant. Parcelamentos: 1
Período Último Parcelamento: 26/08/2013 A 06/06/2015
Valor Inscrito: (UFIR 4.743,41)
Valor Consolidado: R$ 3.445,57

2º Devedor: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 81175218/0001-89
Situação: ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo: 10940 401142/00-06
Nº Inscrição: 90 6 02 001189-62
Data Inscrição: 06/03/2002
Nº Processo Judicial: 00000000000000962002
Nº Único de Processo Judicial: 00005457520028160100
Procuradoria da Inscrição: PARANA
Procuradoria Responsável: PONTA GROSSA
Quant. Parcelamentos: 1
Período Último Parcelamento: 26/08/2013 A 06/06/2015
Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60)
Valor Consolidado: R$ 17.638,08

SOMATÓRIO DAS INSCRIÇÕES

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXH2 TUQKC WCPE8 84953

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXH2 TUQKC WCPE8 84953

Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 13.920,01)

Valor Consolidado: R$ 21.083,65

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Final do Relatório

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 70.1 - Assinado digitalmente por Carolina Dolabela de Lima e Vasconcelos
21/05/2018: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

ESTADO DO PARANÁ

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA

OFICIAL TITULAR: AGOSTINHO CARLOS THON

CPF: 441.505.129-49

Rua Florencio Delgado, 261 - CEP 84200-000 - Caixa Postal n.º 08
Fone/Fax (43) 3535-1338 (43) 3535-2010 - e-mail: cartoriothon@hotmail.com

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

CERTIFICO, nos termos do art 19 § 1º da Lei Federal nº 6015 de 31/12/1973 que a presente cópia reprográfica de Inteiro Teor da Matrícula número **10909**, datada de 12 de Novembro de 1998, conforme imagem abaixo:

REGISTRO DE IMÓVEIS
Comarca de Jaguariaiva
Estado do Paraná

TITULAR
AGOSTINHO CARLOS THON
CPF 441.505.129-49
EMPREGADOS JURAMENTADOS
Antonio Carlos Thon
CPF 649.886.359-20
Lucia Ferreira Pinovar
CPF 705.918.309-59

REGISTRO GERAL | FICHA 01

MATRICULA N.º 10.909 | RUBRICA

MATRÍCULA SOB N.º 10.909 – DATA – 12 de novembro de 1998. UM LOTE DE TERRAS, SITUADO À RUA CARMELINA S. DE LIMA, BAIRRO MATADOURO, NESTA CIDADE, COM A ÁREA DE 200,00 M2, com as seguintes medidas e confrontações observadas de fora para dentro do imóvel: A frente para a Rua Carmelina S. de Lima, medindo 10,00 metros; Os fundos confronta-se com o Sr. Ildefonso dos Santos, medindo 10,00 metros; Lado esquerdo confronta-se com o lote do Sr. Edison de Melo, medindo 20,00 metros; e, Lado direito confronta-se com a Rua Ubirajara Athayde, medindo 20,00 metros. **Contendo em dito lote uma casa de madeira, coberta de telhas em mau estado de conservação.** Memorial descritivo devidamente assinado pelo Eng.º Civil Sérgio Cruz - CREA 21588-D/Pr em data de 14/10/98. **REGISTRO ANTERIOR:-** Registro R7 da matrícula n.º 4.336, deste Registro Imobiliário. **PROPRIETÁRIO:-** ***Nilton Ney Carneiro dos Santos,*** *brasileiro, encarregado de turma, portador da C.I. RG n.º 1.639.187-5/Pr., e inscrito no CIC/MF N.º 287.529.969-72 e sua mulher Sra.* ***Regina de Fátima Carneiro dos Santos,*** *brasileira, do lar, portadora da C.I. RG n.º 3.355.761-2-SSP/Pr., domiciliados e residentes nesta cidade.* O referido é verdade e dou fé. Jaguariaiva, 12 de novembro de 1998. O OFICIAL:-

REGISTRO R1/10.909:- Prot. n.º 24.500, fls. 17v.º do Livro n.º 1-F, datado de 12/11/98. Nos termos da Escritura Pública de Divisão Amigável, lavrada em data de 06/11/98, ás fls. 28/29, do Livro n.º 176-E, o imóvel constante da presente matrícula é de propriedade do Sr. **NILTON NEY CARNEIRO DOS SANTOS,** brasileiro, encarregado de turma, portador da C.I. RG n.º 1.639.187-5/Pr., e inscrito no CIC/MF N.º 287.529.969-72 e sua mulher Sra. **REGINA DE FÁTIMA CARNEIRO DOS SANTOS,** brasileira, do lar, portadora da C.I. RG n.º 3.355.761-2-SSP/Pr., domiciliados e residentes nesta cidade. O referido é verdade e dou fé. Deste:- 630,000 VRC - CPC 4% - Associações 1,000 VRC. R$ 47.25. O referido é verdade e dou fé. Jaguariaiva - Estado do Paraná, 12 de Novembro de 1998. O OFICIAL:-

AVERBAÇÃO AV2/10.909:- Prot. n.º 27.796, fls. 43v.º do Livro n.º 1-F, datado de 06/06/2000. Nos termos do requerimento feito em data de hoje ao Sr. Oficial deste Registro Imobiliário e ao qual foi apresentada Certidão n.º 273/2000, fornecida em data de 06/06/2000, pela Prefeitura Municipal desta cidade e, Certidão Negativa de Débito – CND n.º 00652200-14621003, fornecida em data de 06/06/2000, pela agência do INSS, desta cidade; ***procede-se a esta averbação para constar a demolição da casa de madeira coberta com telhas existente sobre o imóvel desta matrícula.*** Deste:- 315,000 VRC - R$ 23,62. O referido é verdade e dou fé. Jagva., 06/06/00. O OFICIAL:-

AVERBAÇÃO AV3/10.909:- Prot. n.º 27.797, fls. 43v.º do Livro n.º 1-F, datado de 06/06/2000. Nos termos do requerimento feito em data de hoje ao Sr. Oficial deste Registro Imobiliário e ao qual foi apresentada Certidão n.º 27/2000, fornecida em data de 06/06/2000, pela Prefeitura Municipal desta cidade e, Certidão Negativa de Débito – CND n.º 00644200-14621003, fornecida em data de 05/06/2000, pela agência do INSS, desta cidade; ***procede-se a esta averbação para constar que sobre o imóvel da presente matrícula foi construída no ano de 1998, uma casa residencial em alvenaria, coberta com telhas de barro, com a área de 130,20 m2, tendo a mesma o valor venal de R$ 11.978,40 (onze mil, novecentos e setenta e oito reais e quarenta centavos) e sua numeração predial é n.º 339.*** Deste:- 2.156,000 VRC – R$ 161,70. O referido é verdade e dou fé. Jaguariaiva - Estado do Paraná, 06 de Junho de 2000. O OFICIAL:-

REGISTRO DE IMÓVEIS
Jaguariaíva - PR
FELIPE LEITE CUNHA
Escrevente - Portaria 01/2017

CONTINUA NO VERSO

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXH2 TUQKC WCPE8 84953

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 70.1 - Assinado digitalmente por Carolina Dolabela de Lima e Vasconcelos
21/05/2018: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

ESTADO DO PARANÁ
OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
OFICIAL TITULAR: AGOSTINHO CARLOS THON
CPF: 441.505.129-49
Rua Florencio Delgado, 261 - CEP 84200-000 - Caixa Postal n.º 08
Fone/Fax (43) 3535-1338 (43) 3535-2010 - e-mail: cartoriothon@hotmail.com

CONTINUAÇÃO

REGISTRO R4/10.909:- Prot. n.º 27.892 – fls.45V.º do livro n.º 1/F, datado de 29/06/2000. Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda e Mútuo com Pacto Adjeto de Hipoteca e outras Obrigações, lavrada às fls.144/153, do livro n.º 185-E, das Notas da Tabeliã Simone da Silva Reis Dib, desta cidade; o imóvel constante da presente matrícula foi adquirido em sua totalidade pelo Sr. **JAIRO GRACIANO DE SOUZA**, comerciante, portador da CI/RG n.º 8.909.102-SSP/PR. e inscrito no CIC sob n.º 931.333.408-91 e sua esposa Sra. **HELOISA MARIA BERGAMO DE SOUZA**, do lar, portadora da CI/RG n.º 17.579.674-SSP/PR. e inscrita no CIC sob n.º 163.771.078-03, ambos brasileiros, casados entre si pelo regime de comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados à Av. Antônio Cunha, n.º 126, nesta cidade; por compra feita ao Sr. Nilton Ney Carneiro dos Santos, brasileiro, encarregado de turma, portador da C.I. RG n.º 1.639.187-5/Pr., e inscrito no CIC/MF N.º 287.529.969-72 e sua mulher Sra. Regina de Fátima Carneiro dos Santos, brasileira, do lar, portadora da C.I. RG n.º 3.355.761-2-SSP/Pr. e inscrita no CIC n.º 038.581.319-89, domiciliados e residentes nesta cidade, nesta cidade; pelo preço de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). GRM-ITBI n.º 258/2000 – Certidão Negativa Municipal n.º 0316/2000, datada de 26/06/2000; e, Certidões Negativas de Débitos de Tributos Estaduais n.ºs 20181-34 e 202295-56 datadas de 30/06/2000. Deste: 4.312,000 VRC – R$ 323,40. O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva, 30 de Junho de 2000. O OFICIAL:-

REGISTRO R5/10.909:- Prot. n.º 27.892 – fls.45V.º do livro n.º 1/F, datado de 29/06/2000. Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda e Mútuo com Pacto Adjeto de Hipoteca e outras Obrigações, lavrada às fls.144/153, do livro n.º 185-E, das Notas da Tabeliã Simone da Silva Reis Dib, desta cidade; o imóvel constante da presente matrícula foi adquirido em sua totalidade pelo Sr. **JAIRO GRACIANO DE SOUZA** e sua esposa Sra. **HELOISA MARIA BERGAMO DE SOUZA**,, já qualificados, denominados ***compradores e/ou devedores*** dão à **CREDORA: Caixa Econômica Federal – CEF,** instituição financeira sob a forma de empresa pública, unipessoal, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, lotes 3/4, em Brasília - DF, CNPJ n.º 00.360.305/0001-04, em garantia do valor da dívida contraída e de todas as demais obrigações neste instrumento ora registrado por eles assumidas, sem concorrência, **EM PRIMEIRA, ÚNICA E ESPECIAL HIPOTECA**, o imóvel constante da presente matrícula, juntamente com as benfeitorias sobre o mesmo existentes ou que vierem a ser agregadas averbadas ou não nesta matrícula. **PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E MÚTUO EM DINHEIRO:** preço da compra e venda: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), quantia esta satisfeita da seguinte forma: R$ 10.000,00 (dez mil reais), dos compradores **R$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante financiamento da CEF. JUROS REMUNERATÓRIOS:** taxa nominal de **12,0000 % ao ano**, equivalente à taxa efetiva de **12,6825 % ao ano. PRAZO DE AMORTIZAÇÃO:** 72 (setenta e duas) parcelas mensais e sucessivas. Demais cláusulas e condições constantes da referida escritura. O referido é verdade e dou fé. Jagva., 30/06/2000. OFICIAL:-

R.6/10909:- PROTOCOLO: Nº 37.379 de 10/04/2007. De conformidade com o ofício nº 264/07, datado de 27/02/2007, do Juizo de Direito desta Comarca e Termo de Penhora datado de 12/03/2006, extraído dos Autos de Execução sob n.º 96/2002, em que é exeqüente **FAZENDA NACIONAL** e executado **JAIRO GRACIANO DE SOUZA;** o imóvel constante da presente matrícula, encontra-se penhorado nos Autos acima. Deste:- R$ 39,69 - VRC 378,000 . O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva, 12 de Abril de 2007. O OFICIAL:-

REGISTRO DE IMÓVEIS
Jaguariaíva - PR
FELIPE LEITE CUNHA
Escrevente - Portaria 01/2017

SEGUE

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXH2 TUQKC WCPE8 84953

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 70.1 - Assinado digitalmente por Carolina Dolabela de Lima e Vasconcelos
21/05/2018: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

E S T A D O D O PARANÁ
OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
OFICIAL TITULAR: AGOSTINHO CARLOS THON
CPF: 441.505.129-49
Rua Florencio Delgado, 261 - CEP 84200-000 - Caixa Postal n.º 08
Fone/Fax (43) 3535-1338 (43) 3535-2010 - e-mail: cartoriothon@hotmail.com

Emolumentos:

02 Busca..... R$ 1,20 - 6,22 VRC
01 Certidão Atualizada..... R$ 13,00 - 67,36 VRC
05 Nº Registros Matrícula (Certidão)..... R$ 1,90 - 9,85 VRC
01 SELO..... R$ 4,67 - 24,19 VRC

Total: R$ R$ 24,32

REGISTRO DE IMÓVEIS
Jaguariaíva - PR
FELIPE LEITE CUNHA
Portaria 01/2017

Felipe Leite Cunha/.

O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva - PR, 31 de Janeiro de 2018.

FUNARPEN – SELO DIGITAL Nº 48mas . EnuvM . xOhlu, Controle: tD2vH . pTY7w
Consulte esse selo em http://funarpen.com.br

[ ] Agostinho Carlos Thon - Oficial Titular
[ ] Bibiana Thon - Oficial Substituta
[ ] Bruna Caroline Soares da Silva - Escrevente
[X] Felipe Leite Cunha - Escrevente

REGISTRO DE IMÓVEIS
JAGUARIAÍVA-PR

****Certidão válida por 30 dias****
"Certidão impressa por meio eletrônico qualquer alteração será considerado fraude"

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXH2 TUQKC WCPE8 84953

Data: 03/04/2019
Movimentação: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO
Complemento: HABILITAÇÃO PROVISÓRIA - Perito Oficial: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA habilitado até 08/04/2019 (5 dias)
Por: RAQUEL TEIXEIRA DE LIMA DALMUT MORETTO

Data: 03/04/2019
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para Perito ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE (21/05/2018)
Por: RAQUEL TEIXEIRA DE LIMA DALMUT MORETTO

Data: 03/04/2019
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo Perito ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA) em 03/04/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 70) JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE (21/05/2018) e ao evento de expedição seq. 72.
Por: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA

Data: 03/04/2019
Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE (21/05/2018)
Por: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 74.1 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964
03/04/2019: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSXD ASZEK UT2RN U5EAU

Magno Rocha
Leiloeiro Oficial – JUCEPAR: 08/020-L

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA - ESTADO DO PARANÁ.

Autos NU 0000545-75.2002.8.16.0100 - PROJUDI

ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCEPAR sob o n.º 08/020-L, com escritório profissional constante no rodapé desta, onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, expor para ao final requerer:

Informa ainda, que conforme o Item 5.8.14.2 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Paraná, este leiloeiro verificou que antes de prosseguir com os atos pertinentes a designação da hasta pública, ainda existem alguns procedimentos a serem ralizados no r. processo.

Sendo assim, requer a intimação da parte credora, para que traga aos autos o demonstrativo de débito, cópia atualizada da Matrícula nº 10.909 (com registro da penhora) do CRI desta Comarca, bem como a Certidão do Depositário Público que deve ser solicitada junto ao Cartório do Distribuidor desta Comarca, visando verificar eventuais penhoras sobre o mesmo bem, todos devidamente atualizados.

Feito isto, requer a **renovação da intimação (via PROJUDI/e-mail)** para prosseguir com as diligências atinentes ao ato da venda do bem em hasta pública.

Termos em que

Pede e Espera Deferimento.

Curitiba, 03 de abril de 2019.

Antonio Magno Jacob da Rocha
Leiloeiro Oficial

Data: 09/04/2019
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 74) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (03/04/2019)
Por: Patrícia Mayara Adriano

Data: 20/04/2019
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)) em 22/04/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 74) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (03/04/2019) e ao evento de expedição seq. 75.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 24/04/2019
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (03/04/2019)
Por: CAROLINA DOLABELA DE LIMA VASCONCELOS

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 77.1 - Assinado digitalmente por Carolina Dolabela de Lima e Vasconcelos
24/04/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PONTA GROSSA/PR
Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 – Bairro Ronda – Ponta Grossa/PR – CEP: 84051-040 – TEL: (42) 3223-7232.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA–ESTADO DO PARANÁ

AUTOS N. 0000545-75.2002.8.16.0100
EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIRO GRACIANO DE SOUZA

PET/PSFN/PTG/CDLV nº 2517/2019

A **UNIÃO – FAZENDA NACIONAL**, representada pela Procuradora da Fazenda Nacional, infra-assinada, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, informar que expediu ofício ao Cartório de Registro de Imóveis de Jaguariaíva, a fim de obter a Matrícula Atualizada sob registro nº 10 909.

Desta forma, **requer a suspensão do presente feito por 90 dias**, enquanto aguarda retorno do ofício enviado.

Nesses termos, pede deferimento.
Ponta Grossa, *datado e assinado eletronicamente*.

Carolina Dolabela de Lima e Vasconcelos
Procuradora da Fazenda Nacional

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVJE ZF69Y WRF2M SANRA

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 77.1 - Assinado digitalmente por Carolina Dolabela de Lima e Vasconcelos
24/04/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 12
Inscrições Selecionadas: 2
Parâmetro de Localização: 81175218000189

1º Devedor:	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	81.175.218/0001-89
Situação:	ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	10940 401142/00-06
Nº Inscrição:	90 6 02 001188-81
Receita:	1804 / DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Data Inscrição:	06/03/2002
Nº Processo Judicial:	962002
Nº Único de Processo Judicial:	5457520028160100
Procuradoria Responsável:	PONTA GROSSA
Valor Inscrito:	R$ 5.047,46 (UFIR 4.743,41)
Valor Consolidado:	R$ 3.489,99

2º Devedor:	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	81.175.218/0001-89
Situação:	ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	10940 401142/00-06
Nº Inscrição:	90 6 02 001189-62
Receita:	4493 / DIV.ATIVA-COFINS
Data Inscrição:	06/03/2002
Nº Processo Judicial:	962002
Nº Único de Processo Judicial:	5457520028160100
Procuradoria Responsável:	PONTA GROSSA
Valor Inscrito:	R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60)
Valor Consolidado:	R$ 17.862,30

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 12.300,33 (UFIR 13.920,01)
Valor Consolidado: R$ 21.352,29
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVJE ZF69Y WRF2M SANRA

FIM DO RELATÓRIO

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVJE ZF69Y WRF2M SANRA

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 77.1 - Assinado digitalmente por Carolina Dolabela de Lima e Vasconcelos
24/04/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região
Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Ponta Grossa - PR
Representação Judicial
Rua Reinaldo Ribas Silveira, nº 18, - Bairro Ronda
CEP 84051-040 - Ponta Grossa/PR - (42) 3223-7232 - e-mail apoio.pr.pontagrossa.psfn@pgfn.gov.br

OFÍCIO SEI Nº 318/2019/REPJUD/PSFN-PR-PG/PRFN4/PGFN-ME

Ponta Grossa, 23 de abril de 2019.

Ao Ilmº Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Jaguariaíva

Caixa Postal 08

Jaguariaíva/Pr

Assunto: **Matrícula Atualizada.**

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 11690.100347/2019-65.

Senhor(a) Oficial(a),

Venho, por meio deste, requisitar a Vossa Senhoria a expedição da **MATRÍCULA ATUALIZADA Nº 10.909,** registrados nesse Ofício.

Saliento que a presente requisição deverá ser atendida prioritariamente, no **prazo de 30 (trinta) dias**, a fim de propiciar a defesa de interesses da União em juízo, nos termos do art. 30, III, da Lei 8.935/1994, *in verbis*:

Art. 30. São **deveres** dos notários e dos oficiais de registro:

(...)

III - **atender prioritariamente as requisições** de papéis, documentos, informações ou providências que lhes forem solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em juízo;

Solicito que as informações sejam encaminhadas a esta Procuradoria no endereço Rua Reinaldo Ribas Silveira, nº 18, Ronda – Ponta Grossa-PR – CEP: 84051-040, fazendo-se menção deste ofício.

Certo de sua atenção, despeço-me, renovando votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVJE ZF69Y WRF2M SANRA

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 77.1 - Assinado digitalmente por Carolina Dolabela de Lima e Vasconcelos
24/04/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

Documento assinado eletronicamente

Hélcio Davi de Freitas

Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº 11690.100347/2019-65. SEI nº 2183776

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVJE ZF69Y WRF2M SANRA

Data: 24/04/2019
Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO
Complemento: Responsável: Paula Maria Torres Monfardini
Por: Francielli Brecailo

Data: 05/09/2019
Movimentação: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE
Por: Paula Maria Torres Monfardini

Relação de arquivos da movimentação:
- Despacho

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 79.1 - Assinado digitalmente por Paula Maria Torres Monfardini:16854
05/09/2019: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. Arq: Despacho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

1. Ante o lapso decorrido desde o pedido de mov. 77.1, intime-se a exequente para que acoste a certidão atualizada do imóvel de matrícula nº 10.909 no prazo de **15 (quinze) dias**.

Na sequência, cumpra-se a Portaria Judicial nº 4/2018.

2. À Serventia para que acoste aos autos a íntegra a sentença proferida nos embargos nº 140/2007 (mov. 1.1, pág. 40/47, pois ao que parece falta a página de nº 62 dos autos físicos).

3. Intimações e diligências necessárias.

Jaguariaíva, data e hora de inclusão no sistema.

Paula Maria Torres Monfardini

Juíza de Direito

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ89T 74924 9KJ6P TZ6GB

Data: 30/09/2019
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 79) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (05/09/2019)
Por: Patrícia Mayara Adriano

Data: 11/10/2019
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)) em 10/10/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 79) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (05/09/2019) e ao evento de expedição seq. 80.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 24/10/2019
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (05/09/2019)
Por: Daniella Rasera Chiaretto

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 82.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
24/10/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PONTA GROSSA/PR
Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 – Bairro Ronda – Ponta Grossa/PR – CEP: 84051-040 □ (42) 3223-7232.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA – ESTADO DO PARANÁ

AUTOS N. 0000545-75.2002.8.16.0100
EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIRO GRACIANO DE SOUZA

PET/PSFN/PTG/DRC nº 5839/2019

A UNIÃO – FAZENDA NACIONAL, representada pela Procuradora da Fazenda Nacional, infra-assinada, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, em atenção ao despacho proferido no mov. 79.1, requerer a juntada em anexo da **matrícula atualizada** do imóvel registrado sob nº 10.909.

Outrossim, requer a designação de **datas para hasta pública** do referido imóvel.

Nesses termos, pede deferimento.
Ponta Grossa/PR, *datado e assinado eletronicamente.*

Daniella Rasera Chiaretto
Procuradora da Fazenda Nacional

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8GM NQ4KV TP6M7 8NQKY

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 82.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
24/10/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 9060200118881

1º Devedor:	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	81.175.218/0001-89
Situação:	ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	10940 401142/00-06
Nº Inscrição:	90 6 02 001188-81
Receita:	1804 / DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Data Inscrição:	06/03/2002
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	962002
Nº Único de Processo Judicial:	5457520028160100
Procuradoria Responsável:	PONTA GROSSA
Valor Inscrito:	R$ 5.047,46 (UFIR 4.743,41)
Valor Consolidado:	R$ 3.514,11

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 5.047,46 (UFIR 4.743,41)
Valor Consolidado: R$ 3.514,11
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8GM NQ4KV TP6M7 8NQKY

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 82.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
24/10/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 90.6.02.001189-62

1º Devedor:	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	81.175.218/0001-89
Situação:	ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	10940 401142/00-06
Nº Inscrição:	90 6 02 001189-62
Receita:	4493 / DIV.ATIVA-COFINS
Data Inscrição:	06/03/2002
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	962002
Nº Único de Processo Judicial:	5457520028160100
Procuradoria Responsável:	PONTA GROSSA
Valor Inscrito:	R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60)
Valor Consolidado:	R$ 17.983,96

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60)
Valor Consolidado: R$ 17.983,96
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8GM NQ4KV TP6M7 8NQKY

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 82.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
24/10/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

ESTADO DO PARANÁ
OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
OFICIAL TITULAR: AGOSTINHO CARLOS THON
OFICIAL SUBSTITUTA: BIBIANA THON
CPF: 441.505.129-49
Rua Florencio Delgado, 261 - CEP 84200-000 - Caixa Postal nº 08
Fone/Fax (43) 35351338 (43) 3535-2010 - e-mail: cartoriothon@hotmail.com

Jaguariaíva, 20 de Maio de 2019.

Ofício nº. 27/2019

Prezado Senhor,

Em atenção ao Oficio nº 318/2019 referente ao Processo nº 11690.100347/2019-65, segue anexa certidão atualizada da matrícula nº 10.909.

Informo ainda que foi cadastrada no livro Indicador Pessoal Livro nº 05, o nome da referida empresa.

Solicito que Vossa Senhoria que seja incluída na conta de liquidação final o valor de R$ 25,94, referente a emolumentos, Funrejus, FADEP, ISS e Selo.

Apresento a Vossa Senhoria protestos de estima e elevada consideração.

Agostinho Carlos Thon
Registrador

REGISTRO DE IMÓVEIS
Jaguariaíva - PR
BIBIANA THON
Escrevente Substituta - Portaria 01/2017

Ilmo Senhor
HÉLCIO DAVI DE FREITAS
M.D. Procurador da Fazenda Nacional
Ponta Grossa - PR

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8GM NQ4KV TP6M7 8NQKY

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 82.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
24/10/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

E S T A D O D O PARANÁ
OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
OFICIAL TITULAR: AGOSTINHO CARLOS THON
CPF: 441.505.129-49
Rua Florencio Delgado, 261 - CEP 84200-000 - Caixa Postal n.º 08
Fone/Fax (43) 3535-1338 (43) 3535-2010 - e-mail: cartoriothon@hotmail.com

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

CERTIFICO, nos termos do art 19 § 1º da Lei Federal nº 6015 de 31/12/1973 que a presente cópia reprográfica de Inteiro Teor da Matrícula número **10909**, datada de 12 de Novembro de 1998, conforme imagem abaixo:

REGISTRO DE IMÓVEIS
Comarca de Jaguariaíva
Estado do Paraná

TITULAR
AGOSTINHO CARLOS THON
CPF 441.505.129-49
EMPREGADOS JURAMENTADOS
Antonio Carlos Thon
CPF 540.038.229-20
Lucia Ferreira Pivovar
CPF 395.903.309-59

REGISTRO GERAL | FICHA 01 | RUBRICA

MATRICULA N.º **10.909**

MATRÍCULA SOB N.º 10.909 – DATA – 12 de novembro de 1998. UM LOTE DE TERRAS, SITUADO À RUA CARMELINA S. DE LIMA, BAIRRO MATADOURO, NESTA CIDADE, COM A ÁREA DE 200,00 M2, com as seguintes medidas e confrontações observadas de fora para dentro do imóvel: A frente para a Rua Carmelina S. de Lima, medindo 10,00 metros; Os fundos confronta-se com o Sr. Ildefonso dos Santos, medindo 10,00 metros; Lado esquerdo confronta-se com o lote do Sr. Edison de Melo, medindo 20,00 metros; e, Lado direito confronta-se com a Rua Ubirajara Athayde, medindo 20,00 metros. **Contendo em dito lote uma casa de madeira, coberta de telhas em mau estado de conservação.** Memorial descritivo devidamente assinado pelo Eng.º Civil Sérgio Cruz - CREA 21588-D/Pr em data de 14/10/98. **REGISTRO ANTERIOR:**- Registro R7 da matrícula n.º 4.336, deste Registro Imobiliário. **PROPRIETÁRIO:**- ***Nilton Ney Carneiro dos Santos,*** *brasileiro, encarregado de turma, portador da C.I. RG n.º 1.639.187-5/Pr., e inscrito no CIC/MF N.º 287.529.969-72 e sua mulher Sra.* ***Regina de Fátima Carneiro dos Santos,*** *brasileira, do lar, portadora da C.I. RG n.º 3.355.761-2-SSP/Pr., domiciliados e residentes nesta cidade.* O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva, 12 de novembro de 1998. O OFICIAL:-

REGISTRO R1/10.909:- Prot. n.º 24.500, fls. 17v.º do Livro n.º 1-F, datado de 12/11/98. Nos termos da Escritura Pública de Divisão Amigável, lavrada em data de 06/11/98, às fls. 28/29, do Livro n.º 176-E, o imóvel constante da presente matrícula é de propriedade do Sr. **NILTON NEY CARNEIRO DOS SANTOS**, brasileiro, encarregado de turma, portador da C.I. RG n.º 1.639.187-5/Pr., e inscrito no CIC/MF N.º 287.529.969-72 e sua mulher Sra. **REGINA DE FÁTIMA CARNEIRO DOS SANTOS**, brasileira, do lar, portadora da C.I. RG n.º 3.355.761-2-SSP/Pr., domiciliados e residentes nesta cidade. O referido é verdade e dou fé. Deste:- 630,000 VRC CPC 4% - Associações 1,000 VRC. R$ 47,25. O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva - Estado do Paraná, 12 de Novembro de 1998. O OFICIAL:

AVERBAÇÃO AV2/10.909:- Prot. n.º 27.796, fls. 43v.º do Livro n.º 1-F, datado de 06/06/2000. Nos termos do requerimento feito em data de hoje ao Sr. Oficial deste Registro Imobiliário e ao qual foi apresentada Certidão n.º 273/2000, fornecida em data de 06/06/2000, pela Prefeitura Municipal desta cidade e, Certidão Negativa de Débito – CND n.º 00652200-14621003, fornecida em data de 06/06/2000, pela agência do INSS, desta cidade; ***procede-se a esta averbação para constar a demolição da casa de madeira coberta com telhas existente sobre o imóvel desta matrícula.*** Deste:- 315,000 VRC + R$ 23,62. O referido é verdade e dou fé. Jagva., 06/06/00. O OFICIAL:-

AVERBAÇÃO AV3/10.909:- Prot. n.º 27.797, fls. 43v.º do Livro n.º 1-F, datado de 06/06/2000. Nos termos do requerimento feito em data de hoje ao Sr. Oficial deste Registro Imobiliário e ao qual foi apresentada Certidão n.º 27/2000, fornecida em data de 06/06/2000, pela Prefeitura Municipal desta cidade e, Certidão Negativa de Débito – CND n.º 00644200-14621003, fornecida em data de 05/06/2000, pela agência do INSS, desta cidade; ***procede-se a esta averbação para constar que sobre o imóvel da presente matrícula foi construída no ano de 1998, uma casa residencial em alvenaria, coberta com telhas de barro, com a área de 130,20 m2, tendo a mesma o valor venal de R$ 11.978,40 (onze mil, novecentos e setenta e oito reais e quarenta centavos) e sua numeração predial é n.º 339.*** Deste:- 2.156,000 VRC – R$ 161,70. O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva - Estado do Paraná, 06 de Junho de 2000. O OFICIAL:-

CONTINUA NO VERSO

REGISTRO DE IMÓVEIS
Jaguariaíva - PR
BIBIANA THON
Escrevente Substituta - Portaria 01/2017

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8GM NQ4KV TP6M7 8NQKY

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 82.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
24/10/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

E S T A D O D O PARANÁ
OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
OFICIAL TITULAR: AGOSTINHO CARLOS THON
CPF: 441.505.129-49
Rua Florencio Delgado, 261 - CEP 84200-000 - Caixa Postal n.º 08
Fone/Fax (43) 3535-1338 (43) 3535-2010 - e-mail: cartoriothon@hotmail.com

CONTINUAÇÃO

REGISTRO R4/10.909:- Prot. n.º 27.892 – fls.45V.º do livro n.º 1/F, datado de 29/06/2000. Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda e Mútuo com Pacto Adjeto de Hipoteca e outras Obrigações, lavrada às fls.144/153, do livro n.º 185-E, das Notas da Tabeliã Simone da Silva Reis Dib, desta cidade; o imóvel constante da presente matrícula foi adquirido em sua totalidade pelo Sr. **JAIRO GRACIANO DE SOUZA**, comerciante, portador da CI/RG n.º 8.909.102-SSP/PR. e inscrito no CIC sob n.º 931.333.408-91 e sua esposa Sra. **HELOISA MARIA BERGAMO DE SOUZA**, do lar, portadora da CI/RG n.º 17.579.674-SSP/PR. e inscrita no CIC sob n.º 163.771.078-03, ambos brasileiros, casados entre si pelo regime de comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados à Av. Antônio Cunha, n.º 126, nesta cidade; por compra feita ao Sr. Nilton Ney Carneiro dos Santos, brasileiro, encarregado de turma, portador da C.I. RG n.º 1.639.187-5/Pr., e inscrito no CIC/MF N.º 287.529.969-72 e sua mulher Sra. Regina de Fátima Carneiro dos Santos, brasileira, do lar, portadora da C.I. RG n.º 3.355.761-2-SSP/Pr. e inscrita no CIC n.º 038.581.319-89, domiciliados e residentes nesta cidade, nesta cidade; pelo preço de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). GRM-ITBI n.º 258/2000 – Certidão Negativa Municipal n.º 0316/2000, datada de 26/06/2000; e, Certidões Negativas de Débitos de Tributos Estaduais n.ºs 201811-34 e 202295-56 datadas de 30/06/2000. Deste: 4.312,000 VRC – R$ 323,40. O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva, 30 de Junho de 2000. O OFICIAL:-

REGISTRO R5/10.909:- Prot. n.º 27.892 – fls.45V.º do livro n.º 1/F, datado de 29/06/2000. Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda e Mútuo com Pacto Adjeto de Hipoteca e outras Obrigações, lavrada às fls.144/153, do livro n.º 185-E, das Notas da Tabeliã Simone da Silva Reis Dib, desta cidade; o imóvel constante da presente matrícula foi adquirido em sua totalidade pelo Sr. **JAIRO GRACIANO DE SOUZA** e sua esposa Sra. **HELOISA MARIA BERGAMO DE SOUZA**., já qualificados, denominados ***compradores e/ou devedores*** dão à **CREDORA: Caixa Econômica Federal – CEF,** instituição financeira sob a forma de empresa pública, unipessoal, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, lotes 3/4, em Brasília - DF, CNPJ n.º 00.360.305/0001-04, em garantia do valor da dívida contraída e de todas as demais obrigações neste instrumento ora registrado por eles assumidas, sem concorrência, **EM PRIMEIRA, ÚNICA E ESPECIAL HIPOTECA**, o imóvel constante da presente matrícula, juntamente com as benfeitorias sobre o mesmo existentes ou que vierem a ser agregadas averbadas ou não nesta matrícula. **PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E MÚTUO EM DINHEIRO:** preço da compra e venda: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), quantia esta satisfeita da seguinte forma: R$ 10.000,00 (dez mil reais), dos compradores **R$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante financiamento da CEF. JUROS REMUNERATÓRIOS:** taxa nominal de **12,0000 % ao ano**, equivalente à taxa efetiva de **12,6825 % ao ano. PRAZO DE AMORTIZAÇÃO:** 72 (setenta e duas) parcelas mensais e sucessivas. Demais cláusulas e condições constantes da referida escritura. O referido é verdade e dou fé. Jagva., 30/06/2000. OFICIAL:-

R.6/10909:- PROTOCOLO: Nº 37.379 de 10/04/2007. De conformidade com o ofício nº 264/07, datado de 27/02/2007, do Juizo de Direito desta Comarca e Termo de Penhora datado de 12/03/2006, extraído dos Autos de Execução sob n.º 96/2002, em que é exeqüente **FAZENDA NACIONAL** e executado **JAIRO GRACIANO DE SOUZA;** o imóvel constante da presente matrícula, encontra-se penhorado nos Autos acima. Deste:- R$ 39,69 VRC 378,000 . O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva, 12 de Abril de 2007. O OFICIAL.

REGISTRO DE IMÓVEIS
Jaguariaíva - PR
BIBIANA THON
Escrevente Substituta - Portaria 01/2017

SEGUE

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8GM NQ4KV TP6M7 8NQKY

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 82.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
24/10/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

E S T A D O D O PARANÁ
OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
OFICIAL TITULAR: AGOSTINHO CARLOS THON
CPF: 441.505.129-49
Rua Florencio Delgado, 261 - CEP 84200-000 - Caixa Postal n.º 08
Fone/Fax (43) 3535-1338 (43) 3535-2010 - e-mail: cartoriothon@hotmail.com

Emolumentos:

01 Certidão Atualizada..... R$ 13,00 - 67,36 VRC
02 Busca..... R$ 1,20 - 6,22 VRC
05 Nº Registros Matrícula (Certidão)..... R$ 1,90 - 9,85 VRC
01 Selo..... R$ 4,67 - 24,19 VRC
ISS ..... R$ 0,81

Total: R$ R$ 25,94

Bibiana Thon/.

O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva - PR, 20 de Maio de 2019.

FUNARPEN – SELO DIGITAL Nº 4ftUK . YJ55v . 6zhlu, Controle: tDo8H . RFDLs
Consulte esse selo em http://funarpen.com.br

[ ] Agostinho Carlos Thon - Oficial Titular
[ ] Bibiana Thon - Oficial Substituta
[ ] Bruna Caroline Soares da Silva - Escrevente
[ ] Felipe Leite Cunha - Escrevente

REGISTRO DE IMÓVEIS Jaguariaíva - PR
BIBIANA THON
Escrevente Substituta - Portaria 01/2017

****Certidão válida por 30 dias****
"Certidão impressa por meio eletrônico qualquer alteração será considerado fraude"

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8GM NQ4KV TP6M7 8NQKY

Data: 24/10/2019
Movimentação: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO
Complemento: HABILITAÇÃO PROVISÓRIA - Perito Oficial: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA habilitado até 23/11/2019 (30 dias)
Por: Patrícia Mayara Adriano

Data: 24/10/2019
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para Perito ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento HABILITAÇÃO PROVISÓRIA (24/10/2019)
Por: Patrícia Mayara Adriano

Data: 24/10/2019
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Patrícia Mayara Adriano

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão
- Sentença

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 85.1 - Assinado digitalmente por Patrícia Mayara Adriano
24/10/2019: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Certidão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

CERTIFICO, que em cumprimento ao item 2 do despacho de mov. 79.1, promovo a juntada da íntegra da sentença dos autos de embargos nesta oportunidade.

Jaguariaíva, 24 de outubro de 2019.

Patrícia Mayara Adriano
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ597 DDD5G 7DGMD MZEMB

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 85.2 - Assinado digitalmente por Patrícia Mayara Adriano
24/10/2019: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Sentença

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSK4 GCM6A JZXXJ WQWSU

ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JAGUARIAÍVA

Vistos e Examinados estes autos de ***EMBARGOS À EXECUÇÃO*** *registrados sob o nº 140/2007 em que figura como embargante* ***JAIRO GRACIANO DE SOUZA*** *e como embargada* ***UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)****.*

SENTENÇA

I - RELATÓRIO

Trata-se de embargos à execução promovidos por **JAIRO GRACIANO DE SOUZA** em face da **UNIÃO**.

Alegou, em suma, preliminares de abandono de processo de execução pelo embargado, ocorrência de decadência e prescrição, carência da ação em razão da nulidade do título executivo e inépcia da inicial, em razão de ter sido acompanhada com demonstrativo do débito, conforme determina o art. 614, II, do Código de Processo Civil.

No mérito, sustentou novamente a nulidade do título executivo, faltando assim liquidez, certeza e exigibilidade do crédito fiscal.

A embargada apresentou impugnação aos embargos à execução (fls. 28/35) alegando que não abandonou o processo, sendo que o mesmo ficou parado durante longo período em razão de falha da Escrivania; não ocorrência da decadência e prescrição em razão de pedido de REFIS que, como parcelamento, teria suspendido a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, VI do CTN; não ocorrência de nulidade da certidão de dívida ativa; e que a execução fiscal possui procedimento próprio, especial, não se aplicando o disposto no art. 614, II, do Código de Processo Civil.

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 85.2 - Assinado digitalmente por Patrícia Mayara Adriano
24/10/2019: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Sentença

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSK4 GCM6A JZXXJ WQWSU

56

ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JAGUARIAÍVA

Juntou o documento de fl. 36.

Intimado para se manifestar sobre a impugnação, o embargante deixou transcorrer *in albis* o prazo para manifestação.

As partes foram intimadas para especificação de provas (fl. 48), sendo que somente a embargada veio a se manifestar (fl. 48-verso), requerendo o julgamento do feito no estado em que se encontra.

Por meio do despacho de fl. 49 este juízo entendeu que a questão de mérito tratada no presente feito é exclusivamente de direito, permitindo assim o seu julgamento antecipado.

Contados, vieram os autos conclusos para sentença.

É o relatório. Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO

a) Preliminares

Abandono do processo

Alega o embargante que o executivo fiscal teria sido abandonado pela exequente, ora embargada, desde março de 2003 até 18 de outubro de 2006.

Compulsando os autos em apenso, verifico que o mesmo ficou paralisado durante tal período não por abandono da exequente, mas por falha da Escrivania, conforme ressaltado no despacho de fls. 64/65, não devendo essa falha prejudicar a parte.

Em sentido semelhante:

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 85.2 - Assinado digitalmente por Patrícia Mayara Adriano
24/10/2019: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Sentença

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSK4 GCM6A JZXXJ WQWSU

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - EXTINÇÃO DO PROCESSO PELA AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO (CPC, ART. 267, IV) - RÉU AINDA NÃO CITADO - IMPOSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO NA FORMA COMO FEITA PELO JUÍZO A QUO - FALHA DA MÁQUINA JUDICIÁRIA (PRIMEIRO DO OFICIAL DE JUSTIÇA E DEPOIS DA ESCRIVANIA) QUE TAMBÉM CONTRIBUIU PARA QUE A CITAÇÃO NÃO SE EFETIVASSE ATÉ O MOMENTO - NECESSIDADE, ADEMAIS, DE SE INTIMAR O BANCO PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO PARA VIABILIZAR A CITAÇÃO DO RÉU - BANCO QUE SEQUER FOI INTIMADO PESSOALMENTE PARA IMPULSIONAR O FEITO - INTELIGÊNCIA DO ART. 267, § 1°, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - SENTENÇA CASSADA - RECURSO PROVIDO (TJPR - 16ª C.Cível - AC 793855-8 - Realeza - Rel.: Renato Naves Barcellos - Unânime - J. 05.10.2011)

Assim, rejeito a preliminar alegada pelo embargante.

Carência da ação em razão da nulidade do título

Alegou o embargante a nulidade das certidões das dívidas ativas que embasam a presente execução.

As alegações não prosperam.

As certidões de dívidas ativas – que embasam a execução autuada em apenso e ora embargada - gozam de presunção de liquidez, certeza e exigibilidade, nos termos do art. 204, *"caput"*, do CTN. Todavia, trata-se de presunção relativa, como deixa claro o parágrafo único do mesmo artigo e explicita a jurisprudência. Assim, a dívida regularmente inscrita goza da

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 85.2 - Assinado digitalmente por Patrícia Mayara Adriano
24/10/2019: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Sentença

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSK4 GCM6A JZXXJ WQWSU

580

presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída em favor do Fisco, presunção, todavia, que pode ser elidida por prova inequívoca.

No presente caso, porém, tal prova inequívoca não foi produzida.

As certidões de dívida ativa, elaboradas em modelo padrão, trazem discriminada toda a fundamentação legal e indicam os encargos legais incidentes sobre o débito, bastando para verificar os seus índices a consulta aos dispositivos legais a que faz remissão aqueles termos. Ainda, ficou claro em referido título, o nome e endereço do devedor, datas das inscrições, as origens e naturezas das dívidas, e os processos administrativos que as desencadearam.

Assim, verifico que os títulos executivos que embasam a execução que segue em apenso atende os requisitos do art. 202 do CTN e do art. 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/1980, portanto, não há nulidade nos títulos executivos, tampouco carência da ação. Desse modo, rejeito a preliminar alegada pelo embargante.

Inépcia da inicial

O embargante alega inépcia da inicial em razão da ausência do demonstrativo do débito, conforme disciplina o art. 614, II, do Código de Processo Civil.

A execução fiscal é regulada por lei especial (Lei nº 6.830/80), somente se socorrendo subsidiariamente ao Código de Processo Civil (art. 1º, da Lei nº 6.830/80).

O artigo 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/80, estabelece os requisitos formais do termo de inscrição em dívida ativa, com a finalidade de assegurar ao devedor conhecimento da origem do débito (controle de legalidade). Sem observância dessas formalidades legais, será indevida a inscrição de dívida e, consequentemente, sem efeito a certidão que instruirá a execução. Isto porque,

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 85.2 - Assinado digitalmente por Patrícia Mayara Adriano
24/10/2019: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Sentença

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSK4 GCM6A JZXXJ WQWSU

59

à prerrogativa de o Fisco constituir unilateralmente o título executivo extrajudicial para a cobrança de seus créditos, que goza de presunção legal de certeza, liquidez e exigibilidade, contrapõe-se a obrigação de cumprir fielmente os procedimentos estatuídos por lei. A validade do título executivo, a que a lei atribui efeito de prova pré-constituída, funda-se na regularidade do procedimento administrativo de sua formação, e reflete-se da certidão que documenta a inscrição. Assim, conquanto tal regularidade não seja condição para a existência da dívida, é pressuposto para a constituição validade do título executivo que respaldará a execução. Por outro lado, só se reconhecerá a nulidade do título ante a comprovação do prejuízo daí decorrente. Ou seja, não há nulidade por vício formal, se a omissão ou irregularidade na lavratura do termo não cerceou a defesa do executado.

Desta forma, constando da CDA os elementos indispensáveis à defesa eficiente do executado (identificação e justificação daquilo que lhe está sendo exigido) não há falar em nulidade. Eventuais dúvidas em torno da legalidade da inscrição poderão ser dissipadas através da análise do expediente administrativo que lhe deu origem, a ser apresentado, se necessário. Se a eventual preterição de requisito formal repercutiu na defesa do devedor, cabe-lhe denunciar o cerceamento havido, demonstrando o prejuízo.

A certidão de dívida ativa constitui-se em título executivo extrajudicial (arts. 585, VI. e 586, do CPC), apto a, por si só, ensejar a execução, pois decorre de lei a presunção de liquidez e certeza do débito que traduz. A inscrição cria o título, e a certidão de inscrição o documento para efeito de ajuizamento da cobrança judicial pelo rito especial da Lei n. 6.830/80. Sequer há necessidade que venha instruída por demonstrativo discriminado de cálculo (art. 614, inciso II, do CPC) ou cópia do processo administrativo, documentos que não se afiguram indispensáveis à propositura da ação (art. 6º da Lei nº 6.830), prevalecendo, neste aspecto, a especialidade da LEF.

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 85.2 - Assinado digitalmente por Patrícia Mayara Adriano
24/10/2019: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Sentença

60
0

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CESSÃO DE CRÉDITO RURAL DO BANCO DO BRASIL À UNIÃO. DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO. ORIENTAÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR. VIA ADEQUADA. FASE ADMINISTRATIVA. DEMONSTRATIVO DE DÉBITO. LIQUIDEZ, CERTEZA E EXIGIBILIDADE. 1. A orientação do Superior Tribunal de Justiça aponta no sentido de que os créditos rurais originários de operações financeiras, alongadas ou renegociadas (cf. Lei n. 9.138/95), cedidos à União por força da Medida Provisória 2.196-3/2001, estão abarcados no conceito de Dívida Ativa da União para efeitos de execução fiscal - não importando a natureza pública ou privada dos créditos em si -, conforme dispõe o art. 2º e § 1º da Lei 6.8q30/90. 2. O direito ou privilégio de executar o crédito pelo rito da Lei 6.830/80 está vinculado à condição de Fazenda Pública da nova credora, à pessoa jurídica de direito público denominada União Federal. 3. Legítima a cobrança via execução fiscal de débito proveniente de operações de crédito rural cedido à União pelo Banco do Brasil. 4. **Tratando-se de execução fiscal, dispensável a apresentação do demonstrativo atualizado do débito, nos termos a que alude o art. 614, II, do CPC, sendo suficiente à propositura da ação a apresentação da Certidão de Dívida Ativa**. (TRF4, AC 0016848-06.2011.404.9999, Terceira Turma, Relator Fernando Quadros da Silva, D.E. 09/02/2012) (grifou-se)

Desse modo, verifico que a inicial não se encontra inepta.

b) Prejudiciais de mérito: decadência e prescrição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSK4 GCM6A JZXXJ WQWSU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 85.2 - Assinado digitalmente por Patrícia Mayara Adriano
24/10/2019: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Sentença

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSK4 GCM6A JZXXJ WQWSU

60

ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JAGUARIAÍVA

Alegou o embargante que a pretensão da embargada foi atingida pelo prazo decadencial de 05 (cinco) anos previsto no art. 173 do Código Tributário Nacional, eis que o crédito tributário teria sido constituído em 31/03/1997, todavia a execução foi movida somente em 15/08/2002, ou seja, após transcorrido o prazo de 05 (cinco) anos. Sustentou que caso a prejudicial não seja encarada como decadência, deve ser como prescrição.

Inicialmente cabe fazer a diferenciação de prescrição e decadência.

A decadência é a perda do direito da Fazenda Pública de constituir o crédito tributário, ou seja, é a perda do direito de lançar. Em outras palavras, é a perda da possibilidade do Fisco de efetuar o lançamento, e consequentemente, constituir o crédito tributário. Decorrido o prazo decadencial, o sujeito ativo não mais pode exigir o crédito tributário do sujeito passivo.

A prescrição por sua vez, é a perda do direito da Fazenda Pública de efetuar a cobrança desse crédito, de entrar com um processo de execução (que é o mais apropriado) contra o sujeito passivo da obrigação tributária. O crédito, embora regularmente constituído, não pode mais ser cobrado se decorrido o lapso temporal de 05 (cinco) anos, contados de sua constituição definitiva – ocorrência da prescrição (art. 174 do CTN).

Ambas prejudiciais de mérito possuem prazo de 05 (cinco) anos.

Assim, à luz do Código Tributário Nacional, o prazo de 05 (cinco) anos para a constituição do crédito tributário (pelo lançamento) é de decadência; o prazo para a propositura da respectiva ação de cobrança (isto é, da execução fiscal), caso o crédito não seja satisfeito, é de prescrição.

Desse modo, verifico que no caso em tela deve ser analisado como prazo prescricional.

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 85.2 - Assinado digitalmente por Patrícia Mayara Adriano
24/10/2019: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Sentença

Pela análise da execução fiscal em apenso, constata-se que entre a data da constituição do crédito tributário e da propositura da ação há um lapso temporal de aproximadamente 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses e 15 (quinze) dias.

No entanto, o documento de fl. 36 demonstra que entre as datas de 29/03/2000 e 01/01/2002 (aproximadamente um ano e dez meses) a embargante foi beneficiária do parcelamento na modalidade de REFIS, estando suspensa em tal período a exigibilidade de seu débito, nos termos do art. 151, VI, do CTN. Subtraindo tal período do lapso temporal entre a constituição do crédito e a propositura da ação, verifica-se que a pretensão da exequente não foi atingida pelo prazo prescricional de 05 (cinco).

Desse modo, rejeito as preliminares de mérito alegadas pelo embargante.

b) mérito:

O mérito se confunde com a preliminar alegada de carência da ação, eis que a novamente há alegação de nulidade do título executivo.

Alegada preliminar já foi afastada, eis que verificado que o título executivo preenche todos os requisitos para amparar a execução.

Assim, os presentes embargos devem ser julgados improcedentes.

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTES** os presentes embargos, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, I do Código de Processo Civil.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSK4 GCM6A JZXXJ WQWSU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 85.2 - Assinado digitalmente por Patrícia Mayara Adriano
24/10/2019: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Sentença

CONDENO a parte embargante ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono da parte contrária, estes nos quais arbitro em R$ 3.000,00 (três mil reais), considerando o zelo, a natureza da causa e o trabalho desenvolvido (artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil), devendo sua exigibilidade ficar suspensa em razão do embargante ser beneficiário da assistência judiciária gratuita (art. 12 da Lei nº 1.060/50).

Cumpram-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria da Justiça.

Oportunamente, arquivem-se e desapensem os autos.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Jaguariaíva, 13 de abril de 2012.

FERNANDA BERNERT MICHIELIN
Juíza de Direito

RECEBIMENTO
Recebi os presentes autos da M.M. Juíza de Direito Exma. Sra. Dra. **FERNANDA BERNERT MICHIELIN**
Dou fé
Jaguariaíva, **20** de Abril de 2.012

Cristiane Ferreira de Barros
Empregada Juramentada

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSK4 GCM6A JZXXJ WQWSU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 85.2 - Assinado digitalmente por Patrícia Mayara Adriano
24/10/2019: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Sentença

64

CERTIDÃO

Certifico que **a Sentença** foi registrada
no dia **20/04/2012, às 10h18min,** pelo funcionário que subscreve,
no Banco de Sentenças sob nº **122.410.239**,
embargos a execução - art. 269, inc. I - contestada
referente aos autos de **Prescrição e Decadência nº 0000491-36.2007.8.16.0100**,
iniciado em **15/03/2007** - concluso em **28/09/2011** - entregue em **20/04/2012**.

Certidão gerada pelo Sistema do Banco de Sentenças no dia 20/04/2012, às 10h22min .

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que as partes serão devidamente intimado (a) (s) sobre o r. despacho e/ou sentença de fls. **55/63** através de seu (s) procurador (es) e mediante publicação junto ao Diário da Justiça, conforme relação **16/2012** a ser publicada em data oportuna.
Jaguariaíva, 20 de abril de 2.012.

Cristiane Ferreira de Barros
Empregada Juramentada

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSK4 GCM6A JZXXJ WQWSU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 85.2 - Assinado digitalmente por Patrícia Mayara Adriano
24/10/2019: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Sentença

https://portal.tjpr.jus.br/e-dj/materia/certidao.do?tjpr.url.crypto=8a6c...

65
9

Certidão de Veiculação no Diário da Justiça

Tipo:	Relação de Publicação - Cível JUÍZO ÚNICO - JAGUARIAÍVA
Nome do Documento:	Vara Cível e Anexos - Indice de Publicação de intimação de Advogados - Relação 16/2.012
Número do Diário:	853
Página no Diário:	778
Data da Veiculação do Diário:	27/04/2012(Sexta-feira)
Data da Publicação:	Primeiro dia útil subsequente à Data da Veiculação
Data do Inicio do Prazo:	Primeiro dia útil subsequente à Data da Publicação

JUÍZO ÚNICO - JAGUARIAÍVA
27 de Abril de 2012

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSK4 GCM6A JZXXJ WQWSU

Data: 25/10/2019
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo Perito ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA) em 25/10/2019 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento (seq. 83) HABILITAÇÃO PROVISÓRIA (24/10/2019) e ao evento de expedição seq. 84.
Por: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA

Data: 25/10/2019
Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento HABILITAÇÃO PROVISÓRIA (24/10/2019)
Por: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 87.1 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964
25/10/2019: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Petição

Magno Rocha
Leiloeiro Oficial – JUCEPAR: 08/020-L

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA - ESTADO DO PARANÁ.

Autos NU 0000545-75.2002.8.16.0100 - PROJUDI

ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCEPAR sob o n.º 08/020-L, com escritório profissional constante no rodapé desta, onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, em cumprimento a intimação recebida, vem expor para ao final requerer:

Sendo assim, reitera o pedido de seq. 74.1, requer a juntada aos autos da certidão do depositário público em nome do devedor, a fim de verificar a existência de ônus em relação aos bens penhorados nos presentes autos, podendo ser emitida junto ao cartório distribuidor desta comarca, em conformidade com o determinado no Art. 392, II do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça[1].

Por fim, ressaltar que certidão supradescrita não tem correlação com o depositário fiel do bem.

Feito isto, requer a **renovação da intimação (via PROJUDI/e-mail)** para prosseguir com as diligências atinentes ao ato da venda do bem em hasta pública.

Termos em que

Pede e Espera Deferimento.

Curitiba, 25 de outubro de 2019.

Antonio Magno Jacob da Rocha
Leiloeiro Oficial

[1] Art. 392. "Antes da designação do leilão, serão requisitados:
II – a certidão do Depositário Público;"

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSPH CRASA XJ594 YNRFY

Data: 25/10/2019
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 87) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (25/10/2019)
Por: Patrícia Mayara Adriano

Data: 05/11/2019
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)) em 04/11/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 87) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (25/10/2019) e ao evento de expedição seq. 88.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 21/11/2019
Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (25/10/2019)
Por: Daniella Rasera Chiaretto

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 90.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
21/11/2019: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Petição

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PONTA GROSSA/PR
Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 – Bairro Ronda – Ponta Grossa/PR – CEP: 84051-040 □ (42) 3223-7232.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA – ESTADO DO PARANÁ

AUTOS N. 0000545-75.2002.8.16.0100
EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIRO GRACIANO DE SOUZA

PET/PSFN/PTG/DRC nº 6374/2019

A **UNIÃO – FAZENDA NACIONAL**, representada pela Procuradora da Fazenda Nacional, infra-assinada, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, em atenção ao petitório constante no mov. 87.1, informar que o débito referente aos autos, hoje, perfaz o valor de **R$ 21.520,95 (vinte e um mil, quinhentos e vinte reais e noventa e cinco centavos)**, conforme extratos anexos.

Outrossim, informar que a matrícula atualizada do imóvel registrado sob nº 10.909 no Cartório de Registro de Imóveis de Jaguariaíva, está em anexo na petição do mov. 82.1.

Nesses termos, pede deferimento.
Ponta Grossa/PR, *datado e assinado eletronicamente.*

Daniella Rasera Chiaretto
Procuradora da Fazenda Nacional

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXX7 HF55T 7CNP6 3BDK3

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 90.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
21/11/2019: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Petição

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 9060200118881

1º Devedor:	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	81.175.218/0001-89
Situação:	ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	10940 401142/00-06
Nº Inscrição:	90 6 02 001188-81
Receita:	1804 / DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Data Inscrição:	06/03/2002
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	962002
Nº Único de Processo Judicial:	5457520028160100
Procuradoria Responsável:	PONTA GROSSA
Valor Inscrito:	R$ 5.047,46 (UFIR 4.743,41)
Valor Consolidado:	R$ 3.517,88

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 5.047,46 (UFIR 4.743,41)
Valor Consolidado: R$ 3.517,88
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXX7 HF55T 7CNP6 3BDK3

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 90.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
21/11/2019: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Petição



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 90.6.02.001189-62

1º Devedor:	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	81.175.218/0001-89
Situação:	ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	10940 401142/00-06
Nº Inscrição:	90 6 02 001189-62
Receita:	4493 / DIV.ATIVA-COFINS
Data Inscrição:	06/03/2002
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	962002
Nº Único de Processo Judicial:	5457520028160100
Procuradoria Responsável:	PONTA GROSSA
Valor Inscrito:	R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60)
Valor Consolidado:	R$ 18.003,07

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60)
Valor Consolidado: R$ 18.003,07
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXX7 HF55T 7CNP6 3BDK3

Data: 21/11/2019
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Patrícia Mayara Adriano

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 91.1 - Assinado digitalmente por Patrícia Mayara Adriano
21/11/2019: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Certidão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

CERTIFICO, que compulsando os autos infere-se que o Sr. Leiloeiro solicitou a certidão do depositário público em nome do devedor, o que não foi juntado pelo Exequente. Desse modo, previamente a remessa dos autos ao leiloeiro, promovo nova INTIMAÇÃO do Exequente para que cumpra na íntegra o solicitado.

Jaguariaíva, 21 de novembro de 2019.

Patrícia Mayara Adriano
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXX6 ZF2GQ XPKQZ 8LNDA

Data: 21/11/2019
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento (seq. 91) JUNTADA DE CERTIDÃO (21/11/2019)
Por: Patrícia Mayara Adriano

Data: 02/12/2019
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)) em 02/12/2019 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento (seq. 91) JUNTADA DE CERTIDÃO (21/11/2019) e ao evento de expedição seq. 92.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 10/12/2019
Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (21/11/2019)
Por: Daniella Rasera Chiaretto

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 94.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
10/12/2019: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Petição

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Ponta Grossa/PR

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DA VARA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA – ESTADO DO PARANÁ

AUTOS N. 0000545-75.2002.8.16.0100
EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIRO GRACIANO DE SOUZA

PET/PSFN/PTG/DRC nº 6803/2019

A **UNIÃO – FAZENDA NACIONAL**, representada pela Procuradora da Fazenda Nacional, infra-assinada, vem, respeitosamente, perante V. Exa., em atenção à certidão do mov. 91.1, informar que não é atribuição da União apresentar certidão de ônus do imóvel, tendo em vista tratar-se de execução de créditos tributários, os quais são preferenciais frente a outros débitos estaduais, municipais e quaisquer outros débitos particulares, inclusive os de natureza alimentar.

Demais disso, a aquisição via arrematação dá-se em caráter originário, de modo que o bem não responderá mais por eventuais dívidas pré-existentes.

Outrossim, reiterar o pedido de **designação de datas para leilão** do imóvel registrado sob matrícula n 10.909.

Nesses termos, pede deferimento.
Ponta Grossa/PR, *datado e assinado eletronicamente.*

Daniella Rasera Chiaretto
Procuradora da Fazenda Nacional

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLYP VFSDX 3WALL T9YU3

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 94.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
10/12/2019: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Petição

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 9060200118881

1º Devedor:	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	81.175.218/0001-89
Situação:	ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	10940 401142/00-06
Nº Inscrição:	90 6 02 001188-81
Receita:	1804 / DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Data Inscrição:	06/03/2002
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	962002
Nº Único de Processo Judicial:	5457520028160100
Procuradoria Responsável:	PONTA GROSSA
Valor Inscrito:	R$ 5.047,46 (UFIR 4.743,41)
Valor Consolidado:	R$ 3.520,88

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 5.047,46 (UFIR 4.743,41)
Valor Consolidado: R$ 3.520,88
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLYP VFSDX 3WALL T9YU3

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 94.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
10/12/2019: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Petição

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 90.6.02.001189-62

1º Devedor:	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	81.175.218/0001-89
Situação:	ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	10940 401142/00-06
Nº Inscrição:	90 6 02 001189-62
Receita:	4493 / DIV.ATIVA-COFINS
Data Inscrição:	06/03/2002
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	962002
Nº Único de Processo Judicial:	5457520028160100
Procuradoria Responsável:	PONTA GROSSA
Valor Inscrito:	R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60)
Valor Consolidado:	R$ 18.018,14

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60)
Valor Consolidado: R$ 18.018,14
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLYP VFSDX 3WALL T9YU3

Data: 10/01/2020
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Patrícia Mayara Adriano

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão depositário público

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 95.1 - Assinado digitalmente por Patrícia Mayara Adriano
10/01/2020: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Certidão depositário público

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
Rua Aldo Sampaio Ribas, 16 CEP 84.200-000 Tel.(43) 3535-5953
Raquel Teixeira de Lima Dalmut – Oficial Designada
Adriana Garcia de Pontes – Auxiliar Juramentada

Ofício nº 32/19 Jaguariaíva, 16 de dezembro de 2.019.

Senhora Juíza:

Encaminho a vossa Excelência, a certidão do Depositário Público, conforme se vê em anexo.

Solicito que seja incluído na conta de custas finais, o valor de R$ 32,73 (trinta e dois reais e setenta e três centavos), referente às custas da referida certidão para posterior pagamento a esta serventia.

Atenciosamente.

Adriana Garcia de Pontes
Auxiliar Juramentada

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVVQ ZAT2C M7M54 WMV9K

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 95.1 - Assinado digitalmente por Patrícia Mayara Adriano
10/01/2020: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Certidão depositário público

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
Rua Aldo Sampaio Ribas, 16 CEP 84.200-000 Tel.(43) 3535-5953
Raquel Teixeira de Lima Dalmut – Oficial Designada
Adriana Garcia de Pontes – Auxiliar Juramentada

CERTIDÃO

C E R T I F I C O, que revendo os livros e arquivos de **Registro de Penhora, Arresto, Seqüestro e Depósito**, sob minha guarda neste cartório, verifiquei o SEGUINTE em relação ao bem imóvel:

Um lote de terras, situado a Rua: Carmelina S. de Lima, Bairro Matadouro, nesta cidade, com a área de 200,00 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações observadas de fora para dentro do imóvel: A frente para a Rua Carmelina S. de Lima medindo 10,00 metros; os fundos confronta-se com o Sr. Ildefonso dos Santos, medindo 10,00 metros; lado esquerdo confronta-se com o lote do Sr. Edison de Melo, medindo 20,00 metros; e, lado direito confronta-se com a Rua: Ubirajara Athayde, medindo 20,00 metros. Devidamente matriculado sob o nº 10.909 do CRI desta Comarca.

nº ordem DisT.	Data	Ação	Vara
130/02	16/08/02	Execução Fiscal	Vara Faz. Pública

Autos: 0000545-75.2002.8.16.0100
Exequente: União
Executado: Jairo Graciano de Souza

Jaguariaíva, 16 de dezembro de 2.019.

RAQUEL TEIXEIRA DE LIMA DALMUT
Distribuidora Designada

ADRIANA GARCIA DE PONTES
Auxiliar Juramentada

Custas = 32,73
Página 0001/0001

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVVQ ZAT2C M7M54 WMV9K

Data: 10/01/2020
Movimentação: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO
Complemento: HABILITAÇÃO PROVISÓRIA - Perito Oficial: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA habilitado até 09/02/2020 (30 dias)
Por: Patrícia Mayara Adriano

Data: 10/01/2020
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para Perito ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (10/01/2020)
Por: Patrícia Mayara Adriano

Data: 15/01/2020
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo Perito ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA) em 21/01/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 95) JUNTADA DE CERTIDÃO (10/01/2020) e ao evento de expedição seq. 97.
Por: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA

Data: 15/01/2020
Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (10/01/2020)
Por: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 99.1 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964
15/01/2020: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Petição

Magno Rocha
Leiloeiro Oficial – JUCEPAR: 08/020-L

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA - ESTADO DO PARANÁ

Autos NU 0000545-75.2002.8.16.0100 - Projudi

ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA, leiloeiro oficial inscrito na JUCEPAR sob o n.º 08/020-L, com escritório profissional constante no rodapé desta, onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, expor para ao final requerer:

Desta forma, requer a intimação do credor para que traga aos autos as Matrícula atualizada nº 10.909 (com registro da penhora) do CRI desta Comarca, em conformidade com o determinado no Art. 392, I, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça[1], visto que a acostada na seq. 82.1, data de 20/05/2019, mais de 06 (seis) meses.

Feito isto, informa que irá aguardar a juntada dos documentos solicitados, e após renovada a intimação (via PROJUDI/e-mail) prosseguirá com as diligências atinentes ao ato da venda do bem em hasta pública.

Termos em que

Pede e Espera Deferimento.

Curitiba, 15 de janeiro de 2020

Antonio Magno Jacob da Rocha
Leiloeiro Oficial

[1] Art. 392. "Antes da designação do leilão, serão requisitados:
I – a certidão atualizada do registro imobiliário;"

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX89 QKM88 YPPRB 72RLD

Data: 15/01/2020
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento (seq. 99) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (15/01/2020)
Por: Patrícia Mayara Adriano

Data: 26/01/2020
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)) em 27/01/2020 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento (seq. 99) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (15/01/2020) e ao evento de expedição seq. 100.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 03/02/2020
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (15/01/2020)
Por: Daniella Rasera Chiaretto

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 102.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
03/02/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO. Arq: Petição

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PONTA GROSSA/PR
Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 – Bairro Ronda – Ponta Grossa/PR – CEP: 84051-040 – TEL: (42) 3223-7232.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA– ESTADO DO PARANÁ

EXECUÇÃO FISCAL N. 0000545-75.2002.8.16.0100
EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JAIRO GRACIANO DE SOUZA

PET/PSFN/PTG/DRC Nº384/2020

A **UNIÃO – FAZENDA NACIONAL**, representada pela Procuradora da Fazenda Nacional, infra-assinada, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, informar que expediu ofício ao CRI de Jaguariaíva, a fim de obter a matrícula atualizada nº 10.909, conforme solicitado pelo Sr. Leiloeiro em mov. retro.

Dessa forma, **a exequente requer a suspensão do processo por 90 (noventa) dias,** enquanto aguarda o retorno do ofício enviado visando o correto prosseguimento do feito.

Nesses termos, pede deferimento.
Ponta Grossa, *datado e assinado eletronicamente*.

Daniella Rasera Chiaretto
Procuradora da Fazenda Nacional

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5KB M5HTT YZZNK 5USSR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 102.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
03/02/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO. Arq: Petição



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 12
Inscrições Selecionadas: 2
Parâmetro de Localização: 81175218000189

1º Devedor:	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	81.175.218/0001-89
Situação:	ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	10940 401142/00-06
Nº Inscrição:	90 6 02 001188-81
Receita:	1804 / DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Data Inscrição:	06/03/2002
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	962002
Nº Único de Processo Judicial:	5457520028160100
Procuradoria Responsável:	PONTA GROSSA
Valor Inscrito:	R$ 5.047,46 (UFIR 4.743,41)
Valor Consolidado:	R$ 3.526,81

2º Devedor:	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	81.175.218/0001-89
Situação:	ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	10940 401142/00-06
Nº Inscrição:	90 6 02 001189-62
Receita:	4493 / DIV.ATIVA-COFINS
Data Inscrição:	06/03/2002
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	962002
Nº Único de Processo Judicial:	5457520028160100
Procuradoria Responsável:	PONTA GROSSA
Valor Inscrito:	R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60)
Valor Consolidado:	R$ 18.047,98

Somatório das inscrições

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5KB M5HTT YZZNK 5USSR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 102.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
03/02/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO. Arq: Petição

Valor Inscrito: R$ 12.300,33 (UFIR 13.920,01)

Valor Consolidado: R$ 21.574,79

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5KB M5HTT YZZNK 5USSR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 102.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
03/02/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO. Arq: Petição



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região
Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Ponta Grossa - PR
Representação Judicial
Rua Reinaldo Ribas Silveira, nº 18, - Bairro Ronda
CEP 84051-040 - Ponta Grossa/PR - (42) 3223-7232 - e-mail apoio.pr.pontagrossa.psfn@pgfn.gov.br

OFÍCIO SEI Nº 25765/2020/ME

Ponta Grossa, 03 de fevereiro de 2020.

Ao Ilmº Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Jaguariaíva

Caixa Postal 08

Jaguariaíva/PR

Assunto: **MATRÍCULAS ATUALIZADAS.**

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 0000545-75.2002.8.16.0100.

Senhor(a) Oficial(a),

Venho, por meio deste, requisitar a Vossa Senhoria a **expedição da MATRÍCULA ATUALIZADA sob o nº 10.909**, registrada neste Ofício.

Saliento que a presente requisição deverá ser atendida prioritariamente, no **prazo de 30 (trinta) dias**, a fim de propiciar a defesa de interesses da União em juízo, nos termos do art. 30, III, da Lei 8.935/1994, *in verbis*:

Art. 30. São **deveres** dos notários e dos oficiais de registro:

(...)

III - **atender prioritariamente as requisições** de papéis, documentos, informações ou providências que lhes forem solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em juízo;

Solicito que as informações sejam encaminhadas a esta Procuradoria no endereço Rua Reinaldo Ribas Silveira, nº 18, Ronda – Ponta Grossa-PR – CEP: 84051-040, fazendo-se menção deste ofício.

Certo de sua atenção, despeço-me, renovando votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5KB M5HTT YZZNK 5USSR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 102.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
03/02/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO. Arq: Petição

Hélcio Davi de Freitas

Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº 11690.100347/2019-65. SEI nº 6257491

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5KB M5HTT YZZNK 5USSR

Data: 03/02/2020
Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO
Complemento: Responsável: Paula Maria Torres Monfardini
Por: Patrícia Mayara Adriano

Data: 22/05/2020
Movimentação: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE
Por: Paula Maria Torres Monfardini

Relação de arquivos da movimentação:
- Despacho

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 104.1 - Assinado digitalmente por Paula Maria Torres Monfardini:16854
22/05/2020: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. Arq: Despacho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa
Valor da Causa: R$28.352,00
Exequente(s): • PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)
Executado(s): • JAIRO GRACIANO DE SOUZA

Tendo em conta que decorrido o prazo de suspensão requerido ao mov. 102.1, à Fazenda Pública exequente para que requeira o que entender de direito, no prazo de **15 (quinze) dias**.

Cumpra-se, no que for pertinente, a Portaria Judicial nº 04/2018.

Diligências necessárias.

Jaguariaíva, data e hora de inclusão no sistema.

Paula Maria Torres Monfardini

Juíza de Direito

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5P5 JU3C9 T7CEK CSKZD

Data: 25/05/2020
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 104) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (22/05/2020)
Por: Patrícia Mayara Adriano

Data: 05/06/2020
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)) em 04/06/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 104) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (22/05/2020) e ao evento de expedição seq. 105.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 26/06/2020
Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (22/05/2020)
Por: Daniella Rasera Chiaretto

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 107.1 - Assinado digitalmente por Daniella Rasera Chiaretto:01762024985
26/06/2020: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Petição

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Ponta Grossa/PR

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A),

A **UNIÃO – FAZENDA NACIONAL**, representada pela Procuradora da Fazenda Nacional, infra-assinada, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, informar que não obteve resposta ao ofício SEI n. 25765/2020/ME, conforme consulta PA/SEI sob número 11690.100347/2019-65 realizado na data de hoje.

Ante o exposto, requer digne-se o Juizo em determinar a expedição de oficio ao CRI Jaguariaiva/PR para o fim de fornecer cópia da matrícula sob n. 10.909.

Nesses termos,
Pede deferimento.

DANIELLA RASERA CHIARETTO
Procuradora da Fazenda Nacional

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVDT QSSPH D954U ZAGUA

Data: 26/06/2020
Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO
Complemento: Responsável: Paula Maria Torres Monfardini
Por: Patrícia Mayara Adriano

Data: 11/09/2020
Movimentação: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE
Por: Paula Maria Torres Monfardini

Relação de arquivos da movimentação:
- Despacho

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 109.1 - Assinado digitalmente por Paula Maria Torres Monfardini:16854
11/09/2020: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. Arq: Despacho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa
Valor da Causa: R$28.352,00
Exequente(s): • PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)
Executado(s): • JAIRO GRACIANO DE SOUZA

Defiro (mov. 107.1).

Na oportunidade, encaminhe-se cópia da petição de mov. 107.1 e ofício de mov. 102.1, fls. 4/5 a fim de que informe o titular do Cartório de Registro de Imóveis o motivo da sua omissão.

Jaguariaíva, 11 de setembro de 2020.

Paula Maria Torres Monfardini

Juíza de Direito

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVVH UW9FP VGM8M 7KRVA

Data: 05/10/2020
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO
Complemento: Referente ao evento (seq. 109) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(11/09/2020 17:48:55). Identificador do Cumprimento: 0003
Por: Paula Maria Torres Monfardini

Relação de arquivos da movimentação:
- OFÍCIO CRI

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 110.1 - Assinado digitalmente por Paula Maria Torres Monfardini:16854
05/10/2020: EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO. Arq: OFÍCIO CRI

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Oficio nº: 2286/2020 Jaguariaíva, 21 de setembro de 2020 às 12:01:50

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa
Valor da Causa: R$28.352,00
Exequente(s): • PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CPF/CNPJ: 00.394.460/0001-41) Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 - Ronda - PONTA GROSSA/PR - CEP: 84.051-040
Executado(s): • JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/CNPJ: Não Cadastrado) AVENIDA ANTONIO CUNHA, 106 TERREO - CENTRO - JAGUARIAÍVA/PR - CEP: 84.200-000

SENHOR OFICIAL:

Solicito a Vossa Senhoria que informe o motivo da sua omissão ao não responder ofício SEI nº 25765/2020/ME, tudo em conformidade com os documentos em anexo.

PAULA MARIA TORRES MONFARDINI
JUÍZA DE DIREITO (assinado eletronicamente)

ILMO (A). SR (A). OFICIAL (A).
AGOSTINHO CARLOS THON
MD. Oficial do Registro Geral de Imóveis
JAGUARIAÍVA/PR

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ89M 7B5L5 2SMK7 GBADB

Data: 22/10/2020
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE OFÍCIO REALIZADA - OFÍCIO lido em 22/10/2020 - Referente ao evento de expedição (seq. 110) EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO (05/10/2020 19:20:20)
Por: Luana Delgado

Relação de arquivos da movimentação:
- Mensageiro

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 111.1 - Assinado digitalmente por Luana Delgado
22/10/2020: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO. Arq: Mensageiro

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Relatório de Leitura do Mensageiro

Remetente:	(a221) Raquel Teixeira de Lima Dalmut
Lotação:	CHOPINZINHO - OFÍCIO DE DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR, AVALIADOR E DEPOSITÁRIO PÚBLICO
Designação:	JAGUARIAÍVA - ESCRIVANIA DA VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA JAGUARIAÍVA - OFÍCIO DE DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR, AVALIADOR E DEPOSITÁRIO PÚBLICO
Data Envio:	22/10/2020 11:12
Tipo :	Institucional
Prioridade :	Normal
Assunto:	Ofício - 545-75.2002

Texto

Bom dia!
Segue anexo.

Att.

Luana Delgado

Anexo(s)

Docs.pdf

OfÃ-cio.pdf

Destinatário	Lotação	Data Leitura
(a485) Agostinho Carlos Thon	JAGUARIAÍVA - SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJD7A C4NTK FWDHA JV28B

Data: 30/10/2020
Movimentação: JUNTADA DE RESPOSTA DE OFÍCIO
Por: Luana Delgado

Relação de arquivos da movimentação:
- Ofício
- Matrícula de Imóvel
- Cumprimento ofício serasa

Prezada, boa tarde!

Em atenção ao Ofício expedido pela MM Juiza de Direito Dra. Paula Maria Torres Monfardini, informo que não houve omissão por parte desta Serventia, conforme cópias dos ofícios com seus respectivos comprovantes de envio.
Informo ainda, que o Ofício 48/2020 foi enviado primeiramente para Ponta Grossa, sendo a postagem devolvida, tendo em vista que a sede de Ponta Grossa foi fechada ou extinta.
Atenciosamente,

Agostinho Carlos Thon

Bom dia!
Segue anexo.

Att.

Luana Delgado

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJL3L R2496 GFPMW GN4ZR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 112.2 - Assinado digitalmente por Luana Delgado
30/10/2020: JUNTADA DE RESPOSTA DE OFÍCIO. Arq: Matrícula de Imóvel

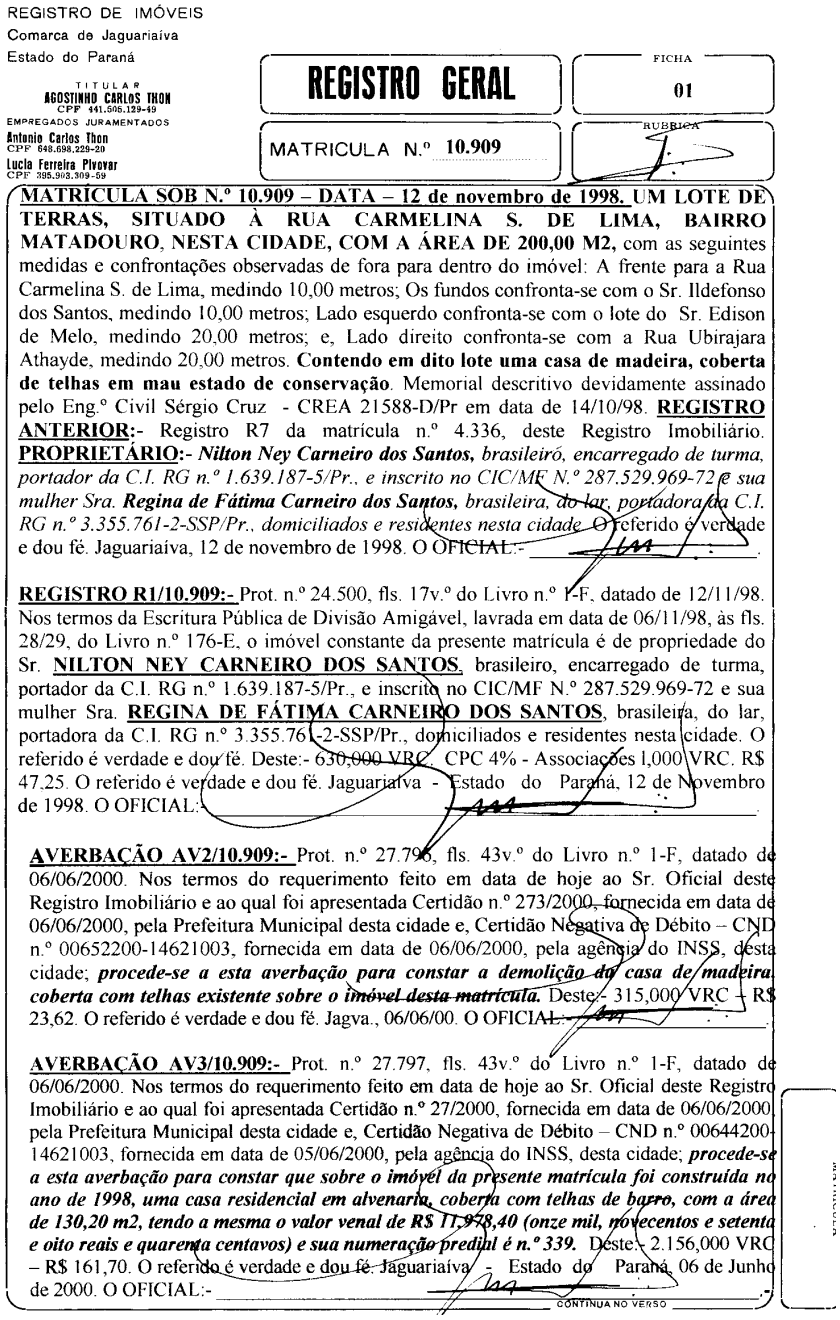
Documento Assinado Digitalmente por AGOSTINHO CARLOS THON. CPF: 44150512949

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6AC RUPZY NAP27 96W93

E S T A D O D O PARANÁ
OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
OFICIAL TITULAR: AGOSTINHO CARLOS THON
CPF: 441.505.129-49
Rua Florencio Delgado, 261 - CEP 84200-000 - Caixa Postal n.º 08
Fone/Fax (43) 3535-1338 (43) 3535-2010 - e-mail: cartoriothon@hotmail.com

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

CERTIFICO, nos termos do art 19 § 1º da Lei Federal nº 6015 de 31/12/1973 que a presente cópia reprográfica de Inteiro Teor da Matrícula número **10909**, datada de 12 de Novembro de 1998, conforme imagem abaixo:



REGISTRO DE IMÓVEIS
Comarca de Jaguariaíva
Estado do Paraná

TITULAR
AGOSTINHO CARLOS THON
CPF 441.505.129-49
EMPREGADOS JURAMENTADOS
Antonio Carlos Thon
CPF 648.698.229-20
Lucia Ferreira Pivovar
CPF 395.903.309-59

REGISTRO GERAL | FICHA 01

MATRICULA N.º 10.909 | RUBRICA

MATRÍCULA SOB N.º 10.909 – DATA – 12 de novembro de 1998. **UM LOTE DE TERRAS, SITUADO À RUA CARMELINA S. DE LIMA, BAIRRO MATADOURO, NESTA CIDADE, COM A ÁREA DE 200,00 M2,** com as seguintes medidas e confrontações observadas de fora para dentro do imóvel: A frente para a Rua Carmelina S. de Lima, medindo 10,00 metros; Os fundos confronta-se com o Sr. Ildefonso dos Santos, medindo 10,00 metros; Lado esquerdo confronta-se com o lote do Sr. Edison de Melo, medindo 20,00 metros; e, Lado direito confronta-se com a Rua Ubirajara Athayde, medindo 20,00 metros. **Contendo em dito lote uma casa de madeira, coberta de telhas em mau estado de conservação**. Memorial descritivo devidamente assinado pelo Eng.º Civil Sérgio Cruz - CREA 21588-D/Pr em data de 14/10/98. **REGISTRO ANTERIOR:**- Registro R7 da matrícula n.º 4.336, deste Registro Imobiliário. **PROPRIETÁRIO:**- ***Nilton Ney Carneiro dos Santos,*** *brasileiró, encarregado de turma, portador da C.I. RG n.º 1.639.187-5/Pr., e inscrito no CIC/MF N.º 287.529.969-72 e sua mulher Sra.* ***Regina de Fátima Carneiro dos Santos,*** *brasileira, do lar, portadora da C.I. RG n.º 3.355.761-2-SSP/Pr., domiciliados e residentes nesta cidade.* O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva, 12 de novembro de 1998. O OFICIAL:-

REGISTRO R1/10.909:- Prot. n.º 24.500, fls. 17v.º do Livro n.º 1-F, datado de 12/11/98. Nos termos da Escritura Pública de Divisão Amigável, lavrada em data de 06/11/98, às fls. 28/29, do Livro n.º 176-E, o imóvel constante da presente matrícula é de propriedade do Sr. **NILTON NEY CARNEIRO DOS SANTOS**, brasileiro, encarregado de turma, portador da C.I. RG n.º 1.639.187-5/Pr., e inscrito no CIC/MF N.º 287.529.969-72 e sua mulher Sra. **REGINA DE FÁTIMA CARNEIRO DOS SANTOS**, brasileira, do lar, portadora da C.I. RG n.º 3.355.761-2-SSP/Pr., domiciliados e residentes nesta cidade. O referido é verdade e dou fé. Deste:- 630,000 VRC - CPC 4% - Associações 1,000 VRC. R$ 47,25. O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva - Estado do Paraná, 12 de Novembro de 1998. O OFICIAL:-

AVERBAÇÃO AV2/10.909:- Prot. n.º 27.796, fls. 43v.º do Livro n.º 1-F, datado de 06/06/2000. Nos termos do requerimento feito em data de hoje ao Sr. Oficial deste Registro Imobiliário e ao qual foi apresentada Certidão n.º 273/2000, fornecida em data de 06/06/2000, pela Prefeitura Municipal desta cidade e, Certidão Negativa de Débito – CND n.º 00652200-14621003, fornecida em data de 06/06/2000, pela agência do INSS, desta cidade; ***procede-se a esta averbação para constar a demolição da casa de madeira coberta com telhas existente sobre o imóvel desta matrícula.*** Deste:- 315,000 VRC – R$ 23,62. O referido é verdade e dou fé. Jagva., 06/06/00. O OFICIAL:-

AVERBAÇÃO AV3/10.909:- Prot. n.º 27.797, fls. 43v.º do Livro n.º 1-F, datado de 06/06/2000. Nos termos do requerimento feito em data de hoje ao Sr. Oficial deste Registro Imobiliário e ao qual foi apresentada Certidão n.º 27/2000, fornecida em data de 06/06/2000, pela Prefeitura Municipal desta cidade e, Certidão Negativa de Débito – CND n.º 00644200-14621003, fornecida em data de 05/06/2000, pela agência do INSS, desta cidade; ***procede-se a esta averbação para constar que sobre o imóvel da presente matrícula foi construída no ano de 1998, uma casa residencial em alvenaria, coberta com telhas de barro, com a área de 130,20 m2, tendo a mesma o valor venal de R$ 11.978,40 (onze mil, novecentos e setenta e oito reais e quarenta centavos) e sua numeração predial é n.º 339.*** Deste:- 2.156,000 VRC – R$ 161,70. O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva - Estado do Paraná, 06 de Junho de 2000. O OFICIAL:-

CONTINUA NO VERSO

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 112.2 - Assinado digitalmente por Luana Delgado
30/10/2020: JUNTADA DE RESPOSTA DE OFÍCIO. Arq: Matrícula de Imóvel

Documento Assinado Digitalmente por AGOSTINHO CARLOS THON. CPF: 44150512949

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6AC RUPZY NAP27 96W93

E S T A D O D O PARANÁ
OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
OFICIAL TITULAR: AGOSTINHO CARLOS THON
CPF: 441.505.129-49
Rua Florencio Delgado, 261 - CEP 84200-000 - Caixa Postal n.º 08
Fone/Fax (43) 3535-1338 (43) 3535-2010 - e-mail: cartoriothon@hotmail.com

CONTINUAÇÃO

REGISTRO R4/10.909:- Prot. n.º 27.892 – fls.45V.º do livro n.º 1/F, datado de 29/06/2000. Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda e Mútuo com Pacto Adjeto de Hipoteca e outras Obrigações, lavrada às fls.144/153, do livro n.º 185-E, das Notas da Tabeliã Simone da Silva Reis Dib, desta cidade; o imóvel constante da presente matrícula foi adquirido em sua totalidade pelo Sr. **JAIRO GRACIANO DE SOUZA**, comerciante, portador da CI/RG n.º 8.909.102-SSP/PR. e inscrito no CIC sob n.º 931.333.408-91 e sua esposa Sra. **HELOISA MARIA BERGAMO DE SOUZA**, do lar, portadora da CI/RG n.º 17.579.674-SSP/PR. e inscrita no CIC sob n.º 163.771.078-03, ambos brasileiros, casados entre si pelo regime de comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados à Av. Antônio Cunha, n.º 126, nesta cidade; por compra feita ao Sr. Nilton Ney Carneiro dos Santos, brasileiro, encarregado de turma, portador da C.I. RG n.º 1.639.187-5/Pr., e inscrito no CIC/MF N.º 287.529.969-72 e sua mulher Sra. Regina de Fátima Carneiro dos Santos, brasileira, do lar, portadora da C.I. RG n.º 3.355.761-2-SSP/Pr. e inscrita no CIC n.º 038.581.319-89, domiciliados e residentes nesta cidade, nesta cidade; pelo preço de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). GRM-ITBI n.º 258/2000 – Certidão Negativa Municipal n.º 0316/2000, datada de 26/06/2000; e, Certidões Negativas de Débitos de Tributos Estaduais n.ºs 201811-34 e 202295-56 datadas de 30/06/2000. Deste: 4.312,000 VRC – R$ 323,40. O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva, 30 de Junho de 2000. O OFICIAL:-

REGISTRO R5/10.909:- Prot. n.º 27.892 – fls.45V.º do livro n.º 1/F, datado de 29/06/2000. Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda e Mútuo com Pacto Adjeto de Hipoteca e outras Obrigações, lavrada às fls.144/153, do livro n.º 185-E, das Notas da Tabeliã Simone da Silva Reis Dib, desta cidade; o imóvel constante da presente matrícula foi adquirido em sua totalidade pelo Sr. **JAIRO GRACIANO DE SOUZA** e sua esposa Sra. **HELOISA MARIA BERGAMO DE SOUZA**,, já qualificados, denominados ***compradores e/ou devedores*** dão à **CREDORA: Caixa Econômica Federal – CEF,** instituição financeira sob a forma de empresa pública, unipessoal, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, lotes 3/4, em Brasília - DF, CNPJ n.º 00.360.305/0001-04, em garantia do valor da dívida contraída e de todas as demais obrigações neste instrumento ora registrado por eles assumidas, sem concorrência, **EM PRIMEIRA, ÚNICA E ESPECIAL HIPOTECA**, o imóvel constante da presente matrícula, juntamente com as benfeitorias sobre o mesmo existentes ou que vierem a ser agregadas averbadas ou não nesta matrícula. **PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E MÚTUO EM DINHEIRO:** preço da compra e venda: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), quantia esta satisfeita da seguinte forma: R$ 10.000,00 (dez mil reais), dos compradores **R$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante financiamento da CEF. JUROS REMUNERATÓRIOS:** taxa nominal de **12,0000 % ao ano**, equivalente à taxa efetiva de **12,6825 % ao ano. PRAZO DE AMORTIZAÇÃO:** 72 (setenta e duas) parcelas mensais e sucessivas. Demais cláusulas e condições constantes da referida escritura. O referido é verdade e dou fé. Jagva., 30/06/2000. OFICIAL:-

R.6/10909:- PROTOCOLO: Nº 37.379 de 10/04/2007. De conformidade com o ofício nº 264/07, datado de 27/02/2007, do Juizo de Direito desta Comarca e Termo de Penhora datado de 12/03/2006, extraído dos Autos de Execução sob n.º 96/2002, em que é exeqüente **FAZENDA NACIONAL** e executado **JAIRO GRACIANO DE SOUZA;** o imóvel constante da presente matrícula, encontra-se penhorado nos Autos acima. Deste:- R$ 39,69 VRC 378,000 . O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva, 12 de Abril de 2007. O OFICIAL:-

SEGUE

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 112.2 - Assinado digitalmente por Luana Delgado
30/10/2020: JUNTADA DE RESPOSTA DE OFÍCIO. Arq: Matrícula de Imóvel

Documento Assinado Digitalmente por AGOSTINHO CARLOS THON. CPF: 44150512949

E S T A D O D O PARANÁ
OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
OFICIAL TITULAR: AGOSTINHO CARLOS THON
CPF: 441.505.129-49
Rua Florencio Delgado, 261 - CEP 84200-000 - Caixa Postal n.º 08
Fone/Fax (43) 3535-1338 (43) 3535-2010 - e-mail: cartoriothon@hotmail.com

O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva - PR, 23 de Outubro de 2020.

FUNARPEN
SELO DIGITAL
HA8cw.olZpV.4uhlu
tDp6H.KKraY
http://funarpen.com.br

_(documento assinado digitalmente__.
[x] Agostinho Carlos Thon - Oficial Titular
[ ] Bibiana Thon - Oficial Substituta
[ ] Bruna Caroline Soares da Silva - Escrevente
[ ] Carolina Hening Jorge Martins - Escrevente

****Certidão válida por 30 dias****

"Certidão impressa por meio eletrônico qualquer alteração será considerado fraude"

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6AC RUPZY NAP27 96W93

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 112.3 - Assinado digitalmente por Luana Delgado
30/10/2020: JUNTADA DE RESPOSTA DE OFÍCIO. Arq: Cumprimento ofício serasa



Hélio Dari

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS.
Ag: 36300551 - AC JAGUARIAIVA
JAGUARIAIVA - PR
CNPJ....: 34028316449569 Ins Est.: 1012097251

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento..: 22/05/2019 Hora.....: 10:03:08
Caixa.....: 91752581 Matricula..: 85677477
Lancamento.: 012 Atendimento: 00009
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 1647074497

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R$)
CARTA COML REGISTRA	1	7,70+
Valor do Porte(R$)..:	1,95	
Cep Destino:	84051-040 (PR)	
Peso real (G).....:	18	
Peso Tarifado:.....:	0,018	
OBJETO.....:	JU288260003BR	
REGISTRO A VISTA....:	5,75	

TOTAL DO ATENDIMENTO(R$) 7,70

Valor Declarado não solicitado(R$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado.

TOTAL(R$)==========> 7,70
VALOR RECEBIDO(R$)=> 7,70

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo!
Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete
deste comprovante, para eventual contato com
os Correios.

VIA-CLIENTE SARA 7.9.00

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXHA 4MJQG 6Y88J DNY7A

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 112.3 - Assinado digitalmente por Luana Delgado
30/10/2020: JUNTADA DE RESPOSTA DE OFÍCIO. Arq: Cumprimento ofício serasa

ESTADO DO PARANÁ
OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
OFICIAL TITULAR: AGOSTINHO CARLOS THON
OFICIAL SUBSTITUTA: BIBIANA THON
CPF: 441.505.129-49
Rua Florencio Delgado, 261 - CEP 84200-000 - Caixa Postal nº 08
Fone/Fax (43) 35351338 (43) 3535-2010 - e-mail: cartoriothon@hotmail.com

Jaguariaíva, 20 de Maio de 2019.

Ofício nº. 27/2019

Prezado Senhor,

Em atenção ao Oficio nº 318/2019 referente ao Processo nº 11690.100347/2019-65, segue anexa certidão atualizada da matrícula nº 10.909.

Informo ainda que foi cadastrada no livro Indicador Pessoal Livro nº 05, o nome da referida empresa.

Solicito que Vossa Senhoria que seja incluída na conta de liquidação final o valor de R$ 25,94, referente a emolumentos, Funrejus, FADEP, ISS e Selo.

Apresento a Vossa Senhoria protestos de estima e elevada consideração.

Agostinho Carlos Thon
Registrador

Ilmo Senhor
HÉLCIO DAVI DE FREITAS
M.D. Procurador da Fazenda Nacional
Ponta Grossa - PR

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXHA 4MJQG 6Y88J DNY7A

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 112.3 - Assinado digitalmente por Luana Delgado
30/10/2020: JUNTADA DE RESPOSTA DE OFÍCIO. Arq: Cumprimento ofício serasa

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região
Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Ponta Grossa - PR
Representação Judicial
Rua Reinaldo Ribas Silveira, nº 18, - Bairro Ronda
CEP 84051-040 - Ponta Grossa/PR - (42) 3223-7232 - e-mail apoio.pr.pontagrossa.psfn@pgfn.gov.br

OFÍCIO SEI Nº 318/2019/REPJUD/PSFN-PR-PG/PRFN4/PGFN-ME

Ponta Grossa, 23 de abril de 2019.

Ao Ilmº Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Jaguariaíva

Caixa Postal 08

Jaguariaíva/Pr

Assunto: **Matrícula Atualizada.**

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 11690.100347/2019-65.

Senhor(a) Oficial(a),

Venho, por meio deste, requisitar a Vossa Senhoria a expedição da **MATRÍCULA ATUALIZADA Nº 10.909,** registrados nesse Ofício.

Saliento que a presente requisição deverá ser atendida prioritariamente, no **prazo de 30 (trinta) dias**, a fim de propiciar a defesa de interesses da União em juízo, nos termos do art. 30, III, da Lei 8.935/1994, *in verbis*:

Art. 30. São **deveres** dos notários e dos oficiais de registro:

(...)

III - **atender prioritariamente as requisições** de papéis, documentos, informações ou providências que lhes forem solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em juízo;

Solicito que as informações sejam encaminhadas a esta Procuradoria no endereço Rua Reinaldo Ribas Silveira, nº 18, Ronda – Ponta Grossa-PR – CEP: 84051-040, fazendo-se menção deste ofício.

Certo de sua atenção, despeço-me, renovando votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Of. 27 149

Red. 21173. – KBG

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXHA 4MJQG 6Y88J DNY7A

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 112.3 - Assinado digitalmente por Luana Delgado
30/10/2020: JUNTADA DE RESPOSTA DE OFÍCIO. Arq: Cumprimento ofício serasa

Documento assinado eletronicamente

Hélcio Davi de Freitas

Procurador da Fazenda Nacional

Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Guiraud Santos**, **Procurador(a) Seccional da Fazenda Nacional**, em 24/04/2019, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2183776** e o código CRC **1581A50F**.

Processo nº 11690.100347/2019-65. SEI nº 2183776

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXHA 4MJQG 6Y88J DNY7A

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 112.3 - Assinado digitalmente por Luana Delgado
30/10/2020: JUNTADA DE RESPOSTA DE OFÍCIO. Arq: Cumprimento ofício serasa

ESTADO DO PARANÁ
OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
OFICIAL TITULAR: AGOSTINHO CARLOS THON
OFICIAL SUBSTITUTA: BIBIANA THON
CPF: 441.505.129-49
Rua Florencio Delgado, 261 - CEP 84200-000 - Caixa Postal nº 08
Fone/Fax (43) 35351338 (43) 3535-2010 - e-mail: cartoriothon@hotmail.com

Jaguariaíva, 25 de Junho de 2020.

Ofício nº.48/2020

Prezado Senhor,

Em atenção ao Oficio nº 26968/2020/ME, Processo nº 0005129-73.2011.8.16.0100, seguem anexas matriculas nº 4211 e 15960.

Solicito que seja incluido na conta de liquidação final o valor de R$ 55,09 (cinquenta e cinco reais e nove centavos), referente a custas das certidões.

Apresento a Vossa Senhoria protestos de estima e elevada consideração.

Agostinho Carlos Thon
Registrador

Ilmo Senhor
HELCIO DAVI DE FREITAS
M.D. Procurador Seccional da Fazenda Nacional Substituto
Rua Reinaldo Ribas Silveira, nº 18, Ronda
Ponta Grossa-PR
84051-040
apoio.pr.pontagrossa.psfn@pgfn.gov.br

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXHA 4MJQG 6Y88J DNY7A

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 112.3 - Assinado digitalmente por Luana Delgado
30/10/2020: JUNTADA DE RESPOSTA DE OFÍCIO. Arq: Cumprimento ofício serasa

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região
Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Ponta Grossa - PR
Representação Judicial
Rua Reinaldo Ribas Silveira, nº 18, - Bairro Ronda
CEP 84051-040 - Ponta Grossa/PR - (42) 3223-7232 - e-mail apoio.pr.pontagrossa.psfn@pgfn.gov.br

OFÍCIO SEI Nº 26968/2020/ME

Ponta Grossa, 04 de fevereiro de 2020.

Ao Ilmº Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Jaguariaíva

Rua Florêncio Delgado, 261, Vila Pureza

Jaguariaíva/Pr

CEP: 84.200-000

4211 B R 18
15960 3 2 20

Assunto: **Matrícula Atualizada.**

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 0005129-73.2011.8.16.0100.

23771

Senhor(a) Oficial(a),

Venho, por meio deste, requisitar a Vossa Senhoria a expedição das **MATRÍCULAS ATUALIZADAS Nº4.211 e 15.960 ,** registrados nesse Ofício.

Saliento que a presente requisição deverá ser atendida prioritariamente, no **prazo de 30 (trinta) dias**, a fim de propiciar a defesa de interesses da União em juízo, nos termos do art. 30, III, da Lei 8.935/1994, *in verbis*:

Art. 30. São **deveres** dos notários e dos oficiais de registro:

(...)

III - **atender prioritariamente as requisições** de papéis, documentos, informações ou providências que lhes forem solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em juízo;

Solicito que as informações sejam encaminhadas a esta Procuradoria no endereço Rua Reinaldo Ribas Silveira, nº 18, Ronda – Ponta Grossa-PR – CEP: 84051-040, fazendo-se menção deste ofício.

Certo de sua atenção, despeço-me, renovando votos de estima e consideração.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXHA 4MJQG 6Y88J DNY7A

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 112.3 - Assinado digitalmente por Luana Delgado
30/10/2020: JUNTADA DE RESPOSTA DE OFÍCIO. Arq: Cumprimento ofício serasa

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

Hélcio Davi de Freitas

Procurador da Fazenda Nacional

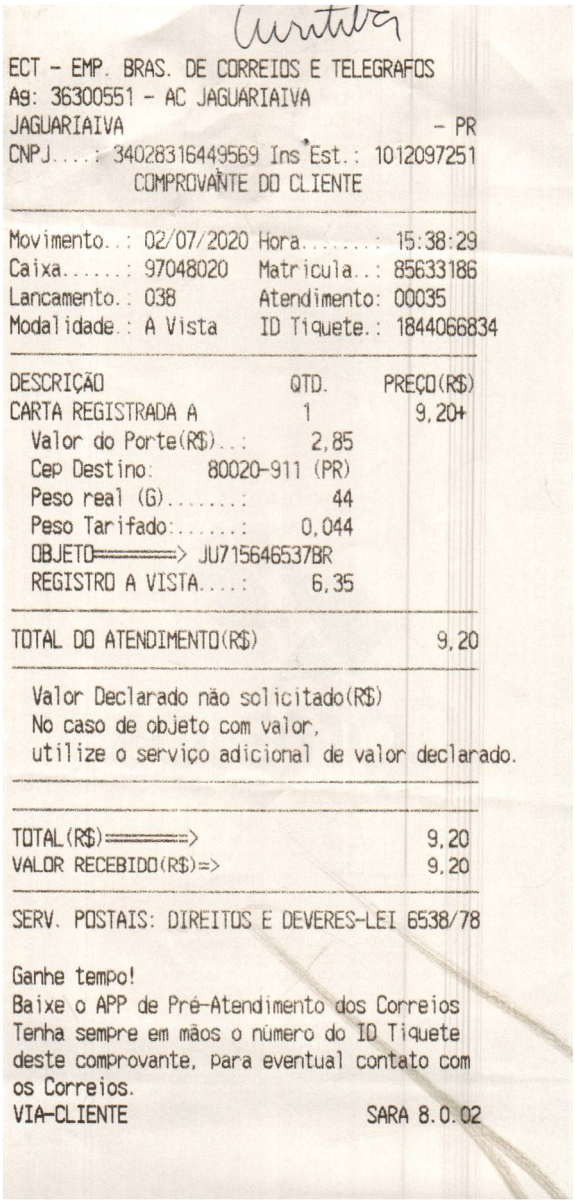
Documento assinado eletronicamente por **Helcio Davi de Freitas**, **Procurador(a) Seccional da Fazenda Nacional Substituto(a)**, em 11/02/2020, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6276706** e o código CRC **3CD43C49**.

Processo nº 11690.100056/2020-19. SEI nº 6276706

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXHA 4MJQG 6Y88J DNY7A

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 112.3 - Assinado digitalmente por Luana Delgado
30/10/2020: JUNTADA DE RESPOSTA DE OFÍCIO. Arq: Cumprimento ofício serasa



Curitiba

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 36300551 - AC JAGUARIAIVA
JAGUARIAIVA - PR
CNPJ....: 34028316449569 Ins Est.: 1012097251
COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento..: 02/07/2020 Hora.....: 15:38:29
Caixa.....: 97048020 Matricula..: 85633186
Lancamento.: 038 Atendimento: 00035
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 1844066834

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R$)
CARTA REGISTRADA A	1	9,20+
Valor do Porte(R$)..:	2,85	
Cep Destino:	80020-911 (PR)	
Peso real (G).....:	44	
Peso Tarifado:.....:	0,044	
OBJETO=========>	JU715646537BR	
REGISTRO A VISTA....:	6,35	

TOTAL DO ATENDIMENTO(R$) 9,20

Valor Declarado não solicitado(R$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado.

TOTAL(R$)=========> 9,20
VALOR RECEBIDO(R$)=> 9,20

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo!
Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete
deste comprovante, para eventual contato com
os Correios.
VIA-CLIENTE SARA 8.0.02

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXHA 4MJQG 6Y88J DNY7A

Data: 30/10/2020
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento (seq. 112) JUNTADA DE RESPOSTA DE OFÍCIO (30/10/2020)
Por: Luana Delgado

Data: 10/11/2020
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA - (Pelo advogado/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)) em 09/11/2020 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento (seq. 112) JUNTADA DE RESPOSTA DE OFÍCIO (30/10/2020) e ao evento de expedição seq. 113.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 10/11/2020
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE RESPOSTA DE OFÍCIO (30/10/2020)
Por: JULIANA SGORLON TIRONI ROMAGNA

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão de Óbito
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 115.1 - Assinado digitalmente por Juliana Sgorlon Tironi Romagna:03673462903
10/11/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Certidão de Óbito



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 2
Inscrições Selecionadas: 2
Parâmetro de Localização: 5457520028160100

1º Devedor:	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	81.175.218/0001-89
Situação:	ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	10940 401142/00-06
Nº Inscrição:	90 6 02 001188-81
Receita:	1804 / DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Data Inscrição:	06/03/2002
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	962002
Nº Único de Processo Judicial:	5457520028160100
Procuradoria Responsável:	PARANA
Valor Inscrito:	R$ 5.047,46 (UFIR 4.743,41)
Valor Consolidado:	R$ 3.542,79

2º Devedor:	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	81.175.218/0001-89
Situação:	ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	10940 401142/00-06
Nº Inscrição:	90 6 02 001189-62
Receita:	4493 / DIV.ATIVA-COFINS
Data Inscrição:	06/03/2002
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	962002
Nº Único de Processo Judicial:	5457520028160100
Procuradoria Responsável:	PARANA
Valor Inscrito:	R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60)
Valor Consolidado:	R$ 18.128,66

Somatório das inscrições

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ848 ZZ4XS QWK3J HF6AB

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 115.1 - Assinado digitalmente por Juliana Sgorlon Tironi Romagna:03673462903
10/11/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Certidão de Óbito

Valor Inscrito: R$ 12.300,33 (UFIR 13.920,01)

Valor Consolidado: R$ 21.671,45

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ848 ZZ4XS QWK3J HF6AB

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 115.2 - Assinado digitalmente por Juliana Sgorlon Tironi Romagna:03673462903
10/11/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

MM. Juiz,

Considerando que a matricula atualizada do bem penhorado já foi juntada no movimento 112.2, requer-se a imediata remessa dos autos ao Sr. Perito, para prosseguimento dos atos expropriatórios, com a realização do leilão judicial.

Pede deferimento.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6KU CC3V7 2E9YQ E48KR

Data: 03/12/2020
Movimentação: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO
Complemento: Habilitação Provisória - Perito Oficial: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA habilitado até 13/03/2021 (100 dias)
Por: Patrícia Mayara Adriano

Data: 03/12/2020
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para Perito ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE (10/11/2020)
Por: Patrícia Mayara Adriano

Data: 04/12/2020
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: (Pelo Perito ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA) em 04/12/2020 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento (seq. 115) JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE (10/11/2020) e ao evento de expedição seq. 117.
Por: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA

Data: 04/12/2020
Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE (10/11/2020)
Por: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 119.1 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964
04/12/2020: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Petição

Magno Rocha
Leiloeiro Oficial – JUCEPAR: 08/020-L

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA - ESTADO DO PARANÁ.

Autos NU 0000545-75.2002.8.16.0100 - PROJUDI

ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA, leiloeiro oficial inscrito na JUCEPAR sob o n.º 08/020-L, com escritório profissional constante no rodapé desta, onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, expor para ao final requerer:

Conforme se observa nos autos, na seq. 19.1, a última avaliação direta do bem ocorreu em 25/08/2016, há mais de 4 anos, desta forma, entende este Leiloeiro como recomendável a reavaliação do bem, se possível, com elaboração de material fotográfico, visto que pode ter havido valoração ou modificação do bem imóvel.

Após, requer a intimação das partes acerca do novo lado de avaliação.

Feito isto, informa que irá aguardar a juntada dos documentos solicitados, e após **renovada a intimação (via PROJUDI/e-mail)** prosseguirá com as diligências atinentes ao ato da venda do bem em hasta pública.

Termos em que

Pede e Espera Deferimento.

Curitiba, 04 de dezembro de 2020

Antonio Magno Jacob da Rocha
Leiloeiro Oficial

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLCK PCTTD JUBSH CXMYA

Data: 04/12/2020
Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO
Complemento: Responsável: Paula Maria Torres Monfardini
Por: Patrícia Mayara Adriano

Data: 04/02/2021
Movimentação: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE
Complemento: . Veiculado no DJEN em 05/02/2021.
Por: Paula Maria Torres Monfardini

Relação de arquivos da movimentação:
- Despacho

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 121.1 - Assinado digitalmente por Paula Maria Torres Monfardini:16854
04/02/2021: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. Arq: Despacho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa
Valor da Causa: R$28.352,00
Exequente(s): • PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)
Executado(s): • JAIRO GRACIANO DE SOUZA

Em atenção ao requerido pelo Sr. Leiloeiro (mov. 119), atente-se a Serventia às disposições contidas na Portaria Judicial n. 04/2018, notadamente a do item 163 e seguintes.

Diligências necessárias.

Jaguariaíva, data e hora da inserção no sistema.

Paula Maria Torres Monfardini

Juíza de Direito

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ66X FLR34 RN2HC S3MAY

Data: 04/02/2021
Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA CONTADOR
Complemento: Contador Judicial da Comarca - Jaguariaíva - AVALIAÇÃO - Prazo: 5 dias corridos
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 09/02/2021
Movimentação: CONFIRMADA A COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: Leitura de remessa realizada referente ao evento de seq. 122. Prazo: 5 dias corridos.
Por: Adriana Garcia de Pontes

Data: 19/02/2021
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Adriana Garcia de Pontes

Relação de arquivos da movimentação:
- Laudo de Avaliação

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 124.1 - Assinado digitalmente por Adriana Garcia de Pontes
19/02/2021: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Laudo de Avaliação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
Rua Aldo Sampaio Ribas, 16 CEP 84.200-000 Tel.(43) 3535-5953
Raquel Teixeira de Lima Dalmut – Oficial Designada
Adriana Garcia de Pontes – Auxiliar Juramentada

Autos nº: 0000545-75.2002.8.16.0100.

Ação: Execução Fiscal.

Exequente: Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN).

Executado: Jairo Graciano de Souza.

"L A U D O D E A V A L I A Ç Ã O"

Aos dezenove dias dos de fevereiro de dois mil e vinte e um (19/02/2021), nesta cidade e Comarca de Jaguariaíva, Estado do Paraná, procedi a A V A L I A Ç Ã O do bem, a seguir:

I - Um lote de terras, situado a Rua: Carmelina S. de Lima, Bairro Matadouro, nesta cidade, com a área de 200,00 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações observadas de fora para dentro do imóvel: A frente para a Rua Carmelina S. de Lima medindo 10,00 metros; os fundos confronta-se com o Sr. Ildefonso dos Santos, medindo 10,00 metros; lado esquerdo confronta-se com o lote do Sr. Edison de Melo, medindo 20,00 metros; e, lado direito confronta-se com a Rua: Ubirajara Athayde, medindo 20,00 metros.

Matriculado sob o nº 10.909 do CRI desta Comarca.

Avalio o bem imóvel supra descrito em **sessenta mil reais.....R$ 60.000,00.**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJYY8 4T86T H4CXX 8RP2A

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 124.1 - Assinado digitalmente por Adriana Garcia de Pontes
19/02/2021: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Laudo de Avaliação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
Rua Aldo Sampaio Ribas, 16 CEP 84.200-000 Tel.(43) 3535-5953
Raquel Teixeira de Lima Dalmut – Oficial Designada
Adriana Garcia de Pontes – Auxiliar Juramentada

II - Uma edificação em alvenaria própria para residência, coberta com telhas de Eternit, forro de madeira, piso em cerâmica, portas e janelas em esquadria de ferro, contendo três dormitórios, uma sala, uma copa, uma cozinha com churrasqueira, dois banheiros, uma lavanderia e garagem, cercada de muro e grades de ferro e calçadas com piso em cerâmica, com aproximadamente 130,20 metros quadrados, baixo padrão de acabamento, em bom estado de conservação.

Avalio edificação supra descrito em **cento e dez mil reais.....R$ 110.000,00.**








Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJYY8 4T86T H4CXX 8RP2A

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 124.1 - Assinado digitalmente por Adriana Garcia de Pontes
19/02/2021: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Laudo de Avaliação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
Rua Aldo Sampaio Ribas, 16 CEP 84.200-000 Tel.(43) 3535-5953
Raquel Teixeira de Lima Dalmut – Oficial Designada
Adriana Garcia de Pontes – Auxiliar Juramentada

Perfazendo o total do presente Laudo de Avaliação do terreno urbano e a edificação em **cento e setenta mil reais.....R$ 170.000,00.**

Esclareço que, Para a conclusão da presente avaliação do imóvel foram realizadas pesquisas em imobiliárias desta cidade, considerando-se o valor de mercado por metro quadrado do terreno, bem como o valor por metro quadrado da construção atinente às benfeitorias e a sua localização, sendo obtido o valor final através de métodos comparativos.

Por fim, justifico o atraso no cumprimento do presente laudo de avalição, em face ao do acúmulo de serviço na serventia, bem como o fechamento do fórum devido à pandemia da COVID-19.

Nada mais havendo o que constatar e avaliar, encerro o presente Auto.

Cota do Avaliador: R$ 173,60 = 800,00 VRCJud
Avaliador: R$ 314,65 = 1.450,00 VRCJud
Diligência: R$ 35,76 = 164,80 VRCJud
Total: R$ 524,01

.

ADRIANA GARCIA DE PONTES
Auxiliar Juramentada

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJYY8 4T86T H4CXX 8RP2A

Data: 19/02/2021
Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS
Complemento: Recebido do(a) CONTADOR
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 19/02/2021
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento (seq. 124) JUNTADA DE CERTIDÃO (19/02/2021)
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 19/02/2021
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de JAIRO GRACIANO DE SOUZA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 124) JUNTADA DE CERTIDÃO (19/02/2021)
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 02/03/2021
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de JAIRO GRACIANO DE SOUZA) em 01/03/2021 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 124) JUNTADA DE CERTIDÃO (19/02/2021) e ao evento de expedição seq. 127.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 02/03/2021
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)) em 01/03/2021 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento (seq. 124) JUNTADA DE CERTIDÃO (19/02/2021) e ao evento de expedição seq. 126.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 02/03/2021
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (19/02/2021)
Por: JULIANA SGORLON TIRONI ROMAGNA

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão de Dívida Ativa
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 130.1 - Assinado digitalmente por Juliana Sgorlon Tironi Romagna:03673462903
02/03/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Certidão de Dívida Ativa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 2
Inscrições Selecionadas: 2
Parâmetro de Localização: 5457520028160100

1º Devedor:	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	81.175.218/0001-89
Situação:	ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	10940 401142/00-06
Nº Inscrição:	90 6 02 001188-81
Receita:	1804 / DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Data Inscrição:	06/03/2002
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	962002
Nº Único de Processo Judicial:	5457520028160100
Procuradoria Responsável:	PARANA
Valor Inscrito:	R$ 5.047,46 (UFIR 4.743,41)
Valor Consolidado:	R$ 3.547,44

2º Devedor:	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	81.175.218/0001-89
Situação:	ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Nº Processo Administrativo:	10940 401142/00-06
Nº Inscrição:	90 6 02 001189-62
Receita:	4493 / DIV.ATIVA-COFINS
Data Inscrição:	06/03/2002
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	962002
Nº Único de Processo Judicial:	5457520028160100
Procuradoria Responsável:	PARANA
Valor Inscrito:	R$ 7.252,87 (UFIR 9.176,60)
Valor Consolidado:	R$ 18.152,12

Somatório das inscrições

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6VY 2SQF5 543ED YR9XK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 130.1 - Assinado digitalmente por Juliana Sgorlon Tironi Romagna:03673462903
02/03/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Certidão de Dívida Ativa

Valor Inscrito: R$ 12.300,33 (UFIR 13.920,01)

Valor Consolidado: R$ 21.699,56

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6VY 2SQF5 543ED YR9XK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 130.2 - Assinado digitalmente por Juliana Sgorlon Tironi Romagna:03673462903
02/03/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

MM. Juiz,

A União manifesta ciência acerca do laudo de avaliação e aguarda o prosseguimento dos atos executórios.

Pede deferimento.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVM8 8MMD2 JWHQM 6ZNPA

Data: 09/03/2021
Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Complemento: (P/ advgs. de JAIRO GRACIANO DE SOUZA *Referente ao evento (seq. 124) JUNTADA DE CERTIDÃO (19/02/2021) e ao evento de expedição seq. 127.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 09/04/2021
Movimentação: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO
Complemento: Habilitação Provisória - Perito Oficial: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA habilitado até 19/04/2021 (10 dias)
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 09/04/2021
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para Perito ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (19/02/2021)
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 09/04/2021
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: (Pelo Perito ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA) em 09/04/2021 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 124) JUNTADA DE CERTIDÃO (19/02/2021) e ao evento de expedição seq. 133.
Por: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA

Data: 09/04/2021
Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (19/02/2021)
Por: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 135.1 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964
09/04/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Petição

Magno Rocha
Leiloeiro Oficial – JUCEPAR: 08/020-L

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA – ESTADO DO PARANÁ

AUTOS 0000545-75.2002.8.16.0100 - Projudi

ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA, leiloeiro oficial inscrito na JUCEPAR sob o n.º 08/020-L, com escritório profissional constante no rodapé desta, onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, expor para ao final requerer:

Instado a se manifestar, tendo em vista o lapso temporal desde a última juntada, mais de 05 meses, requer que seja intimada a parte credora para junte nos autos a Matrícula atualizada nº 10.909 do CRI desta Comarca, bem como, o demonstrativo de débito atualizado, tudo em conformidade com o determinado no Art. 392, I, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça[1].

Feito isto, informa que irá aguardar a juntada dos documentos solicitados, e após **renovada a intimação (via PROJUDI/e-mail)** prosseguirá com as diligências atinentes ao ato da venda do bem em hasta pública.

Termos em que

Pede e Espera Deferimento.

Curitiba, 09 de abril de 2021

Antonio Magno Jacob da Rocha
Leiloeiro Oficial

[1] Art. 392. Antes da designação do leilão, serão requisitados:
I – a certidão atualizada do registro imobiliário;

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVX6 ATFFN CSYKV CGGLK

Data: 09/04/2021
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento (seq. 135) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (09/04/2021)
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 20/04/2021
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)) em 19/04/2021 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento (seq. 135) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (09/04/2021) e ao evento de expedição seq. 136.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 04/05/2021
Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (09/04/2021)
Por: SANDRA LUIZA STOCCO

Relação de arquivos da movimentação:
- Manifestação
- Manifestação
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 138.1 - Assinado digitalmente por Sandra Luiza Stocco:87323702968
04/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Manifestação

Ministério da Economia
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Consulta Inscrição

04/05/2021
17:42

Informações Gerais da Inscrição

Devedor Principal: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
CNPJ/CPF: 81.175.218/0001-89
Inscrição: 90 6 02 001188-81
Nº do Processo: 10940 401142/00-06
Situação: ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Série da Inscrição: DO
Natureza da Dívida: TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 06/03/2002
Valor Inscrito: R$ 0,00 (UFIR 4.743,41)
Quant. de Débitos: 32
Quant. de Pagamentos: 22
Quant. de Devedores: 1
Quant. Parcelamentos: 1
Valor Remanescente: R$ 853,65 (UFIR 958,09)
Nº Judicial: 00000000000000962002
Nº de Agrupamento para Ajuizamento: 900788904058
Nº Único de Processo Judicial: 00005457520028160100
Data de Protocolo: 16/08/2002
Data de Distribuição: 07/08/2002
Órgão de Justiça: COMARCA - JAGUARIAIVA
Data Falência:
Valor Consolidado: R$ 3.550,68
Receita: 1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Procuradoria de Inscrição: PARANA
Procuradoria Responsável: PARANA
Órgão de Origem:
Nº do Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Juízo: Juiz de Direito
Número do Imóvel (NIRF/ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:

FCE69A7F.AC47613E.50A6F2F0.D1DB5448

Informações Sobre os Valores da Inscrição

Principal: R$ 656,66
Multa: R$ 196,99
Juros de Mora: R$ 2.105,25
Encargo Legal: R$ 591,78
Valor Total: R$ 3.550,68

Informações dos Devedores

Devedor 1

PGFN
Nome: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
CNPJ/CPF: 81.175.218/0001-89
Tipo: PRINCIPAL
Atividade/Profissão: FARMACIAS, DROGAR., FLORAS MEDIC.E ENERVARIOS
Endereço: AV. ANTONIO CUNHA 106 TERREO
Bairro: CENTRO
CEP: 84200000
Município: JAGUARIAIVA
UF: PR

RFB
Nome: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
CNPJ/CPF:
CNAE/Ocupação: 4771701 - Com rcio varejista de produtos farmac uticos, sem manipula o de f rmulas
Situação Cadastral: INAPTA
Endereço: ANTONIO CUNHA 106 TERREO
Bairro: CENTRO
CEP: 84200000
Município: JAGUARIAIVA
UF: PR

Informações Sobre os Débitos da Inscrição

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 31/10/1996
TIAM: 01/11/1996
TI Juros: 01/11/1996
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração
Motivo Alteração: Nenhum motivo
Nrº da Decisão:
Multa Mora: 30 %
Valor Originário: R$ 159,65 UFIR 180,45
Valor Remanescente: R$ 67,77 UFIR 180,45
Origem: 000 -

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLHC 36C7J HAVXQ XR8NA

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 138.1 - Assinado digitalmente por Sandra Luiza Stocco:87323702968
04/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Manifestação

Forma de Constituição: 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 000000000000000000 **Data da Notificação:** 31/03/1997

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 29/11/1996 **TIAM:** 30/11/1996 **TI Juros:** 02/12/1996
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 30 % **Valor Originário:** R$ 220,80 UFIR 249,57 **Valor Remanescente:** R$ 220,80 UFIR 249,57
Origem: 000 -

Forma de Constituição: 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 000000000000000000 **Data da Notificação:** 31/03/1997

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 30/12/1996 **TIAM:** 31/12/1996 **TI Juros:** 02/01/1997
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 30 % **Valor Originário:** R$ 207,17 UFIR 234,16 **Valor Remanescente:** R$ 207,17 UFIR 234,16
Origem: 000 -

Forma de Constituição: 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 000000000000000000 **Data da Notificação:** 31/03/1997

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 31/01/1997 **TIAM:** 01/02/1997 **TI Juros:** 03/02/1997
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 30 % **Valor Originário:** R$ 160,92 UFIR 176,67 **Valor Remanescente:** R$ 160,92 UFIR 176,67
Origem: 000 -

Forma de Constituição: 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 000000000000000000 **Data da Notificação:** 31/03/1997

Informações sobre o parcelamento

Parcelamento 1

Termo:
Data da Adesão: 06/04/2002 **Vencimento da 1ª Parcela:** 30/04/2002 **Data da Formalização:**
Parcelas Concedidas: 30 **Núm. de Fiadores:** 0 **Parcelas Restantes:** 030,0000
Situação do Parcelamento: DEFERIDO CANCELADO EM 11/05/2002 **Núm. de Penhoras:** 0 **Parcelas Pagas:** 000,0000
Motivo: **Núm. de Despachos:** 1 **Parcelas em Atraso:** 030,0000
Controle: ELETRONICO

Parcelas em R$ em 06/04/2002 **Multas:** 28,59
Valor Principal: 103,42 **Encargo Legal:** 26,56
Juros de Mora: 133,62 **Valor Total:** 292,19

Parcelamento 2

Termo:
Data da Adesão: 01/08/2002 **Vencimento da 1ª Parcela:** 30/08/2002 **Data da Formalização:**
Parcelas Concedidas: 30 **Núm. de Fiadores:** 0 **Parcelas Restantes:** 030,0000
Situação do Parcelamento: DEFERIDO CANCELADO EM 07/09/2002 **Núm. de Penhoras:** 0 **Parcelas Pagas:** 000,0000
Motivo: **Núm. de Despachos:** 1 **Parcelas em Atraso:** 030,0000
Controle: ELETRONICO

Parcelas em R$ em 01/08/2002 **Multas:** 28,59
Valor Principal: 103,42 **Encargo Legal:** 54,31
Juros de Mora: 139,58 **Valor Total:** 325,90

Parcelamento 3

Termo: **Vencimento da 1ª Parcela:** 30/09/2013 **Data da Formalização:** 26/08/2013
Data da Adesão: 26/08/2013 **Núm. de Fiadores:** 0 **Parcelas Restantes:** 007,0242
Parcelas Concedidas: 26 **Núm. de Penhoras:** 0 **Parcelas Pagas:** 018,9758

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLHC 36C7J HAVXQ XR8NA

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 138.1 - Assinado digitalmente por Sandra Luiza Stocco:87323702968
04/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Manifestação

Situação do Parcelamento: RESCINDIDO ELETRONICAMENTE EM 06/06/2015
Núm. de Despachos: 1
Parcelas em Atraso: 007,0242
Controle: ELETRONICO
Motivo:

Parcelas em R$ em 26/08/2013
Multas: 30,42
Valor Principal: 106,52
Encargo Legal: 86,01
Juros de Mora: 293,15
Valor Total: 516,10

Informações sobre os pagamentos efetuados

Data Limite Pag	Data de Arrecadação	Valor Recolhido	Referência	Órgão	Data de Recepção	Banco/Agência	Número de Arquivamento	Tipo de Crédito
30/07/2003	30/07/2003	R$ 82,93	ANTECIPACAO	9999999	24/09/2005	999/9999-9	999999999999	AMORTIZACAO PAES
30/08/2013	09/08/2013	R$ 1.492,00	ANTECIPACAO	0910400	12/08/2013	001/1690-1	194976909830	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
30/09/2013	30/09/2013	R$ 524,92	PARCELA	0910400	01/10/2013	104/0392-1	896667920421	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
31/10/2013	30/10/2013	R$ 528,58	PARCELA	0910400	31/10/2013	104/0392-1	896704909612	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
29/11/2013	27/11/2013	R$ 532,77	PARCELA	0910400	28/11/2013	104/0392-1	896744908242	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
30/12/2013	30/12/2013	R$ 536,48	PARCELA	0910400	31/12/2013	104/0392-1	896788900819	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
31/01/2014	28/01/2014	R$ 540,56	PARCELA	0910400	29/01/2014	104/0392-1	896826908926	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
28/02/2014	27/02/2014	R$ 544,95	PARCELA	0910400	28/02/2014	104/0392-1	896866908612	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
31/03/2014	27/03/2014	R$ 549,02	PARCELA	0910400	28/03/2014	104/0392-1	896901907692	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
30/04/2014	30/04/2014	R$ 553,00	PARCELA	0910400	02/05/2014	104/0392-1	896941915247	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
30/05/2014	29/05/2014	R$ 557,23	PARCELA	0910400	30/05/2014	104/0392-1	896979908873	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
30/06/2014	30/06/2014	R$ 561,72	PARCELA	0910400	01/07/2014	104/0392-1	897016914691	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
31/07/2014	31/07/2014	R$ 565,95	PARCELA	0910400	01/08/2014	104/0392-1	897058918823	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
29/08/2014	29/08/2014	R$ 570,86	PARCELA	0910400	01/09/2014	104/0392-1	897096912462	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
30/09/2014	30/09/2014	R$ 575,35	PARCELA	0910400	01/10/2014	341/0465-2	894918901444	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
31/10/2014	03/11/2014	R$ 580,04	PARCELA IRREGULAR	0910400	04/11/2014	341/0465-2	894956900704	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
28/11/2014	28/11/2014	R$ 584,95	PARCELA	0910400	01/12/2014	104/0392-1	897210900843	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
30/12/2014	30/12/2014	R$ 589,28	PARCELA	0910400	31/12/2014	104/0392-1	897244901122	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
30/01/2015	30/01/2015	R$ 594,24	PARCELA	0910400	02/02/2015	341/0465-2	895042901525	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
27/02/2015	11/03/2015	R$ 599,08	PARCELA IRREGULAR	0910400	12/03/2015	341/0465-2	895084900504	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
31/03/2015	14/04/2015	R$ 603,32	PARCELA IRREGULAR	0910400	15/04/2015	104/0392-1	897369907670	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLHC 36C7J HAVXQ XR8NA

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 138.1 - Assinado digitalmente por Sandra Luiza Stocco:87323702968
04/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Manifestação

Data Limite Pag	Data de Arrecadação	Valor Recolhido	Referência	Órgão	Data de Recepção	Banco/Agência	Número de Arquivamento	Tipo de Crédito
29/05/2015	30/06/2015	R$ 613,59	ANTECIPACAO	0910400	01/07/2015	104/0392-1	897465912582	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)

Informações de ocorrências

Data	Descrição	
06/03/2002	OCORRENCIA:	INSCRICAO
	SITUACAO :	ATIVA A SER COBRADA
06/04/2002	OCORRENCIA:	CADASTR SOLIC PARCELAMENTO
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
06/04/2002	OCORRENCIA:	CADASTR DESPACHO DEFERIDO
	SITUACAO :	ATIVA NAO AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
06/04/2002	OCORRENCIA:	SUSPENSAO ATIVIDADES DA INSC
	SITUACAO :	ATIVA NAO AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
11/05/2002	OCORRENCIA:	CANC PEDIDO CONCESSAO PARCEL
	SITUACAO :	ATIVA A SER AJUIZADA
27/05/2002	OCORRENCIA:	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	SITUACAO :	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
27/05/2002	OCORRENCIA:	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
		SETOR SECIAC E31336/2002
13/07/2002	OCORRENCIA:	SEGUNDA COBRANCA
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
01/08/2002	OCORRENCIA:	CADASTR SOLIC PARCELAMENTO
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/08/2002	OCORRENCIA:	CADASTR DESPACHO DEFERIDO
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO DE PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
01/08/2002	OCORRENCIA:	SUSPENSAO ATIVIDADES DA INSC
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO DE PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
21/08/2002	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PROCESSO JUDICIAL
		N. EXECUCAO - 9000 02 902995-28
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
07/09/2002	OCORRENCIA:	CANC PEDIDO CONCESSAO PARCEL
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
30/11/2003	OCORRENCIA:	SUSPENSAO EXIGIBILI. CREDITO
	SITUACAO :	ATIVA COM AJUIZAMENTO SUSPENSO EM RAZAO DA LEI 10.684/2003 - PAES
24/09/2005	OCORRENCIA:	ENCERRADO POR RESCISAO PAES
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
24/09/2005	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO - PAES
	SITUACAO :	ATIVA COM AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
		ARREC 30/07/2003 VALOR R$ 82,93
19/12/2009	OCORRENCIA:	MUDANCA P(S)FN RESPONSAVEL
		ATUAL - PONTA GROSSA ANT - PARANA
		MOTIVO - ATUALIZACAO TABELA MUNICIPIOS
05/05/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO
12/08/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 09/08/2013 VALOR R$ 1.492,00
26/08/2013	OCORRENCIA:	CADASTR SOLIC PARCELAMENTO
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
26/08/2013	OCORRENCIA:	CADASTR DESPACHO DEFERIDO
	SITUACAO :	ATIVA COM PGTO PARCIAL E AJUIZ A PROSSEG EM PROC DE CONCESSAO PARC
26/08/2013	OCORRENCIA:	SUSPENSAO ATIVIDADES DA INSC
	SITUACAO :	ATIVA COM PGTO PARCIAL E AJUIZ A PROSSEG EM PROC DE CONCESSAO PARC
26/08/2013	OCORRENCIA:	INFORM FORMALIZ PARCELAMENTO
	SITUACAO :	ATIVA PARCELADA COM AJUIZAMENTO A SER SUSPENSO
02/10/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 30/09/2013 VALOR R$ 524,92
31/10/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 30/10/2013 VALOR R$ 528,58
28/11/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 27/11/2013 VALOR R$ 532,77
01/01/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 30/12/2013 VALOR R$ 536,48
30/01/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 28/01/2014 VALOR R$ 540,56
01/03/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 27/02/2014 VALOR R$ 544,95
30/03/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 27/03/2014 VALOR R$ 549,02
06/05/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLHC 36C7J HAVXQ XR8NA

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 138.1 - Assinado digitalmente por Sandra Luiza Stocco:87323702968
04/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Manifestação

Data	Descrição	
		ARREC 30/04/2014 VALOR R$ 553,00
30/05/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 29/05/2014 VALOR R$ 557,23
01/07/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 30/06/2014 VALOR R$ 561,72
02/08/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 31/07/2014 VALOR R$ 565,95
02/09/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 29/08/2014 VALOR R$ 570,86
01/10/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 30/09/2014 VALOR R$ 575,35
04/11/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 03/11/2014 VALOR R$ 580,04
01/12/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 28/11/2014 VALOR R$ 584,95
31/12/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 30/12/2014 VALOR R$ 589,28
02/02/2015	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 30/01/2015 VALOR R$ 594,24
12/03/2015	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 11/03/2015 VALOR R$ 599,08
16/04/2015	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 14/04/2015 VALOR R$ 603,32
06/06/2015	OCORRENCIA:	RESCISAO ELETRONICA DO PARC
	SITUACAO :	ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
01/07/2015	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 30/06/2015 VALOR R$ 613,59
13/02/2020	OCORRENCIA:	MUDANCA P(S)FN RESPONSAVEL
		ATUAL - PARANA ANT - PONTA GROSSA
		MOTIVO - ATUALIZACAO TABELA MUNICIPIOS

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLHC 36C7J HAVXQ XR8NA

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 138.2 - Assinado digitalmente por Sandra Luiza Stocco:87323702968
04/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Manifestação

Ministério da Economia
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Consulta Inscrição

04/05/2021
17:42

Informações Gerais da Inscrição

Devedor Principal: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
CNPJ/CPF: 81.175.218/0001-89
Inscrição: 90 6 02 001188-81
Nº do Processo: 10940 401142/00-06
Situação: ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
Série da Inscrição: DO
Natureza da Dívida: TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 06/03/2002
Valor Inscrito: R$ 0,00 (UFIR 4.743,41)
Quant. de Débitos: 32
Quant. de Pagamentos: 22
Quant. de Devedores: 1
Quant. Parcelamentos: 1
Valor Remanescente: R$ 853,65 (UFIR 958,09)
Nº Judicial: 00000000000000962002
Nº de Agrupamento para Ajuizamento: 900788904058
Nº Único de Processo Judicial: 00005457520028160100
Data de Protocolo: 16/08/2002
Data de Distribuição: 07/08/2002
Órgão de Justiça: COMARCA - JAGUARIAIVA
Data Falência:
Valor Consolidado: R$ 3.550,68
Receita: 1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Procuradoria de Inscrição: PARANA
Procuradoria Responsável: PARANA
Órgão de Origem:
Nº do Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Juízo: Juiz de Direito
Número do Imóvel (NIRF/ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:

FCE69A7F.AC47613E.50A6F2F0.D1DB5448

Informações Sobre os Valores da Inscrição

Principal: R$ 656,66
Multa: R$ 196,99
Juros de Mora: R$ 2.105,25
Encargo Legal: R$ 591,78
Valor Total: R$ 3.550,68

Informações dos Devedores

Devedor 1

PGFN
Nome: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
CNPJ/CPF: 81.175.218/0001-89
Tipo: PRINCIPAL
Atividade/Profissão: FARMACIAS, DROGAR., FLORAS MEDIC.E ENERVARIOS
Endereço: AV. ANTONIO CUNHA 106 TERREO
Bairro: CENTRO
CEP: 84200000
Município: JAGUARIAIVA
UF: PR

RFB
Nome: JAIRO GRACIANO DE SOUZA
CNPJ/CPF:
CNAE/Ocupação: 4771701 - Com rcio varejista de produtos farmac uticos, sem manipula o de f rmulas
Situação Cadastral: INAPTA
Endereço: ANTONIO CUNHA 106 TERREO
Bairro: CENTRO
CEP: 84200000
Município: JAGUARIAIVA
UF: PR

Informações Sobre os Débitos da Inscrição

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 31/10/1996
TIAM: 01/11/1996
TI Juros: 01/11/1996
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração
Motivo Alteração: Nenhum motivo
Nrº da Decisão:
Multa Mora: 30 %
Valor Originário: R$ 159,65 UFIR 180,45
Valor Remanescente: R$ 67,77 UFIR 180,45
Origem: 000 -

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVCK H4UYP GL4XU HUGGY

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 138.2 - Assinado digitalmente por Sandra Luiza Stocco:87323702968
04/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Manifestação

Forma de Constituição: 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 000000000000000000 **Data da Notificação:** 31/03/1997

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 29/11/1996 **TIAM:** 30/11/1996 **TI Juros:** 02/12/1996
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 30 % **Valor Originário:** R$ 220,80 UFIR 249,57 **Valor Remanescente:** R$ 220,80 UFIR 249,57
Origem: 000 -

Forma de Constituição: 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 000000000000000000 **Data da Notificação:** 31/03/1997

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 30/12/1996 **TIAM:** 31/12/1996 **TI Juros:** 02/01/1997
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 30 % **Valor Originário:** R$ 207,17 UFIR 234,16 **Valor Remanescente:** R$ 207,17 UFIR 234,16
Origem: 000 -

Forma de Constituição: 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 000000000000000000 **Data da Notificação:** 31/03/1997

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 31/01/1997 **TIAM:** 01/02/1997 **TI Juros:** 03/02/1997
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 30 % **Valor Originário:** R$ 160,92 UFIR 176,67 **Valor Remanescente:** R$ 160,92 UFIR 176,67
Origem: 000 -

Forma de Constituição: 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 000000000000000000 **Data da Notificação:** 31/03/1997

Informações sobre o parcelamento

Parcelamento 1

Termo:
Data da Adesão: 06/04/2002 **Vencimento da 1ª Parcela:** 30/04/2002 **Data da Formalização:**
Parcelas Concedidas: 30 **Núm. de Fiadores:** 0 **Parcelas Restantes:** 030,0000
Situação do Parcelamento: DEFERIDO CANCELADO EM 11/05/2002 **Núm. de Penhoras:** 0 **Parcelas Pagas:** 000,0000
Motivo: **Núm. de Despachos:** 1 **Parcelas em Atraso:** 030,0000
Controle: ELETRONICO

Parcelas em R$ em 06/04/2002 **Multas:** 28,59
Valor Principal: 103,42 **Encargo Legal:** 26,56
Juros de Mora: 133,62 **Valor Total:** 292,19

Parcelamento 2

Termo:
Data da Adesão: 01/08/2002 **Vencimento da 1ª Parcela:** 30/08/2002 **Data da Formalização:**
Parcelas Concedidas: 30 **Núm. de Fiadores:** 0 **Parcelas Restantes:** 030,0000
Situação do Parcelamento: DEFERIDO CANCELADO EM 07/09/2002 **Núm. de Penhoras:** 0 **Parcelas Pagas:** 000,0000
Motivo: **Núm. de Despachos:** 1 **Parcelas em Atraso:** 030,0000
Controle: ELETRONICO

Parcelas em R$ em 01/08/2002 **Multas:** 28,59
Valor Principal: 103,42 **Encargo Legal:** 54,31
Juros de Mora: 139,58 **Valor Total:** 325,90

Parcelamento 3

Termo:
Data da Adesão: 26/08/2013 **Vencimento da 1ª Parcela:** 30/09/2013 **Data da Formalização:** 26/08/2013
Parcelas Concedidas: 26 **Núm. de Fiadores:** 0 **Parcelas Restantes:** 007,0242
Núm. de Penhoras: 0 **Parcelas Pagas:** 018,9758

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVCK H4UYP GL4XU HUGGY

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 138.2 - Assinado digitalmente por Sandra Luiza Stocco:87323702968
04/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Manifestação

Situação do Parcelamento: RESCINDIDO ELETRONICAMENTE EM 06/06/2015
Motivo:
Núm. de Despachos: 1
Controle: ELETRONICO
Parcelas em Atraso: 007,0242

Parcelas em R$ em 26/08/2013
Valor Principal: 106,52
Juros de Mora: 293,15
Multas: 30,42
Encargo Legal: 86,01
Valor Total: 516,10

Informações sobre os pagamentos efetuados

Data Limite Pag	Data de Arrecadação	Valor Recolhido	Referência	Órgão	Data de Recepção	Banco/Agência	Número de Arquivamento	Tipo de Crédito
30/07/2003	30/07/2003	R$ 82,93	ANTECIPACAO	9999999	24/09/2005	999/9999-9	999999999999	AMORTIZACAO PAES
30/08/2013	09/08/2013	R$ 1.492,00	ANTECIPACAO	0910400	12/08/2013	001/1690-1	194976909830	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
30/09/2013	30/09/2013	R$ 524,92	PARCELA	0910400	01/10/2013	104/0392-1	896667920421	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
31/10/2013	30/10/2013	R$ 528,58	PARCELA	0910400	31/10/2013	104/0392-1	896704909612	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
29/11/2013	27/11/2013	R$ 532,77	PARCELA	0910400	28/11/2013	104/0392-1	896744908242	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
30/12/2013	30/12/2013	R$ 536,48	PARCELA	0910400	31/12/2013	104/0392-1	896788900819	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
31/01/2014	28/01/2014	R$ 540,56	PARCELA	0910400	29/01/2014	104/0392-1	896826908926	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
28/02/2014	27/02/2014	R$ 544,95	PARCELA	0910400	28/02/2014	104/0392-1	896866908612	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
31/03/2014	27/03/2014	R$ 549,02	PARCELA	0910400	28/03/2014	104/0392-1	896901907692	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
30/04/2014	30/04/2014	R$ 553,00	PARCELA	0910400	02/05/2014	104/0392-1	896941915247	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
30/05/2014	29/05/2014	R$ 557,23	PARCELA	0910400	30/05/2014	104/0392-1	896979908873	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
30/06/2014	30/06/2014	R$ 561,72	PARCELA	0910400	01/07/2014	104/0392-1	897016914691	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
31/07/2014	31/07/2014	R$ 565,95	PARCELA	0910400	01/08/2014	104/0392-1	897058918823	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
29/08/2014	29/08/2014	R$ 570,86	PARCELA	0910400	01/09/2014	104/0392-1	897096912462	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
30/09/2014	30/09/2014	R$ 575,35	PARCELA	0910400	01/10/2014	341/0465-2	894918901444	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
31/10/2014	03/11/2014	R$ 580,04	PARCELA IRREGULAR	0910400	04/11/2014	341/0465-2	894956900704	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
28/11/2014	28/11/2014	R$ 584,95	PARCELA	0910400	01/12/2014	104/0392-1	897210900843	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
30/12/2014	30/12/2014	R$ 589,28	PARCELA	0910400	31/12/2014	104/0392-1	897244901122	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
30/01/2015	30/01/2015	R$ 594,24	PARCELA	0910400	02/02/2015	341/0465-2	895042901525	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
27/02/2015	11/03/2015	R$ 599,08	PARCELA IRREGULAR	0910400	12/03/2015	341/0465-2	895084900504	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)
31/03/2015	14/04/2015	R$ 603,32	PARCELA IRREGULAR	0910400	15/04/2015	104/0392-1	897369907670	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVCK H4UYP GL4XU HUGGY

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 138.2 - Assinado digitalmente por Sandra Luiza Stocco:87323702968
04/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Manifestação

Data Limite Pag	Data de Arrecadação	Valor Recolhido	Referência	Órgão	Data de Recepção	Banco/Agência	Número de Arquivamento	Tipo de Crédito
29/05/2015	30/06/2015	R$ 613,59	ANTECIPACAO	0910400	01/07/2015	104/0392-1	897465912582	PAGAMENTO (DEMAIS SISTEMAS)

Informações de ocorrências

Data	Descrição	
06/03/2002	OCORRENCIA:	INSCRICAO
	SITUACAO :	ATIVA A SER COBRADA
06/04/2002	OCORRENCIA:	CADASTR SOLIC PARCELAMENTO
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
06/04/2002	OCORRENCIA:	CADASTR DESPACHO DEFERIDO
	SITUACAO :	ATIVA NAO AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
06/04/2002	OCORRENCIA:	SUSPENSAO ATIVIDADES DA INSC
	SITUACAO :	ATIVA NAO AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
11/05/2002	OCORRENCIA:	CANC PEDIDO CONCESSAO PARCEL
	SITUACAO :	ATIVA A SER AJUIZADA
27/05/2002	OCORRENCIA:	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	SITUACAO :	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
27/05/2002	OCORRENCIA:	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
		SETOR SECIAC E31336/2002
13/07/2002	OCORRENCIA:	SEGUNDA COBRANCA
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
01/08/2002	OCORRENCIA:	CADASTR SOLIC PARCELAMENTO
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/08/2002	OCORRENCIA:	CADASTR DESPACHO DEFERIDO
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO DE PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
01/08/2002	OCORRENCIA:	SUSPENSAO ATIVIDADES DA INSC
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO DE PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
21/08/2002	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PROCESSO JUDICIAL
		N. EXECUCAO - 9000 02 902995-28
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
07/09/2002	OCORRENCIA:	CANC PEDIDO CONCESSAO PARCEL
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
30/11/2003	OCORRENCIA:	SUSPENSAO EXIGIBILI. CREDITO
	SITUACAO :	ATIVA COM AJUIZAMENTO SUSPENSO EM RAZAO DA LEI 10.684/2003 - PAES
24/09/2005	OCORRENCIA:	ENCERRADO POR RESCISAO PAES
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
24/09/2005	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO - PAES
	SITUACAO :	ATIVA COM AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
		ARREC 30/07/2003 VALOR R$ 82,93
19/12/2009	OCORRENCIA:	MUDANCA P(S)FN RESPONSAVEL
		ATUAL - PONTA GROSSA ANT - PARANA
		MOTIVO - ATUALIZACAO TABELA MUNICIPIOS
05/05/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO
12/08/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 09/08/2013 VALOR R$ 1.492,00
26/08/2013	OCORRENCIA:	CADASTR SOLIC PARCELAMENTO
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
26/08/2013	OCORRENCIA:	CADASTR DESPACHO DEFERIDO
	SITUACAO :	ATIVA COM PGTO PARCIAL E AJUIZ A PROSSEG EM PROC DE CONCESSAO PARC
26/08/2013	OCORRENCIA:	SUSPENSAO ATIVIDADES DA INSC
	SITUACAO :	ATIVA COM PGTO PARCIAL E AJUIZ A PROSSEG EM PROC DE CONCESSAO PARC
26/08/2013	OCORRENCIA:	INFORM FORMALIZ PARCELAMENTO
	SITUACAO :	ATIVA PARCELADA COM AJUIZAMENTO A SER SUSPENSO
02/10/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 30/09/2013 VALOR R$ 524,92
31/10/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 30/10/2013 VALOR R$ 528,58
28/11/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 27/11/2013 VALOR R$ 532,77
01/01/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 30/12/2013 VALOR R$ 536,48
30/01/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 28/01/2014 VALOR R$ 540,56
01/03/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 27/02/2014 VALOR R$ 544,95
30/03/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 27/03/2014 VALOR R$ 549,02
06/05/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVCK H4UYP GL4XU HUGGY

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 138.2 - Assinado digitalmente por Sandra Luiza Stocco:87323702968
04/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Manifestação

Data	Descrição	
		ARREC 30/04/2014 VALOR R$ 553,00
30/05/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 29/05/2014 VALOR R$ 557,23
01/07/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 30/06/2014 VALOR R$ 561,72
02/08/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 31/07/2014 VALOR R$ 565,95
02/09/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 29/08/2014 VALOR R$ 570,86
01/10/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 30/09/2014 VALOR R$ 575,35
04/11/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 03/11/2014 VALOR R$ 580,04
01/12/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 28/11/2014 VALOR R$ 584,95
31/12/2014	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 30/12/2014 VALOR R$ 589,28
02/02/2015	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 30/01/2015 VALOR R$ 594,24
12/03/2015	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 11/03/2015 VALOR R$ 599,08
16/04/2015	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 14/04/2015 VALOR R$ 603,32
06/06/2015	OCORRENCIA:	RESCISAO ELETRONICA DO PARC
	SITUACAO :	ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
01/07/2015	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PAGAMENTO
		ARREC 30/06/2015 VALOR R$ 613,59
13/02/2020	OCORRENCIA:	MUDANCA P(S)FN RESPONSAVEL
		ATUAL - PARANA ANT - PONTA GROSSA
		MOTIVO - ATUALIZACAO TABELA MUNICIPIOS

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVCK H4UYP GL4XU HUGGY

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 138.3 - Assinado digitalmente por Sandra Luiza Stocco:87323702968
04/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Petição

A UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, vem respeitosamente se manifestar sobre o pedido do leiloeiro para que a União anexe a matricula atualizado do bem imóvel penhorado. A praxe tanto da justiça federal quanto Estadual demonstra a desnecessidade do documento ante a penhora realizada. Assim, requer a o indeferimento do pleito do sr. leiloeiro requerendo a designação de data para leilão.

N . T .
P . D .
S A N D R A L U I Z A S T O C C O
PFN/PR

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5DH M79N3 L3F4L DDQ5D

Data: 04/05/2021
Movimentação: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO
Complemento: Habilitação Provisória - Perito Oficial: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA habilitado até 14/05/2021 (10 dias)
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 04/05/2021
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para Perito ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO (04/05/2021)
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 05/05/2021
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: (Pelo Perito ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA) em 05/05/2021 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 138) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO (04/05/2021) e ao evento de expedição seq. 140.
Por: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA

Data: 05/05/2021
Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO (04/05/2021)
Por: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição
- CARTA
- Edital
- Outros_Anexos
- Ofício

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 142.1 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964
05/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJYAW 73CNY YD6PQ RFNPA

Magno Rocha
Leiloeiro Oficial e Rural

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA - PARANÁ

Autos NU 0000545-75.2002.8.16.0100 - PROJUDI

ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCEPAR sob o n.º 08/020-L, com escritório profissional constante no rodapé desta, onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, informar as datas para **PRIMEIRO LEILÃO, o dia 21/07/2021 às 10h15min,** por preço igual ou superior ao da avaliação e para **SEGUNDO LEILÃO, o dia 22/07/2021 às 10h15min** a quem oferecer maior lanço, ressalvado preço vil - 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado da avaliação do bem, para venda do bem em hasta pública, constritado nos autos e descrito no edital.

Informo que os leilões designados **realizar-se-ão exclusivamente por meio eletrônico (de forma on-line) – através do site:** https://rochaleiloes.com.br**.**

Igualmente, este leiloeiro informa que houve a publicação do edital na rede mundial de computadores, nos termos no Artigo 887, parágrafo 2 do CPC, podendo ser acompanhado pelo link: https://rochaleiloes.com.br/240/publicacao

Saliento que foram efetuadas diligências para realização dos leilões, com a expedição de edital, mandado de intimação aos ocupantes e ofícios, do bem a ser praceado e inclusive com envio de cópia do edital para afixação no átrio do fórum.

Por fim, requer a intimação das partes na pessoa de seus procuradores e advogados, da designação a hasta pública, nos termos do artigo 889 do CPC, uma vez representados nos autos.

Termos em que
Pede e Espera Deferimento.
Curitiba, 05 de maio de 2021.

Antonio Magno Jacob da Rocha
- Leiloeiro Oficial -

Rua Alferes Poli, 311, Conjunto 4B – Fone/Fax: (41) 3077-8880
Curitiba – PR – CEP: 80.230-090
Email: magno@rochaleiloes.com.br

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 142.2 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964
05/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: CARTA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, nº 16 - Jaguariaíva/PR, Fone: (43) 3535-1256

Jaguariaíva, 05 de maio de 2021

CARTA DE INTIMAÇÃO AO CREDOR HIPOTECÁRIO

Processo: EXECUÇÃO FISCAL NU 0000545-75.2002.8.16.0100.
Credor: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CNPJ nº 00.394.460/0001-41).
Devedores: JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/MF nº 931.333.408-91).
Valor do Débito: R$ 41.822,91 (quarenta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e noventa e um centavos) em 15/04/2020, passível de atualização em hasta pública.

Pela presente, extraída dos autos acima referidos, fica Vossa Senhoria **INTIMADO** na qualidade de **CREDOR HIPOTECÁRIO**, acerca das datas para venda em hasta pública dos bens penhorados (abaixo descrito), sendo designadas as datas para **PRIMEIRO LEILÃO - ONLINE: o dia 21/07/2021 - às 10h15min**, para venda por valor igual ou superior à avaliação do bem, e, **SEGUNDO LEILÃO - ONLINE: o dia 22/07/2021 – às 10h15min,** para venda a quem mais der, não sendo aceito preço inferior a 50% (cinquenta) do valor da avaliação do bem. *Descrição dos bens penhorados:* I - Um lote de terras, situado a Rua: Carmelina S. de Lima, Bairro Matadouro, nesta cidade, com a área de 200,00 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações observadas de fora para dentro do imóvel: A frente para a Rua Carmelina S. de Lima medindo 10,00 metros; os fundos confronta-se com o Sr. Ildefonso dos Santos, medindo 10,00 metros; lado esquerdo confronta-se com o lote do Sr. Edison de Melo, medindo 20,00 metros; e, lado direito confronta-se com a Rua: Ubirajara Athayde, medindo 20,00 metros. II - Uma edificação em alvenaria própria para residência, coberta com telhas de Eternit, forro de madeira, piso em cerâmica, portas e janelas em esquadria de ferro, contendo três dormitórios, uma sala, uma copa, uma cozinha com churrasqueira, dois banheiros, uma lavanderia e garagem, cercada de muro e grades de ferro e calçadas com piso em cerâmica, com aproximadamente 130,20 metros quadrados, baixo padrão de acabamento, em bom estado de conservação. Matriculado sob o nº 10.909 do CRI desta Comarca. - Avaliado em R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), em 19/02/2021.

Outrossim, comunico-lhe que o bem será levado à venda exclusivamente online através do site www.rochaleiloes.com.br.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria meus protestos de estima e consideração.

ROSANE APARECIDA DE BARROS
Escrivã do Cível e Anexos
Portaria 08/09

Ilmo.(a) Senhor(a) Representante Legal
CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ST BANCARIO SUL QUADRA 04 – 34, BLOCO A – ASA SUL
CEP: 70.092-900 - Brasília/DF

Obs.: Este processo tramita de forma virtual, através do sistema eletrônico PROJUDI, cujo endereço na web é **https://portal.tjpr.jus.br/projudi/**, devendo todos os atos processuais e documentos trazidos aos autos serem em formato digital e inserido no Sistema por advogado previamente cadastrado, nos termos da Lei nº 11.419/06 e do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, item 2.21.3.1. É vedado a esta Escrivania Cível e Fazenda Pública inserir no Projudi peças apresentadas fisicamente pelos advogados (Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, item 2.21.3.3).

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSEM 2DAZ9 V347U YVMPK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 142.3 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964
05/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Edital

PODER JUDICIÁRIO - JUÍZO DE DIREITO
VARA CÍVEL DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA - ESTADO DO PARANÁ
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, nº 16 – CEP: 84.200-000 - Jaguariaíva/PR

O PRESENTE EDITAL SERÁ PUBLICADO NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, ATRAVÉS DO SITE rochaleiloes.com.br, DE FORMA A CUMPRIR O PRECONIZADO PELO ARTIGO 887, §2º DO NCPC.

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO – PROJUDI
AUTOS NU 0000545-75.2002.8.16.0100

A Doutora **PAULA MARIA TORRES MONFARDINI**, MMª. Juíza de Direito da Vara Cível de Guarapuava, Estado do Paraná, Na Forma da Lei. ETC., FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiver, e ainda a quem interessar possa, que será levado à arrematação primeira e segunda praça o bem de propriedade de (conforme matrícula) **JAIRO GRACIANO DE SOUZA** (CPF/MF nº 931.333.408-91) e **HELOISA MARIA BERGAMO DE SOUZA** (CPF/MF nº 163.771.078-03), nesta forma:

PRIMEIRA PRAÇA: o dia 21/07/2021 às 10h15min, por preço não inferior ao da avaliação.

SEGUNDA PRAÇA: o dia 22/07/2021 às 10h15min, por preço de quem mais der, desde que não seja vil – 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da avaliação atualizada do bem, nos termos do Art. 891, parágrafo único, do NCPC.

LOCAL DE ARREMATAÇÃO: OS LEILÕES SERÃO REALIZADOS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO (DE FORMA ON-LINE) – através do site: https://rochaleiloes.com.br.

ATENÇÃO: Para participar dos leilões/praças, os interessados deverão cadastrar-se com antecedência mínima de 24h antes, no site acima mencionado e proceder a habilitação para que participem da hasta, informações através do Fone: (41) 3077-8880 e/ou e-mail: documentos@rochaleiloes.com.br.

PROCESSO: EXECUÇÃO FISCAL NU 0000545-75.2002.8.16.0100, em que PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CNPJ nº 00.394.460/0001-41) move em face de JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/MF nº 931.333.408-91).

BEM: I - Um lote de terras, situado a Rua: Carmelina S. de Lima, Bairro Matadouro, nesta cidade, com a área de 200,00 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações observadas de fora para dentro do imóvel: A frente para a Rua Carmelina S. de Lima medindo 10,00 metros; os fundos confronta-se com o Sr. Ildefonso dos Santos, medindo 10,00 metros; lado esquerdo confronta-se com o lote do Sr. Edison de Melo, medindo 20,00 metros; e, lado direito confronta-se com a Rua: Ubirajara Athayde, medindo 20,00 metros. II - Uma edificação em alvenaria própria para residência, coberta com telhas de Eternit, forro de madeira, piso em cerâmica, portas e janelas em esquadria de ferro, contendo três dormitórios, uma sala, uma copa, uma cozinha com churrasqueira, dois banheiros, uma lavanderia e garagem, cercada de muro e grades de ferro e calçadas com piso em cerâmica, com aproximadamente 130,20 metros quadrados, baixo padrão de acabamento, em bom estado de conservação. Matriculado sob o nº 10.909 do CRI desta Comarca.

DEPOSITÁRIO FIEL: o Executado.

AVALIAÇÃO: R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), em 19/02/2021.

VALOR DO DÉBITO: R$ 21.671,45 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos), em 10/11/2020, passível de atualização em hasta pública.

ÔNUS: R5) Hipoteca em 29/06/2000, em favor da Caixa Econômica Federal.

LEILOEIRO: Magno Rocha, Jucepar 08/020-L, fone: 41-3077-8880. Ao leiloeiro oficial fixo comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação; ou, 2% sobre o valor da avaliação nos casos de adjudicação, remissão ou acordo, sendo que na primeira hipótese caberá ao(à)(s) exequente(s) o pagamento, e nas outras duas ao(à)(s) executado(a)(s) ou remitente. A comissão será paga mediante guia de recolhimento creditada em conta judicial (NCPC, art. 880, §1º). Em todos os casos o pagamento da comissão do Leiloeiro será à vista.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 1ª Observação: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico; 2ª Observação: Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá,

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDET BLDRH YF6VB 8WU3B

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 142.3 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964
05/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Edital

em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI, a partir da data da arrematação. §4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento (10%), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. §6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. §7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. §8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I – em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II – em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar (art. 895 do NCPC) e §9º No caso de arrematação a prazo, os pagamento feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado; 3ª Observação: A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC) e 4ª Observação: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o §4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do §5º do Art. 903 do CPC.

DO LANCE: Os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de recusa do leiloeiro, por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas da conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta.

DA IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE DO LANCE: Os lances ofertados são irrevogáveis e irretratáveis. O Usuário é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese.

DA DESISTÊNCIA OU INADIMPLEMENTO: Caso o primeiro colocado desista da arrematação ou não recolha o valor do lance e/ou a taxa de comissão do leiloeiro, será chamado o segundo colocado e, na hipótese do segundo colocado também desistir ou inadimplir, será chamado o terceiro colocado e, assim, sucessivamente, sendo chamados tantos licitantes quantos forem necessários, até o recolhimento do preço, da taxa de comissão e expedição do auto de arrematação. Os licitantes chamados para o pagamento em caso de desistência ou inadimplência do licitante melhor colocado, deverão honrar o valor de seu maior lance ofertado durante o leilão, não podendo alegar que houve disputa e majoração do lance, uma vez que os lances foram ofertados por livre e espontânea vontade do licitante. Mesmo na hipótese de chamamento dos licitantes com colocação imediatamente inferior, os licitantes desistentes ou que deixarem de recolher o preço no prazo previsto, como penalidade, ficarão obrigados a pagarem a taxa de comissão do leiloeiro (calculada sobre o valor do lance não honrado) previstas neste edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor, hipótese que será observada mesmo que um dos licitantes chamados venha a honrar o preço e a taxa de comissão o leiloeiro. O inadimplente que não pagar a comissão devida ao Leiloeiro, terá seu cadastro bloqueado no portal e não poderá participar de novos leilões até que seja regularizada a pendência.

ADVERTÊNCIA: Caso não haja expediente nas datas designadas, fica predefinido o primeiro dia útil subsequente, bem como que o leilão terá prosseguimento no dia útil imediato, à mesma hora em que teve início, independente de novo edital, se ultrapassado o horário de expediente forense (art. 900, CPC)

INTIMAÇÕES: Fica intimada o devedor **JAIRO GRACIANO DE SOUZA** (CPF/MF nº 931.333.408-91) e sua cônjuge indicada na matrícula **HELOISA MARIA BERGAMO DE SOUZA** (CPF/MF nº 163.771.078-03), através deste Edital, caso não o sejam pelo Sr. Oficial de Justiça (Artigo 889 CPC), antes da arrematação e da adjudicação do bem. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDET BLDRH YF6VB 8WU3B

ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei; Os credores hipotecários, usufrutuários ou senhorio direto que não foram intimados pessoalmente, ficam neste ato intimados da realização dos respectivos praças/leilões (art. 889 CPC); Os bens serão leiloados no estado em que se encontram, sendo que a verificação de seu estado de conservação dos bens poderá ser realizada pelo pretenso arrematante, se desejado, mediante acompanhamento de Oficial de Justiça ou junto ao Avaliador Judicial, conforme for o caso; A carta de arrematação servirá como título à transferência do imóvel, sendo que o arrematante arcará com as despesas da expedição de carta de arrematação, do imposto de transmissão inter-vivos e do registro da carta de arrematação junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

DADO E PASSADO, em Cartório nesta cidade e Comarca de Jaguariaíva, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um - (05/05/2021).

ROSANE APARECIDA DE BARROS
Escrivã do Cível e Anexos - Portaria 08/09

Obs.: Este processo tramita de forma virtual, através do sistema eletrônico PROJUDI, cujo endereço na web é **https://portal.tjpr.jus.br/projudi/**, devendo todos os atos processuais e documentos trazidos aos autos serem em formato digital e inserido no Sistema por advogado previamente cadastrado, nos termos da Lei nº 11.419/06 e do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, item 2.21.3.1. É vedado a esta Escrivania Cível e Fazenda Pública inserir no Projudi peças apresentadas fisicamente pelos advogados (Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, item 2.21.3.3).

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDET BLDRH YF6VB 8WU3B

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 142.4 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964
05/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Outros_Anexos

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA CÍVEL DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, nº 16 – CEP: 84.200-000 - Jaguariaíva/PR

MANDADO DE INTIMAÇÃO AO
MORADOR/OCUPANTE E CÔNJUGE/COPROPRIETÁRIA DO IMÓVEL

Processo: EXECUÇÃO FISCAL NU 0000545-75.2002.8.16.0100.
Credor: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CNPJ nº 00.394.460/0001-41).
Devedores: JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/MF nº 931.333.408-91).
Valor do Débito: R$ 41.822,91 (quarenta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e noventa e um centavos) em 15/04/2020, passível de atualização em hasta pública.

A Doutora **PAULA MARIA TORRES MONFARDINI**, MMª Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Jaguariaíva, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.

M A N D A um dos Senhores Oficiais de Justiça deste Juízo, ao qual este for entregue, indo devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado e por determinação deste Juízo nos autos acima mencionados, **INTIMAR** o **MORADOR/OCUPANTE**, bem como a **CÔNJUGE/COPROPRIETÁRIA HELOISA MARIA BERGAMO DE SOUZA (CPF/MF nº 163.771.078-03), DO IMÓVEL,** com localização descrita abaixo, de que foram designadas as datas para venda em hasta pública do bem, para **PRIMEIRA PRAÇA - ONLINE: o dia 21/07/2021 – às 10h15min**, por preço não inferior ao da avaliação e **SEGUNDA PRAÇA - ONLINE: o dia 22/07/2021 – às 10h15min**, para venda a quem mais der, não sendo aceito preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado da avaliação do bem.
OS LEILÕES SERÃO EXCLUSIVAMENTE ON-LINE – site: https://rochaleiloes.com.br.
BENS: I - Um lote de terras, situado a Rua: Carmelina S. de Lima, Bairro Matadouro, nesta cidade, com a área de 200,00 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações observadas de fora para dentro do imóvel: A frente para a Rua Carmelina S. de Lima medindo 10,00 metros; os fundos confronta-se com o Sr. Ildefonso dos Santos, medindo 10,00 metros; lado esquerdo confronta-se com o lote do Sr. Edison de Melo, medindo 20,00 metros; e, lado direito confronta-se com a Rua: Ubirajara Athayde, medindo 20,00 metros. II - Uma edificação em alvenaria própria para residência, coberta com telhas de Eternit, forro de madeira, piso em cerâmica, portas e janelas em esquadria de ferro, contendo três dormitórios, uma sala, uma copa, uma cozinha com churrasqueira, dois banheiros, uma lavanderia e garagem, cercada de muro e grades de ferro e calçadas com piso em cerâmica, com aproximadamente 130,20 metros quadrados, baixo padrão de acabamento, em bom estado de conservação. Matriculado sob o nº 10.909 do CRI desta Comarca.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), em 19/02/2021.
LEILOEIRO: Magno Rocha, Jucepar 08/020-L, fone: 41-3077-8880, cuja comissão foi fixada: em caso de arrematação, em 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação; ou, 2% sobre o valor da avaliação nos casos de adjudicação, remissão ou acordo, sendo que na primeira hipótese caberá ao(à) (s) exequente(s) o pagamento, e nas outras duas ao(à)(s) executado(a)(s) ou remitente. A comissão será paga mediante guia de recolhimento creditada em conta judicial. Em todos os casos o pagamento da comissão do Leiloeiro será à vista.
OBSERVAÇÕES: - Não havendo expediente forense nos dias supramencionados, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente. As hastas somente serão suspensas nas hipóteses de remição da dívida ou protocolização de acordo com o comprovante de pagamento integral das custas processuais e honorários do leiloeiro, até o dia imediatamente anterior à data designada para a hasta.
HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12h00min às 18h00min.
"CUMPRA-SE". Dado e passado nesta Cidade de Jaguariaíva, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um - (05/05/2021).

ROSANE APARECIDA DE BARROS
Escrivã do Cível e Anexos - Portaria 08/09

OBS.: Este processo tramita de forma virtual, através do sistema eletrônico PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/, devendo todos os atos processuais e documentos trazidos aos autos serem em formato digital e inserido no Sistema por advogado previamente cadastrado, nos termos da Lei nº 11.419/06 e do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, item 2.21.3.1. É vedado a esta Escrivania Cível e Fazenda Pública inserir no Projudi peças apresentadas fisicamente pelos advogados (Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, item 2.21.3.3).

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJT7X VUYDU 7TMZP P5BSA

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 142.5 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964
05/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Ofício

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA CÍVEL DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, nº 16 - Jaguariaíva/PR, Fone: (43) 3535-1256

Ofício nº. Leiloeiro/2021 Jaguariaíva, 05 de maio de 2021

Processo: EXECUÇÃO FISCAL NU 0000545-75.2002.8.16.0100.
Credor: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CNPJ nº 00.394.460/0001-41).
Devedores: JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/MF nº 931.333.408-91).
Valor do Débito: R$ 41.822,91 (quarenta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e noventa e um centavos) em 15/04/2020, passível de atualização em hasta pública.

Prezado Senhor,

Através do presente, nos termos do Art. 393 e seguintes, do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Paraná, tenho a honra de dirigir-me à presença de Vossa Senhoria, a fim de informar que será levado à alienação em hasta pública nas datas designadas para **PRIMEIRA PRAÇA - ONLINE: o dia 21/07/2021 – às 10h15min**, por preço não inferior ao da avaliação e, para **SEGUNDA PRAÇA - ONLINE: o dia 22/07/2021 – às 10h15min**, para venda a quem mais der, não sendo aceito preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado da avaliação do bem, a seguir descrito: I - Um lote de terras, situado a Rua: Carmelina S. de Lima, Bairro Matadouro, nesta cidade, com a área de 200,00 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações observadas de fora para dentro do imóvel: A frente para a Rua Carmelina S. de Lima medindo 10,00 metros; os fundos confronta-se com o Sr. Ildefonso dos Santos, medindo 10,00 metros; lado esquerdo confronta-se com o lote do Sr. Edison de Melo, medindo 20,00 metros; e, lado direito confronta-se com a Rua: Ubirajara Athayde, medindo 20,00 metros. II - Uma edificação em alvenaria própria para residência, coberta com telhas de Eternit, forro de madeira, piso em cerâmica, portas e janelas em esquadria de ferro, contendo três dormitórios, uma sala, uma copa, uma cozinha com churrasqueira, dois banheiros, uma lavanderia e garagem, cercada de muro e grades de ferro e calçadas com piso em cerâmica, com aproximadamente 130,20 metros quadrados, baixo padrão de acabamento, em bom estado de conservação. Matriculado sob o nº 10.909 do CRI desta Comarca.

Informo ainda, o valor total da **AVALIAÇÃO** é de em R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), em 19/02/2021.

Outrossim informo que **OS LEILÕES SERÃO REALIZADOS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO (DE FORMA ON-LINE) – através do site: https://rochaleiloes.com.br.**

Ao ensejo, apresento a Vossa Senhoria os meus protestos de estima e destina consideração.

ROSANE APARECIDA DE BARROS
Escrivã do Cível e Anexos
Portaria 08/09

Ao Ilustríssimo Senhor
PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA
Praça Getúlio Vargas, Nº. 60 - Centro
Jaguariaíva – Paraná – CEP: 84.200-000

OBS.: Este processo tramita de forma virtual, através do sistema eletrônico PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/, devendo todos os atos processuais e documentos trazidos aos autos serem em formato digital e inserido no Sistema por advogado previamente cadastrado, nos termos da Lei nº 11.419/06 e do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, item 2.21.3.1. É vedado a esta Escrivania Cível e Fazenda Pública inserir no Projudi peças apresentadas fisicamente pelos advogados (Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, item 2.21.3.3).

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T ZG6ZV FXPGT P9VWB

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 142.5 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964
05/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Ofício

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T ZG6ZV FXPGT P9VWB

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA CÍVEL DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, nº 16 - Jaguariaíva/PR, Fone: (43) 3535-1256

Ofício nº. Leiloeiro/2021 Jaguariaíva, 05 de maio de 2021

Processo: EXECUÇÃO FISCAL NU 0000545-75.2002.8.16.0100.
Credor: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CNPJ nº 00.394.460/0001-41).
Devedores: JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/MF nº 931.333.408-91).
Valor do Débito: R$ 41.822,91 (quarenta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e noventa e um centavos) em 15/04/2020, passível de atualização em hasta pública.

Prezado Senhor,

Através do presente, nos termos do Art. 393 e seguintes, do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Paraná, tenho a honra de dirigir-me à presença de Vossa Senhoria, a fim de informar que será levado à alienação em hasta pública nas datas designadas para **PRIMEIRA PRAÇA - ONLINE: o dia 21/07/2021 – às 10h15min**, por preço não inferior ao da avaliação e, para **SEGUNDA PRAÇA - ONLINE: o dia 22/07/2021 – às 10h15min**, para venda a quem mais der, não sendo aceito preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado da avaliação do bem, a seguir descrito: I - Um lote de terras, situado a Rua: Carmelina S. de Lima, Bairro Matadouro, nesta cidade, com a área de 200,00 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações observadas de fora para dentro do imóvel: A frente para a Rua Carmelina S. de Lima medindo 10,00 metros; os fundos confronta-se com o Sr. Ildefonso dos Santos, medindo 10,00 metros; lado esquerdo confronta-se com o lote do Sr. Edison de Melo, medindo 20,00 metros; e, lado direito confronta-se com a Rua: Ubirajara Athayde, medindo 20,00 metros. II - Uma edificação em alvenaria própria para residência, coberta com telhas de Eternit, forro de madeira, piso em cerâmica, portas e janelas em esquadria de ferro, contendo três dormitórios, uma sala, uma copa, uma cozinha com churrasqueira, dois banheiros, uma lavanderia e garagem, cercada de muro e grades de ferro e calçadas com piso em cerâmica, com aproximadamente 130,20 metros quadrados, baixo padrão de acabamento, em bom estado de conservação. Matriculado sob o nº 10.909 do CRI desta Comarca.

Informo ainda, o valor total da **AVALIAÇÃO** é de em R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), em 19/02/2021.

Outrossim informo que **OS LEILÕES SERÃO REALIZADOS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO (DE FORMA ON-LINE) – através do site: https://rochaleiloes.com.br.**

Ao ensejo, apresento a Vossa Senhoria os meus protestos de estima e destina consideração.

ROSANE APARECIDA DE BARROS
Escrivã do Cível e Anexos
Portaria 08/09

Ao Ilustríssimo Senhor
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
Rua Reinaldo Ribas Silveira, Nº. 18 – Bairro Ronda
Ponta Grossa – Paraná - CEP: 84.051-040

OBS.: Este processo tramita de forma virtual, através do sistema eletrônico PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/, devendo todos os atos processuais e documentos trazidos aos autos serem em formato digital e inserido no Sistema por advogado previamente cadastrado, nos termos da Lei nº 11.419/06 e do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, item 2.21.3.1. É vedado a esta Escrivania Cível e Fazenda Pública inserir no Projudi peças apresentadas fisicamente pelos advogados (Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, item 2.21.3.3).

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 142.5 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964
05/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Ofício

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T ZG6ZV FXPGT P9VWB

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA CÍVEL DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, nº 16 - Jaguariaíva/PR, Fone: (43) 3535-1256

Ofício nº. Leiloeiro/2021 Jaguariaíva, 05 de maio de 2021

Processo: EXECUÇÃO FISCAL NU 0000545-75.2002.8.16.0100.
Credor: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CNPJ nº 00.394.460/0001-41).
Devedores: JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/MF nº 931.333.408-91).
Valor do Débito: R$ 41.822,91 (quarenta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e noventa e um centavos) em 15/04/2020, passível de atualização em hasta pública.

Prezado Senhor,

Através do presente, nos termos do Art. 393 e seguintes, do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Paraná, tenho a honra de dirigir-me à presença de Vossa Senhoria, a fim de informar que será levado à alienação em hasta pública nas datas designadas para **PRIMEIRA PRAÇA - ONLINE: o dia 21/07/2021 – às 10h15min**, por preço não inferior ao da avaliação e, para **SEGUNDA PRAÇA - ONLINE: o dia 22/07/2021 – às 10h15min**, para venda a quem mais der, não sendo aceito preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado da avaliação do bem, a seguir descrito: I - Um lote de terras, situado a Rua: Carmelina S. de Lima, Bairro Matadouro, nesta cidade, com a área de 200,00 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações observadas de fora para dentro do imóvel: A frente para a Rua Carmelina S. de Lima medindo 10,00 metros; os fundos confronta-se com o Sr. Ildefonso dos Santos, medindo 10,00 metros; lado esquerdo confronta-se com o lote do Sr. Edison de Melo, medindo 20,00 metros; e, lado direito confronta-se com a Rua: Ubirajara Athayde, medindo 20,00 metros. II - Uma edificação em alvenaria própria para residência, coberta com telhas de Eternit, forro de madeira, piso em cerâmica, portas e janelas em esquadria de ferro, contendo três dormitórios, uma sala, uma copa, uma cozinha com churrasqueira, dois banheiros, uma lavanderia e garagem, cercada de muro e grades de ferro e calçadas com piso em cerâmica, com aproximadamente 130,20 metros quadrados, baixo padrão de acabamento, em bom estado de conservação. Matriculado sob o nº 10.909 do CRI desta Comarca.

Informo ainda, o valor total da **AVALIAÇÃO** é de em R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), em 19/02/2021.

Outrossim informo que **OS LEILÕES SERÃO REALIZADOS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO (DE FORMA ON-LINE) – através do site: https://rochaleiloes.com.br.**

Ao ensejo, apresento a Vossa Senhoria os meus protestos de estima e destina consideração.

ROSANE APARECIDA DE BARROS
Escrivã do Cível e Anexos
Portaria 08/09

Ao Ilustríssimo Senhor
PROCURADOR DA FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Rua Júlio de Castilhos, nº 795, 1º Andar - Centro
Ponta Grossa – Paraná - CEP: 84.010-220

OBS.: Este processo tramita de forma virtual, através do sistema eletrônico PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/, devendo todos os atos processuais e documentos trazidos aos autos serem em formato digital e inserido no Sistema por advogado previamente cadastrado, nos termos da Lei nº 11.419/06 e do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, item 2.21.3.1. É vedado a esta Escrivania Cível e Fazenda Pública inserir no Projudi peças apresentadas fisicamente pelos advogados (Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, item 2.21.3.3).

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 142.5 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964
05/05/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Ofício

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA CÍVEL DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, nº 16 - Jaguariaíva/PR, Fone: (43) 3535-1256

Ofício nº. Leiloeiro/2021 Jaguariaíva, 05 de maio de 2021

Processo: EXECUÇÃO FISCAL NU 0000545-75.2002.8.16.0100.
Credor: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CNPJ nº 00.394.460/0001-41).
Devedores: JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/MF nº 931.333.408-91).
Valor do Débito: R$ 41.822,91 (quarenta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e noventa e um centavos) em 15/04/2020, passível de atualização em hasta pública.

Prezado Senhor,

Através do presente, nos termos do Art. 393 e seguintes, do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Paraná, tenho a honra de dirigir-me à presença de Vossa Senhoria, a fim de informar que será levado à alienação em hasta pública nas datas designadas para **PRIMEIRA PRAÇA - ONLINE: o dia 21/07/2021 – às 10h15min**, por preço não inferior ao da avaliação e, para **SEGUNDA PRAÇA - ONLINE: o dia 22/07/2021 – às 10h15min**, para venda a quem mais der, não sendo aceito preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado da avaliação do bem, a seguir descrito: I - Um lote de terras, situado a Rua: Carmelina S. de Lima, Bairro Matadouro, nesta cidade, com a área de 200,00 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações observadas de fora para dentro do imóvel: A frente para a Rua Carmelina S. de Lima medindo 10,00 metros; os fundos confronta-se com o Sr. Ildefonso dos Santos, medindo 10,00 metros; lado esquerdo confronta-se com o lote do Sr. Edison de Melo, medindo 20,00 metros; e, lado direito confronta-se com a Rua: Ubirajara Athayde, medindo 20,00 metros. II - Uma edificação em alvenaria própria para residência, coberta com telhas de Eternit, forro de madeira, piso em cerâmica, portas e janelas em esquadria de ferro, contendo três dormitórios, uma sala, uma copa, uma cozinha com churrasqueira, dois banheiros, uma lavanderia e garagem, cercada de muro e grades de ferro e calçadas com piso em cerâmica, com aproximadamente 130,20 metros quadrados, baixo padrão de acabamento, em bom estado de conservação. Matriculado sob o nº 10.909 do CRI desta Comarca.

Informo ainda, o valor total da **AVALIAÇÃO** é de em R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), em 19/02/2021.

Outrossim informo que **OS LEILÕES SERÃO REALIZADOS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO (DE FORMA ON-LINE) – através do site: https://rochaleiloes.com.br.**

Ao ensejo, apresento a Vossa Senhoria os meus protestos de estima e destina consideração.

ROSANE APARECIDA DE BARROS
Escrivã do Cível e Anexos
Portaria 08/09

Ilmo. Sr (a). Diretor
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Av. Antônio Cunha, nº 507 - Centro
CEP: 84.200-000 – Jaguariaíva/PR

OBS.: Este processo tramita de forma virtual, através do sistema eletrônico PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/, devendo todos os atos processuais e documentos trazidos aos autos serem em formato digital e inserido no Sistema por advogado previamente cadastrado, nos termos da Lei nº 11.419/06 e do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, item 2.21.3.1. É vedado a esta Escrivania Cível e Fazenda Pública inserir no Projudi peças apresentadas fisicamente pelos advogados (Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, item 2.21.3.3).

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX9T ZG6ZV FXPGT P9VWB

Data: 06/05/2021
Movimentação: JUNTADA DE EDITAL DE LEILÃO
Por: Thalia Andrade de Souza

Relação de arquivos da movimentação:
- Cumprimento edital ou citação edital leilão

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 143.1 - Assinado digitalmente por Thalia Andrade de Souza
06/05/2021: JUNTADA DE EDITAL DE LEILÃO. Arq: Cumprimento edital ou citação edital leilão

Curitiba, 6 de Maio de 2021 - Edição nº 0
Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná

Interior

EDITAL DE HASTA PÚBLICA EINTIMAÇÃO -
PROJUDI AUTOS NU 0000545-75.2002.8.16.0100
A Doutora PAULA MARIA TORRES MONFARDINI, MMª. Juízade Direito daVara Cível deGuarapuava, Estado do Paraná,Na Forma da Lei.ETC.
FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiver, e aindaa quem interessar possa, que serálevado à arrematação primeira e segunda praça obem de propriedade de(conforme matrícula) JAIRO GRACIANO DE SOUZA(CPF/MF nº 931.333.408-91) e HELOISA MARIA BERGAMO DE SOUZA(CPF/MF nº 163.771.078-03), nesta forma:PRIMEIRA PRAÇA:o dia 21/07/2021às 10h15min, por preçonão inferior ao da avaliação.SEGUNDA PRAÇA: o dia 22/07/2021às 10h15min, por preço de quem mais der, desde que não seja vil -50% (cinquentapor cento) sobre o valor da avaliaçãoatualizadado bem, nos termos do Art. 891, parágrafo único, do NCPC.LOCAL DE ARREMATAÇÃO: OS LEILÕES SERÃO REALIZADOS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO (DE FORMA ON-LINE) -através do site: https://rochaleiloes.com.br.ATENÇÃO:Para participar dos leilões/praças, os interessados deverão cadastrar-se com antecedência mínima de 24h antes, no site acima mencionado eproceder a habilitação para que participem da hasta, informações através do Fone: (41) 3077-8880 e/ou e-mail: documentos@rochaleiloes.com.br.PROCESSO: EXECUÇÃO FISCALNU0000545-75.2002.8.16.0100, em quePROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CNPJnº 00.394.460/0001-41) move em face de JAIRO GRACIANO DE SOUZA(CPF/MF nº 931.333.408-91).BEM:I -Um lote de terras, situado a Rua: Carmelina S. de Lima,Bairro Matadouro, nesta cidade, com a área de 200,00 metros quadrados, com asseguintes medidas e confrontações observadas de fora para dentro do imóvel: A frentepara a Rua Carmelina S. de Lima medindo 10,00 metros; os fundos confronta-se com oSr. Ildefonso dos Santos, medindo 10,00 metros; lado esquerdo confronta-se com o lotedo Sr. Edison de Melo, medindo 20,00 metros; e, lado direito confronta-se com a Rua:Ubirajara Athayde, medindo 20,00 metros.II -Uma edificação em alvenaria própria para residência,coberta com telhas de Eternit, forro demadeira, piso em cerâmica, portas e janelas emesquadria de ferro, contendo três dormitórios, uma sala, uma copa, uma cozinha comchurrasqueira, dois banheiros, uma lavanderia e garagem, cercada de muro e grades deferro e calçadas com piso em cerâmica, com aproximadamente 130,20 metrosquadrados, baixo padrão de acabamento, em bom estado de conservação.Matriculado sob o nº 10.909 do CRI desta Comarca.DEPOSITÁRIO FIEL: o Executado.AVALIAÇÃO: R$170.000,00(centoe setentamil reais), em 19/02/2021.VALOR DO DÉBITO:R$ 21.671,45(vintee um mil, seiscentos e setenta e umreais e quarenta ecincocentavos),em 10/11/2020, passível de atualização em hasta pública.ÔNUS: R5)Hipoteca em 29/06/2000, em favor da Caixa EconômicaFederal.LEILOEIRO: Magno Rocha, Jucepar 08/020-L,fone: 41-3077-8880. Ao leiloeiro oficial fixo comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação; ou, 2% sobre o valor da avaliação nos casos de adjudicação, remissão ou acordo, sendo que na primeira hipótese caberá ao(à)(s) exequente(s) o pagamento, e nas outras duas ao(à)(s) executado(a)(s) ou remitente. A comissão será paga mediante guia de recolhimento creditada em conta judicial (NCPC, art. 880, §1º).Em todos os casos o pagamento da comissão do Leiloeiro será à vista.CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:1ªObservação: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico; 2ª Observação: Artigo 895 do Novo Código deProcesso Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I -até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II -até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor quenão seja considerado vil"; §1º A proposta conterá,
em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento dosaldo.As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI, a partir da data da arrematação.§4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento (10%), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. §6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende oleilão. §7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. §8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I-em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II -em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar (art. 895 do NCPC) e §9º No caso de arrematação a prazo, os pagamento feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e ossubsequentes, ao executado; 3ª Observação: A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC) e 4ª Observação: Qualquer que seja a modalidade de leilão,assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o §4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparaçãopelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do §5º do Art. 903 do CPC.DO LANCE: Os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de recusa do leiloeiro, por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas da conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta.DA IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE DO LANCE:Os lances ofertados são irrevogáveis e irretratáveis. O Usuário é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese.DA DESISTÊNCIA OU INADIMPLEMENTO:Caso o primeiro colocado desista da arrematação ou não recolha o valor do lance e/ou a taxa de comissão do leiloeiro, será chamado o segundo colocado e, na hipótese do segundo colocado também desistir ou inadimplir, será chamado o terceiro colocado e, assim, sucessivamente, sendo chamados tantos licitantes quantos forem necessários, até o recolhimento do preço, da taxa de comissão e expedição do auto de arrematação. Os licitantes chamados para o pagamento em caso de desistência ou inadimplência do licitante melhor colocado, deverão honrar o valor de seu maior lance ofertado durante o leilão, não podendo alegar que houve disputa e majoração do lance, uma vez que os lances foram ofertados por livre e espontânea vontade do licitante. Mesmo na hipótese de chamamento dos licitantes com colocação imediatamente inferior, os licitantes desistentes ou que deixarem de recolher o preço no prazo previsto, como penalidade, ficarão obrigados a pagarem a taxa de comissão do leiloeiro (calculada sobre o valor do lance não honrado) previstas neste edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor, hipótese que será observada mesmo que um dos licitantes chamados venha a honrar o preço e a taxa de comissão o leiloeiro. O inadimplente que não pagar a comissão devida ao Leiloeiro, terá seu cadastro bloqueado no portal e não poderá participar de novos leilões até que seja regularizada a pendência.ADVERTÊNCIA: Caso não haja expediente nas datas designadas, fica predefinido o primeiro dia útil subsequente, bem como que o leilão terá prosseguimento no dia útil imediato, à mesma hora em que teve início, independente de novo edital, se ultrapassado o horário de expediente forense (art. 900, CPC)INTIMAÇÕES:FicaintimadaodevedorJAIRO GRACIANO DE SOUZA(CPF/MF nº 931.333.408-91) esua cônjugeindicada na matrículaHELOISA MARIA BERGAMO DE SOUZA(CPF/MF nº 163.771.078-03),através deste Edital, caso não o sejam pelo Sr. Oficial de Justiça (Artigo 889CPC), antes da arrematação e da adjudicação dobem. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei; Os credores hipotecários, usufrutuários ou senhorio direto que não foram intimados pessoalmente, ficam neste ato intimados da realização dos respectivos praças/leilões (art. 889CPC); Os bens serão leiloados no estado em que se encontram, sendo que a verificação de seu estado de conservação dos bens poderá ser realizada pelo pretenso arrematante,se desejado, mediante acompanhamento de Oficial de Justiça ou junto ao Avaliador Judicial, conforme for o caso; A carta de arrematação servirá como título à transferência do imóvel, sendo que o arrematante arcará com as despesas da expedição de carta de arrematação, do imposto de transmissão inter-vivos e do registro da carta de arrematação junto ao Cartório de Registro de Imóveis.DADO E PASSADO,em Cartório nesta cidade e Comarca de Jaguariaíva,Estado do Paraná, aos cinco diasdo mês de maiodo ano de dois mil e vintee um-(05/05/2021).
ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA
LEILOEIRO OFICIAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJYCW V67R6 WH3DD FTXLB

Data: 06/05/2021
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento (seq. 142) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (05/05/2021)
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 06/05/2021
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de JAIRO GRACIANO DE SOUZA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 142) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (05/05/2021)
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 11/05/2021
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO
Por: GUSTAVO FRANCO RODRIGUES

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição
- Procuração

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 146.1 - Assinado digitalmente por Gustavo Franco Rodrigues
11/05/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO. Arq: Petição

Rodrigues Advogados Associados
OAB/PR 230

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA **VARA DA FAZENDA PÚBLICA** – COMARCA DE **JAGUARIAÍVA** - ESTADO DO PARANÁ.

PROJUD - Autos n.º 00005457520028160100

Parte Promovente: **PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL PGFN**
Parte Promovida: JAIRO GRACIANO DE SOUZA

Terceiro Interessado: **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, instituição financeira sob a forma de empresa pública federal, autorizada a constituir-se pelo Decreto-lei n.º 759/69, com seu atual Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 6.132/2007, com sede em Brasília-DF e Jurídico Regional sediado neste Estado do Paraná, recebendo notificações e intimações na Rua Visconde de Nácar, n.º 1.440, 22º andar, centro, em Curitiba-PR, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.360.305/0001-04, endereço eletrônico jurirct13@caixa.gov.br, nestes autos, partes amplamente qualificadas, com o respeito e acatamento costumeiros endereçados ao D.Juízo, manifesta-se.

Visando promover melhor analise acerca de eventual interesse da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL nesta demanda, em razão da vinculação de bem de propriedade fiduciária/hipotecária da ora peticionante, considerando suposta constrição judicial que teria sido determinada nestes autos, respeitosamente **requer** seja determinado a diligente escrivania do D.Juízo que promova o cadastro desta empresa pública no sistema PROJUD, vinculando o **CNPJ/MF: 00.360.305/0001-04**, para que a Procuradoria da Caixa Econômica Federal - Paraná e o Procurador-Chefe (Dr. ALAIM GIOVANI FORTES STEFANELLO (agfs.cefpr)) sejam corretamente habilitados.

Rua Eng.° Teixeira Soares, n.° 35 - Oficinas - CEP: 84040-180 – Fone: (42)3224-9100. Ponta Grossa – PR.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5DX KVJ6P L8Y5H JXGEK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 146.1 - Assinado digitalmente por Gustavo Franco Rodrigues
11/05/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO. Arq: Petição

Tal providência permitirá aos patronos acessar regularmente os autos e realizar a intimação ou citação eletrônica na forma da Lei n.º 11.419/2006, inclusive para fins da devida **inclusão cadastral** dos advogados ao final identificados para que possam receber intimações/notificações e regularmente atuar nestes autos de processo eletrônico.

Efetivamente, observa-se que o processo epigrafado não está vinculado a entidade CAIXA ECONÔMICA FEDERAL *no formato/login* ***procurador da CEF (órgão ou entidade pública/citação on-line)***.

Neste sentido, extrai-se a observação divulgada pela Equipe do Projudi no E.TJ a todas as Comarcas do Estado:

"*Senhores usuários do sistema Projudi*

Ao realizarem o cadastro de ações onde a parte CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Pessoa Jurídica (Órgão ou Entidade Pública), CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04, figura em algum dos polos é necessário que utilizem o CNPJ informado para que a Procuradoria da Caixa Econômica Federal - Paraná e o Procurador-Chefe sejam corretamente habilitados para atuar nos autos e realizarem a intimação ou citação eletrônica na forma da Lei n.º 11.419/2006. Atualmente o Procurador-Chefe é o Dr. ALAIM GIOVANI FORTES STEFANELLO (agfs.cefpr)."

Termos em que,
R.P. Deferimento.
Ponta Grossa-PR, 11 de maio de 2021.

Newton Maurício Franco Rodrigues
OAB/PR 16.282

Gustavo Franco Rodrigues
OAB/PR 40.566

Carolina Franco Rodrigues Laidane
OAB/PR 73.691

Rua Eng.° Teixeira Soares, n.° 35 - Oficinas - CEP: 84040-180 – Fone: (42)3224-9100. Ponta Grossa – PR.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5DX KVJ6P L8Y5H JXGEK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 146.2 - Assinado digitalmente por Gustavo Franco Rodrigues
11/05/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO. Arq: Procuração

2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

DR. RAMILO SIMÕES CORRÊA
TABELIÃO INTERINO

LUIZ CARLOS SCHONARTH
TABELIÃO INTERINO

SRTV / SUL - Q. 701 - CONJ. L - BL. 01 - LOJA 24 - ANDAR TÉRREO - CENTRO EMPRESARIAL ASSIS CHATEAUBRIAND
FONE: (61) 3225-2760 - FAX: (61) 3225-7222 / 3223-4715 - E-mail: oficio2df@uol.com.br - CEP 70340-906 - BRASÍLIA - DF

Prot.: 430182
Livro: 3372-P
Folha: 183

PROCURAÇÃO COM SUBSTABELECIMENTO DE OUTRAS BASTANTE QUE FAZ **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF,** NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem que aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove **(24/04/2019)**, nesta Cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, neste Serviço Notarial, perante mim, Escrevente Notarial, compareceu como outorgante: **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, criada nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, alterado pelo Decreto-Lei nº 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto Social, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de Janeiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União - DOU, Seção 1 em 16/03/2018, páginas 41 a 50, devidamente registrado na JCDF sob o nº 1016518 em 16/02/2018, e confirmado através do sitio http://jcdf.mdic.gov.br, por intermédio de consulta sob o protocolo nº 18/018.171-8 e o código de segurança: eRTg, aquela foi autenticada digitalmente e assinada em 02/03/2018 por Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral da JCDF, cuja cópia fica aqui arquivada, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília/DF, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 00.360.305/0001-04; neste ato representada por seu Diretor Jurídico **GRYECOS ATTOM VALENTE LOUREIRO**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade profissional nº 97.640-OAB/RJ e 54.459-OAB/DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 046.424.857-40, com endereço profissional no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, 18º andar, Brasília/DF, o qual se declara nesta condição conforme Resolução nº 604, da ATA nº 544, de 15/08/2018, devidamente assinada pelo Secretário Geral Marcelo Martins, cuja copia fica aqui arquivada, identificada e reconhecida como a própria do que dou fé. E por ela me foi dito que, por este instrumento público nomeia e constitui os advogados lotados no âmbito **do Jurídico Regional de CURITIBA/PR** seus bastantes procuradores: AGNALDO MURILO ALBANEZI BEZERRA OAB/PR12722, CPF: 489.367.749-72; ALAIM GIOVANI FORTES STEFANELLO OAB/PR 49548, CPF: 603.125.130-20; ALEXANDRE FOTI OAB/PR 42058, CPF 037.307.459-05; ALTAIR RODRIGUES DE PAULA OAB/PR 13876, CPF: 175.448.749-15; ALUÍSIO MARTINS BORELLI OAB/PR 70989, CPF 284.553.938-07; ANTONIO CARLOS DA VEIGA OAB/PR 10578; CPF: 358.848.949-53, BEATRIZ FONSECA DONATO OAB/PR 18990, CPF: 361.961.269-20, CIRINEI ASSIS KARNOS OAB/PR 14986, CPF: 429.084.009-44; CLAUDIA LORENA CARRARO OAB/PR 16137, OAB/SC 44135-A, OAB/RS 102.619, CPF: 639.546.569-49; CLEVIS VASQUINHO LAPINSKI, OAB/PR 17962, CPF: 561.991.719-34; DANIELA PAZINATTO OAB/PR 27238, CPF: 248.458.908-52; DANIELE CRISTINA DAS NEVES OAB/PR 33225, CPF: 023.985.439-00; ELAINE GARCIA MONTEIRO PEREIRA OAB/PR 27747, CPF: 023.297.319-90; EMERSON BUSANELLO, OAB/PR 20.342, CPF: 724.785.279-87; EUGENIA COSTESKI CROSATI OAB/PR 73023, CPF 535.513.709-15; EVERLY DOMBECK FLORIANI OAB/PR 25638, CPF: 743.179.209-30; FATIMA MARIA BOZZ BARBOSA OAB/PR 16450PR e CPF: 480.423.079-34; FRANCO ANDREY FICAGNA, OAB/PR 28959, CPF 775.655.849-91; GERALDO SAVIANI DA SILVA OAB/PR 10323 CPF: 349.812.689-04; GISLAINE GUILHERME TOLEDO OAB/PR 52196, CPF: 027.813.359-24; ILIANE ROSA PAGLIARINI, OAB/PR 44833, CPF: 652.413.122-34; JEREMIAS PINTO ARANTES DE SOUZA, OAB/RS 94521-B, CPF: 219.568.488-78; JOAO CORREA SOBANIA OAB/PR 11173, OAB/SC 44.195-A, CPF: 356.083.239-04; JOAO MARCOS CREMASCO, OAB/PR 19157, CPF: 545.540.559-49; JOSE HALLEY DE ASSIS FERNANDES SULIANO OAB/PR 35308, CPF: 120.686.898-80; LEANDRO CABRAL MORAES OAB/PR 44791, CPF: 695.033.031-68; LEONARDO WERNER PEREIRA DA SILVA OAB/PR 36712, CFP; 032.975.019-44; LUIS RENATO SINDERSKI OAB/PR 17347, CPF: 371.116.989-91; MANOEL DINIZ PAZ NETO OAB/PR 18886, CPF: 627.033.159-53; MANOELA GAIO PACHECO VERSETTI OAB/PR 38268, CPF: 034.412.499-17; MARCELO MARTINS OAB/PR 18526, CPF: 451.934.369-00; MARCELLO MOREIRA OAB/PR 20411, CPF: 590.223.539-15; MARCELO NICOLAU NADER OAB/PR 29867, OAB/SP 114739, OAB/RS 104958A, OAB/SC 46854, CPF: 108.371.948-30; MARCELO ROGERIO MARTINS OAB/PR 33410, CPF: 597.119.659-68; MARCOS LUCIANO GOMES OAB/PR 24605, CPF: 488.503.141-91; MARILANE TON RAMOS OAB/PR 23002, CPF: 818.843.629-15; MAURICIO PIOLI, OAB/PR 19335, CPF: 042.809.878-90; MISAEL FUCKNER DE OLIVEIRA OAB/PR 33632, CPF: 024.478.649-65; MOACYR FACHINELLO OAB/PR 18991, CPF: 470.981.479-15; PAMELLA DE MOURA SANTOS, OAB/PR 59.170 e CPF 057.838.569-40; PATRICIA ANICETA BIGAISKI BERTOLDO, OAB/PR 40389, CPF: 016.828.409-05; PATRICIA FRANCIOLI SUZI SERINO DA SILVA OAB/PR 37706, CPF: 033.776.049-79; PATRICIA RAQUEL CAIRES JOST GUADANHIM OAB/PR 29545, CPF: 022.498.539-67; RENATO LUIZ HARMI HINO OAB/PR 16142, CPF: 390.287.129-68; RICARDO ZANELLO OAB/PR 16531, CPF: 462.689.019-91; ROBERTO ANTONIO SONEGO OAB/PR 50650, CPF: 930.623.209-82; ROSELI APARECIDA BETTES, OAB/PR 35854, CPF: 531.562.429-34; ROSELI ZANLORENSI CARDOSO OAB/PR 25460, CPF: 503.709.799-15; SANDRO ENDRIGO DE AZEVEDO CHIAROTI, OAB/SP 140.659 e CPF: 106.415.248-11; SUELEN PATRICIA BUTTENBENDER TANOMARU OAB/PR 40973, CPF: 041.248.389-05; SUSAN EMILY IANCOSKI SOEIRO OAB/PR 35542, CPF: 003.878.169-76; WLADEMIR ROBERTO VIEIRA JUNIOR OAB/PR 66190, CPF: 066.648.919-05, além de Alberto Bohnen Filho, OAB/RS 28.150, CPF 503.795.850-49; Alessandra Weber Bueno Giongo, OAB/RS 47.671, CPF 905.202.700-53; Alessandro Maciel, OAB/RS 50.768, CPF 748.030.500-15; Alice Schwambach, OAB/RS 30.224, CPF ; Álvaro Sergio Weiler Júnior, OAB/RS 36.652, CPF 632.770.690-87; Bianca Zoehler Baumgart Crestani, OAB/RS 65.698, CPF 971.693.900-00; Carla Bonna Oliveira dos Santos, OAB-RS 66.790, CPF 932.116.780-34; Cassia Daniela Silveira, OAB/RS 49.184, CPF 693.040.680-53; Clarissa Cigana, OAB/RS 57.191, CPF 971.729.870-04; Clarissa Pires da Costa, OAB/RS 60.346, CPF 977.298.840-20; Cláudio Gehrke Brandão, OAB/RS 31.762, CPF 470.805.900-00; Clóvis Andrade Goulart, OAB/RS 63.916, CPF 003.387.520-05; Conrado de Figueiredo Neves Borba, OAB/RS 58.024B, CPF 023.684.519-51; Cristina Leonora Siqueira Porto, OAB/RS 59.159, CPF 941.579.010-53; Daniel Barbosa Lima Faria Correa Souza, OAB/RS 65.085, CPF 939.912.660-91; Daniel Pires da Silva, OAB/RS 80.862, CPF 808.717.550-68; Davi Duarte, OAB/RS

2º TABELIÃO DE NOTAS
AUTENTICADO
Apresente fotocópia e reprodução fiel do original. Dou fé. Brasília, 10 MAIO 2019
Confere
Mariana Cristina Longhi Cucci
Marilene Board Romero
Mariella Konkel Barbosa

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLUY 6V9YZ VG96N N4KWD

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 146.2 - Assinado digitalmente por Gustavo Franco Rodrigues
11/05/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO. Arq: Procuração

2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

Prot.: 430182
Livro: 3372-P
Folha: 184

DR. RAMILO SIMÕES CORRÊA
TABELIÃO INTERINO

LUIZ CARLOS SCHONARTH
TABELIÃO INTERINO

SRTV / SUL - Q. 701 - CONJ. L - BL. 01 - LOJA 24 - ANDAR TÉRREO - CENTRO EMPRESARIAL ASSIS CHATEAUBRIAND
FONE: (61) 3225-2760 - FAX: (61) 3225-7222 / 3223-4715 - E-mail: oficio2df@uol.com.br - CEP 70340-906 - BRASÍLIA - DF

15.956, CPF 253.326.000-20; Denise Trein, OAB/RS 71.426, CPF 002.348.010-69; Dione Lima da Silva, OAB/RS 51.545, CPF 902.755.510-91; Eberaldo Leo Cestari Júnior, OAB/RS 24.165, CPF 511.719.450-00; Eduardo Neves Elson, OAB/RS 57.292, CPF 630.977.610-04; Elenise Peruzzo dos Santos, OAB/RS 44.514, CPF 700.052.490-15; Erni Rosiane Pereira Muller, OAB/RS 28.400, CPF 527.227.080-00; Evandro Garczynski, OAB/RS 45.367, CPF 607.406.390-72; Fabiano Pretto, OAB/RS 56.497, CPF 558.040.200-72; Fábio Radin, OAB/RS 53.690, CPF 927.608.130-53; Felipe Hoffmann Muñoz, OAB/RS 74.715, CPF 971.164.320-00; Fernando da Silva Abs da Cruz, OAB/RS 39.179, CPF 631.091.310-72; Fernando Estima Mello, OAB/RS 70.092, CPF 998.845.260-87; Gilberto Antônio Panizzi Filho, OAB/RS 47.284, CPF 782.741.170-34; Guilherme Lohmann Togni, OAB/RS 93.644, CPF 734.144.090-20; Guilherme Peroni Lampert, OAB/RS 47.295, CPF 701.574.130-04; Gustavo Schmidt de Almeida, OAB/RS 74.635, CPF 705.480.301-97; Gustavo Tanger Jardim, OAB/RS 58.417, CPF 747.213.990-49; Irene Knupp Miranda Peixoto, OAB/RS 106.986B, CPF 030.587.896-45; Ismael Geraldo Acunha Sole Filho, OAB/RS 62.127, CPF 998.867.150-49; Jeremias Pinto Arantes de Souza, OAB/RS 94.521-B, CPF 219.568.488-78; João Carlos Matas Luz, OAB/RS 52.916B, CPF 004.983.327-80; José Alexandre Fenilli de Miranda, OAB/RS 58.492, CPF 483.108.240-68; José Gabriel Boschi, OAB/RS 58.342, CPF 989.600.320-34; Juliana Bortolini, OAB/RS 55.063, CPF 912.417.070-49; Juliana Veiga Biedrzycki, OAB/RS 65.284, CPF 999.277.210-72; Karin Wietzke Brodbeck, OAB/RS 47.125, CPF 908.183.770-20; Leandro Pinto de Azevedo, OAB/RS 44.051, CPF 924.682.330-34; Leda Saraiva Soares, OAB/RS 61.888, CPF 955.910.440-34; Leonardo da Silva Greff, OAB/RS 47.711, CPF 700.106.920-53;Leonardo Tarouco de Freitas, OAB/RS 64.695, CPF 225.479.241-53; Loy Marques Ribeiro Júnior, OAB/RS 59.684, CPF 909.605.990-53; Luciane Maria Finger Ballico, OAB/RS 25.976, CPF 465.612.420-68; Luciano Ferreira Peixoto, OAB/RS 49.675, CPF 724.199.970-34; Luís Fernando Miguel, OAB/RS 28.919, CPF 457.149.910-87; Luís Gustavo Franco, OAB/RS 51.637, CPF 666.245.500-82; Marcelo Donato dos Santos, OAB/RS 38.576, CPF 891.621.370-34; Marcelo Machado de Assis Berni, OAB/RS 40.888, CPF 609.111.310-00; Marcelo Quevedo do Amaral, OAB/RS 47.727, CPF 889.788.000-25; Marcia Aquino Tatsch, OAB/RS 46.586, CPF 885.021.630-00; Margit Kliemann Fuchs, OAB/RS 12.147, CPF 222.131.390-91; Maria José Conde Carlesso, OAB/RS 62.482, CPF 001.122.360-06; Maria Luisa Claudino Rodrigues Medeiros, OAB/RS 59.192, CPF 513.070.570-04; Mário Luís Manozzo, OAB/RS 31.896, CPF 354.903.650-72; Marlon Vendruscolo, OAB/RS 68.798, CPF 003.297.800-69; Odijan Paulo Goncalves Ortiz, OAB/RS 77.923, CPF 001.210.050-11; Olavo Passos Geimba, OAB/RS 58.275, CPF 948.121.790-68; Pablo Drum, OAB/RS 52.047, CPF 770.991.251-68; Patrícia Della Mea Holtermann, OAB/RS 59.997, CPF 959.243.880-34; Rafael Caletti, OAB/RS 57.600, CPF 279.348.388-59; Rafael Ramos Gonçalves, OAB/RS 63.165, CPF 805.085.290-34; Renato Miler Segala, OAB/RS 36.838, CPF 674.052.820-91; Renato Moreira Dorneles, OAB/RS 46.240, CPF 668.975.990-34; Rinaldo Penteado da Silva, OAB/RS 51.689, CPF 000.148.720-56; Roberta Mariana Barros de Aguiar Corrêa, OAB/RS 102.278B, CPF 908.132.945-68; Roberto Maia, OAB/RS 21.474, CPF 265.051.850-20; Rochelle Reveilleau Rodrigues, OAB/RS 56.814, CPF 911.267.700-00; Rogério Spanhe da Silva, OAB/RS 18.649, CPF 262.559.790-91; Tiago de Freitas Lima Lopes, OAB/RS 56.990, CPF 952.629.890-04; Vera Lúcia Bicca Andujar, OAB/RS 16.912, CPF 295.123.600-04; Vera Regina Hippler, OAB/RS 41.825, CPF 284.498.000-72; Vinicius Facenda, OAB/RS 62.629, CPF 804.826.000-04; Vivian Daniele Corrêa Pereira, OAB/RS 66.444, CPF 803.799.820-72; Volnir Cardoso Aragão, OAB/RS 28.906, CPF 458.372.010-68; Yuri Grossi Magadan, OAB/RS 36.844, CPF 611.985.280-87; (dados fornecidos por declaração, ficando a outorgante responsável por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção), aos quais confere poderes, observadas as normas internas da CAIXA, para o foro em geral (art. 105, do CPC/2015), para, em conjunto ou isoladamente, independente da ordem de nomeação, representar a OUTORGANTE em Juízo ou fora dele, nas ações em que ela for autora, ré, assistente ou opoente ou de qualquer forma interessada, perante quaisquer juízos ou tribunais, em qualquer grau ou órgãos da Administração Pública ou Privada, podendo transigir, desistir, firmar compromisso, receber e dar quitação, arrematar e adjudicar bens em Execuções Judiciais ou Extrajudiciais, receber alvará judicial, ajuizar Ação Rescisória, impetrar Mandado de Segurança, representar a OUTORGANTE em liquidações extrajudiciais, Concordatas, Falências, Recuperações Judiciais e Recuperações Extrajudiciais, em juízo e perante administradores judiciais, podendo formular e assinar declarações e habilitações de crédito, impugnar créditos, apresentar objeções a planos de recuperação judicial ou extrajudicial, representar a OUTORGANTE em quaisquer assembléias gerais de credores em primeiras, segundas ou extraordinárias convocações, com poderes especiais para discutir, propor, deliberar e votar os assuntos da pauta ordinária ou extraordinária, praticando, enfim, tudo o mais que se tornar necessário ao fiel desempenho deste mandato, independentemente da menção de outros poderes, por mais especiais que sejam. **OUTROSSIM**, a OUTORGANTE substabelece, COM RESERVA de iguais poderes **nas pessoas dos ora outorgados**, aqueles poderes que lhe foram conferidos pela **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA,** nos termos da Procuração Pública lavrada no **1º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA/DF,** livro **6708-P,** fls. **129,** em data de quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove **(14/02/2019)**, para o foro em geral. Ficam ratificados, para todos os efeitos, os atos praticados pelos outorgados desde 29 de junho de 2001, relativamente aos créditos cedidos à EMGEA, nos termos do artigo 662 e parágrafo único do Código Civil Brasileiro. **O mandato outorgado pela EMGEA terá prazo de validade até o dia 14/02/2022, podendo ser revogado a qualquer tempo a critério desta, não afetando os poderes ora outorgados pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, em nome próprio, cujo prazo de validade é indeterminado.** ***ADEMAIS***, a OUTORGANTE substabelece, COM RESERVA de iguais poderes, **nas pessoas dos ora outorgados**, aqueles poderes que lhe foram conferidos pela **CAIXA PARTICIPAÇÕES S/A – CAIXAPAR**, nos termos da Procuração Pública lavrada **NESTAS NOTAS**, livro **3015**, fls. **056**, em data de dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e treze **(17/05/2013)** com reserva e ressalva de iguais poderes, para o foro em geral. ***E; ADEMAIS***, a OUTORGANTE substabelece, COM RESERVA de iguais poderes, **nas pessoas dos ora outorgados**, aqueles poderes que lhe foram conferidos pela **CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S/A** nos termos

2º Ofício de Notas e Protesto BRASÍLIA-DF Tabelionato Romes Tavares

2º TABELIONATO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
Confere com o original apresentado e reproduzido neste documento. Dou fé.
Cuiabá-MT, 21 MAIO 2019
Mariana Cristina Longhi Vitcel
Marilene Board Romero
Mariana Cristina Longhi Vitcel

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLUY 6V9YZ VG96N N4KWD

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 146.2 - Assinado digitalmente por Gustavo Franco Rodrigues
11/05/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO. Arq: Procuração

2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

Prot.: 430182
Livro: 3372-P
Folha: 185

DR. RAMILO SIMÕES CORRÊA
TABELIÃO INTERINO

LUIZ CARLOS SCHONARTH
TABELIÃO INTERINO

SRTV / SUL - Q. 701 - CONJ. L - BL. 01 - LOJA 24 - ANDAR TÉRREO - CENTRO EMPRESARIAL ASSIS CHATEAUBRIAND
FONE: (61) 3225-2760 - FAX: (61) 3225-7222 / 3223-4715 - E-mail: oficio2df@uol.com.br - CEP 70340-906 - BRASÍLIA - DF

da Procuração Pública lavrada **NESTAS NOTAS**, livro **3267-P**, fls. **121**, em data de dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete **(19/06/2017)**, com reservas, para o foro em geral. Os poderes conferidos neste instrumento podem ser, com reserva de iguais, substabelecidos a outros advogados que integram o quadro da OUTORGANTE, advogados pertencentes a sociedades de advogados credenciadas ou advogados contratados. Com exclusividade, a **OUTORGANTE**, além dos poderes acima referidos, confere aos advogados: ALAIM GIOVANI FORTES STEFANELLO OAB/PR 49548, CPF: 603.125.130-20; ALUÍSIO MARTINS BORELLI OAB/PR 70989, CPF 284.553.938-07; DANIELA PAZINATTO OAB/PR 27238, CPF: 248.458.908-52; DANIELE CRISTINA DAS NEVES OAB/PR 33225, CPF: 023.985.439-00; FRANCO ANDREY FICAGNA OAB/PR 28959, CPF 775.655.849-91; GISLAINE GUILHERME TOLEDO OAB/PR 52196, CPF: 027.813.359-24; ILIANE ROSA PAGLIARINI OAB/PR 44833, CPF: 652.413.122-34; JOAO MARCOS CREMASCO, OAB/PR 19157, CPF: 545.540.559-49; LEONARDO WERNER PEREIRA DA SILVA OAB/PR 36712, CPF: 032.975.019-44; MANOELA GAIO PACHECO VERSETTI, OAB/PR 38268, CPF: 034.412.499-17; MARCELO MARTINS OAB/PR 18526, CPF: 451.934.369-00; MARCELO ROGERIO MARTINS OAB/PR 33410, CPF: 597.119.659-68; PATRICIA RAQUEL CAIRES JOST GUADANHIM OAB/PR 29545, CPF: 022.498.539-67; ROSELI APARECIDA BETTES, OAB/PR 35854, CPF: 531.562.429-34, MISAEL FUCKNER DE OLIVEIRA OAB/PR 33632, CPF: 024.478.649-65; ROSELI ZANLORENSI CARDOSO OAB/PR 25460, CPF: 503.709.799-15; SUELEN PATRICIA BUTTENBENDER TANOMARU OAB/PR 40973, CPF: 041.248.389-05, JEREMIAS PINTO ARANTES DE SOUZA OAB/RS 94521-B CPF: 219.568.488-78 e FATIMA MARIA BOZZ BARBOSA OAB/PR 16450 CPF: 480.423.079-34, já qualificados anteriormente, aqueles especiais para, em conjunto entre si, ou mesmo individualmente, e independente da ordem de nomeação receberem CITAÇÃO física ou por meio do endereço eletrônico jurirct@caixa.gov.br. (Lavrada sob minuta). **O Tabelião reserva o direito de cobrar emolumentos por correção de erros materiais, advindos de declaração da outorgante (PGCJDF, Art. 14, Parágrafo Único). Se advindos da lavratura, obriga-se a corrigi-los, em até 48 horas, após o pedido.** DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS POR VONTADE DAS PARTES (R$: 51,90). Eu, (MARCELO SOARES LIMA), Escrevente Notarial, digitei, lavrei, conferi, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. Eu, LUIZ CARLOS SCHONARTH, Tabelião Substituto, subscrevo, dou fé e assino. (aa) - GRYECOS ATTOM VALENTE LOUREIRO; LUIZ CARLOS SCHONARTH. Trasladada na mesma data. Eu, _____, a conferi, subscrevi, dou fé e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO _____ DA VERDADE.
Selo de segurança: TJDFT20190020174756GJTL
Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br

JOACY MUNIZ ALMEIDA
Escrevente Notarial
2º Ofício de Notas e Protesto
Brasília - DF

10º TABELIONATO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO Art. 223 do 10/07/2001
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta Serventia.
Curitiba-PR 21 MAIO 2019
Tabelionato de Notas Exclusivo para Autenticação de Cópia
☐ Mariana Cristina Lenghi
☑ Marilene Board Romero FQH64123
☐ Mariana Konkel Barbosa

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLUY 6V9YZ VG96N N4KWD

Data: 11/05/2021
Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO
Complemento: Responsável: Paula Maria Torres Monfardini
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 14/05/2021
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de JAIRO GRACIANO DE SOUZA) em 14/05/2021 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 142) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (05/05/2021) e ao evento de expedição seq. 145.
Por: Marcelo Vanzelli

Data: 17/05/2021
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)) em 17/05/2021 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento (seq. 142) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (05/05/2021) e ao evento de expedição seq. 144.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 17/05/2021
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: Renúncia de Prazo de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (05/05/2021)
Por: JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO

Data: 22/05/2021
Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Complemento: (P/ advgs. de JAIRO GRACIANO DE SOUZA *Referente ao evento (seq. 142) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (05/05/2021) e ao evento de expedição seq. 145.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 14/07/2021
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE
Por: Marcelo Vanzelli

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição
- doctos contratação
- certidão
- laudo de avaliação

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.1 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: Petição

Marcelo Vanzelli
advogado

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA/PR.

Autos: 0545-75.2002.8.16.0100
Ação: Execução Fiscal

Por seu advogado infra-assinado, vem **JAIRO GRACIANO DE SOUZA e OUTRA**, já qualificados nos autos em epígrafe, movido pela FAZENDA NACIONAL, também já qualificada, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, **REQUERER O CANCELAMENTO DO LEILÃO DESIGNADO PARA 21 E 22 DE JULHO DE 2021**, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

A princípio, requer seja dado prioridade no tratamento do presente caso, tendo em vista a idade do primeiro executado, que conta atualmente com 62 (sessenta e dois) anos de idade.

I – ESCLARECIMENTOS INICIAIS NECESSÁRIOS

Também inicialmente cumpre esclarecer que ocorreram intimações processuais sem que houvesse manifestação dos executados, o que se justifica pelo fato dos mesmos terem sido ludibriados por outros profissionais do direito que foram contratados em julho de 2018 para atenderem aos processos em que os executados eram partes, inclusive estes autos, conforme demonstram os documentos ora juntados, como declaração, contrato de prestação de serviços, procuração, pagamentos, correspondências, substabelecimentos etc...

Felipe Miguel de Carvalho, 44 A, Centro, Wenceslau Braz/PR., CEP: 84.980-000
(43) 9971 6336 - vanzelliadv@hotmail.com

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVNK ASLMN J98XK CSXWB

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.1 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: Petição

Marcelo Vanzelli
advogado

Tomados de surpresa ao ter conhecimento do leilão designado nestes autos os executados constataram que nada fizeram os novos advogados contratados (GRUPO VILLELA – Advogado: RENAN LEMOS VILLELA OAB/PR: 52.572), pois sequer juntaram aos autos o substabelecimento de poderes que lhes foi enviado, cuja representação para instauração do devido procedimento disciplinar se dará pelos meios próprios.

Assim, o profissional que esta assina se encontrava desobrigado de acompanhar as intimações destes autos, na medida em que havia substabelecido sem reservas de poderes os poderes anteriormente conferidos pelos executados.

II – DA PENHORA

2.1) IMPENHORABILIDADE DO IMÓVEL

Informam os executados que não possuemi outros bens passíveis de garantia do Juízo, a não ser um único imóvel penhorado nestes autos (doc. anexo), no qual reside a família, cujo bem é impenhorável nos termos do art. 1º da Lei 8.009/90 e demais legislação vigente, sendo, pois, MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA.

Como se pode observar, o prosseguimento do feito, acaso seja mantida a penhora bem como a hasta pública designada para alienação de tal bem, implicará na realização de medidas de expropriação do único imóvel dos executados, no qual reside a família.

No sentido de que o bem de família não poderá ser objeto de penhora e nem ao menos de transação, por se tratar de matéria regida por norma de caráter público e, por isso, insuscetível de disposição, **César Fiúza** estatui que:

> ***"O objetivo do legislador foi o de garantir a cada indivíduo, quando nada, um teto onde morar mesmo que em detrimento dos credores. Em outras palavras, ninguém tem o direito de jogar quem quer que seja na rua para satisfazer um crédito. Por isso o imóvel residencial foi considerado impenhorável. Trata-se aqui, do princípio da dignidade da pessoa humana. O valor***

Felipe Miguel de Carvalho, 44 A, Centro, Wenceslau Braz/PR., CEP: 84.980-000
(43) 9971 6336 - vanzelliadv@hotmail.com

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVNK ASLMN J98XK CSXWB

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.1 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVNK ASLMN J98XK CSXWB

personalidade tem preeminência neste caso, devendo prevalecer em face de um direito de crédito inadimplido."

Ressalte-se a importância que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana assume no ordenamento jurídico, devendo-se estendê-lo não como forma supletiva das lacunas da lei, mas sim como fonte normativa, apta a exercer sua imperatividade nas relações jurídicas.

Nesse sentido, a Carta Magna dispõe que:

Art. 1º "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
...
*III****- a dignidade da pessoa humana";***

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

Nesta seara, seria interessante citar a opinião do autor **Gustavo Tepedino** ao afirmar que pretendeu o constituinte, ao fixar cláusula geral e *"mediante o estabelecimento de princípios fundamentais introdutórios, definir uma nova ordem pública, da qual não se podem excluir as relações jurídicas privadas, que eleva ao ápice do ordenamento a tutela da pessoa humana, funcionalizando a atividade econômica privada aos valores existenciais e sociais ali definidos".*

Humberto Theodoro Júnior, ao descrever os princípios informativos do processo de execução, elucida de maneira brilhante a matéria:

"É aceito pela melhor doutrina e prevalece na jurisprudência o entendimento de que a execução não deve levar o executado a uma situação incompatível com a dignidade humana. Não pode a execução ser utilizada como instrumento para causar a ruína, a fome e o desabrigo do devedor e sua família, gerando situações incompatíveis com a dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, institui o código a

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.1 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: Petição

impenhorabilidade de certos bens como provisões de alimentos, salários, instrumentos de trabalho, pensões, seguros de vida, etc.

(...) a execução deve ser útil ao credor, e, por isso, não se permite sua transformação em instrumento de simples castigo ou sacrifício do devedor."

Nesse sentido, colacionamos os seguintes julgados:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. EXECUÇÃO FISCAL. BEM IMÓVEL PENHORADO. ÚNICO DE PROPRIEDADE DO EXECUTADO. CARACTERIZADO BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORÁVEL. 1 - O executado apresentou, em sede de execução fiscal, suas três ultimas declarações de Imposto de Renda, nas quais consta o imóvel penhorado como sendo o único de sua propriedade, o que denota sua característica de bem de família. 2 – O bem imóvel residencial caracterizado como bem de família, isto é, aquele utilizado como moradia para a família do proprietário, é impenhorável e não servirá de garantia para qualquer dívida fiscal, nos moldes do art. 1º, da Lei nº 8.009/90, ressalvadas as hipóteses previstas no referido diploma legal. 3 - O Eg. Superior Tribunal de Justiça vem ampliando o conceito de "bem de família" abrangendo o imóvel onde residam os parentes do devedor ou, ainda, aquele único bem que esteja alugado e cujo rendimento contribua para o sustento do proprietário e sua família. 4 - Restou configurada a impenhorabilidade do imóvel em questão, por se tratar de bem de família, competindo ao exequente a localização de outros imóveis em nome do executado a fim de garantir a execução. 5 - Agravo Interno desprovido. (TRF-2, Relator: Desembargador Federal RENATO CESAR PESSANHA DE SOUZA, Data de Julgamento: 18/05/2010, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA)

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. BEM DE FAMÍLIA. ART. IMPENHORABILIDADE. 1º, LEI Nº 8.009/90. COMPROVAÇÃO. LEVANTAMENTO DA CONSTRIÇÃO. 1. O artigo 1º da Lei 8.009/90 estabeleceu a impenhorabilidade do bem de família com o objetivo de assegurar o direito de moradia e garantir que o imóvel não seja retirado do domínio do beneficiário. Referido instituto tem por finalidade ser mais um meio de proteção da família, garantindo-lhe, através disso, um teto relativamente intocável. O instituto e sua finalidade estão de pleno acordo com o disposto no art. 226, caput, da Constituição Federal de 1988, que eleva a família à condição de

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVNK ASLMN J98XK CSXWB

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.1 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVNK ASLMN J98XK CSXWB

base da sociedade e merecedora de proteção especial do próprio Estado. 2. No caso vertente, o embargante comprovou que o imóvel localizado na rua Afrânio Ferreira Junior, nº 280, Jardim Santa Marcelina, em Campinas/SP, é bem de família, nos termos do artigo acima referido. Os documentos trazidos aos autos, como contas telefônicas, contas de água e outros, demonstram o alegado. Além disso, as testemunham confirmam que o embargante residia no local com sua família. 3. Afasto a penhora que recaiu sobre o imóvel referido. 4. Remessa oficial improvida. (TRF-3 - REO: 44861 SP 0044861-18.2006.4.03.9999, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL CONSUELO YOSHIDA, Data de Julgamento: 24/10/2013, SEXTA TURMA)

Resta concluir, portanto, que o processo de execução não deve servir como instrumento de flagelo do devedor, posto que lhe deva ser assegurados os direitos básicos outorgados por lei, como **o direito a ter moradia e, principalmente, o direito a ter uma vida digna**, na medida em que se afigura direito indisponível.

Ademais, o próprio exeqüente, em sua manifestação de fls. 56 (mov. 1.3), ao requerer a penhora sobre o imóvel foi claro e taxativo, vejamos:

> *"1. A penhora do imóvel registrado sob número de matrícula 10.909, R1/av3 – I, do registro de imóveis dessa emérita Comarca,* ***desde que não se trate de bem de família****;* (grifamos)

Diante do exposto, requer o acolhimento da presente manifestação, **suspendendo/cancelando o leilão designado, bem como declarando a impenhorabilidade do imóvel objeto da matrícula 10.909 do registro de imóveis da Comarca**, conforme comprova a declaração em anexo, não possuindo outros para garantia do juízo.

2.2) EXCESSO DE PENHORA

Uma vez ultrapassada a alegação de impenhorabilidade do imóvel, no que não acreditam os executados, nos termos do **Novo CPC**, em seu Art. 917, § 1º, o **excesso** ou incorreção da **penhora** pode ser arguida a qualquer momento por simples petição, nos casos em que houver **penhora** de patrimônio superior ao valor posto em execução.

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.1 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: Petição

Marcelo Vanzelli
advogado

Conforme se verifica dos autos, o imóvel penhorado foi avaliado conforme o "*auto de avaliação*" em R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais)

Portanto, de chofre se infere a existência de "*excesso de penhora*", sendo essa a oportunidade legal para que o d. Juízo decida acerca da transferência ou redução da penhora, *ex vi* art. 874, I do Digesto Processual Civil.

Tendo a dívida em execução o valor de R$ 21.671,45 e o bem penhorado avaliado em R$ 170.000,00 verifica-se que a dívida representa o percentual ínfimo sobre o valor do bem, sem se dizer que discordam os executados da avaliação, pois como se verá no próximo tópico, o imóvel em questão possui valor de mercado de aproximadamente R$ 320.000,00.

Nestas circunstâncias, data vênia, está evidenciado à saciedade o excesso de penhora, impondo-se a sua redução, vez que *"há limites na penhora, pois a execução por quantia certa há de agredir o patrimônio do devedor até apenas onde seja necessário para a satisfação do direito do credor*" (Humberto Theodoro Jr., Curso de Dir. Proc. Civil, Forense, 33ª ed., vol. II, p.183).

O colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA por reiteradas oportunidades consagrou que a penhora há de ser equilibrada entre o valor do crédito e o do bem penhorado, pois vigora no direito pátrio a dicção do art. 805 do CPC que a execução se realizará da maneira menos gravosa para o devedor. Confiram-se os arestos do STJ:

> *"Desnecessário que a penhora recaia sobre a totalidade dos bens dados em garantia, desde que aqueles constritos sejam suficientes a assegurar a efetividade da execução. Aplicação do princípio do art. 620 do CPC"* (Resp 260.895/MG, DJ 27.04.2004).

> *"Desnecessário que a penhora recaia sobre a totalidade dos bens dados em garantia, desde que aqueles constritos sejam suficientes a assegurar a efetividade da execução. Aplicação do princípio inscrito no art. 620 do CPC"* (Resp 258.334/MG, DJ 25.06.2001).

> *"Desnecessária a penhora da totalidade dos bens dados em garantia, desde que aqueles constritos sejam suficientes para assegurar a execução.*

Felipe Miguel de Carvalho, 44 A, Centro, Wenceslau Braz/PR., CEP: 84.980-000
(43) 9971 6336 - vanzelliadv@hotmail.com

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVNK ASLMN J98XK CSXWB

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.1 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: Petição

Marcelo Vanzelli
advogado

Aplicação do princípio da menor gravosidade do processo executivo" (Resp 40.437/MG, DJ 20.11.2000).

Assim, requer digne-se V. Exa. em declarar o excesso de penhora ocorrida no presente feito, determinado, pois, sua correção, já que não pode e nem devem os executados serem apenados pelo excesso, ainda mais de tratando do único imóvel de propriedade dos devedores.

III – DA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Também não podem deixar de se manifestarem os executados quanto ao ínfimo valor dado ao bem quando de sua avaliação judicial, na medida em que seu valor de mercado é de aproximadamente quase ao dobro do que foi avaliado, conforme se demonstra através do laudo em anexo.

Com efeito, não houve a apresentação de parâmetros individuais para avaliação do imóvel penhorado.

Em que pese a Sra. Avaliadora Judicial possuir fé pública em seus trabalhos, não concordam os suplicantges com os valores atribuídos aos imóveis que, em face de suas características individuais, possuem valores em muito superiores ao que se chegou através do laudo de avaliação juntado aos autos, como aliás se vislumbra pelo laudo de avaliação ora juntado.

Ora, foi utilizado parâmetros *"considerando o valor no mercado imobiliário por metro quadrado do terreno e benfeitorias, naquela região."*

A toda evidência é de se ter claro que em uma mesma região cada imóvel possui seu valor real de acordo com suas características individuais, em especial no presente caso em que o bem avaliado possui valor de mercado em muito superior que o metro quadrado na região respectiva, pelo que não pode ser avaliado pelo preço genérico estipulado para a região onde se encontra, mas sim individualmente.

Com efeito, existem requisitos essenciais a serem atendidos no laudo de avaliação de imóveis.

Ademais, algumas atividades obrigatórias a serem realizadas pelo avaliador, independente do método de avaliação adotado.

Felipe Miguel de Carvalho, 44 A, Centro, Wenceslau Braz/PR., CEP: 84.980-000
(43) 9971 6336 - vanzelliadv@hotmail.com

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVNK ASLMN J98XK CSXWB

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.1 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: Petição

Marcelo Vanzelli
advogado

Por exemplo, o avaliador deverá proceder à caracterização da finalidade, como a perfeita identificação e descrição do imóvel;

É imprescindível a vistoria do imóvel a ser avaliado a fim registrar e fazer constar no laudo as suas características físicas e outros aspectos relevantes à formação do seu valor, ou seja, visitar o imóvel objeto da avaliação, fazendo fotografias externas e internas; também, se possível e necessário, planta baixa e croquis de localização do imóvel; descrever a caracterização do terreno, construções, benfeitorias e região; localização, aspectos físicos (solo, topografia, etc), infra-estrutura, utilização atual e vocação (residencial, comercial, industrial, agrícola, dentre outras), restrições e outras situações relevantes; padrão construtivo, estado de conservação, número de cômodos ou partes, qualidade de construção, idade da edificação e seu estado de conservação; aspectos socioeconômicos, físicos e infraestrutura urbana

Também deve a vistoria ser complementada com a investigação da vizinhança e da adequação do imóvel ao segmento de mercado com identificação de circunstâncias atípicas, desvalorizantes ou valorizantes de unidades imobiliárias semelhantes da região;

Deve verificar todos os elementos essenciais à formação dos preços dos imóveis naquele local, bem como procurar informações no local sobre o movimento de compra e venda ou de aluguel de imóveis, a fim de saber quais as bases praticadas, reais ou presumidas, que as pessoas ali residentes têm sobre o imóvel específico a ser avaliado.

Da mesma forma deve-se proceder à análise sucinta do comportamento do segmento de mercado em que se insere o imóvel objeto da avaliação, resumindo a situação constatada quanto à liquidez do bem imóvel avaliando além de fotografias e outros recursos para complementar a vistoria, tendo em vista a melhor elaboração do laudo que emite, sem causar prejuízo ao executado.

Portanto, resta impugnado o laudo de avaliação juntado aos autos, em face do tudo o acima exposto, que a toda evidência demonstram não haver seguido parâmetro individual para emitir o laudo impugnado, apenas e tão somente consultas sobre valores de metro quadrado na região, o que não determina o valor real dos imóveis penhorados, em face das características de cada um deles, que os leva a possuir valores de mercado em muito superiores ao apurado pela avaliadora judicial

Felipe Miguel de Carvalho, 44 A, Centro, Wenceslau Braz/PR., CEP: 84.980-000
(43) 9971 6336 - vanzelliadv@hotmail.com

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVNK ASLMN J98XK CSXWB

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.1 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: Petição

Marcelo Vanzelli
advogado

Assim, requer seja acatada a presente impugnação, determinando-se a elaboração de novo laudo avaliatório, seguindo-se as normas técnicas mínimas para apuração do real valor de mercado do bem.

IV – DO PEDIDO DE PARCELAMENTO

Informam os executados que estão diligenciando diretamente e administrativamente junto ao credor para o restabelecimento e/ou novo parcelamento do débito, cujo parcelamento não foi integralmente cumprido pela parte em face de dificuldades financeiras ocorridas à época.

Entretanto, com a atual regularização da situação financeira dos executados, requer digne-se em determinar a intimação do exeqüente para que se manifeste sobre o presente pedido, em face da urgência que demanda o caso, independentemente dos procedimentos administrativos já iniciados pelos executados para parcelar o débito objeto da presente ação, bem como outros débitos porventura existentes.

V – REQUERIMENTO FINAL

Diante de todo o exposto e a tudo o mais que dos autos constam, bem como do que ora se junta aos autos, contando desde logo com os complementos jurídicos de Vossa Excelência, que sempre tão bem nortearam suas decisões, quer na acuidade ao apreciar o caso concreto, ou na equidade no tratamento das partes, requer:

1) Diante das argumentações supra, seja liminarmente suspenso/cancelado a hasta pública designada para os dias 21 de 22 de julho de 2021;
2) Seja o exeqüente intimado para se manifestar sobre as presentes argumentações;
3) Seja declarada a impenhorabilidade do imóvel objeto da matrícula 10.909 do registro de imóveis da Comarca;
4) Seja declarado o excesso de penhora, determinando sua adequação entre valor da dívida e valor do bem;
5) Seja determinada nova avaliação do imóvel penhorado e,
6) Seja deferida a retomada e/ou novo parcelamento da dívida objeto da presente ação.

Felipe Miguel de Carvalho, 44 A, Centro, Wenceslau Braz/PR., CEP: 84.980-000
(43) 9971 6336 - vanzelliadv@hotmail.com

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVNK ASLMN J98XK CSXWB

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.1 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: Petição

Marcelo Vanzelli
advogado

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Wenceslau Braz, 14 de julho de 2021.

Marcelo Vanzelli – adv.
OAB/PR: 21.593

Felipe Miguel de Carvalho, 44 A, Centro, Wenceslau Braz/PR., CEP: 84.980-000
(43) 9971 6336 - vanzelliadv@hotmail.com

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVNK ASLMN J98XK CSXWB

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.2 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: doctos contratação

DECLARAÇÃO

Eu **JAIRO GRACIANO DE SOUZA**, portador do RG/PR 8.909.102-4/SP, e do CPF/MF nº 931.333.408-91, declaro a quem interessar possa que em 25/07/2018 requeri a MARCELO VANZELLI, OAB/PR 21.593, que substabelecesse sem reservas de poderes, todos os processos que estavam sob seu patrocínio nos quais figuro como parte, a advogados do GRUPO VILLELA AUDITORIA CONSULTORIA EMPRESARIAL, sujos substabelecimentos foram devidamente entregues, sendo que os contratados receberam o valor mas não adentraram aos autos para promover minha defesa, o que será objeto de procedimento próprio.

Sendo assim, exonero MARCELO VANZELLI de qualquer responsabilidade quanto aos trâmites processuais desde 25/07/2018.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração, assumindo todo e qualquer compromisso pela sua validade, inclusive cíveis e criminais.

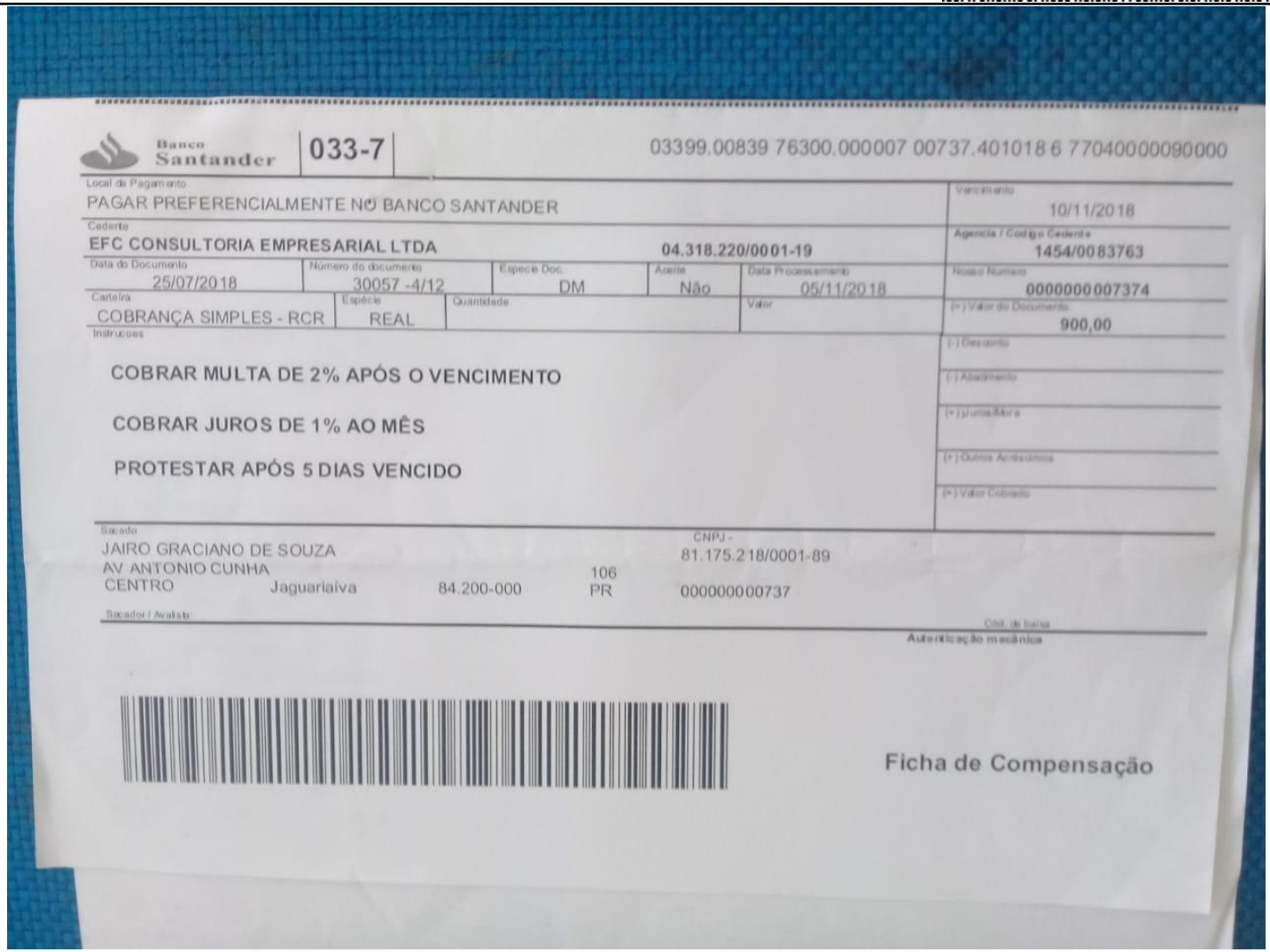
Wenceslau Braz/PR. 13 de julho de 2021.

.....

JAIRO GRACIANO DE SOUZA

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX2J WJ7TC HHA9T VLMWR

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX2J W377C HHA9T VLMWR



Banco Santander | 033-7 | 03399.00839 76300.000007 00737.401018 6 77040000090000

Local de Pagamento: PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO SANTANDER
Vencimento: 10/11/2018

Cedente: EFC CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA — 04.318.220/0001-19
Agência / Código Cedente: 1454/0083763

Data do Documento	Número do documento	Espécie Doc.	Aceite	Data Processamento	Nosso Número
25/07/2018	30057 -4/12	DM	Não	05/11/2018	0000000007374

Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento
COBRANÇA SIMPLES - RCR	REAL			900,00

Instruções:

COBRAR MULTA DE 2% APÓS O VENCIMENTO

COBRAR JUROS DE 1% AO MÊS

PROTESTAR APÓS 5 DIAS VENCIDO

(-) Desconto
(-) Abatimento
(+) Juros/Mora
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Sacado: JAIRO GRACIANO DE SOUZA — CNPJ - 81.175.218/0001-89
AV ANTONIO CUNHA 106
CENTRO Jaguariaíva 84.200-000 PR 000000000737

Sacador / Avalista

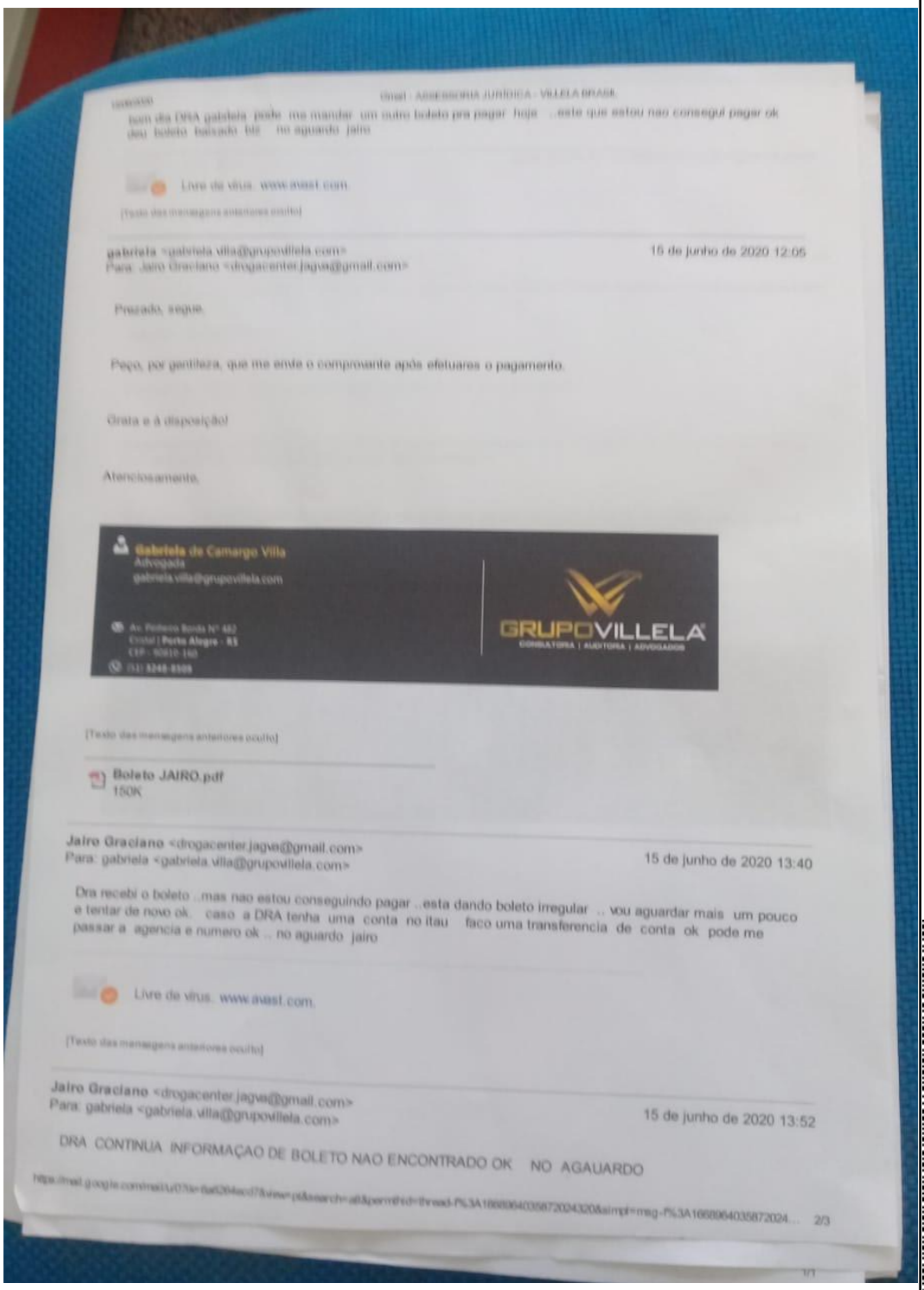
Cód. de baixa

Autenticação mecânica

Ficha de Compensação

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.2 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: doctos contratação

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.2 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: doctos contratação



Gmail - ASSESSORIA JURÍDICA - VILLELA BRASIL

bom dia DRA gabriela pode me mandar um outro boleto pra pagar hoje ...este que estou nao consegui pagar ok deu boleto baixado biz no aguardo jairo

Livre de vírus. www.avast.com.

[Texto das mensagens anteriores ocultos]

gabriela <gabriela.villa@grupovillela.com> 15 de junho de 2020 12:05
Para: Jairo Graciano <drogacenter.jagva@gmail.com>

Prezado, segue.

Peço, por gentileza, que me envie o comprovante após efetuarem o pagamento.

Grata e à disposição!

Atenciosamente,

Gabriela de Camargo Villa
Advogada
gabriela.villa@grupovillela.com

Av. Pinheiro Borda Nº 482
Cristal | Porto Alegre - RS
CEP: 90810-140
(51) 3240-8309

GRUPOVILLELA
CONSULTORIA | AUDITORIA | ADVOGADOS

[Texto das mensagens anteriores ocultos]

Boleto JAIRO.pdf
150K

Jairo Graciano <drogacenter.jagva@gmail.com>
Para: gabriela <gabriela.villa@grupovillela.com> 15 de junho de 2020 13:40

Dra recebi o boleto ..mas nao estou conseguindo pagar ..esta dando boleto irregular .. vou aguardar mais um pouco e tentar de novo ok.. caso a DRA tenha uma conta no itau faco uma transferencia de conta ok pode me passar a agencia e numero ok .. no aguardo jairo

Livre de vírus. www.avast.com.

[Texto das mensagens anteriores ocultos]

Jairo Graciano <drogacenter.jagva@gmail.com>
Para: gabriela <gabriela.villa@grupovillela.com> 15 de junho de 2020 13:52

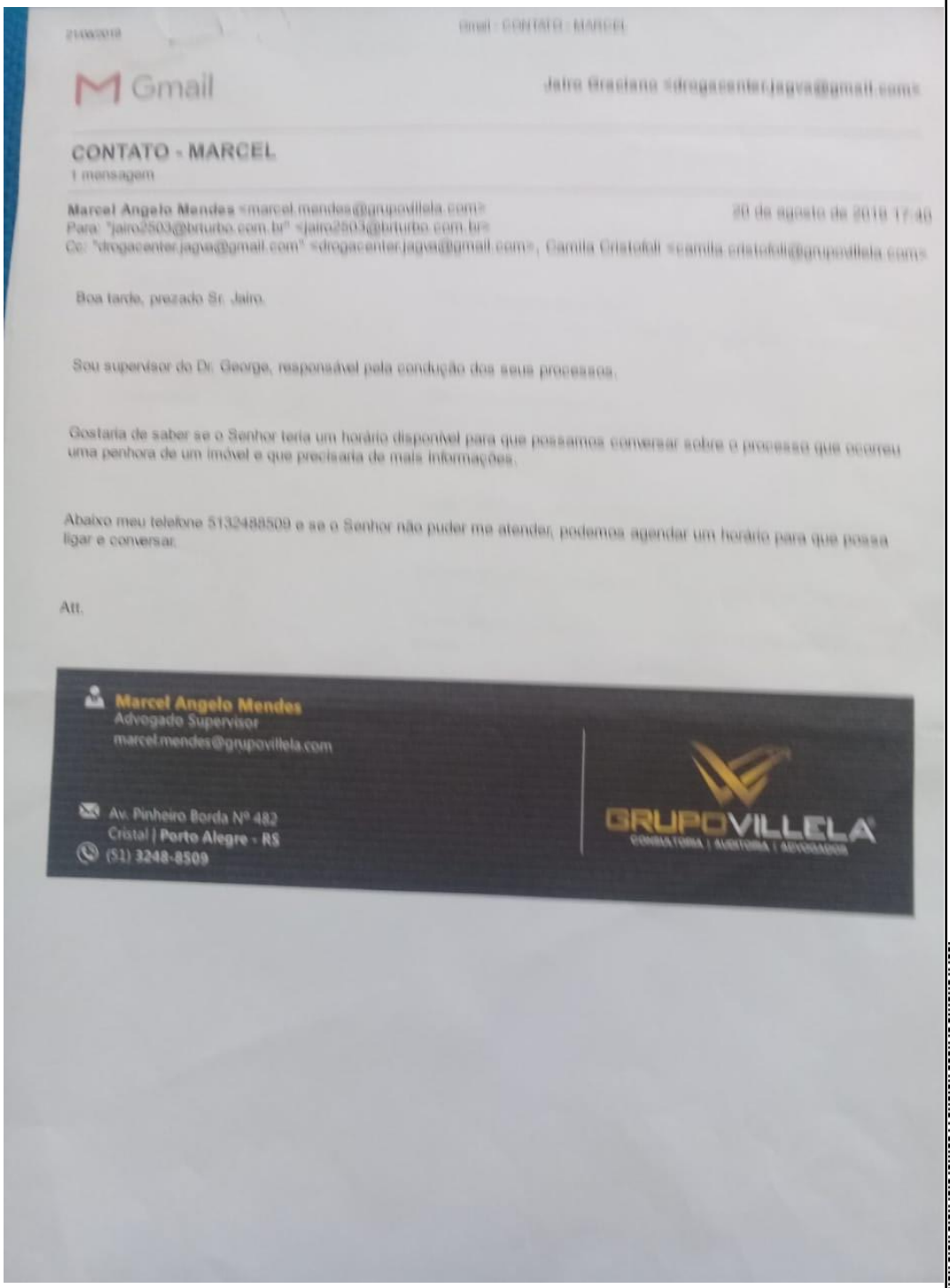
DRA CONTINUA INFORMAÇAO DE BOLETO NAO ENCONTRADO OK NO AGAUARDO

https://mail.google.com/mail/u/0?ik=6a6264acc7&view=pt&search=all&permthid=thread-f%3A1668064035872024320&simpl=msg-f%3A1668064035872024... 2/3

1/1

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX2J WJ7TC HHA9T VLMWR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.2 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: doctos contratação



21/08/2019 Gmail - CONTATO - MARCEL

Gmail

Jairo Graciano <drogacenterjagva@gmail.com>

CONTATO - MARCEL
1 mensagem

Marcel Angelo Mendes <marcel.mendes@grupovillela.com> 20 de agosto de 2019 17:40
Para: "jairo2503@brturbo.com.br" <jairo2503@brturbo.com.br>
Cc: "drogacenter.jagva@gmail.com" <drogacenter.jagva@gmail.com>, Camila Cristofoli <camila.cristofoli@grupovillela.com>

Boa tarde, prezado Sr. Jairo.

Sou supervisor do Dr. George, responsável pela condução dos seus processos.

Gostaria de saber se o Senhor teria um horário disponível para que possamos conversar sobre o processo que ocorreu uma penhora de um imóvel e que precisaria de mais informações.

Abaixo meu telefone 5132488509 e se o Senhor não puder me atender, podemos agendar um horário para que possa ligar e conversar.

Att.

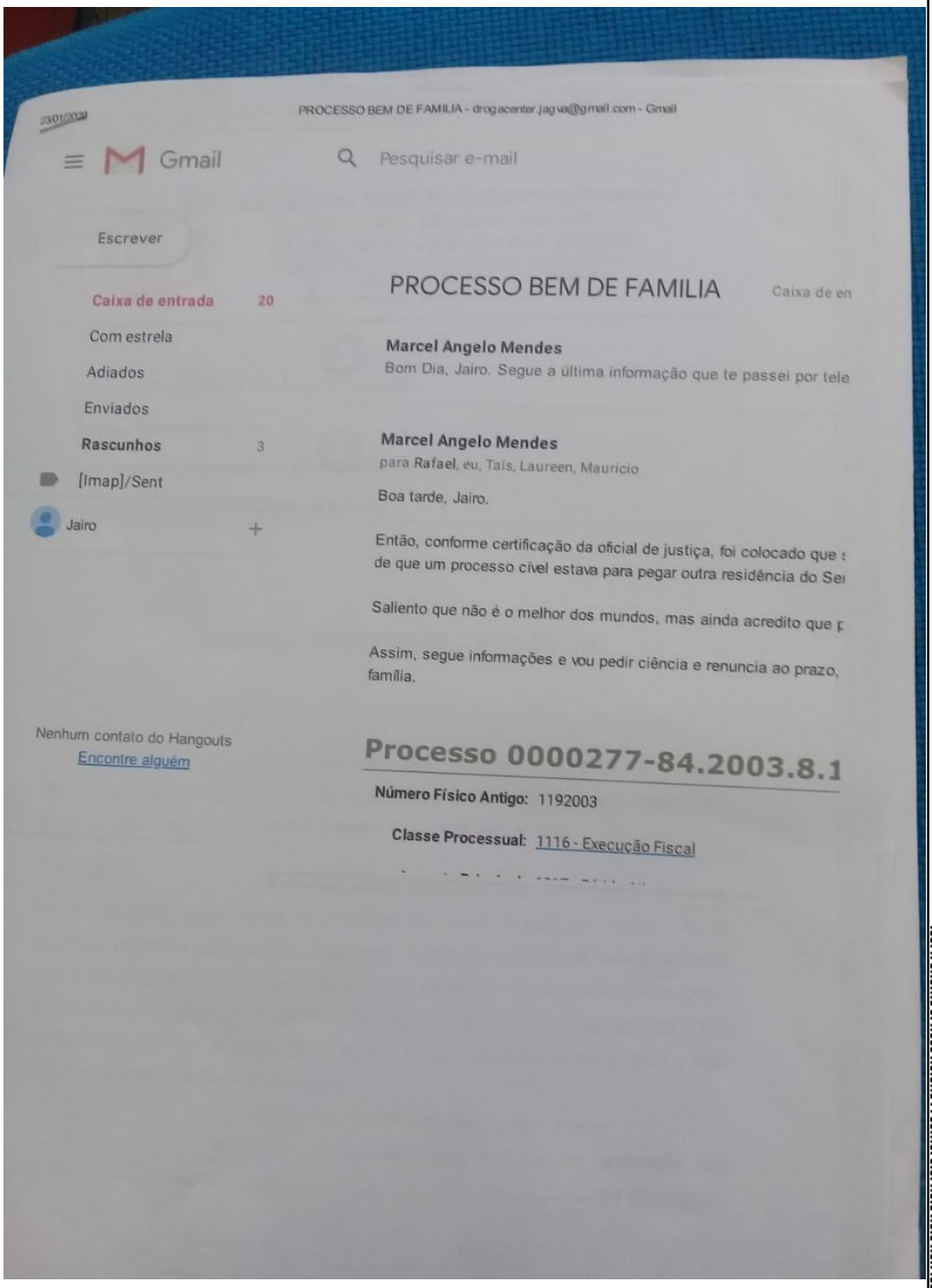
Marcel Angelo Mendes
Advogado Supervisor
marcel.mendes@grupovillela.com

Av. Pinheiro Borda Nº 482
Cristal | **Porto Alegre - RS**
(51) **3248-8509**

GRUPOVILLELA
CONSULTORIA | AUDITORIA | ADVOCACIA

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX2J WJ7TC HHA9T VLMWR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.2 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: doctos contratação



23/01/2020 PROCESSO BEM DE FAMILIA - drogacenter.jagva@gmail.com - Gmail

Gmail

Pesquisar e-mail

Escrever

Caixa de entrada 20

Com estrela

Adiados

Enviados

Rascunhos 3

[Imap]/Sent

Jairo

Nenhum contato do Hangouts

Encontre alguém

PROCESSO BEM DE FAMILIA Caixa de en

Marcel Angelo Mendes

Bom Dia, Jairo. Segue a última informação que te passei por tele

Marcel Angelo Mendes

para Rafael, eu, Tais, Laureen, Mauricio

Boa tarde, Jairo.

Então, conforme certificação da oficial de justiça, foi colocado que s
de que um processo cível estava para pegar outra residência do Sei

Saliento que não é o melhor dos mundos, mas ainda acredito que p

Assim, segue informações e vou pedir ciência e renuncia ao prazo,
família.

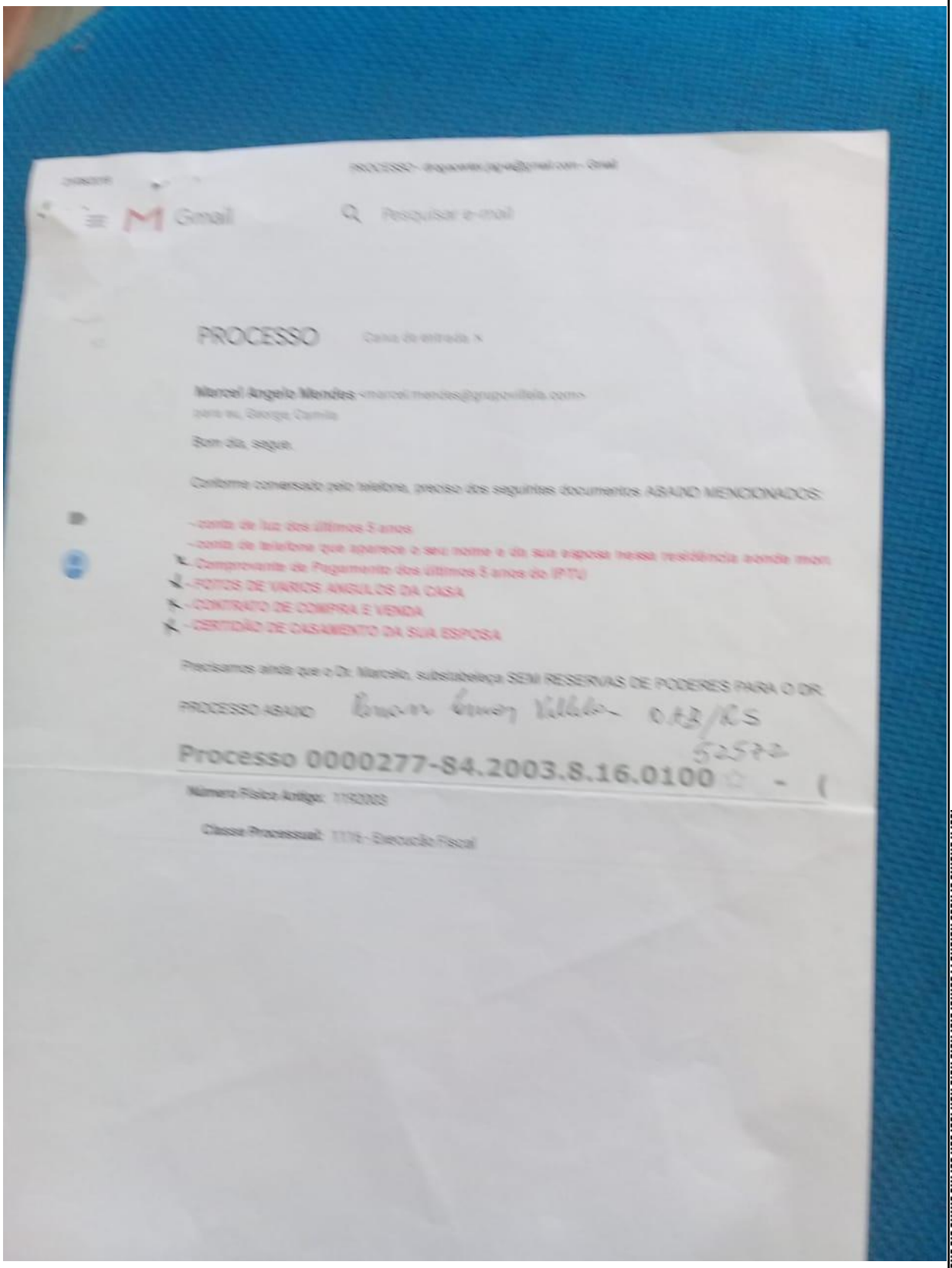
Processo 0000277-84.2003.8.1

Número Físico Antigo: 1192003

Classe Processual: 1116 - Execução Fiscal

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX2J WJ7TC HHA9T VLMWR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.2 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: doctos contratação



PROCESSO

Marcel Angelo Mendes

Bom dia, segue.

Conforme comentado pelo telefone, preciso dos seguintes documentos ABAIXO MENCIONADOS:

- conta de luz dos últimos 5 anos
- conta de telefone que apareça o seu nome e da sua esposa nesta residência acima mencionada
- Comprovante de Pagamento dos últimos 5 anos do IPTU
- FOTOS DE VARIOS ANGULOS DA CASA
- CONTRATO DE COMPRA E VENDA
- CERTIDÃO DE CASAMENTO DA SUA ESPOSA

Precisamos ainda que o Dr. Marcelo, substabeleça SEM RESERVAS DE PODERES PARA O DR.

PROCESSO ABAIXO

Processo 0000277-84.2003.8.16.0100

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX2J WJ7TC HHA9T VLMWR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.2 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: doctos contratação



Gmail - ASSESSORIA JURÍDICA - VILLELA BRASIL

Gmail

Jairo Graciano <drogacenter.jagva@gmail.com>

ASSESSORIA JURÍDICA - VILLELA BRASIL

9 mensagens

gabriela <gabriela.villa@grupovillela.com> 8 de junho de 2020 17:38
Para: drogacenter.jagva@gmail.com

Prezado, boa tarde!

Segue conforme solicitado.

Peço, por gentileza, que me envie o comprovante assim que efetuares o pagamento.

Grata e à disposição!

Atenciosamente,

Gabriela de Camargo Villa
Advogada
gabriela.villa@grupovillela.com

Av. Antonio Severo Nº 402
Centro | Porto Alegre - RS
CEP: 90020-040
Tel: 3246-4599

GRUPOVILLELA
CONSULTORIA | AUDITORIA | ADVOGADOS

Boleto JAIRO.pdf
150K

Jairo Graciano <drogacenter.jagva@gmail.com>
Para: gabriela <gabriela.villa@grupovillela.com> 8 de junho de 2020 17:50

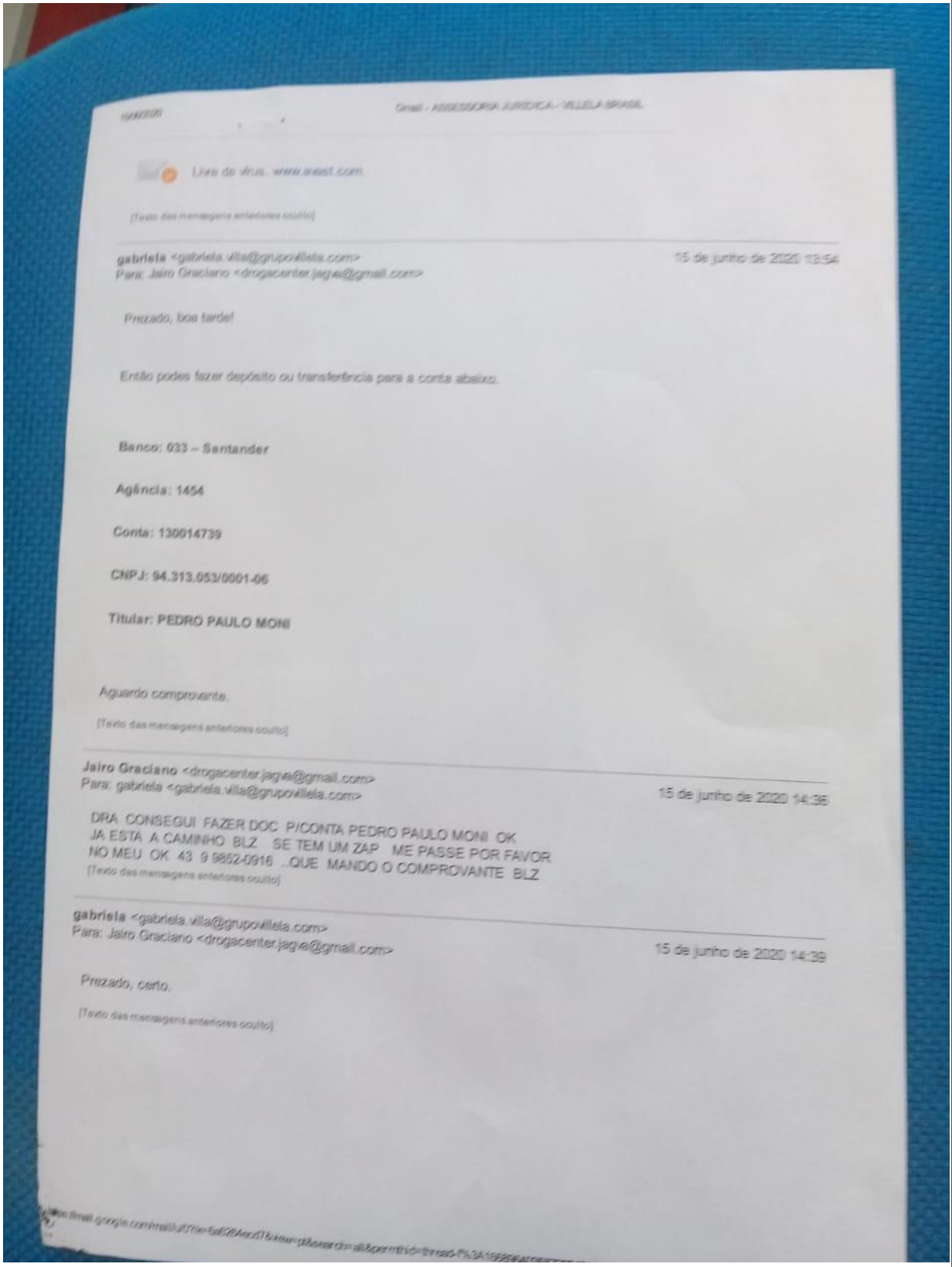
OK. RECEBIDO . NESTA DATA. JAIRO
[Texto das mensagens anteriores ocultos]
--
Drogacenter Jaguariaíva
Jairo Graciano de Souza
Farmacêutico

Av. Antonio Cunha 106-Centro
Jaguariaíva
CEP 84220-000

Jairo Graciano <drogacenter.jagva@gmail.com>
Para: gabriela <gabriela.villa@grupovillela.com> 15 de junho de 2020 12:01

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX2J WJ7TC HHA9T VLMWR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.2 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: doctos contratação



Gmail - ASSESSORIA JURÍDICA - VILLELA BRASIL

Livre de vírus. www.avast.com.

[Texto das mensagens anteriores ocultos]

gabriela <gabriela.villa@grupovillela.com>
Para: Jairo Graciano <drogacenter.jagre@gmail.com>
15 de junho de 2020 13:54

Prezado, boa tarde!

Então podes fazer depósito ou transferência para a conta abaixo.

Banco: 033 – Santander

Agência: 1454

Conta: 130014739

CNPJ: 94.313.053/0001-06

Titular: PEDRO PAULO MONI

Aguardo comprovante.

[Texto das mensagens anteriores ocultos]

Jairo Graciano <drogacenter.jagre@gmail.com>
Para: gabriela <gabriela.villa@grupovillela.com>
15 de junho de 2020 14:36

DRA CONSEGUI FAZER DOC P/CONTA PEDRO PAULO MONI OK
JA ESTA A CAMINHO BLZ SE TEM UM ZAP ME PASSE POR FAVOR
NO MEU OK 43 9 9852-0916 ..QUE MANDO O COMPROVANTE BLZ

[Texto das mensagens anteriores ocultos]

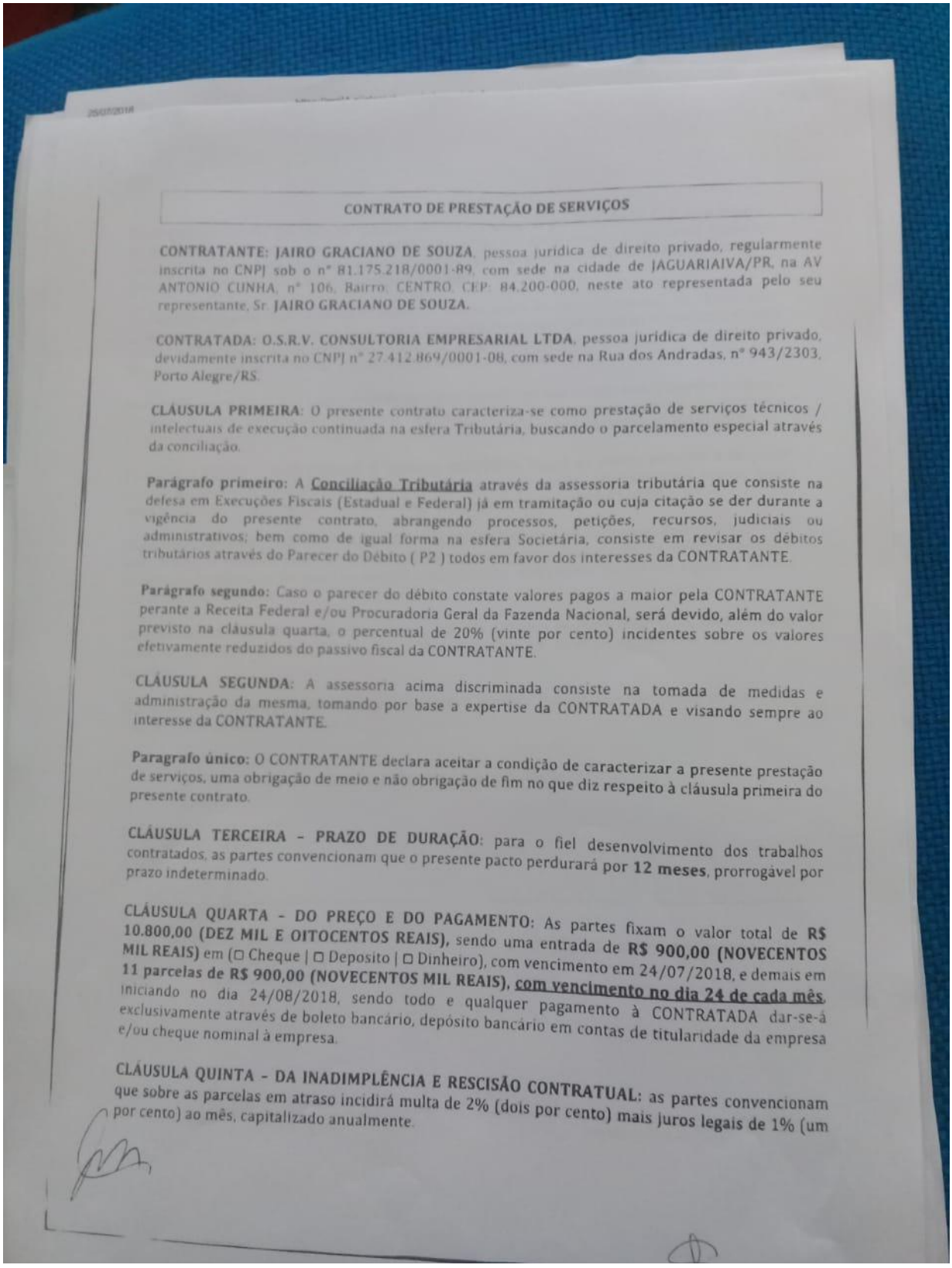
gabriela <gabriela.villa@grupovillela.com>
Para: Jairo Graciano <drogacenter.jagre@gmail.com>
15 de junho de 2020 14:39

Prezado, certo.

[Texto das mensagens anteriores ocultos]

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX2J WJ7TC HHA9T VLMWR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.2 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: doctos contratação



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: JAIRO GRACIANO DE SOUZA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 81.175.218/0001-89, com sede na cidade de JAGUARIAIVA/PR, na AV ANTONIO CUNHA, nº 106, Bairro: CENTRO, CEP: 84.200-000, neste ato representada pelo seu representante, Sr. **JAIRO GRACIANO DE SOUZA**.

CONTRATADA: O.S.R.V. CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 27.412.869/0001-08, com sede na Rua dos Andradas, nº 943/2303, Porto Alegre/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente contrato caracteriza-se como prestação de serviços técnicos / intelectuais de execução continuada na esfera Tributária, buscando o parcelamento especial através da conciliação.

Parágrafo primeiro: A **Conciliação Tributária** através da assessoria tributária que consiste na defesa em Execuções Fiscais (Estadual e Federal) já em tramitação ou cuja citação se der durante a vigência do presente contrato, abrangendo processos, petições, recursos, judiciais ou administrativos; bem como de igual forma na esfera Societária, consiste em revisar os débitos tributários através do Parecer do Débito (P2) todos em favor dos interesses da CONTRATANTE.

Parágrafo segundo: Caso o parecer do débito constate valores pagos a maior pela CONTRATANTE perante a Receita Federal e/ou Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, será devido, além do valor previsto na cláusula quarta, o percentual de 20% (vinte por cento) incidentes sobre os valores efetivamente reduzidos do passivo fiscal da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA: A assessoria acima discriminada consiste na tomada de medidas e administração da mesma, tomando por base a expertise da CONTRATADA e visando sempre ao interesse da CONTRATANTE.

Paragrafo único: O CONTRATANTE declara aceitar a condição de caracterizar a presente prestação de serviços, uma obrigação de meio e não obrigação de fim no que diz respeito à cláusula primeira do presente contrato.

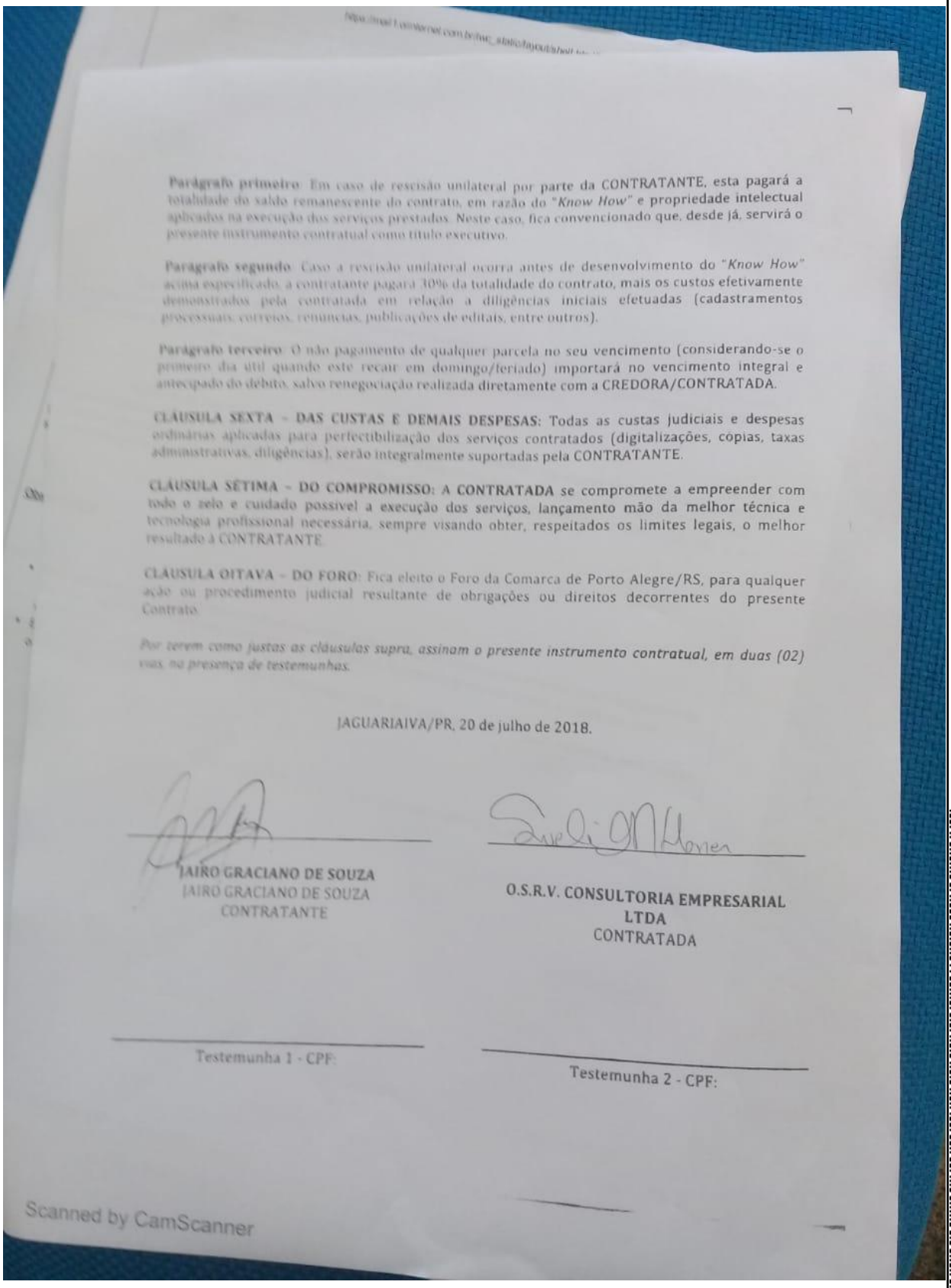
CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE DURAÇÃO: para o fiel desenvolvimento dos trabalhos contratados, as partes convencionam que o presente pacto perdurará por **12 meses**, prorrogável por prazo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO: As partes fixam o valor total de **R$ 10.800,00 (DEZ MIL E OITOCENTOS REAIS)**, sendo uma entrada de **R$ 900,00 (NOVECENTOS MIL REAIS)** em (☐ Cheque | ☐ Deposito | ☐ Dinheiro), com vencimento em 24/07/2018, e demais em **11 parcelas de R$ 900,00 (NOVECENTOS MIL REAIS), com vencimento no dia 24 de cada mês**, iniciando no dia 24/08/2018, sendo todo e qualquer pagamento à CONTRATADA dar-se-á exclusivamente através de boleto bancário, depósito bancário em contas de titularidade da empresa e/ou cheque nominal à empresa.

CLÁUSULA QUINTA - DA INADIMPLÊNCIA E RESCISÃO CONTRATUAL: as partes convencionam que sobre as parcelas em atraso incidirá multa de 2% (dois por cento) mais juros legais de 1% (um por cento) ao mês, capitalizado anualmente.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX2J WJ7TC HHA9T VLMWR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.2 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: doctos contratação



Parágrafo primeiro: Em caso de rescisão unilateral por parte da CONTRATANTE, esta pagará a totalidade do saldo remanescente do contrato, em razão do "*Know How*" e propriedade intelectual aplicados na execução dos serviços prestados. Neste caso, fica convencionado que, desde já, servirá o presente instrumento contratual como título executivo.

Parágrafo segundo: Caso a rescisão unilateral ocorra antes de desenvolvimento do "*Know How*" acima especificado, a contratante pagará 30% da totalidade do contrato, mais os custos efetivamente demonstrados pela contratada em relação a diligências iniciais efetuadas (cadastramentos processuais, correios, renuncias, publicações de editais, entre outros).

Parágrafo terceiro: O não pagamento de qualquer parcela no seu vencimento (considerando-se o primeiro dia útil quando este recair em domingo/feriado) importará no vencimento integral e antecipado do débito, salvo renegociação realizada diretamente com a CREDORA/CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CUSTAS E DEMAIS DESPESAS: Todas as custas judiciais e despesas ordinárias aplicadas para perfectibilização dos serviços contratados (digitalizações, cópias, taxas administrativas, diligências), serão integralmente suportadas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO COMPROMISSO: A CONTRATADA se compromete a empreender com todo o zelo e cuidado possível a execução dos serviços, lançamento mão da melhor técnica e tecnologia profissional necessária, sempre visando obter, respeitados os limites legais, o melhor resultado à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre/RS, para qualquer ação ou procedimento judicial resultante de obrigações ou direitos decorrentes do presente Contrato.

Por terem como justas as cláusulas supra, assinam o presente instrumento contratual, em duas (02) vias, na presença de testemunhas.

JAGUARIAIVA/PR, 20 de julho de 2018.

JAIRO GRACIANO DE SOUZA
JAIRO GRACIANO DE SOUZA
CONTRATANTE

O.S.R.V. CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA
CONTRATADA

Testemunha 1 - CPF:

Testemunha 2 - CPF:

Scanned by CamScanner

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX2J WJ7TC HHA9T VLMWR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.2 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: doctos contratação

GRUPOVILL
AUDITORIA | CONSULTORIA | AD

Ilmo Sr. JAIRO GRACIANO DE SOUZA

Responsável pela empresa

JAIRO GRACIANO DE SOUZA (DROGACENTER)

Seja muito bem vindo ao **GRUPO VILLELA** e sentimo-nos muito honrados em recebê-lo, e as nossas vitórias servirão para estreitarmos nossos laços profissionais e amistosos que serão exemplos de uma sólida estrutura, organizada e capaz, a fim de colher os rendimentos advindos da junção de princípios e determinação em conjunto.

Temos muito trabalho pela frente, mas estamos irmanados em construir uma aliança extremamente eficiente e sempre o melhor na resolução dos problemas de nossos clientes. A sua participação, certamente será muito importante, pois possibilitará encontrarmos as respostas que irão contemplar o que pretendemos como primordial e adequado, isto é, a satisfação de nossos clientes.

Observações:

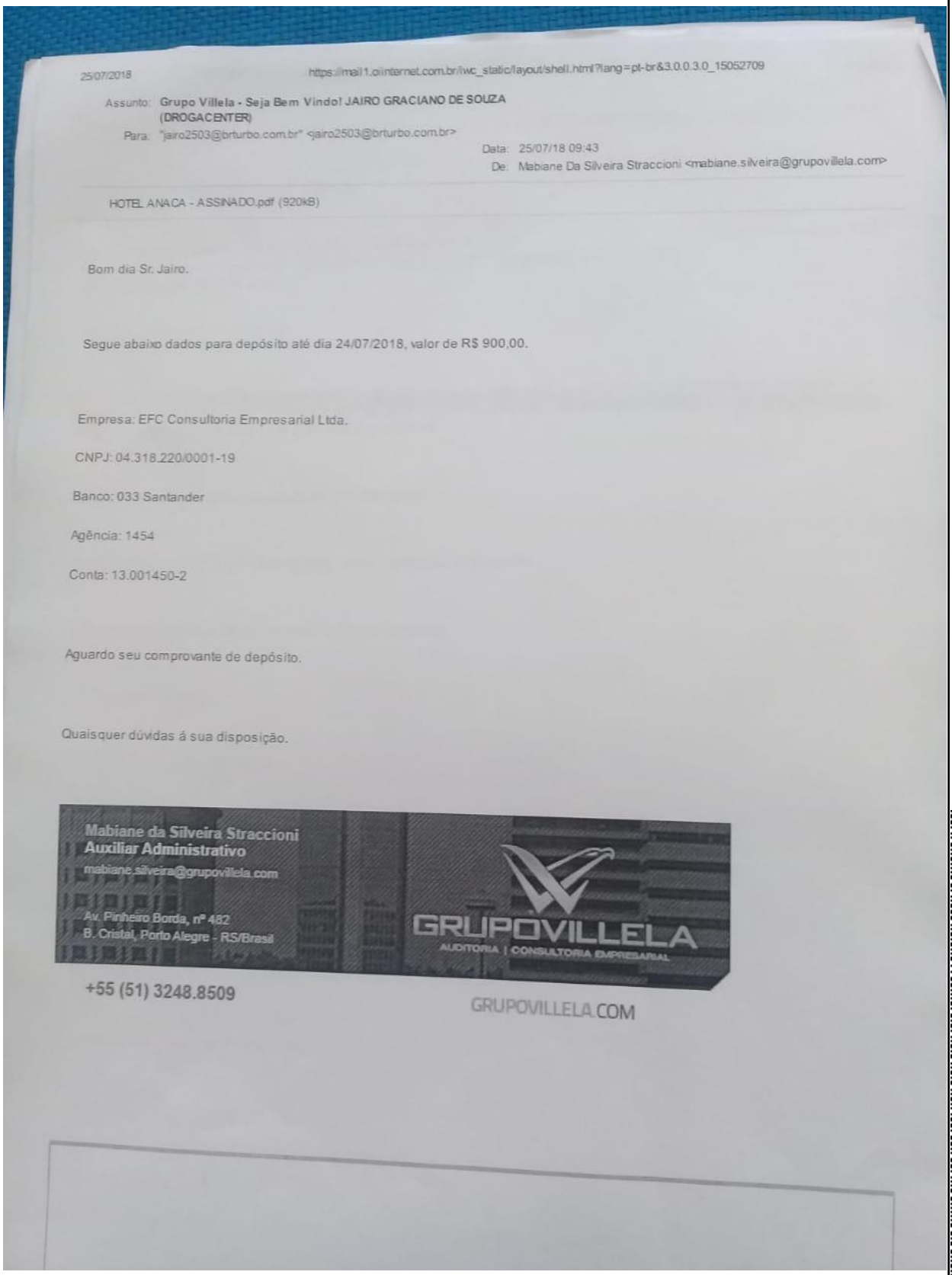
- Ressaltamos que para o adequado atendimento é necessário a entrega de todos os documentos originais: Contrato de Prestação de Serviço, Procurações, Contrato Social, entre outros. No caso de já entrega destes documentos, favor desconsiderar;
- Em caso de Críticas, Dúvidas, Elogios e Sugestões entre em contato como nossa Ouvidoria pelo e-mail: ouvidoria@grupovillela.com.

Estaremos sempre a disposição para melhor atende-lo, conte sempre conosco,

Cordialmente,

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX2J WJ7TC HHA9T VLMWR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.2 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: doctos contratação



25/07/2018 https://mail1.oiinternet.com.br/iwc_static/layout/shell.html?lang=pt-br&3.0.0.3.0_15052709

Assunto: **Grupo Villela - Seja Bem Vindo! JAIRO GRACIANO DE SOUZA (DROGACENTER)**

Para: "jairo2503@brturbo.com.br" <jairo2503@brturbo.com.br>

Data: 25/07/18 09:43

De: Mabiane Da Silveira Straccioni <mabiane.silveira@grupovillela.com>

HOTEL ANACA - ASSINADO.pdf (920kB)

Bom dia Sr. Jairo.

Segue abaixo dados para depósito até dia 24/07/2018, valor de R$ 900,00.

Empresa: EFC Consultoria Empresarial Ltda.

CNPJ: 04.318.220/0001-19

Banco: 033 Santander

Agência: 1454

Conta: 13.001450-2

Aguardo seu comprovante de depósito.

Quaisquer dúvidas á sua disposição.

Mabiane da Silveira Straccioni
Auxiliar Administrativo
mabiane.silveira@grupovillela.com

Av. Pinheiro Borda, nº 482
B. Cristal, Porto Alegre - RS/Brasil

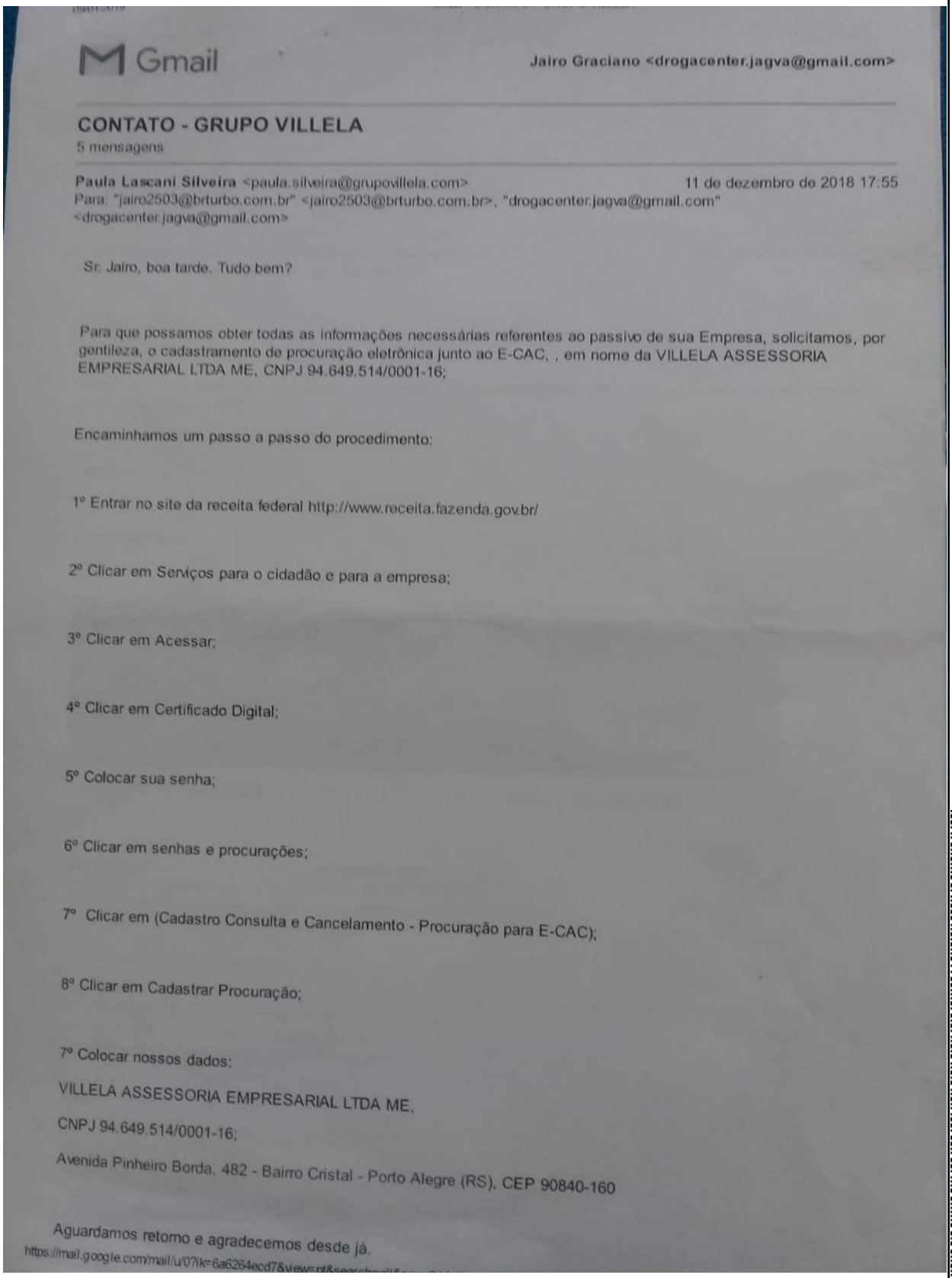
+55 (51) 3248.8509

GRUPOVILLELA
AUDITORIA | CONSULTORIA EMPRESARIAL

GRUPOVILLELA.COM

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX2J WJ7TC HHA9T VLMWR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.2 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: doctos contratação



Gmail — Jairo Graciano <drogacenter.jagva@gmail.com>

CONTATO - GRUPO VILLELA

5 mensagens

Paula Lascani Silveira <paula.silveira@grupovillela.com> 11 de dezembro de 2018 17:55
Para: "jairo2503@brturbo.com.br" <jairo2503@brturbo.com.br>, "drogacenter.jagva@gmail.com" <drogacenter.jagva@gmail.com>

Sr. Jairo, boa tarde. Tudo bem?

Para que possamos obter todas as informações necessárias referentes ao passivo de sua Empresa, solicitamos, por gentileza, o cadastramento de procuração eletrônica junto ao E-CAC, , em nome da VILLELA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA ME, CNPJ 94.649.514/0001-16;

Encaminhamos um passo a passo do procedimento:

1º Entrar no site da receita federal http://www.receita.fazenda.gov.br/

2º Clicar em Serviços para o cidadão e para a empresa;

3º Clicar em Acessar;

4º Clicar em Certificado Digital;

5º Colocar sua senha;

6º Clicar em senhas e procurações;

7º Clicar em (Cadastro Consulta e Cancelamento - Procuração para E-CAC);

8º Clicar em Cadastrar Procuração;

7º Colocar nossos dados:

VILLELA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA ME,

CNPJ 94.649.514/0001-16;

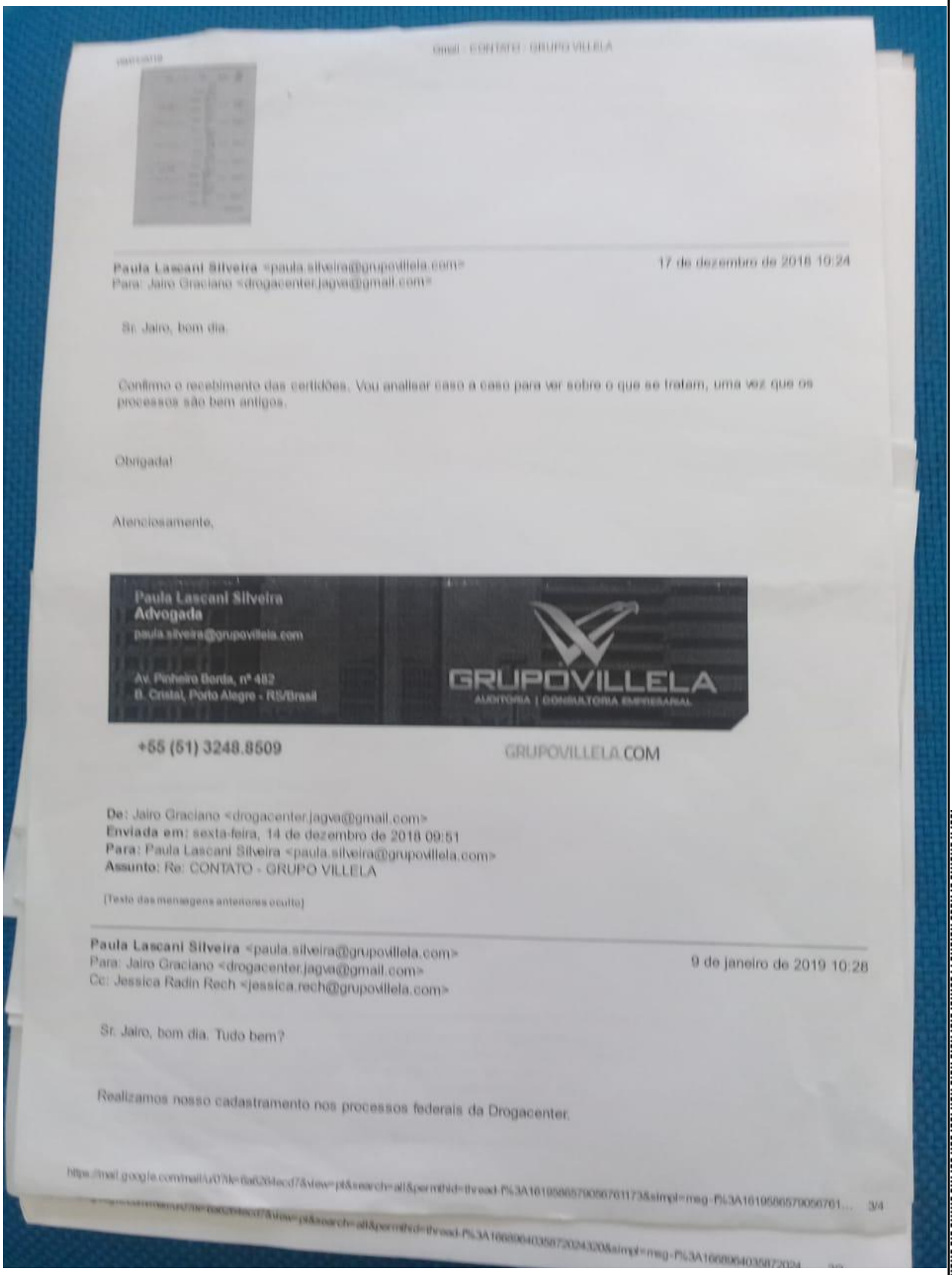
Avenida Pinheiro Borda, 482 - Bairro Cristal - Porto Alegre (RS), CEP 90840-160

Aguardamos retorno e agradecemos desde já.

https://mail.google.com/mail/u/0?ik=6a6264ecd7&view=pt&search=all&permthid=

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX2J WJ7TC HHA9T VLMWR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.2 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: doctos contratação



Gmail - CONTATO - GRUPO VILLELA

Paula Lascani Silveira <paula.silveira@grupovillela.com> 17 de dezembro de 2018 10:24
Para: Jairo Graciano <drogacenter.jagva@gmail.com>

Sr. Jairo, bom dia.

Confirmo o recebimento das certidões. Vou analisar caso a caso para ver sobre o que se tratam, uma vez que os processos são bem antigos.

Obrigada!

Atenciosamente,

Paula Lascani Silveira
Advogada
paula.silveira@grupovillela.com

Av. Pinheiro Borda, nº 482
B. Cristal, Porto Alegre - RS/Brasil

GRUPOVILLELA
AUDITORIA | CONSULTORIA EMPRESARIAL

+55 (51) 3248.8509

GRUPOVILLELA.COM

De: Jairo Graciano <drogacenter.jagva@gmail.com>
Enviada em: sexta-feira, 14 de dezembro de 2018 09:51
Para: Paula Lascani Silveira <paula.silveira@grupovillela.com>
Assunto: Re: CONTATO - GRUPO VILLELA

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Paula Lascani Silveira <paula.silveira@grupovillela.com> 9 de janeiro de 2019 10:28
Para: Jairo Graciano <drogacenter.jagva@gmail.com>
Cc: Jessica Radin Rech <jessica.rech@grupovillela.com>

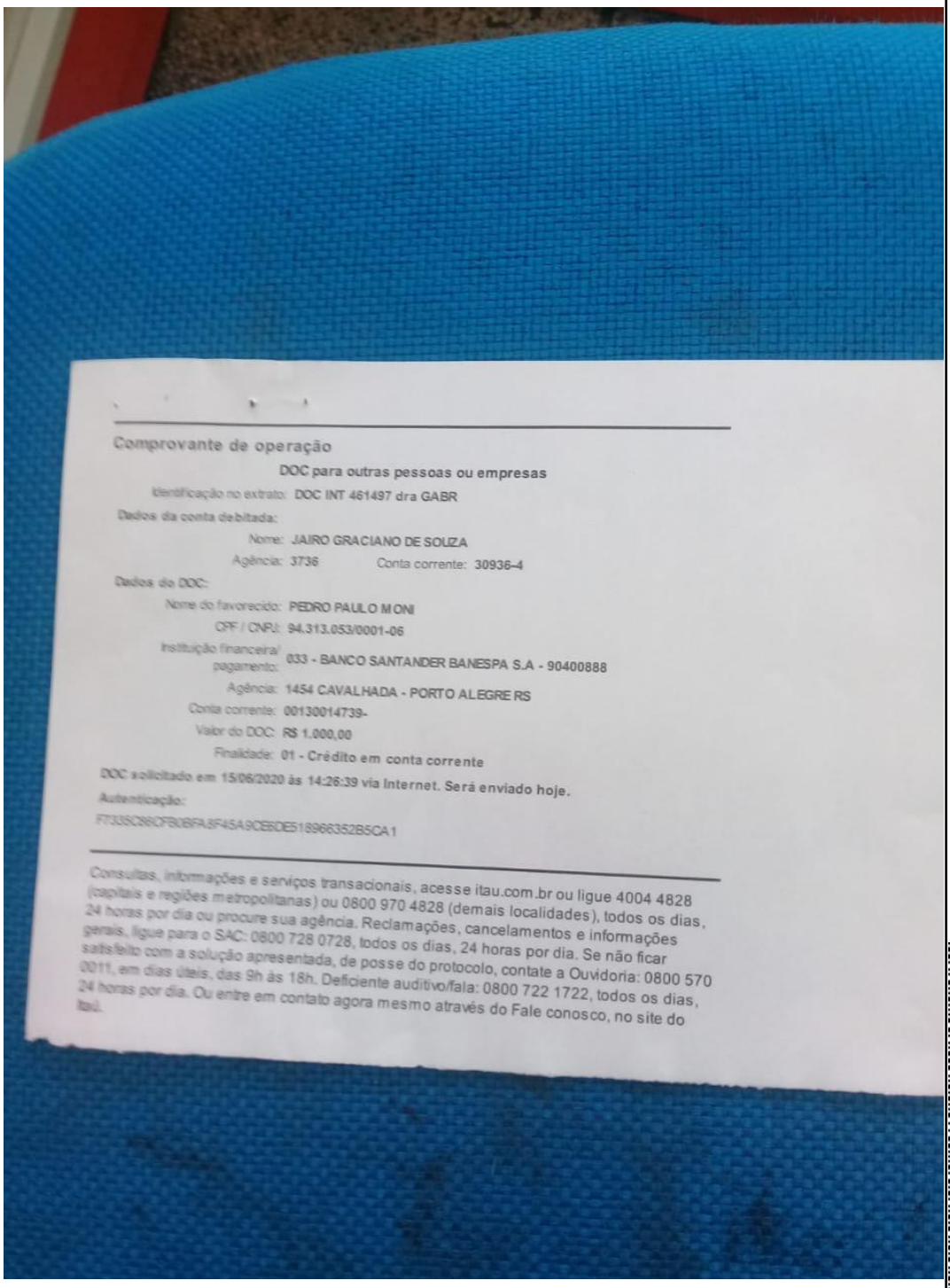
Sr. Jairo, bom dia. Tudo bem?

Realizamos nosso cadastramento nos processos federais da Drogacenter.

https://mail.google.com/mail/u/0?ik=8a626decd7&view=pt&search=all&permthid=thread-f%3A1619586579056761173&simpl=msg-f%3A1619586579056761... 3/4

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX2J WJ7TC HHA9T VLMWR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.2 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: doctos contratação



Comprovante de operação

DOC para outras pessoas ou empresas

Identificação no extrato: DOC INT 461497 dra GABR

Dados da conta debitada:

Nome: JAIRO GRACIANO DE SOUZA

Agência: 3736 Conta corrente: 30936-4

Dados do DOC:

Nome do favorecido: PEDRO PAULO MONI

CPF / CNPJ: 94.313.053/0001-06

Instituição financeira/ pagamento: 033 - BANCO SANTANDER BANESPA S.A - 90400888

Agência: 1454 CAVALHADA - PORTO ALEGRE RS

Conta corrente: 00130014739-

Valor do DOC: R$ 1.000,00

Finalidade: 01 - Crédito em conta corrente

DOC solicitado em 15/06/2020 às 14:26:39 via Internet. Será enviado hoje.

Autenticação:

F7335C38CFB0BFA8F45A9CE6DE518966352B5CA1

Consultas, informações e serviços transacionais, acesse itau.com.br ou ligue 4004 4828 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 970 4828 (demais localidades), todos os dias, 24 horas por dia ou procure sua agência. Reclamações, cancelamentos e informações gerais, ligue para o SAC: 0800 728 0728, todos os dias, 24 horas por dia. Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, de posse do protocolo, contate a Ouvidoria: 0800 570 0011, em dias úteis, das 9h às 18h. Deficiente auditivo/fala: 0800 722 1722, todos os dias, 24 horas por dia. Ou entre em contato agora mesmo através do Fale conosco, no site do Itaú.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX2J WJ7TC HHA9T VLMWR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.2 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: doctos contratação



pagueveloz | 016-7 | 01690.00205 01000.665305 00375.449212 3 82870000100000

Local de Pagamento QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA					Data de Vencimento 15/06/2020
Nome do Beneficiário / CPF ou CNPJ PAGUEVELOZ SERVIÇOS DE PAGAMENTOS LTDA / 03.816.413/0001-37					Código Beneficiário 2 / 00665-3
Nome do Beneficiário Final / CPF ou CNPJ OSRV CONSULTORIA EMPRESARIAL / 24.550.232/0001-81					Código Beneficiário Final 2311486
Data do Documento 15/06/2020	Nr Documento 00037544921	Espécie DOC 99	Aceite N	Data do Processamento 15/06/2020	Nosso Número 2/1/0003754492-1
Uso Banco	Carteira 1	Espécie Moeda 09		Parcela/Plano /	(=) Valor do Documento 1.000,00
Instruções (Responsabilidade do Beneficiário) Emitido por PagueVeloz / pagueveloz.com.br					(-) Desconto / Abatimento (-) Outras Deduções (+) Mora / Multa (=) Valor Cobrado 1.000,00

Nome do Pagador / CPF ou CNPJ / Endereço
JAIRO GRACIANO DE SOUZA (DROGACENTER) / 81.175.218/0001-89 / - - -

Sacador/Avalista

Autenticação Mecânica - **Ficha de Compensação**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX2J WJ7TC HHA9T VLMWR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.2 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: doctos contratação

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX2J WJ7TC HHA9T VLMWR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.3 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: certidão

ESTADO DO PARANÁ
OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
OFICIAL TITULAR: AGOSTINHO CARLOS THON
CPF: 441.505.129-49
Rua Florencio Delgado, 261 - CEP 84200-000 - Caixa Postal n.º 08
Fone/Fax (43) 3535-1338 (43) 3535-2010 - e-mail: cartoriothon@hotmail.com

CERTIDÃO DE PROPRIEDADE

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, que, de acordo com Livro nº 2 (Registro Geral), os Srs. **JAIRO GRACIANO DE SOUZA**, CPF **931.333.408-91 e HELOÍSA MARIA BERGAMO DE SOUZA - 163.771.078-03, "POSSUI"** apenas o seguinte imóvel matriculado até a presente data nesta Serventia:

Terreno, com 200,00m², Rua Carmelina Subdina de Lima, nº 339 - Mat. 10909. JAGUARIAÍVA

Emolumentos:

01 Certidão de Inteiro Teor.....R$ 30,20 - 139,17 VRC
01 Selo.....R$ 5,25 - 24,19 VRC
01 Buscas: cada 10 (dez).....R$ 0,65 - 3,00 VRC
ISS .....R$ 1,54

Total: R$ R$ 46,89

REGISTRO DE IMÓVEIS
Jaguariaíva Paraná
CAROLINA HENING JORGE MARTINS
Escrevente Portaria 22/2020

Renato do NascimentoRodrigues/.

O referido é verdade e dou fé. Jaguariaíva - PR, 12 de Julho de 2021.

FUNARPEN
SELO DIGITAL
0186365CEAA00000000413221H
https://horus.funarpen.com.br/Consulta

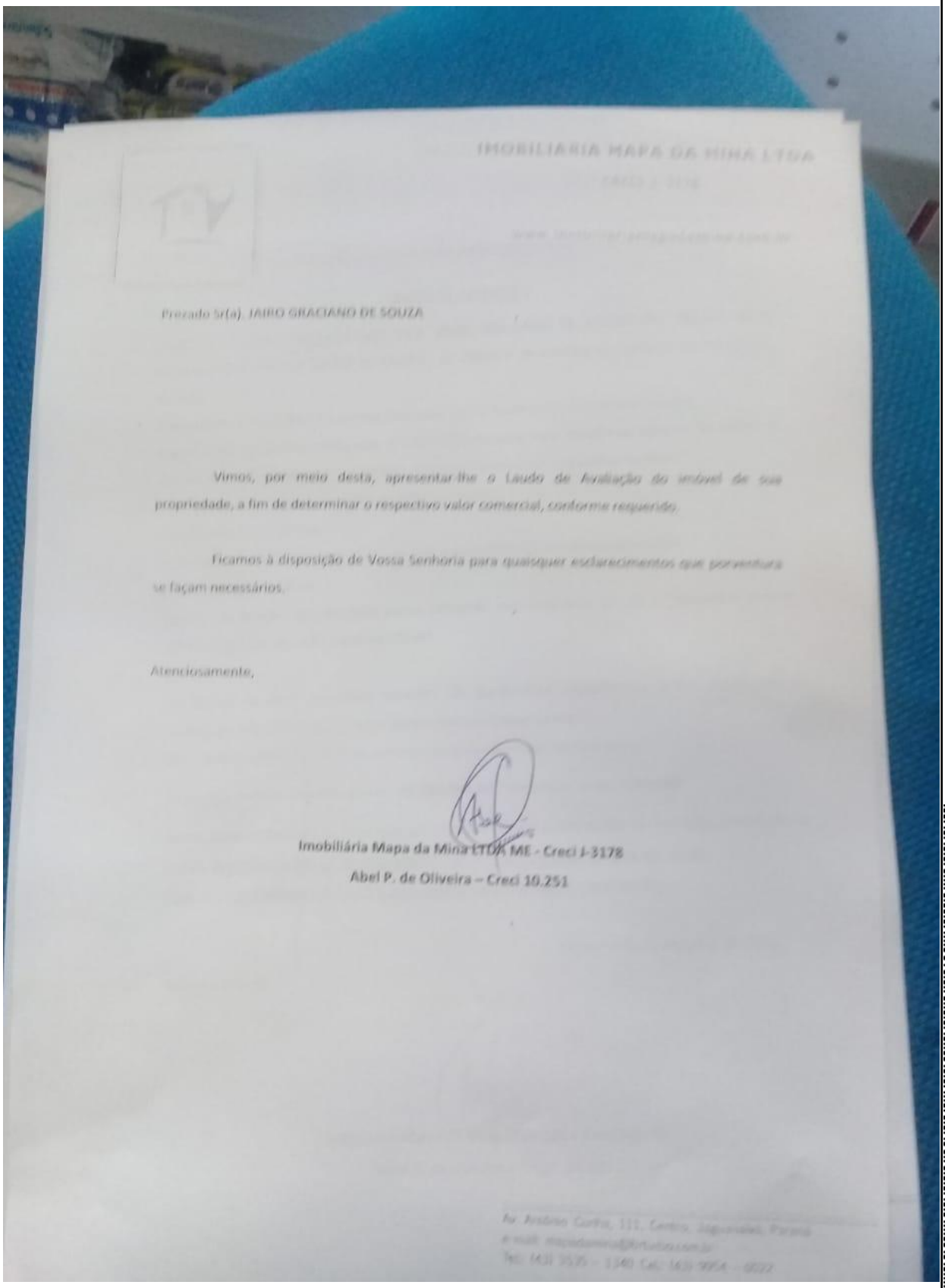
REGISTRO DE IMÓVEIS • JAGUARIAÍVA - PARANÁ - CNS: 06.363-4 •

[ ] Agostinho Carlos Thon - Oficial Titular
[ ] Bibiana Thon - Oficial Substituta
[ ] Bruna Caroline Soares da Silva - Escrevente
[X] Carolina Hening Jorge Martins - Escrevente

****Certidão válida por 30 dias****
"Certidão impressa por meio eletrônico qualquer alteração será considerado fraude"

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXX2 UZ7ZE SD2SP 8US6K

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.4 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: laudo de avaliação



IMOBILIARIA MAPA DA MINA LTDA

Prezado Sr(a). JAIRO GRACIANO DE SOUZA

Vimos, por meio desta, apresentar-lhe o Laudo de Avaliação do imóvel de sua propriedade, a fim de determinar o respectivo valor comercial, conforme requerido.

Ficamos à disposição de Vossa Senhoria para quaisquer esclarecimentos que porventura se façam necessários.

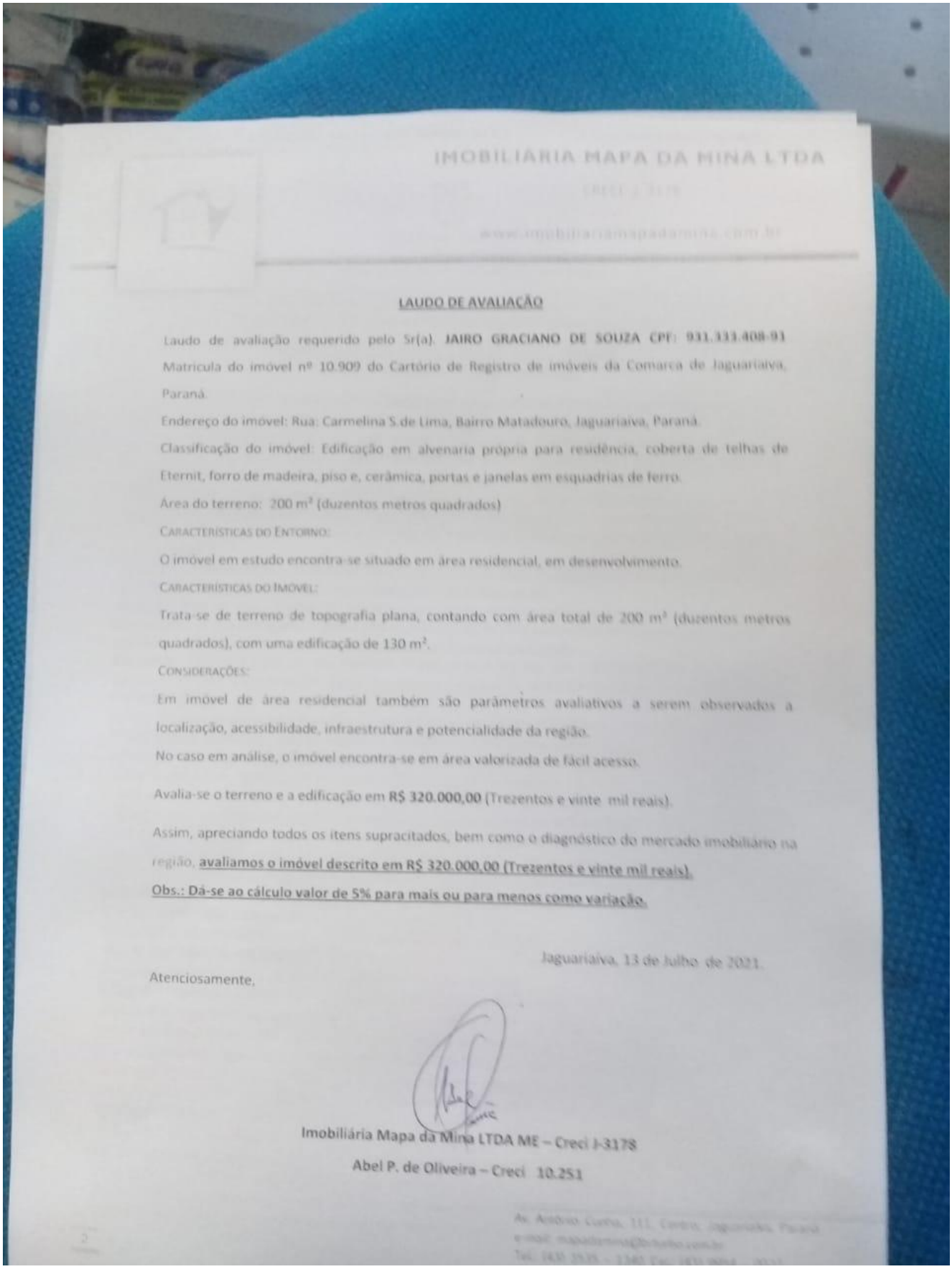
Atenciosamente,

Imobiliária Mapa da Mina LTDA ME - Creci J-3178

Abel P. de Oliveira – Creci 10.251

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6NZ 4X28Y XZ8RS WXEDB

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 152.4 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
14/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE REQUERIMENTO DE NULIDADE. Arq: laudo de avaliação



IMOBILIÁRIA MAPA DA MINA LTDA

CRECI J-3178

www.imobiliariamapadamina.com.br

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Laudo de avaliação requerido pelo Sr(a). **JAIRO GRACIANO DE SOUZA CPF: 931.333.408-91**

Matricula do imóvel nº 10.909 do Cartório de Registro de imóveis da Comarca de Jaguariaiva, Paraná.

Endereço do imóvel: Rua: Carmelina S.de Lima, Bairro Matadouro, Jaguariaiva, Paraná.

Classificação do imóvel: Edificação em alvenaria própria para residência, coberta de telhas de Eternit, forro de madeira, piso e, cerâmica, portas e janelas em esquadrias de ferro.

Área do terreno: 200 m² (duzentos metros quadrados)

CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO:

O imóvel em estudo encontra-se situado em área residencial, em desenvolvimento.

CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL:

Trata-se de terreno de topografia plana, contando com área total de 200 m² (duzentos metros quadrados), com uma edificação de 130 m².

CONSIDERAÇÕES:

Em imóvel de área residencial também são parâmetros avaliativos a serem observados a localização, acessibilidade, infraestrutura e potencialidade da região.

No caso em análise, o imóvel encontra-se em área valorizada de fácil acesso.

Avalia-se o terreno e a edificação em **R$ 320.000,00** (Trezentos e vinte mil reais).

Assim, apreciando todos os itens supracitados, bem como o diagnóstico do mercado imobiliário na região, **avaliamos o imóvel descrito em R$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais).**

Obs.: Dá-se ao cálculo valor de 5% para mais ou para menos como variação.

Jaguariaiva, 13 de Julho de 2021.

Atenciosamente,

Imobiliária Mapa da Mina LTDA ME – Creci J-3178

Abel P. de Oliveira – Creci 10.251

Av. Antônio Carlos, 111, Centro, Jaguariaiva, Paraná
e-mail: mapadamina@hotmail.com.br
Tel.: (43) 3535 - 1340 Fax: (43) 3534 - 2013

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6NZ 4X28Y XZ8RS WXEDB

Data: 14/07/2021
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Thalia Andrade de Souza

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 153.1 - Assinado digitalmente por Thalia Andrade de Souza
14/07/2021: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Certidão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

CERTIFICO que, diante do pedido retro, alterei o tipo da conclusão enviada para "urgente".

Jaguariaíva, 14 de julho de 2021.

Thalia Andrade de Souza
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5Q2 VN7MJ NJCCM YFFP3

Data: 15/07/2021
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Por: Marcelo Vanzelli

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição
- PROTOCOLO

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 154.1 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
15/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

Marcelo Vanzelli
advogado

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA/PR.

Autos: 0545-75.2002.8.16.0100
Ação: Execução Fiscal

Por seu advogado infra-assinado, vem **JAIRO GRACIANO DE SOUZA e OUTRA**, já qualificados nos autos em epígrafe, movido pela FAZENDA NACIONAL, também já qualificada, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada do protocolo em anexo, comprobatório da obtenção de senha junto à receita federal para também tentar o parcelamento do débito administrativamente.

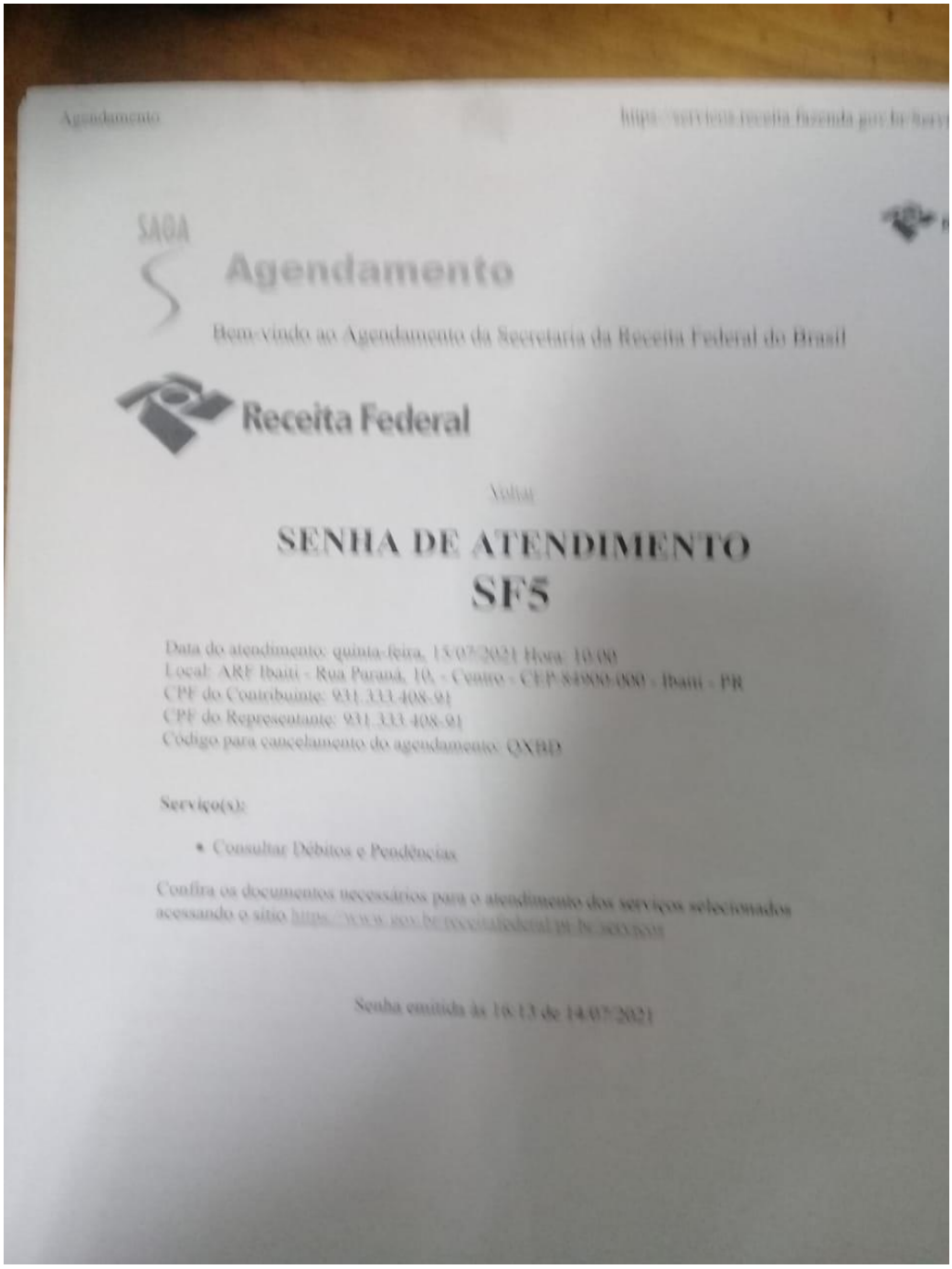
Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Wenceslau Braz, 14 de julho de 2021.

Marcelo Vanzelli – adv.
OAB/PR: 21.593

Felipe Miguel de Carvalho, 44 A, Centro, Wenceslau Braz/PR., CEP: 84.980-000
(43) 9971 6336 - vanzelliadv@hotmail.com

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLUT Q626G QD9R5 NFBXA

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 154.2 - Assinado digitalmente por Marcelo Vanzelli
15/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: PROTOCOLO



Agendamento

SAGA

Agendamento

Bem-vindo ao Agendamento da Secretaria da Receita Federal do Brasil

Receita Federal

Voltar

SENHA DE ATENDIMENTO

SF5

Data do atendimento: quinta-feira, 15/07/2021 Hora: 10:00
Local: ARF Ibaiti - Rua Paraná, 10, - Centro - CEP 84900-000 - Ibaiti - PR
CPF do Contribuinte: 931.333.408-91
CPF do Representante: 931.333.408-91
Código para cancelamento do agendamento: QXBD

Serviço(s):

- Consultar Débitos e Pendências

Confira os documentos necessários para o atendimento dos serviços selecionados acessando o sítio https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-rapido

Senha emitida às 16:13 de 14/07/2021

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSFG WZJTY VG69A KGXQU

Data: 20/07/2021
Movimentação: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE
Complemento: . Veiculado no DJEN em 21/07/2021.
Por: Paula Maria Torres Monfardini

Relação de arquivos da movimentação:
- Despacho

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 155.1 - Assinado digitalmente por Paula Maria Torres Monfardini:16854
20/07/2021: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. Arq: Despacho

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa
Valor da Causa: R$28.352,00
Exequente(s): • PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)
Executado(s): • JAIRO GRACIANO DE SOUZA

1. À Fazenda Pública exequente para que se manifeste a respeito do petitório retro (mov. 152), no prazo de **15 (quinze) dias**.

2. Sem prejuízo, diante do conteúdo do mov. 152, determino o cancelamento dos leilões outrora designados (mov. 142). Comunique-se o Sr. Leiloeiro **COM URGÊNCIA**.

3. Quanto ao pleito de mov. 146, verifico que não há procuração outorgando poderes ao subscritor do petitório, sendo de rigor a regularização da representação processual(art. 104, do CPC), para oque concedo o prazo de **15 (quinze) dias**, sob pena de indeferimento do pleito.

4. Sanada a irregularidade, desde já defiro o pleito da Caixa Econômica Federal.

5. Cumpra-se, no que couber, a Portaria Judicial n. 04/2018.

6. Diligências necessárias.

Jaguariaíva, data e hora da inserção no sistema.

Paula Maria Torres Monfardini

Juíza de Direito

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ894 9NA6R 4QENB 767TU

Data: 20/07/2021
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 155) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (20/07/2021)
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 20/07/2021
Movimentação: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO
Complemento: Habilitação de Parte - Parte: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Terceiro)
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 20/07/2021
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de CAIXA ECONÔMICA FEDERAL com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 155) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (20/07/2021)
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 20/07/2021
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de JAIRO GRACIANO DE SOUZA com prazo de 1 dia útil - Referente ao evento (seq. 155) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (20/07/2021)
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 20/07/2021
Movimentação: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO
Complemento: Habilitação Provisória - Perito Oficial: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA habilitado até 19/08/2021 (30 dias)
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 20/07/2021
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para Perito ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA com prazo de 1 dia útil - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (20/07/2021)
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 20/07/2021
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Thalia Andrade de Souza

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão
- COMPROVANTE DE ENVIO DE E-MAIL

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 162.1 - Assinado digitalmente por Thalia Andrade de Souza
20/07/2021: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Certidão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

CERTIFICO que, além da intimação online realizada para o Sr. Leiloeiro, encaminhei um e-mail com a decisão proferida informando o cancelamento dos leilões outrora designados.

CERTIFICO mais, que houve tentativa por esta Serventia de contato através do telefone 41) 3077-8880, porém ninguém atendeu.

Jaguariaíva, 20 de julho de 2021.

Thalia Andrade de Souza
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6EL 629N3 VQ853 AMXTK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 162.2 - Assinado digitalmente por Thalia Andrade de Souza
20/07/2021: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: COMPROVANTE DE ENVIO DE E-MAIL

Gmail **Raquel Teixeira de Lima Dalmut <civeljaguariaiva@gmail.com>**

CANCELAMENTO LEILÃO 21/07 URGENTE

Raquel Teixeira de Lima Dalmut <civeljaguariaiva@gmail.com> 20 de julho de 2021 17:47
Para: magno@rochaleiloes.com.br

Boa tarde Sr Leiloeiro,

Segue em anexo decisão proferida nos autos n° 0000545-75.2002.8.16.0100, a qual determina **o cancelamento dos leilões agendados para o dia 21/07/2021 e 22/07/2021.**

Atenciosamente,
Thalia Andrade
Vara Cível e Anexos de Jaguariaíva

online.pdf
8K

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJS83 EZSTL 4A6JP F5ZJB

Data: 21/07/2021
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: (Pelo Perito ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA) em 21/07/2021 com prazo de 1 dia útil *Referente ao evento (seq. 155) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (20/07/2021) e ao evento de expedição seq. 161.
Por: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA

Data: 21/07/2021
Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (20/07/2021)
Por: ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 164.1 - Assinado digitalmente por Antonio Magno Jacob da Rocha:01658592964
21/07/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Petição

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTA5 M99VY EZQV4 73HHK



Magno Rocha
Leiloeiro Oficial e Rural

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA – PARANÁ

Autos NU 0000545-75.2002.8.16.0100 - Projudi

ANTONIO MAGNO JACOB DA ROCHA, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCEPAR sob o n.º 80/020-L, com endereço profissional no rodapé desta, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, manifestar ciência do contido nos autos.

Termos em que
Pede e Espera Deferimento.
Curitiba, 21 de julho de 2021.

Antonio Magno Jacob da Rocha
Leiloeiro Oficial - JUCEPAR sob o n.º 08/020-L

Data: 30/07/2021
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de JAIRO GRACIANO DE SOUZA) em 30/07/2021 com prazo de 1 dia útil *Referente ao evento (seq. 155) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (20/07/2021) e ao evento de expedição seq. 159.
Por: Marcelo Vanzelli

Data: 30/07/2021
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: Renúncia de Prazo de JAIRO GRACIANO DE SOUZA - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (20/07/2021)
Por: Marcelo Vanzelli

Data: 31/07/2021
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)) em 30/07/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 155) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (20/07/2021) e ao evento de expedição seq. 156.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 31/07/2021
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de CAIXA ECONÔMICA FEDERAL) em 30/07/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 155) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (20/07/2021) e ao evento de expedição seq. 158.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 23/08/2021
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (20/07/2021)
Por: JOSIANE TAMARA JUNGES PATTARO

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição
- Certidão de Dívida Ativa
- extrato
- extrato

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.1 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: Petição

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Maringá
Av. Advogado Horácio Raccanello Filho, 5589, 2º andar, CEP 87020-035, Maringá/PR
Fone (44) 3227-1050 – Fax (44) 3222-5040

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA – ESTADO DO PARANÁ

Execução Fiscal nº 0000545-75.2002.8.16.0100
Exequente: UNIÃO – FAZENDA NACIONAL
Executado: JAIRO GRACIANO DE SOUZA

A **UNIÃO (FN)**, por sua procuradora infra-assinada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção à intimação retro, manifestar-se acerca da petição do mov. 152.

Alega o executado a impenhorabilidade do imóvel de matrícula nº 10.909 do CRI de Jaguariaíva por se tratar de bem de família, bem como que há excesso de penhora e, ainda, insurge-se quanto à avaliação realizada por Oficial de Justiça.

O benefício criado pela lei nº 8.009/90 visa proteger o imóvel que sirva de residência para uma unidade familiar, onde apenas um dos membros da família possua imóvel único em seu nome. Enquadrando-se nesta hipótese, este imóvel seria impenhorável.

Na situação em exame **não há qualquer prova de que o executado resida no imóvel, tampouco de que esse seja o único de sua propriedade.**

Compulsando os autos observa-se que o imóvel em questão foi penhorado em 12/03/2006 (mov. 1.3, p. 35), sendo o executado intimado da penhora em 12/03/2007 (mov. 1.3, p. 37), portanto, há mais de 14 anos o executado tem ciência dessa penhora e até então nada havia alegado acerca de sua suposta impenhorabilidade nos termos da Lei nº 8.009/90. Vale mencionar que durante o curso processual já houve anteriormente designação de hastas públicas para alienação judicial do bem e, mesmo assim, o executado limitou-se a parcelar o débito a fim de obter o cancelamento dos leilões. Em nenhum momento antes do mov. 152 o executado alegou nestes autos que o imóvel penhorado seria sua residência, nem mesmo o fez nos embargos opostos a esta execução.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJV7D 3P39J BVRA6 PQRFU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.1 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: Petição

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Maringá
Av. Advogado Horácio Raccanello Filho, 5589, 2º andar, CEP 87020-035, Maringá/PR
Fone (44) 3227-1050 – Fax (44) 3222-5040

Insta destacar que segundo o **artigo 278 do Código de Processo Civil**, "*a nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão*". Ora, não tendo a parte executada alegado a impenhorabilidade ora levantada na primeira oportunidade em que teve, resta precluso seu direito.

Além disso, não trouxe o executado qualquer prova de que reside no imóvel em tela, tampouco de que é o único de sua propriedade e dos demais membros da unidade familiar. Com efeito, não foram juntadas aos autos certidões dos Cartórios de Registro de Imóveis, tampouco das Declarações de Imposto de Renda, que poderiam demonstrar eventualmente o cabimento das alegações.

Também não consta dos autos certidão de Oficial de Justiça atestando ser o imóvel a residência do executado. Vale destacar que por ocasião da indicação do bem à penhora a exequente fez expressa ressalva de que o bem deveria ser penhorado desde que não se tratasse de bem de família. Assim, considerando-se que o imóvel foi penhorado pelo Oficial de Justiça, sem qualquer oposição da parte devedora, há que se presumir que não seja, de fato, bem de família.

Em reforço a essa conclusão, oportuno mencionar que o endereço do executado, constante em seu cadastro junto ao Fisco Federal, qual seja: **Av. Antônio Cunha, 126, Centro, Jaguariaíva** (vide extrato do CPF em anexo), é diverso do endereço do imóvel penhorado, localizado na **Rua Carmelina S. de Lima, Bairro Matadouro, Jaguariaíva** (vide mov. 124.1).

Ainda, que pelas informações constantes na **Declaração de Operações Imobiliárias (DOI) em anexo**, o executado teria adquirido 3 imóveis desde o ano 2000, tendo alienado um em 2018, dando a entender que seja proprietário de outros bens imóveis situados em Jaguariaíva além do aqui penhorado, ainda que não estejam formalmente registrados em seu nome nos CRIs competentes. Demais disso, é possível que possua também imóveis em outras localidades, o que se infere da indicação à penhora feita pelo executado nestes autos com relação ao imóvel registrado sob o nº 53.001 do1º CRI de Joinville/SC (mov. 1.3, fl. 66).

No que tange à alegação de excesso de penhora, também não merece prosperar, visto que não há nos autos informação concreta acerca de outro(s) bem(ns) de menor valor capaz de garantir integralmente o débito exequendo, que possa ser penhorado em substituição ao imóvel constrito.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJV7D 3P39J BVRA6 PQRFU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.1 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: Petição

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Maringá
Av. Advogado Horácio Raccanello Filho, 5589, 2º andar, CEP 87020-035, Maringá/PR
Fone (44) 3227-1050 – Fax (44) 3222-5040

De acordo com o **parágrafo único do artigo 805 do Código de Processo Civil**, "*ao executado que alegar ser a medida executiva mais gravosa incumbe indicar outros meios mais eficazes e menos onerosos, sob pena de manutenção dos atos executivos já determinados*".

Deste modo, incumbe ao devedor que pretende a substituição indicar outro bem capaz de garantir satisfatoriamente o débito de forma menos onerosa para ele. Na situação em tela, entretanto, o executado não indica outro bem em substituição, limitando-se a alegar que o valor do bem é muito superior ao valor do débito, **razão pela qual a alegação deve ser rejeitada.**

Por fim, melhor sorte não assiste ao executado em relação à insurgência quanto à avaliação do imóvel, já que não aponta qualquer vício que possa macular o ato do Serventuário da Justiça. A insurgência da parte executada apenas pretende substituir a avaliação efetivada por Oficial de Justiça Avaliador por outra, realizada por profissional particular contratado. Os critérios usados pela avaliadora e pela corretora, aliás, são muito parecidos, como o valor do metro quadrado do terreno, o valor das benfeitorias, localização, acessibilidade e potencialidade da região.

Não há nada que possa desabonar o laudo de avaliação apresentado, pois, frise-se, trata-se de profissional habilitado e imparcial, que certamente levou em conta tanto as características dos bens quanto os aspectos relevantes que determinam o preço dos imóveis na região.

Mister salientar, ainda, que se cuidam de **alegações repetidas, já trazidas a lume no mov. 27.1 e já devidamente rejeitadas por este r. Juízo no mov. 51.1,** senão vejamos:

> *"(...)*
>
> *Pois bem, em que pese as alegações da parte executada, a avaliação apresentada nos autos não contem qualquer vicio para ser declarada nula.*
>
> *Ressalto que o bem imóvel foi devidamente avaliado pelo Avaliador Judicial deste Juízo, sendo que não se exige para o ato qualquer conhecimento técnico específico, motivo pelo qual a qualificação profissional do avaliador é irrelevante. Da mesma*

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJV7D 3P39J BVRA6 PQRFU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.1 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: Petição

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Maringá
Av. Advogado Horácio Raccanello Filho, 5589, 2º andar, CEP 87020-035, Maringá/PR
Fone (44) 3227-1050 – Fax (44) 3222-5040

forma, rejeito a impugnação em relação ao valor atribuido ao bem, pois genérica e sem qualquer fundamentação de ordem técnica ou jurídica, capaz de afastar a presunção de legitimidade que a avaliação realizada pelo auxiliar do Juízo goza.

(...)

Não bastasse isso, o autor não juntou aos autos provas robustas capazes de demonstrar a inconsistência do laudo judicial apresentado.

Dessa forma, não há o que se falar em realização de nova avaliação.

(...)

Diante disso, requer-se seja também rejeitada a impugnação à avaliação do imóvel.

Sem prejuízo ao acima requerido, considerando-se que o débito encontra-se atualmente com a exigibilidade suspensa em razão de parcelamento administrativo, **requer a <u>suspensão da execução fiscal pelo prazo de 6 meses</u>**, mantendo-se incólume a penhora efetivada, eis que anterior ao parcelamento.

Termos em que pede deferimento.
Maringá/PR, 23 de agosto de 2021.

JOSIANE T. JUNGES PATTARO
Procuradora da Fazenda Nacional

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJV7D 3P39J BVRA6 PQRFU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.2 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: Certidão de Dívida Ativa

Sistema de Acompanhamento Judicial
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-seccional da Fazenda Nacional de Maringá

Consulta Histórico de Processos

Execução Fiscal (SIDA)

Número:	5457520028160100 (962002)
Classe:	Execução Fiscal (SIDA)
Classe CNJ:	
Assunto CNJ:	
Juizo:	Juiz de Direito - JAGUARIAIVA
Juízo do Tribunal:	
Tipo de Juízo:	Vara Estadual - Cível
Procuradoria Responsável:	PFN - PARANA
Tipo de Processo:	Virtual
Valor inicial da Causa:	R$ 28.054,24
Data do Protocolo na Justiça:	16/08/2002
Acompanhamento Especial:	Não
Acompanhamento Digra:	Não
Pólo da União:	Polo Ativo
Quantidade de Volumes:	0
Quantidade de Apensos:	0
Observação:	
Data do cadastramento:	13/06/2012

Partes do Processo	Pólo	CPF/CNPJ	Devedor DIGRA
JAIRO GRACIANO DE SOUZA	Polo Passivo	81.175.218/0001-89	NÃO
Não existe(m) advogado(s) associado(s) à parte			
JAIRO GRACIANO DE SOUZA	Polo Passivo	931.333.408-91	NÃO
Não existe(m) advogado(s) associado(s) à parte			

Inscrições SIDA Número APA	Processo Administrativo	Valor Inicial de Ajuizamento	Data	Valor Atualizado	Situação da Inscrição	Descrição da Receita
90602001188-81 900788904058	109404011420006	R$ 9.618,14	23/08/2021	R$ 3.558,09	ATIVA AJUIZADA NEGOCIADA NO SISPAR	DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
90602001189-62 900788904634	109404011420006	R$ 18.436,10	23/08/2021	R$ 18.205,81	ATIVA AJUIZADA NEGOCIADA NO SISPAR	DIV.ATIVA-COFINS

Registrado por: ANA LUISA ROSSETO CARDOSO DE OLIVEIRA / Serviço de Apoio
Data/Hora: 23/08/2021 09:50

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJYRC E737Z ZJSUG GFUHD

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.3 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: extrato

```
__ DOI,CONSULTA ( CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996 )_________________ 23/08/2021
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB.          USUARIO: JOSIANE
--------------------------------------------------------------------------------
ANO: 2000 UNIDADE: 0910400       LOTE:         PASTA:         REMESSA:
--------------------------------------------------------------------------------
NUM. DO DISQUETE: 0325677586     ND:
--------------------------------------------------------------------------------
I-IDENTIFICACAO DA OPERACAO
CGC: 77779684000104            DOI NORMAL                            CONTROLE
                                                                     119 / 00
MATRICULA   REGISTRO       LIVRO         FOLHA   TIPO
8704        R1          183         180          OFICIO DE NOTAS


II-IDENTIFICACAO DO ALIENANTE                          QTD. ALIENANTES -
   CPF/CGC             NOME COMPLETO/RAZAO SOCIAL            PARTICIPACAO %
   09217819972  ROSMERI LOYOLA



          PF3-RETORNA                  PF8-AVANCA TELA  PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME
```

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSFA QK9WA WLRGB 49XPU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.3 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: extrato

```
__ DOI,CONSULTA ( CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996 )_________________ 23/08/2021
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB.          USUARIO: JOSIANE
--------------------------------------------------------------------------------
III-IDENTIFICACAO DO ADQUIRENTE                          QTD. ADQUIRENTES -
    CPF/CGC            NOME COMPLETO/RAZAO SOCIAL            PARTICIPACAO %
   93133340891  JAIRO GRACIANO DE SOUZA



IV-INFORMACOES SOBRE A ALIENACAO
 DATA DA ALIENACAO      DATA CONTRATO ANTERIOR            FORMA DE ALIENACAO
     27032000                                                  A VISTA

 CODIGO DA TRANSACAO                  CODIGO MOEDA
 COMPRA E VENDA

 VALOR DA ALIENACAO       BASE DE CALCULO         AREA          UNID. MEDIDA
            6.000,00                  0,00          141,11

          PF3-RETORNA  PF7-VOLTA TELA  PF8-AVANCA TELA  PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME
```

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSFA QK9WA WLRGB 49XPU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.3 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: extrato

__ DOI,CONSULTA (CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996)_____ 23/08/2021
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB. USUARIO: JOSIANE

V-INFORMACOES SOBRE A AQUISICAO

DATA DA AQUISICAO	VALOR DA AQUISICAO	AREA	UNID. MEDIDA
	0,00	0,00	

MOEDA:

V1-INFORMACOES SOBRE O IMOVEL

IMOVEL	TIPO
URBANO	TERRENO

ENDERECO	NUMERO	COMPLEMENTO
AVENIDA ANTONIO CUNHA, QUAD		CENTRO

BAIRRO	CEP	MUNICIPIO	UF
	84200000	JAGUARIAIVA	PR

DATA DA RECEPCAO
28042000

PF3-RETORNA PF7-VOLTA TELA PF8-AVANCA TELA PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSFA QK9WA WLRGB 49XPU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.3 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: extrato

```
__ DOI,CONSULTA ( CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996 )_________________ 23/08/2021
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB.          USUARIO: JOSIANE
--------------------------------------------------------------------------------
ANO: 2000 UNIDADE: 0910400       LOTE:         PASTA:         REMESSA:
--------------------------------------------------------------------------------
NUM. DO DISQUETE: 0333466108     ND:
--------------------------------------------------------------------------------
I-IDENTIFICACAO DA OPERACAO
CGC: 77779684000104            DOI NORMAL                            CONTROLE
                                                                     263 / 00
MATRICULA   REGISTRO       LIVRO         FOLHA   TIPO
10909       R1/AV3      185         144          OFICIO DE NOTAS


II-IDENTIFICACAO DO ALIENANTE                          QTD. ALIENANTES -
   CPF/CGC              NOME COMPLETO/RAZAO SOCIAL            PARTICIPACAO %
   28752996972  NILTON NEY CARNEIRO DOS SANTOS



          PF3-RETORNA                  PF8-AVANCA TELA  PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME
```

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSFA QK9WA WLRGB 49XPU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.3 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: extrato

```
__ DOI,CONSULTA ( CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996 )_________________ 23/08/2021
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB.          USUARIO: JOSIANE
--------------------------------------------------------------------------------
III-IDENTIFICACAO DO ADQUIRENTE                          QTD. ADQUIRENTES -
    CPF/CGC            NOME COMPLETO/RAZAO SOCIAL             PARTICIPACAO %
   93133340891  JAIRO GRACIANO DE SOUZA



IV-INFORMACOES SOBRE A ALIENACAO
 DATA DA ALIENACAO      DATA CONTRATO ANTERIOR            FORMA DE ALIENACAO
     26062000

 CODIGO DA TRANSACAO                  CODIGO MOEDA
 OUTROS

 VALOR DA ALIENACAO       BASE DE CALCULO         AREA          UNID. MEDIDA
           40.000,00                  0,00          130,20

          PF3-RETORNA  PF7-VOLTA TELA  PF8-AVANCA TELA  PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME
```

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSFA QK9WA WLRGB 49XPU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.3 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: extrato

__ DOI,CONSULTA (CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996)_____ 23/08/2021
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB. USUARIO: JOSIANE

V-INFORMACOES SOBRE A AQUISICAO

DATA DA AQUISICAO	VALOR DA AQUISICAO	AREA	UNID. MEDIDA
	0,00	0,00	

MOEDA:

V1-INFORMACOES SOBRE O IMOVEL

IMOVEL	TIPO
URBANO	CASA

ENDERECO	NUMERO	COMPLEMENTO
RUA CARMELINA S. DE LIMA		

BAIRRO	CEP	MUNICIPIO	UF
MATADOURO	84200000	JAGUARIAIVA	PR

DATA DA RECEPCAO
28072000

PF3-RETORNA PF7-VOLTA TELA PF8-AVANCA TELA PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSFA QK9WA WLRGB 49XPU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.3 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: extrato

```
__ DOI,CONSULTA ( CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996 )_________________ 23/08/2021
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB.          USUARIO: JOSIANE
--------------------------------------------------------------------------------
ANO: 2001 UNIDADE: 0910100       LOTE:         PASTA:         REMESSA:
--------------------------------------------------------------------------------
NUM. DO DISQUETE: 0778537478     ND:
--------------------------------------------------------------------------------
I-IDENTIFICACAO DA OPERACAO
CGC: 75214502000114            DOI NORMAL                            CONTROLE
                                                                     2574 / 01
MATRICULA   REGISTRO       LIVRO         FOLHA   TIPO
72F                     1203N       72F          OFICIO DE NOTAS


II-IDENTIFICACAO DO ALIENANTE                              QTD. ALIENANTES -
   CPF/CGC              NOME COMPLETO/RAZAO SOCIAL              PARTICIPACAO %
81175218000189  JAIRO GRACIANO DE SOUZA



          PF3-RETORNA                  PF8-AVANCA TELA  PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME
```

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSFA QK9WA WLRGB 49XPU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.3 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: extrato

```
__ DOI,CONSULTA ( CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996 )_________________ 23/08/2021
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB.          USUARIO: JOSIANE
--------------------------------------------------------------------------------
III-IDENTIFICACAO DO ADQUIRENTE                          QTD. ADQUIRENTES -
    CPF/CGC            NOME COMPLETO/RAZAO SOCIAL             PARTICIPACAO %
01206820000105  PANPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
   93133340891  JAIRO GRACIANO DE SOUZA
   16377107803  HELOISA MARIA BERGAMO DE SOUSA


IV-INFORMACOES SOBRE A ALIENACAO
 DATA DA ALIENACAO      DATA CONTRATO ANTERIOR            FORMA DE ALIENACAO
     31082001                                                   A VISTA

 CODIGO DA TRANSACAO                  CODIGO MOEDA
 OUTROS

 VALOR DA ALIENACAO       BASE DE CALCULO         AREA          UNID. MEDIDA
          180.000,00                  0,00          141,11

          PF3-RETORNA  PF7-VOLTA TELA  PF8-AVANCA TELA  PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME
```

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSFA QK9WA WLRGB 49XPU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.3 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: extrato

```
__ DOI,CONSULTA ( CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996 )_________________ 23/08/2021
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB.          USUARIO: JOSIANE
--------------------------------------------------------------------------------
ANO: 2018 UNIDADE: 0910400       LOTE:         PASTA:         REMESSA:
--------------------------------------------------------------------------------
NUM. DO DISQUETE: 2680081060     ND:
--------------------------------------------------------------------------------
I-IDENTIFICACAO DA OPERACAO
CGC: 77779692000142            DOI NORMAL                          CONTROLE
                                                                   88907 / 18
MATRICULA   REGISTRO       LIVRO         FOLHA   TIPO
11.105      4              2                     REGISTRO DE IMOVIES


II-IDENTIFICACAO DO ALIENANTE                          QTD. ALIENANTES -
   CPF/CGC             NOME COMPLETO/RAZAO SOCIAL            PARTICIPACAO %
   93133340891  JAIRO GRACIANO DE SOUZA
   16377107803  HELOISA MARIA BERGAMO DE SOUSA


          PF3-RETORNA                 PF8-AVANCA TELA  PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME
```

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSFA QK9WA WLRGB 49XPU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.3 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: extrato

__ DOI,CONSULTA (CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996)_____ 23/08/2021
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB. USUARIO: JOSIANE

III-IDENTIFICACAO DO ADQUIRENTE QTD. ADQUIRENTES -

CPF/CGC	NOME COMPLETO/RAZAO SOCIAL	PARTICIPACAO %
01206820000954	PANPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	

IV-INFORMACOES SOBRE A ALIENACAO

DATA DA ALIENACAO	DATA CONTRATO ANTERIOR	FORMA DE ALIENACAO
29032018		A VISTA

CODIGO DA TRANSACAO	CODIGO MOEDA
OUTROS	

VALOR DA ALIENACAO	BASE DE CALCULO	AREA	UNID. MEDIDA
124.460,65	185.000,00	141,11	

PF3-RETORNA PF7-VOLTA TELA PF8-AVANCA TELA PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSFA QK9WA WLRGB 49XPU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.3 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: extrato

__ DOI,CONSULTA (CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996)_____ 23/08/2021
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB. USUARIO: JOSIANE

V-INFORMACOES SOBRE A AQUISICAO

DATA DA AQUISICAO	VALOR DA AQUISICAO	AREA	UNID. MEDIDA
	0,00	0,00	

MOEDA:

V1-INFORMACOES SOBRE O IMOVEL

IMOVEL	TIPO
URBANO	TERRENO

ENDERECO	NUMERO	COMPLEMENTO
Avenida Antonio Cunha		

BAIRRO	CEP	MUNICIPIO	UF
Centro	84200000	Jaguariaíva	PR

DATA DA RECEPCAO
30042018

PF3-RETORNA PF7-VOLTA TELA PF8-AVANCA TELA PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSFA QK9WA WLRGB 49XPU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.3 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: extrato

__ DOI,CONSULTA (CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996)_____ 23/08/2021
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB. USUARIO: JOSIANE

CPF/CNPJ DO CONTRIBUINTE: 93133340891 PARTICIPACOES: 5

PAG.: 0001 DE 0001

DT.OPERAC.	CNPJ DO CARTORIO	CONTROLE	VALOR DA OPERACAO	TIPO	SITUACAO
18/11/1993	77.779.759/0001-49	33791003	500.000,00	AL	OK
27/03/2000	77.779.684/0001-04	11900	6.000,00	AD	OK
26/06/2000	77.779.684/0001-04	26300	40.000,00	AD	OK
31/08/2001	75.214.502/0001-14	257401	180.000,00	AD	OK
29/03/2018	77.779.692/0001-42	8890718	124.460,65	AL	OK

PF1-AJUDA PF3-RETORNA PF12-ENCERRA

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSFA QK9WA WLRGB 49XPU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.4 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: extrato

```
__ CPF,CONSULTA ( CONSULTA BASE CPF )_____________________________________________
RFB                                                    USUARIO: JOSIANE
                                                       23/08/2021 09:40

NI-CPF : 931.333.408-91              REGULAR             INSCRICAO: 00/00/0000
NOME   : JAIRO GRACIANO DE SOUZA
DT NASC: 18/11/1959
MAE    :
                                   SEXO: M  ESTRANGEIRO: N   OBITO:
NATURAL DE  :

ENDERECO: AV ANTONIO CUNHA,126
          84200-000  CENTRO,JAGUARIAIVA

DDD     : 0043    TELEFONE: 35352503   CELULAR:              COD.MUN.: 7633  PR
RES.EXTERIOR: N               DOMIC.ELETRONICO: N            COD.UA : 0910400



PROXIMO NI-CPF: _________ - __
T25A ____________________________________________________ DADOS CADASTRAIS ___
 PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM                    PF4 DECLARACOES

 PF12 CONS.EXTERNAS                                          PF9  FONETICA
```

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTF6 K226T FV9JL TRXRR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.4 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: extrato

```
__ CNPJ,EXTERNO-3,CNPJ-3 ( CONSULTA EXTERNO POR CNPJ-3 )_____________________
T34227YI    DATA: 23/08/2021     PAG.:     1 / 1      USUARIO: JOSIANE

CNPJ: 81.175.218/0001-89 (MATRIZ)
CPF RESP.: 931.333.408-91 QUALIF.: EMPRESARIO
N.E.: JAIRO GRACIANO DE SOUZA

NOME FANTASIA: DROGACENTER
DT ABERTURA: 07/03/1989          DT PRIM. ESTAB.: 07/03/1989
SIT.CAD.CNPJ: INAPTA            MOTIVO: OMISSAO DE DECLARACOES
DATA DA SITUACAO  : 23/11/2018(11/2018) PROC. INSCR. OFICIO:
DT PUBLIC: 23/11/2018 DT EFEITO: 23/11/2018 PROC:                  ATO: 93762
                                                                  SIMEI: NAO
END.: AV ANTONIO CUNHA 106 TERREO
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICIPIO: 7633 JAGUARIAIVA
UF : PR   CEP : 84200-000   TELEFONE :                  FAX :
ORGAO : 0910400

PF2 - OP. SUCESSAO        PF4 - DEMAIS INF. CADASTRAIS        PF5  - MOVIMENTO
PF6 - QUADRO SOCIETARIO   PF12 - HISTORICO      PF9 - DADOS CADASTRAIS FILIAIS
_____________________________________________________________________________

PF3 - ENC. CONSULTA   PF7 - VOLTA PAG   PF8 - AVANCA PAG    PAG DESEJADA: ____
```

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTF6 K226T FV9JL TRXRR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.4 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: extrato

```
__ DOI,CONSULTA ( CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996 )_________________ 23/08/2021
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB.          USUARIO: JOSIANE
--------------------------------------------------------------------------------
CPF/CNPJ DO CONTRIBUINTE: 81175218000189 PARTICIPACOES: 1
--------------------------------------------------------------------------------
                                                          PAG.:  0001 DE  0001
  DT.OPERAC. CNPJ DO CARTORIO   CONTROLE  VALOR DA OPERACAO   TIPO   SITUACAO
  31/08/2001 75.214.502/0001-14   257401           180.000,00 AL           OK




PF1-AJUDA  PF3-RETORNA                                  PF12-ENCERRA
```

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTF6 K226T FV9JL TRXRR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.4 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: extrato

```
__ DOI,CONSULTA ( CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996 )_________________ 23/08/2021
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB.          USUARIO: JOSIANE
--------------------------------------------------------------------------------
ANO: 2001 UNIDADE: 0910100       LOTE:         PASTA:         REMESSA:
--------------------------------------------------------------------------------
NUM. DO DISQUETE: 0778537478     ND:
--------------------------------------------------------------------------------
I-IDENTIFICACAO DA OPERACAO
CGC: 75214502000114            DOI NORMAL                            CONTROLE
                                                                     2574 / 01
MATRICULA   REGISTRO       LIVRO         FOLHA   TIPO
72F                     1203N       72F          OFICIO DE NOTAS


II-IDENTIFICACAO DO ALIENANTE                              QTD. ALIENANTES -
   CPF/CGC              NOME COMPLETO/RAZAO SOCIAL              PARTICIPACAO %
81175218000189  JAIRO GRACIANO DE SOUZA



          PF3-RETORNA                  PF8-AVANCA TELA  PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME
```

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTF6 K226T FV9JL TRXRR

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 169.4 - Assinado digitalmente por Josiane Tamara Junges Pattaro:90347919987
23/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: extrato

__ DOI,CONSULTA (CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996)_____ 23/08/2021
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB. USUARIO: JOSIANE

CPF/CNPJ DO CONTRIBUINTE: 93133340891 PARTICIPACOES: 5

PAG.: 0001 DE 0001

DT.OPERAC.	CNPJ DO CARTORIO	CONTROLE	VALOR DA OPERACAO	TIPO	SITUACAO
18/11/1993	77.779.759/0001-49	33791003	500.000,00	AL	OK
27/03/2000	77.779.684/0001-04	11900	6.000,00	AD	OK
26/06/2000	77.779.684/0001-04	26300	40.000,00	AD	OK
31/08/2001	75.214.502/0001-14	257401	180.000,00	AD	OK
29/03/2018	77.779.692/0001-42	8890718	124.460,65	AL	OK

PF1-AJUDA PF3-RETORNA PF12-ENCERRA

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTF6 K226T FV9JL TRXRR

Data: 23/08/2021
Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO
Complemento: Responsável: Paula Maria Torres Monfardini
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 24/08/2021
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (20/07/2021)
Por: CAROLINA FRANCO RODRIGUES LAIDANE

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição
- Procuração
- Substabelecimento
- planilha

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 171.1 - Assinado digitalmente por Carolina Franco Rodrigues Laidane
24/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: Petição

Rodrigues Advogados Associados
OAB/PR 230

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO –VARA DA FAZENDA PUBLICA– COMARCA DE JAGUARIAÍAVA – PARANÁ

Autos n.º 0000545-75.2002.8.16.0100

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, nestes autos, partes amplamente qualificadas, com o respeito e acatamento costumeiros endereçados ao D.Juízo, em atenção ao item “3”do r.despacho de evento 155, requer juntada aos autos da anexa procuração e substabelecimento.

De outra via, extrai-se do feito que foi efetivada a penhora sobre o imóvel de matrícula n.º 10.909 do Registro de Imóveis de Jaguariaíva/PR, conforme termo de penhora de evento 1.3, pág. 35.

Da respectiva matrícula imobiliária (evento 112.5) verifica-se que referido imóvel se encontra gravado com hipoteca à CEF (R5).

Visando reunir os elementos necessários ao deslinde da questão, a fim de prestar informações ao D.Juízo acerca da vigência e situação atual do contrato, da eventual existência e valor do saldo devedor em aberto, além apresentar a documentação pertinente referente ao contrato celebrado com a CEF, requer a Vossa Excelência seja deferido **prazo** de 10 (dez) dias à ora peticionante.

Por oportuno, requer juntada da anexa planilha de evolução contratual.

Termos em que,
R.P. e espera Deferimento!
Ponta Grossa-PR, 24 de agosto de 2021.

Newton Maurício Franco Rodrigues
OAB/PR 16.282

Gustavo Franco Rodrigues
OAB/PR 40.566

Carolina Franco Rodrigues Laidane
OAB/PR 73.691

Rua Eng.º Teixeira Soares, n.º 35 - Oficinas - CEP: 84040-180 – Fone: (42)3224-9100 Ponta Grossa – PR.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ88H NX6RN V59SV KDNLB

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 171.2 - Assinado digitalmente por Carolina Franco Rodrigues Laidane
24/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: Procuração

2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

DR. RAMILO SIMÕES CORRÊA
TABELIÃO INTERINO

LUIZ CARLOS SCHONARTH
TABELIÃO INTERINO

SRTV / SUL - Q. 701 - CONJ. L - BL. 01 - LOJA 24 - ANDAR TÉRREO - CENTRO EMPRESARIAL ASSIS CHATEAUBRIAND
FONE: (61) 3225-2760 - FAX: (61) 3225-7222 / 3223-4715 - E-mail: oficio2df@uol.com.br - CEP 70340-906 - BRASÍLIA - DF

Prot.: 430182
Livro: 3372-P
Folha: 183

2º Ofício de Notas e Protesto BRASÍLIA-DF Tabeliona Bonnie Tatsuana

PROCURAÇÃO COM SUBSTABELECIMENTO DE OUTRAS BASTANTE QUE FAZ **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF,** NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem que aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove **(24/04/2019)**, nesta Cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, neste Serviço Notarial, perante mim, Escrevente Notarial, compareceu como outorgante: **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, criada nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, alterado pelo Decreto-Lei nº 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto Social, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de Janeiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União - DOU, Seção 1 em 16/03/2018, páginas 41 a 50, devidamente registrado na JCDF sob o nº 1016518 em 16/02/2018, e confirmado através do sitio http://jcdf.mdic.gov.br, por intermédio de consulta sob o protocolo nº 18/018.171-8 e o código de segurança: eRTg, aquela foi autenticada digitalmente e assinada em 02/03/2018 por Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral da JCDF, cuja cópia fica aqui arquivada, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília/DF, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada por seu Diretor Jurídico **GRYECOS ATTOM VALENTE LOUREIRO**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade profissional nº 97.640-OAB/RJ e 54.459-OAB/DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 046.424.857-40, com endereço profissional no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, 18º andar, Brasília/DF, o qual se declara nesta condição conforme Resolução nº 604, da ATA nº 544, de 15/08/2018, devidamente assinada pelo Secretário Geral Marcelo Martins, cuja copia fica aqui arquivada, identificada e reconhecida como a própria do que dou fé. E por ela me foi dito que, por este instrumento público nomeia e constitui os advogados lotados no âmbito **do Jurídico Regional de CURITIBA/PR** seus bastantes procuradores: AGNALDO MURILO ALBANEZI BEZERRA OAB/PR12722, CPF: 489.367.749-72; ALAIM GIOVANI FORTES STEFANELLO OAB/PR 49548, CPF: 603.125.130-20; ALEXANDRE FOTI OAB/PR 42058, CPF 037.307.459-05; ALTAIR RODRIGUES DE PAULA OAB/PR 13876, CPF: 175.448.749-15; ALUÍSIO MARTINS BORELLI OAB/PR 70989, CPF 284.553.938-07; ANTONIO CARLOS DA VEIGA OAB/PR 10578; CPF: 358.848.949-53, BEATRIZ FONSECA DONATO OAB/PR 18990, CPF: 361.981.269-20, CIRINEI ASSIS KARNOS OAB/PR 14986, CPF: 429.084.009-44; CLAUDIA LORENA CARRARO OAB/PR 16137, OAB/SC 44135-A, OAB/RS 102.619, CPF: 639.546.569-49; CLEVIS VASQUINHO LAPINSKI OAB/PR 17962, CPF: 561.991.719-34; DANIELA PAZINATTO OAB/PR 27238, CPF: 248.458.908-52; DANIELE CRISTINA DAS NEVES OAB/PR 33225, CPF: 023.985.439-00; ELAINE GARCIA MONTEIRO PEREIRA OAB/PR 27747, CPF: 023.297.319-90; EMERSON BUSANELLO, OAB/PR 20.342, CPF: 724.785.279-87; EUGENIA COSTESKI CROSATI OAB/PR 73023, CPF 535.513.709-15; EVERLY DOMBECK FLORIANI OAB/PR 25638, CPF: 743.179.209-30; FATIMA MARIA BOZZ BARBOSA OAB/PR 16450PR e CPF: 480.423.079-34; FRANCO ANDREY FICAGNA, OAB/PR 28959, CPF 775.655.849-91; GERALDO SAVIANI DA SILVA OAB/PR 10323 CPF: 349.812.689-04; GISLAINE GUILHERME TOLEDO OAB/PR 52196, CPF: 027.813.359-24; ILIANE ROSA PAGLIARINI, OAB/PR 44833, CPF: 652.413.122-34; JEREMIAS PINTO ARANTES DE SOUZA, OAB/RS 94521-B, CPF: 219.568.488-78; JOAO CORREA SOBANIA OAB/PR 11173, OAB/SC 44.195-A, CPF: 356.083.239-04; JOAO MARCOS CREMASCO, OAB/PR 19157, CPF: 545.540.559-49; JOSE HALLEY DE ASSIS FERNANDES SULIANO OAB/PR 35308, CPF: 120.686.898-80; LEANDRO CABRAL MORAES OAB/PR 44791, CPF: 695.033.031-68; LEONARDO WERNER PEREIRA DA SILVA OAB/PR 36712, CFP; 032.975.019-44; LUIS RENATO SINDERSKI OAB/PR 17347, CPF: 371.116.989-91; MANOEL DINIZ PAZ NETO OAB/PR 18886, CPF: 627.033.159-53; MANOELA GAIO PACHECO VERSETTI OAB/PR 38268, CPF: 034.412.499-17; MARCELO MARTINS OAB/PR 18526, CPF: 451.934.369-00; MARCELLO MOREIRA OAB/PR 20411, CPF: 590.223.539-15; MARCELO NICOLAU NADER OAB/PR 29867, OAB/SP 114739, OAB/RS 104958A, OAB/SC 46854, CPF: 108.371.948-30; MARCELO ROGERIO MARTINS OAB/PR 33410, CPF: 597.119.659-68; MARCOS LUCIANO GOMES OAB/PR 24605, CPF: 488.503.141-91; MARILANE TON RAMOS OAB/PR 23002, CPF: 818.843.629-15; MAURICIO PIOLI, OAB/PR 19335, CPF: 042.809.878-90; MISAEL FUCKNER DE OLIVEIRA OAB/PR 33632, CPF: 024.478.649-65; MOACYR FACHINELLO OAB/PR 18991, CPF: 470.981.479-15; PAMELLA DE MOURA SANTOS, OAB/PR 59.170 e CPF 057.838.569-40; PATRICIA ANICETA BIGAISKI BERTOLDO, OAB/PR 40389, CPF: 016.828.409-05; PATRICIA FRANCIOLI SUZI SERINO DA SILVA OAB/PR 37706, CPF: 033.776.049-79; PATRICIA RAQUEL CAIRES JOST GUADANHIM OAB/PR 29545, CPF: 022.498.539-67; RENATO LUIZ HARMI HINO OAB/PR 16142, CPF: 390.287.129-68; RICARDO ZANELLO OAB/PR 16531, CPF: 462.689.019-91; ROBERTO ANTONIO SONEGO OAB/PR 50650, CPF: 930.623.209-82; ROSELI APARECIDA BETTES, OAB/PR 35854, CPF: 531.562.429-34; ROSELI ZANLORENSI CARDOSO OAB/PR 25460, CPF: 503.709.799-15; SANDRO ENDRIGO DE AZEVEDO CHIAROTI, OAB/SP 140.659 e CPF: 106.415.248-11; SUELEN PATRICIA BUTTENBENDER TANOMARU OAB/PR 40973, CPF: 041.248.389-05; SUSAN EMILY IANCOSKI SOEIRO OAB/PR 35542, CPF: 003.878.169-76; WLADEMIR ROBERTO VIEIRA JUNIOR OAB/PR 66190, CPF: 066.648.919-05, além de Alberto Bohnen Filho, OAB/RS 28.150, CPF 503.795.850-49; Alessandra Weber Bueno Giongo, OAB/RS 47.671, CPF 905.202.700-53; Alessandro Maciel, OAB/RS 50.768, CPF 748.030.500-15; Alice Schwambach, OAB/RS 30.224, CPF ; Álvaro Sergio Weiler Júnior, OAB/RS 36.652, CPF 632.770.690-87; Bianca Zoehler Baumgart Crestani, OAB/RS 65.698, CPF 971.693.900-00; Carla Borba de Oliveira dos Santos, OAB-RS 66.790, CPF 932.116.780-34; Cassia Daniela Silveira, OAB/RS 49.184, CPF 693.040.680-53; Clarissa Cigana, OAB/RS 57.191, CPF 971.729.870-04; Clarissa Pires da Costa, OAB/RS 60.346, CPF 977.298.840-20; Cláudio Gehrke Brandão, OAB/RS 31.762, CPF 470.805.900-00; Clóvis Andrade Goulart, OAB/RS 63.916, CPF 003.387.520-05; Conrado de Figueiredo Neves Borba, OAB/RS 58.024B, CPF 023.684.519-51; Cristina Leonora Siqueira Porto, OAB/RS 59.159, CPF 941.579.010-53; Daniel Barbosa Lima Faria Correa Souza, OAB/RS 65.085, CPF 939.912.660-91; Daniel Pires da Silva, OAB/RS 80.862, CPF 808.717.550-68; Davi Duarte, OAB/RS

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJT5Z 36PWJ TUDHL LHEK3

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 171.2 - Assinado digitalmente por Carolina Franco Rodrigues Laidane 24/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: Procuração

15.956, CPF 253.326.000-20; Denise Trein, OAB/RS 71.426, CPF 002.348.010-69; Dione Lima da Silva, OAB/RS 51.545, CPF 902.755.510-91; Eberaldo Leo Cestari Júnior, OAB/RS 24.165, CPF 511.719.450-00; Eduardo Neves Elson, OAB/RS 57.292, CPF 630.977.610-04; Elenise Peruzzo dos Santos, OAB/RS 44.514, CPF 700.052.490-15; Erni Rosiane Pereira Muller, OAB/RS 28.400, CPF 527.227.080-00; Evandro Garczynski, OAB/RS 45.367, CPF 607.406.390-72; Fabiano Pretto, OAB/RS 56.497, CPF 558.040.200-72; Fábio Radin, OAB/RS 53.690, CPF 927.608.130-53; Felipe Hoffmann Muñoz, OAB/RS 74.715, CPF 971.164.320-00; Fernando da Silva Abs da Cruz, OAB/RS 39.179, CPF 631.091.310-72; Fernando Estima Mello, OAB/RS 70.092, CPF 998.845.260-87; Gilberto Antônio Panizzi Filho, OAB/RS 47.284, CPF 782.741.170-34; Guilherme Lohmann Togni, OAB/RS 93.644, CPF 734.144.090-20; Guilherme Peroni Lampert, OAB/RS 47.295, CPF 701.574.130-04; Gustavo Schmidt de Almeida, OAB/RS 74.635, CPF 705.480.301-97; Gustavo Tanger Jardim, OAB/RS 58.417, CPF 747.213.990-49; Irene Knupp Miranda Peixoto; OAB/RS 106.986B, CPF 030.587.896-45; Ismael Geraldo Acunha Sole Filho, OAB/RS 62.127, CPF 998.867.150-49; Jeremias Pinto Arantes de Souza, OAB/RS 94.521-B, CPF 219.568.486-78; João Carlos Matas Luz, OAB/RS 52.916B, CPF 004.983.327-80; José Alexandre Fenilli de Miranda, OAB/RS 58.492, CPF 483.108.240-68; José Gabriel Boschi, OAB/RS 58.342, CPF 989.600.320-34; Juliana Bortolini, OAB/RS 55.063, CPF 912.417.070-49; Juliana Veiga Biedrzycki, OAB/RS 65.284, CPF 999.277.210-72; Karin Wietzke Brodbeck, OAB/RS 47.125, CPF 908.183.770-20; Leandro Pinto de Azevedo, OAB/RS 44.051, CPF 924.682.330-34; Leda Saraiva Soares, OAB/RS 61.888, CPF 955.910.440-34; Leonardo da Silva Greff, OAB/RS 47.711, CPF 700.106.920-53;Leonardo Tarouco de Freitas, OAB/RS 64.695, CPF 225.479.241-53; Loy Marques Ribeiro Júnior, OAB/RS 59.684, CPF 909.605.990-53; Luciane Maria Finger Ballico, OAB/RS 25.976, CPF 465.612.420-68; Luciano Ferreira Peixoto, OAB/RS 49.675, CPF 724.199.970-34; Luís Fernando Miguel, OAB/RS 28.919, CPF 457.149.910-87; Luís Gustavo Franco, OAB/RS 51.637, CPF 666.245.500-82; Marcelo Donato dos Santos, OAB/RS 38.576, CPF 891.621.370-34; Marcelo Machado de Assis Berni, OAB/RS 40.888, CPF 609.111.310-00; Marcelo Quevedo do Amaral, OAB/RS 47.727, CPF 889.788.000-25; Marcia Aquino Tatsch, OAB/RS 46.586, CPF 885.021.630-00; Margit Kliemann Fuchs, OAB/RS 12.147, CPF 222.131.390-91; Maria José Conde Carlesso, OAB/RS 62.482, CPF 001.122.360-06; Maria Luisa Claudino Rodrigues Medeiros, OAB/RS 59.192, CPF 513.070.570-04; Mario Luís Manozzo, OAB/RS 31.896, CPF 354.903.650-72; Marlon Vendruscolo, OAB/RS 68.798, CPF 003.297.800-69; Odijan Paulo Goncalves Ortiz, OAB/RS 77.923, CPF 001.210.050-11; Olavo Passos Geimba, OAB/RS 58.275, CPF 948.121.790-68; Pablo Drum, OAB/RS 52.047, CPF 770.991.251-68; Patrícia Della Mea Holtermann, OAB/RS 59.997, CPF 959.243.880-34; Rafael Caletti, OAB/RS 57.600, CPF 279.348.388-59; Rafael Ramos Gonçalves, OAB/RS 63.165, CPF 805.085.290-34; Renato Miler Segala, OAB/RS 36.838, CPF 674.052.820-91; Renato Moreira Dorneles, OAB/RS 46.240, CPF 668.975.990-34; Rinaldo Penteado da Silva, OAB/RS 51.689, CPF 000.148.720-56; Roberta Mariana Barros de Aguiar Corrêa, OAB/RS 102.278B, CPF 908.132.945-68; Roberto Maia, OAB/RS 21.474, CPF 265.051.850-20; Rochelle Reveilleau Rodrigues, OAB/RS 56.814, CPF 911.267.700-00; Rogério Spanhe da Silva, OAB/RS 18.649, CPF 262.559.790-91; Tiago de Freitas Lima Lopes, OAB/RS 56.990, CPF 952.629.890-04; Vera Lúcia Bicca Andujar, OAB/RS 16.912, CPF 295.123.600-04; Vera Regina Hippler, OAB/RS 41.825, CPF 284.498.000-72; Vinicius Facenda, OAB/RS 62.629, CPF 804.826.000-04; Vivian Daniele Corrêa Pereira, OAB/RS 66.444, CPF 803.799.820-72; Volnir Cardoso Aragão; OAB/RS 28.906, CPF 458.372.010-68; Yuri Grossi Magadan, OAB/RS 36.844, CPF 611.985.280-87, (dados fornecidos por declaração, ficando a outorgante responsável por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção), aos quais confere poderes, observadas as normas internas da CAIXA, para o foro em geral (art. 105, do CPC/2015), para, em conjunto ou isoladamente, independente da ordem de nomeação, representar a OUTORGANTE em Juízo ou fora dele, nas ações em que ela for autora, ré, assistente ou opoente ou de qualquer forma interessada, perante quaisquer juízos ou tribunais, em qualquer grau ou órgãos da Administração Pública ou Privada, podendo transigir, desistir, firmar compromisso, receber e dar quitação, arrematar e adjudicar bens em Execuções Judiciais ou Extrajudiciais, receber alvará judicial, ajuizar Ação Rescisória, impetrar Mandado de Segurança, representar a OUTORGANTE em liquidações extrajudiciais, Concordatas, Falências, Recuperações Judiciais e Recuperações Extrajudiciais, em juízo e perante administradores judiciais, podendo formular e assinar declarações e habilitações de crédito, impugnar créditos, apresentar objeções a planos de recuperação judicial ou extrajudicial, representar a OUTORGANTE em quaisquer assembléias gerais de credores em primeiras, segundas ou extraordinárias convocações, com poderes especiais para discutir, propor, deliberar e votar os assuntos da pauta ordinária ou extraordinária, praticando, enfim, tudo o mais que se tornar necessário ao fiel desempenho deste mandato, independentemente da menção de outros poderes, por mais especiais que sejam. **OUTROSSIM**, a OUTORGANTE substabelece, COM RESERVA de iguais poderes **nas pessoas dos ora outorgados,** aqueles poderes que lhe foram conferidos pela **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA,** nos termos da Procuração Pública lavrada no **1º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA/DF,** livro **6708-P,** fls. **129,** em data de quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove **(14/02/2019)**, para o foro em geral. Ficam ratificados, para todos os efeitos, os atos praticados pelos outorgados desde 29 de junho de 2001, relativamente aos créditos cedidos à EMGEA, nos termos do artigo 662 e parágrafo único do Código Civil Brasileiro. **O mandato outorgado pela EMGEA terá prazo de validade até o dia 14/02/2022, podendo ser revogado a qualquer tempo a critério desta, não afetando os poderes ora outorgados pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, em nome próprio, cujo prazo de validade é indeterminado.** ***ADEMAIS***, a OUTORGANTE substabelece, COM RESERVA de iguais poderes, **nas pessoas dos ora outorgados**, aqueles poderes que lhe foram conferidos pela **CAIXA PARTICIPAÇÕES S/A – CAIXAPAR**, nos termos da Procuração Pública lavrada **NESTAS NOTAS**, livro **3015**, fls. **056**, em data de dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e treze **(17/05/2013)**, com reservas, para o foro em geral. ***E, ADEMAIS***, a OUTORGANTE substabelece, COM RESERVA de iguais poderes, **nas pessoas dos ora outorgados**, aqueles poderes que lhe foram conferidos pela **CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S/A**, nos termos

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJT5Z 36PWJ TUDHL LHEK3

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 171.2 - Assinado digitalmente por Carolina Franco Rodrigues Laidane
24/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: Procuração

2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

Prot.: 430182
Livro: 3372-P
Folha: 185

DR. RAMILO SIMÕES CORRÊA
TABELIÃO INTERINO

LUIZ CARLOS SCHONARTH
TABELIÃO INTERINO

SRTV / SUL - Q. 701 - CONJ. L - BL. 01 - LOJA 24 - ANDAR TÉRREO - CENTRO EMPRESARIAL ASSIS CHATEAUBRIAND
FONE: (61) 3225-2760 - FAX: (61) 3225-7222 / 3223-4715 - E-mail: ofício2dfl@uol.com.br - CEP 70340-906 - BRASÍLIA - DF

2º Ofício de Notas e Protesto BRASÍLIA-DF Tabeliongto Bonjes Teixeira

da Procuração Pública lavrada **NESTAS NOTAS**, livro **3267-P**, fls. **121**, em data de dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete **(19/06/2017)**, com reservas, para o foro em geral. Os poderes conferidos neste instrumento podem ser, com reserva de iguais, substabelecidos a outros advogados que integram o quadro da OUTORGANTE, advogados pertencentes a sociedades de advogados credenciadas ou advogados contratados. Com exclusividade, a **OUTORGANTE**, além dos poderes acima referidos, confere aos advogados: ALAIM GIOVANI FORTES STEFANELLO OAB/PR 49548, CPF: 603.125.130-20; ALUÍSIO MARTINS BORELLI OAB/PR 70989, CPF 284.553.938-07; DANIELA PAZINATTO OAB/PR 27238, CPF: 248.458.908-52; DANIELE CRISTINA DAS NEVES OAB/PR 33225, CPF: 023.985.439-00; FRANCO ANDREY FICAGNA OAB/PR 28959, CPF 775.655.849-91; GISLAINE GUILHERME TOLEDO OAB/PR 52196, CPF: 027.813.359-24; ILIANE ROSA PAGLIARINI OAB/PR 44833, CPF: 652.413.122-34; JOAO MARCOS CREMASCO, OAB/PR 19157, CPF: 545.540.559-49; LEONARDO WERNER PEREIRA DA SILVA OAB/PR 36712, CPF: 032.975.019-44; MANOELA GAIO PACHECO VERSETTI, OAB/PR 38268, CPF: 034.412.499-17; MARCELO MARTINS OAB/PR 18526, CPF: 451.934.369-00; MARCELO ROGERIO MARTINS OAB/PR 33410, CPF: 597.119.659-68; PATRICIA RAQUEL CAIRES JOST GUADANHIM OAB/PR 29545, CPF: 022.498.539-67; ROSELI APARECIDA BETTES, OAB/PR 35854, CPF: 531.562.429-34, MISAEL FUCKNER DE OLIVEIRA OAB/PR 33632, CPF: 024.478.649-65; ROSELI ZANLORENSI CARDOSO OAB/PR 25460, CPF: 503.709.799-15; SUELEN PATRICIA BUTTENBENDER TANOMARU OAB/PR 40973, CPF: 041.248.389-05, JEREMIAS PINTO ARANTES DE SOUZA OAB/RS 94521-B CPF: 219.568.488-78 e FATIMA MARIA BOZZ BARBOSA OAB/PR 16450 CPF: 480.423.079-34, já qualificados anteriormente, aqueles especiais para, em conjunto entre si, ou mesmo individualmente, e independente da ordem de nomeação receberem CITAÇÃO física ou por meio do endereço eletrônico jurirct@caixa.gov.br. (Lavrada sob minuta). **O Tabelião reserva o direito de cobrar emolumentos por correção de erros materiais, advindos de declaração da outorgante (PGCJDF, Art. 14, Parágrafo Único). Se advindos da lavratura, obriga-se a corrigi-los, em até 48 horas, após o pedido.** DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS POR VONTADE DAS PARTES (R$: 51,90). Eu, (MARCELO SOARES LIMA), Escrevente Notarial, digitei, lavrei, conferi, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. Eu, LUIZ CARLOS SCHONARTH, Tabelião Substituto, subscrevo, dou fé e assino. (aa) - GRYECOS ATTOM VALENTE LOUREIRO, LUIZ CARLOS SCHONARTH. Trasladada na mesma data. Eu, _____, a conferi, subscrevi, dou fé e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO _____ DA VERDADE.
Selo de segurança: TJDFT20190020174756GJTL
Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br

JOACY MUNIZ ALMEIDA
Escrevente Notarial
2º Ofício de Notas e Protesto
Brasília - DF

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJT5Z 36PWJ TUDHL LHEK3

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 171.3 - Assinado digitalmente por Carolina Franco Rodrigues Laidane
24/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: Substabelecimento

Substabelecimento

Substabeleço, aos advogados adiante identificados, com reserva de iguais poderes, vedado o substabelecimento, os poderes abaixo especificados e que foram a mim outorgados pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, consoante instrumento de mandato em anexo/juntado aos autos: 00005457520028160100

Substabelecidos: Gustavo Franco Rodrigues, OAB/PR40.556, CPF 007.451.159-93; Newton Mauricio Franco Rodrigues, OAB/PR16.282, CPF 078.677.869-53; Fabio Ferreira, OAB/PR29.348, CPF 676.252.239-49; Carolina Franco Rodrigues Laidane, OAB/PR76.691, CPF 066.274.629-58; Caroline Zanetti Rosas, OAB/PR76.242, CPF 069.139.279-08; com sede na Rua Teixeira Soares, 35,, Centro, CEP 84040180, Ponta Grossa - PR, Fone: (42) 3224-6536, integrantes da RODRIGUES ADVOGADOS ASSOCIADOS

Poderes: Para o foro em geral a fim de, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, representar a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL nos autos do processo de número: 00005457520028160100, em que é parte adversa PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL PGFN, em trâmite na 1ª VARA DA FAZENDA P├ÚBLICA de JAGUARIAIVA atuando perante quaisquer juízos ou tribunais competentes, em qualquer grau, para praticar todos os atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

CURITIBA-PR, 10 de Maio de 2021

Leonardo Werner Pereira da Silva
OAB/PR 36.712
CPF 032.975.019-44

Assinado digitalmente

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDFS HWZWC P3D9B GXJDD

JAIRO GRACIANO DE SOUZA 00093133340891 % PACT. 29,69 RENDA 4.266,67 C.PES 01 CONTRATO 103920025094-0
HELOISA MARIA BERGAMO DE SOUSA 00016377107803 % PACT. 70,31 C.PES 01 CONTRATO 103920025094-0
END R UBIRAJARA ATHAYDE 339 JD. SAO ROQUE JAGUARIAIVA PR 84200000 GRUPO HABITACIONAL 0999.7
END R UBIRAJARA ATHAIDE 339 F 35352503 JD SAO ROQUE JAGUARIAIVA PR 84200000
STC 000307 PROD 0319 UNO 03921 UNC 03921 ORR 065 LF 088 TF 002 SIT.ESP:063 132 204 264
FUNDHAB 0,00 FCVS 0,00 SEG.VISTA 26,01 ABERT.CRED. 0,00 IOF 0,00 COD.LEG. 0000

DATA ESCRITURA: 26/06/2000 DATA CADASTRO: 26/06/2000
DT EVENTO 26/06/2000 TP PED 001 INCLUSAO DE FINANCIAMENTO A PESSOA FISICA APOLICE 68030 TP CREDITO 003

TX EFET 12,6825

DIV. VENC	0,00	RCR	0909	TX INIC	12,0000			CES	0,000	FCVS	0,00
VR.ALTER.	30.000,00	RGE	0720	INCREM	0,0	TC1.	000	PREST	716,66	TAXAS	0,00
DESCONTO	0,00	PC12C		FREQUEN	00	TC2.	000	S.MIP	19,44	RAZAO	
SD P-RATA	0,00	PRZ	072	TX FI	0,0000		0,0000	S.DFI	6,57	VENCTO	26/07/2000
VL GARANT	40.036,50	PRZ PRO	000	LIM.CONC.	00/0000			S.CRE		SD APOS	29.999,99
TAC/FEE A VISTA	0,00									TX.EQ	0,00
DESP CART:	0,00							DESC. DESP			

DATA ESCRITURA: 26/06/2000 DATA CADASTRO: 15/12/2004
DT EVENTO 14/12/2004 TP PED 116 INC.AUT C/ELEV ENC E RES C/P.RATA APOLICE 68030 TP CREDITO 003

TX EFET 12,6825

DIV. VENC	0,00	RCR	0909	TX INIC	12,0000			CES	0,000	FCVS	0,00
VR.ALTER.	20.032,85	RGE	0720	INCREM	0,0	TC1.	000	PREST	1.790,63	TAXAS	0,00
DESCONTO	0,00	PC12C		FREQUEN	00	TC2.	000	S.MIP	21,30	RAZAO	
SD P-RATA	8.557,12	PRZ	072	TX FI	0,0000		0,0000	S.DFI	8,53	VENCTO	26/12/2004
VL GARANT	45.233,16	PRZ PRO	000	LIM.CONC.	00/0000			S.CRE		SD APOS	28.589,97
TAC/FEE A VISTA	0,00									TX.EQ	0,00
DESP CART:	0,00							DESC. DESP			

DATA ESCRITURA: 14/12/2004 DATA CADASTRO: 15/12/2004
DT EVENTO 14/12/2004 TP PED 041 REFINANC CONTRATO S/MUD MUTUARIO APOLICE 68030 TP CREDITO 003

JAIRO GRACIANO DE SOUZA 00093133340891 % PACT. 29,69 RENDA 3.126,00 C.PES 01 CONTRATO 103920025094-0
HELOISA MARIA BERGAMO DE SOUSA 00016377107803 % PACT. 70,31 C.PES 01 CONTRATO 103920025094-0

TX EFET 12,6825

DIV. VENC	0,00	RCR	0909	TX INIC	12,0000			CES	0,000	FCVS	0,00
VR.ALTER.	0,00	RGE	0720	INCREM	0,0	TC1.	000	PREST	762,39	TAXAS	0,00
DESCONTO	0,00	PC12C		FREQUEN	00	TC2.	000	S.MIP	21,30	RAZAO	

Emitente: C107350 (GCI CAIXA - Inativos)

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSDQ YX2DP VKDQJ ZZUMU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 171.4 - Assinado digitalmente por Carolina Franco Rodrigues Laidane
24/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: planilha

PLANILHA DE EVOLUCAO DO FINANCIAMENTO (ID) RPLA 02M (0014000392100)I034741301/V11/C0005 07/05/21 PAG 002
CAIXA ECONOMICA FEDERAL FILIAL 14-PARANA NO.020.000 27/05/21 09:41 SEQ 002

JAIRO GRACIANO DE SOUZA 00093133340891 % PACT. 29,69 RENDA 3.126,00 C.PES 01 CONTRATO 103920025094-0

SD P-RATA	28.589,98	PRZ	060	TX FI	0,0000	0,0000	S.DFI	8,53	VENCTO 14/01/2005
VL GARANT	45.233,16	PRZ PRO	000	LIM.CONC.	00/0000		S.CRE		SD APOS 28.589,98
TAC/FEE A VISTA	0,00								TX.EQ 0,00
DESP CART:	0,00						DESC. DESP		
JUROS DIA	171,53	SEGURO	29,84				S.FGT	0,00	S.SOB 0,00

TAXAS / VENCTO / PAGMTO	NR. BONUS / MSG	PAR	FCVS / FGTS	TA SEGURO/LIQUIDO	TCA PRESTACAO / MORA	TRC IOF	COMPL	JUROS / TOTAL DEVIDO	TAO AMORTIZACAO / VALOR PAGO	TAC SALDO DEVEDOR / DIF PREST	TOM INDICE TP / DIF.REAJ
14/12/04 DIF PAGAMENTO: 319									163,03		
14/12/04 DIF PAGAMENTO: 326									201,37		
14/01/05 CORRECAO					1,00234338			66,99			28.656,98
14/12/04 DIF PAGAMENTO: 418									20.032,86		
TAXAS:											
14/01/05 001			29,83	762,39				286,58	475,81	28.181,17	
10/01/05 310			792,22					792,22	830,65	38,43-	
14/02/05 CORRECAO					1,00131159			36,96			28.218,13
TAXAS:											
14/02/05 002			29,83	762,39				282,19	480,20	27.737,93	
09/03/05 310			792,22		29,33			821,55	792,22	29,33	
14/03/05 CORRECAO					1,00193270			53,60			27.791,54
TAXAS:											
14/03/05 003			29,83	762,39				277,92	484,47	27.307,07	
02/05/05 310			792,22		44,77			836,99	836,99		
14/04/05 CORRECAO					1,00261611			71,43			27.378,51
TAXAS:											
14/04/05 004			29,83	762,39				273,79	488,60	26.889,91	
02/05/05 310			792,22		26,41			818,63	821,62	2,99-	
14/05/05 CORRECAO					1,00247978			66,68			26.956,59
TAXAS:											
14/05/05 005			29,83	762,39				269,57	492,82	26.463,77	
11/07/05 310			792,22		50,22			842,44	842,45	0,01-	
14/06/05 CORRECAO					1,00217854			57,65			26.521,42
TAXAS:											
14/06/05 006			29,83	762,39				265,22	497,17	26.024,25	
11/07/05 310			792,22		32,17			824,39	851,00	26,61-	
14/07/05 CORRECAO					1,00291664			75,90			26.100,15
TAXAS:											
14/07/05 007			29,83	762,39				261,01	501,38	25.598,77	
06/10/05 310			792,22		66,11			858,33	858,33		
14/08/05 CORRECAO					1,00294261			75,32			25.674,10
TAXAS:											
14/08/05 008			29,83	762,39				256,75	505,64	25.168,46	
06/10/05 310			792,22		47,27			839,49	839,50	0,01-	

Emitente: C107350 (GCI CAIXA - Inativos)

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSDQ YX2DP VKDQJ ZZUMU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 171.4 - Assinado digitalmente por Carolina Franco Rodrigues Laidane
24/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: planilha

JAIRO GRACIANO DE SOUZA 00093133340891 % PACT. 29,69 RENDA 3.126,00 C.PES 01 CONTRATO 103920025094-0

TAXAS VENCTO PAGMTO	NR. BONUS MSG	PAR	TA FCVS FGTS	TCA SEGURO/FGHAB LIQUIDO	PRESTACAO MORA	IOF	COMPL	TRC JUROS TOTAL	TAO AMORTIZACAO DEVIDO	SALDO DEVEDOR VALOR PAGO	TAC DIF PREST	TOM INDICE TP DIF.REAJ
14/09/05	CORRECAO				1,00248298			62,49				25.230,95
TAXAS:												
14/09/05	009		29,83	762,39				252,31	510,08	24.720,87		
28/11/05	310		792,22		59,84			852,06	792,22		59,84	
14/10/05	CORRECAO				1,00246303			60,88				24.781,76
TAXAS:												
14/10/05	010		29,83	762,39				247,82	514,57	24.267,19		
28/11/05	310		792,22		41,74			833,96	792,22		41,74	
14/11/05	CORRECAO				1,00192289			46,66				24.313,86
TAXAS:												
14/11/05	011		29,83	762,39				243,14	519,25	23.794,61		
09/12/05	310		792,22		30,54			822,76	822,77		0,01-	
14/12/05	CORRECAO				1,00212868			50,65				23.845,26
TAXAS:												
14/12/05	012		29,83	762,39				238,46	523,93	23.321,33		
10/03/06	310		792,22		65,02			857,24	857,25		0,01-	
14/01/06	CORRECAO				1,00251536			58,66				23.379,99
TAXAS:												
14/01/06	013		30,06	719,07				233,81	485,26	22.894,73	1,02807	
13/02/06	310		749,13		31,29			780,42	851,06		70,64-	
14/02/06	CORRECAO				1,00178986			40,97				22.935,71
TAXAS:												
14/02/06	014		30,06	719,07				229,36	489,71	22.446,00		
10/03/06	310		749,13		27,33			776,46	776,47		0,01-	
14/03/06	CORRECAO				1,00053459			11,99				22.458,00
TAXAS:												
14/03/06	015		30,06	719,07				224,59	494,48	21.963,52		
11/05/06	310		749,13		45,98			795,11	826,68		31,57-	
14/04/06	CORRECAO				1,00208387			45,76				22.009,28
TAXAS:												
14/04/06	016		30,06	719,07				220,10	498,97	21.510,32		
29/06/06	310		749,13		55,73			804,86	804,87		0,01-	
14/05/06	CORRECAO				1,00080070			17,22				21.527,54
TAXAS:												
14/05/06	017		30,06	719,07				215,28	503,79	21.023,75		
29/06/06	310		749,13		39,95			789,08	789,09		0,01-	
14/06/06	CORRECAO				1,00188374			39,60				21.063,35
TAXAS:												
14/06/06	018		30,06	719,07				210,64	508,43	20.554,92		
14/07/06	310		749,13		31,48			780,61	749,13		31,48	
14/07/06	CORRECAO				1,00195235			40,13				20.595,05
TAXAS:												
14/07/06	019		30,06	719,07				205,96	513,11	20.081,94		
21/09/06	310		749,13		52,26			801,39	801,98		0,59-	
14/08/06	CORRECAO				1,00162402			32,61				20.114,56
TAXAS:												
14/08/06	020		30,06	719,07				201,15	517,92	19.596,64		
27/12/06	310		749,13		88,85			837,98	869,72		31,74-	

Emitente: C107350 (GCI CAIXA - Inativos)

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSDQ YX2DP VKDQJ ZZUMU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 171.4 - Assinado digitalmente por Carolina Franco Rodrigues Laidane 24/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: planilha

JAIRO GRACIANO DE SOUZA 00093133340891 % PACT. 29,69 RENDA 3.126,00 C.PES 01 CONTRATO 103920025094-0

TAXAS / VENCTO / PAGMTO	NR. BONUS / MSG	TA FCVS / FGTS	TCA SEGURO/FGHAB / LIQUIDO	TRC PRESTACAO / MORA	JUROS / IOF COMPL	TAO TOTAL DEVIDO	AMORTIZACAO / VALOR PAGO	TAC SALDO DEVEDOR / DIF PREST	TOM INDICE TP / DIF.REAJ
14/09/06	CORRECAO		1,00192873	37,79					19.634,43
TAXAS:									
14/09/06	021	28,75	719,07	196,35		522,72		19.111,71	
27/03/07	310	747,82	121,57		869,39		870,92		1,53-
14/10/06	CORRECAO		1,00196230	37,50					19.149,22
TAXAS:									
14/10/06	022	28,75	719,07	191,50		527,57		18.621,65	
27/03/07	310	747,82	104,37		852,19		853,69		1,50-
14/11/06	CORRECAO		1,00130856	24,36					18.646,01
TAXAS:									
14/11/06	023	28,75	719,07	186,47		532,60		18.113,41	
27/03/07	310	747,82	87,61		835,43		836,90		1,47-
14/12/06	CORRECAO		1,00185735	33,64					18.147,06
TAXAS:									
14/12/06	024	28,75	719,07	181,48		537,59		17.609,47	
27/03/07	310	747,82	70,77		818,59		820,02		1,43-
14/01/07	CORRECAO		1,00145036	25,54					17.635,01
TAXAS:									
14/01/07	025	24,39	665,24	176,36		488,88		17.146,13	1,02043
26/04/07	310	689,63	64,78		754,41		755,50		1,09-
14/02/07	CORRECAO		1,00207396	35,56					17.181,69
TAXAS:									
14/02/07	026	24,39	665,24	171,82		493,42		16.688,27	
26/04/07	310	689,63	48,99		738,62		739,08		0,46-
14/03/07	CORRECAO		1,00078765	13,14					16.701,41
TAXAS:									
14/03/07	027	24,39	665,24	167,02		498,22		16.203,19	
09/05/07	310	689,63	41,21		730,84		731,89		1,05-
14/04/07	CORRECAO		1,00187131	30,32					16.233,51
TAXAS:									
14/04/07	028	24,39	665,24	162,34		502,90		15.730,61	
09/05/07	310	689,63	25,75		715,38		716,42		1,04-
14/05/07	CORRECAO		1,00078670	12,37					15.742,99
TAXAS:									
14/05/07	029	24,39	665,24	157,44		507,80		15.235,19	
20/08/07	310	689,63	61,91		751,54		741,04		10,50
14/06/07	CORRECAO		1,00165452	25,20					15.260,40
TAXAS:									
14/06/07	030	24,39	665,24	152,61		512,63		14.747,77	
14/06/07	310	689,63			689,63		690,59		0,96-
14/07/07	CORRECAO		1,00147119	21,69					14.769,46
TAXAS:									
14/07/07	031	24,39	665,24	147,70		517,54		14.251,92	
17/07/07	310	689,63	15,20		704,83		690,62		14,21
14/08/07	CORRECAO		1,00105193	14,99					14.266,91
TAXAS:									
14/08/07	032	24,39	665,24	142,67		522,57		13.744,34	
27/08/07	310	689,63	20,07		709,70		705,85		3,85

Emitente: C107350 (GCI CAIXA - Inativos)

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSDQ YX2DP VKDQJ ZZUMU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 171.4 - Assinado digitalmente por Carolina Franco Rodrigues Laidane 24/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: planilha

JAIRO GRACIANO DE SOUZA 00093133340891 % PACT. 29,69 RENDA 3.126,00 C.PES 01 CONTRATO 103920025094-0

TAXAS VENCTO PAGMTO	NR. BONUS MSG PAR	TA FCVS FGTS	TCA SEGURO/FGHAB LIQUIDO	TRC PRESTACAO MORA	IOF COMPL	JUROS TOTAL	TAO DEVIDO	AMORTIZACAO VALOR PAGO	TAC SALDO DEVEDOR DIF PREST	TOM INDICE TP DIF.REAJ
14/09/07	CORRECAO			1,00105502		14,50				13.758,85
TAXAS:										
14/09/07	033		24,39		665,24	137,59		527,65	13.231,20	
24/09/07	310		689,63	18,48			708,11	702,19	5,92	
14/10/07	CORRECAO			1,00047169		6,24				13.237,44
TAXAS:										
14/10/07	034		24,39		665,24	132,38		532,86	12.704,58	
30/10/07	310		689,63	21,43			711,06	710,75	0,31	
14/11/07	CORRECAO			1,00076427		9,70				12.714,29
TAXAS:										
14/11/07	035		24,39		665,24	127,15		538,09	12.176,20	
20/11/07	310		689,63	16,63			706,26	709,16	2,90-	
14/12/07	CORRECAO			1,00085142		10,36				12.186,56
TAXAS:										
14/12/07	036		24,39		665,24	121,87		543,37	11.643,19	
26/12/07	310		689,63	19,35			708,98	727,80	18,82-	
04/01/08	MAJORACAO SEGURO MIP/DFI EM 0,38%-HH 025010									
14/01/08	CORRECAO			1,00019277		2,24				11.645,44
TAXAS:										
14/01/08	037		19,83		601,56	116,46		485,10	11.160,34	1,01438
25/01/08	310		621,39	17,19			638,58	621,32	17,26	
14/02/08	CORRECAO			1,00082462		9,20				11.169,54
TAXAS:										
14/02/08	038		19,83		601,56	111,70		489,86	10.679,68	
15/02/08	310		621,39	12,86			634,25	640,69	6,44-	
14/03/08	CORRECAO			1,00085043		9,08				10.688,76
TAXAS:										
14/03/08	039		19,83		601,56	106,89		494,67	10.194,09	
19/03/08	310		621,39	14,55			635,94	639,96	4,02-	
14/04/08	CORRECAO			1,00057297		5,84				10.199,93
TAXAS:										
14/04/08	040		19,83		601,56	102,00		499,56	9.700,37	
22/04/08	310		621,39	15,83			637,22	621,32	15,90	
14/05/08	CORRECAO			1,00060239		5,84				9.706,22
TAXAS:										
14/05/08	041		19,83		601,56	97,07		504,49	9.201,73	
26/05/08	310		621,39	17,69			639,08	635,89	3,19	
14/06/08	CORRECAO			1,00144984		13,34				9.215,07
TAXAS:										
14/06/08	042		19,83		601,56	92,16		509,40	8.705,67	
26/06/08	310		621,39	17,66			639,05	637,18	1,87	
14/07/08	CORRECAO			1,00104686		9,11				8.714,78
TAXAS:										
14/07/08	043		19,83		601,56	87,15		514,41	8.200,37	
18/07/08	310		621,39	14,30			635,69	639,05	3,36-	
14/08/08	CORRECAO			1,00202674		16,62				8.216,99
TAXAS:										
14/08/08	044		19,83		601,56	82,18		519,38	7.697,61	
25/08/08	310		621,39	17,39			638,78	639,03	0,25-	

Emitente: C107350 (GCI CAIXA - Inativos)

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSDQ YX2DP VKDQJ ZZUMU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 171.4 - Assinado digitalmente por Carolina Franco Rodrigues Laidane
24/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: planilha

JAIRO GRACIANO DE SOUZA 00093133340891 % PACT. 29,69 RENDA 3.126,00 C.PES 01 CONTRATO 103920025094-0

TAXAS VENCTO PAGMTO	NR. BONUS MSG	PAR	TA FCVS FGTS	TCA SEGURO/FGHAB LIQUIDO	TRC PRESTACAO MORA	IOF	COMPL	JUROS TOTAL	TAO AMORTIZACAO DEVIDO	TAC SALDO DEVEDOR VALOR PAGO	DIF PREST	TOM INDICE TP DIF.REAJ
14/09/08	CORRECAO				1,00201478			15,50				7.713,12
TAXAS:												
14/09/08	045		19,83	601,56				77,14	524,42	7.188,70		
15/09/08	310		621,39						621,39	635,68	14,29-	
14/10/08	CORRECAO				1,00167058			12,00				7.200,71
TAXAS:												
14/10/08	046		19,83	601,56				72,01	529,55	6.671,16		
14/10/08	310		621,39						621,39	638,78	17,39-	
14/11/08	CORRECAO				1,00225796			15,06				6.686,22
TAXAS:												
14/11/08	047		19,83	601,56				66,87	534,69	6.151,53		
14/11/08	310		621,39						621,39	621,32	0,07	
14/12/08	CORRECAO				1,00161487			9,93				6.161,47
TAXAS:												
14/12/08	048		19,83	601,56				61,62	539,94	5.621,53		
17/12/08	310		621,39	13,76					635,15	621,32	13,83	
14/01/09	CORRECAO				1,00134659			7,56				5.629,10
TAXAS:												
14/01/09	049		15,14	524,66				56,30	468,36	5.160,74	1,01523	
14/01/09	310		539,80						539,80	554,43	14,63-	
14/02/09	CORRECAO				1,00254449			13,13				5.173,87
TAXAS:												
14/02/09	050		15,14	524,66				51,74	472,92	4.700,95		
16/02/09	310		539,80						539,80	533,71	6,09	
14/03/09	CORRECAO				1,00066515			3,12				4.704,08
TAXAS:												
14/03/09	051		15,14	524,66				47,05	477,61	4.226,47		
19/03/09	310		539,80	12,63					552,43	539,80	12,63	
14/04/09	CORRECAO				1,00048060			2,03				4.228,50
TAXAS:												
14/04/09	052		15,14	524,66				42,29	482,37	3.746,13		
14/04/09	310		539,80						539,80	539,80		
14/05/09	CORRECAO				1,00045340			1,69				3.747,83
TAXAS:												
14/05/09	053		15,14	524,66				37,48	487,18	3.260,65		
14/05/09	310		539,80						539,80	552,43	12,63-	
14/06/09	CORRECAO				1,00084849			2,76				3.263,41
TAXAS:												
14/06/09	054		15,14	524,66				32,64	492,02	2.771,39		
15/06/09	310		539,80						539,80	539,80		
14/07/09	CORRECAO				1,00050503			1,39				2.772,79
TAXAS:												
14/07/09	055		15,14	524,66				27,73	496,93	2.275,86		
14/07/09	310		539,80						539,80	539,80		
14/08/09	CORRECAO				1,00047160			1,07				2.276,94
TAXAS:												
14/08/09	056		15,14	524,66				22,77	501,89	1.775,05		
14/08/09	310		539,80						539,80	539,80		

Emitente: C107350 (GCI CAIXA - Inativos)

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSDQ YX2DP VKDQJ ZZUMU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 171.4 - Assinado digitalmente por Carolina Franco Rodrigues Laidane
24/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: planilha

JAIRO GRACIANO DE SOUZA 00093133340891 % PACT. 29,69 RENDA 3.126,00 C.PES 01 CONTRATO 103920025094-0

TAXAS VENCTO PAGMTO	NR. BONUS MSG	PAR	TA FCVS FGTS	TCA SEGURO/FGHAB LIQUIDO	TRC PRESTACAO MORA	IOF	COMPL	JUROS TOTAL	TAO AMORTIZACAO DEVIDO	TAC SALDO DEVEDOR VALOR PAGO	TOM INDICE TP DIF PREST	DIF.REAJ
TAXAS:												
14/09/09	057			15,14	524,66			17,76	506,90	1.268,14		
14/09/09	310			539,80					539,80	539,80		
14/10/09	CORRECAO				1,00005996			0,07				1.268,21
TAXAS:												
14/10/09	058			15,14	524,66			12,69	511,97	756,24		
16/10/09	310			539,80	11,54				551,34	539,80	11,54	
14/11/09	CORRECAO				1,00049048			0,37				756,61
TAXAS:												
14/11/09	059			15,14	524,66			7,57	517,09	239,52		
17/11/09	310			539,80	11,87				551,67	530,17	21,50	
TAXAS:												
14/12/09	060			15,14	241,92			2,40	239,52	0,00		
14/12/09	310			257,06					257,06	290,11	33,05-	

Emitente: C107350 (GCI CAIXA - Inativos)

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSDQ YX2DP VKDQJ ZZUMU

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 171.4 - Assinado digitalmente por Carolina Franco Rodrigues Laidane
24/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO. Arq: planilha

Data: 28/11/2021
Movimentação: PROCESSO SUSPENSO OU SOBRESTADO POR CONVENÇÃO DAS PARTES PARA CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DA OBRIGAÇÃO
Complemento: . Veiculado no DJEN em 02/12/2021.
Por: Paula Maria Torres Monfardini

Relação de arquivos da movimentação:
- Despacho

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 172.1 - Assinado digitalmente por Paula Maria Torres Monfardini:16854
28/11/2021: PROCESSO SUSPENSO OU SOBRESTADO POR CONVENÇÃO DAS PARTES PARA CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DA OBRIGAÇÃO. Arq: Desp

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa
Valor da Causa: R$28.352,00
Exequente(s): • PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)
Executado(s): • JAIRO GRACIANO DE SOUZA

1. Em que pese a existência nos autos de divergência sobre a impenhorabilidade do imóvel de matrícula n. 10.909 deste CRI (movs. 152 e 169), há informação da realização de parcelamento do débito tributário (mov. 169.2). Logo, a exigibilidade do crédito está suspensa (art. 151, VI, CTN).

Assim, **SUSPENDO** o trâmite do feito até o término do prazo estipulado para o cumprimento da avença ou manifestação do(a) exequente pelo prosseguimento da execução por eventual descumprimento ou pela extinção em decorrência do pagamento integral antecipado (art. 922, do CPC).

2. Decorrido o lapso da suspensão sem manifestação, intime-se o(a) exequente para informar se o(a)(s) executado(a)(s) adimpliu(ram) a dívida, requerendo o que for de direito, advertindo-o(a) que o silêncio será interpretado como concordância com a extinção da demanda com fundamento no artigo 924, II, do Código de Processo Civil.

3. Cumpra-se, no que couber, a Portaria Judicial n. 04/2018.

4. Intimem-se. Diligências necessárias.

Jaguariaíva, data e hora da inserção no sistema.

Paula Maria Torres Monfardini

Juíza de Direito

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLMU HSPJY UG3WB JEX2Y

Data: 01/12/2021
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento (seq. 172) PROCESSO SUSPENSO OU SOBRESTADO POR CONVENÇÃO DAS PARTES PARA CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DA OBRIGAÇÃO (28/11/2021)
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 01/12/2021
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de JAIRO GRACIANO DE SOUZA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 172) PROCESSO SUSPENSO OU SOBRESTADO POR CONVENÇÃO DAS PARTES PARA CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DA OBRIGAÇÃO (28/11/2021)
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 01/12/2021
Movimentação: PROCESSO SUSPENSO
Complemento: Por 180 dias corridos a partir de 28/11/2021
Por: Thalia Andrade de Souza

Data: 09/12/2021
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)) em 09/12/2021 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento (seq. 172) PROCESSO SUSPENSO OU SOBRESTADO POR CONVENÇÃO DAS PARTES PARA CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DA OBRIGAÇÃO (28/11/2021) e ao evento de expedição seq. 173.
Por: JULIANO FRANCO DIAS DOS REIS

Data: 09/12/2021
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: Renúncia de Prazo de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) - Referente ao evento PROCESSO SUSPENSO OU SOBRESTADO POR CONVENÇÃO DAS PARTES PARA CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DA OBRIGAÇÃO (28/11/2021)
Por: JULIANO FRANCO DIAS DOS REIS

Data: 10/12/2021
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de JAIRO GRACIANO DE SOUZA) em 10/12/2021 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 172) PROCESSO SUSPENSO OU SOBRESTADO POR CONVENÇÃO DAS PARTES PARA CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DA OBRIGAÇÃO (28/11/2021) e ao evento de expedição seq. 174.
Por: Marcelo Vanzelli

Data: 10/12/2021
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: Renúncia de Prazo de JAIRO GRACIANO DE SOUZA - Referente ao evento PROCESSO SUSPENSO OU SOBRESTADO POR CONVENÇÃO DAS PARTES PARA CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DA OBRIGAÇÃO (28/11/2021)
Por: Marcelo Vanzelli

Data: 29/06/2022
Movimentação: LEVANTADA A SUSPENSÃO OU SOBRESTAMENTO DOS AUTOS
Complemento: Término da Suspensão do Processo - Prazo encerrado.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 29/06/2022
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Thalia Andrade de Souza

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 181.1 - Assinado digitalmente por Thalia Andrade de Souza
29/06/2022: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Certidão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

CERTIFICO que, tendo em vista o término da suspensão, promovo a INTIMAÇÃO da parte Exequente para que informe se o executado adimpliu a dívida, requerendo o que for de direito, advertindo-o(a) que o silêncio será interpretado como concordância com a extinção da demanda com fundamento no artigo 924, II, do Código de Processo Civil.

Jaguariaíva, 29 de junho de 2022.

Thalia Andrade de Souza
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDNK WCQET HT9VK BAUE3

Data: 29/06/2022
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Referente ao evento (seq. 181) JUNTADA DE CERTIDÃO (29/06/2022).
Por: Thalia Andrade de Souza

Intimações

Nome	Prazo	Urgente	Pessoal	Online	Data de Leitura	Data de Cumprimento	Data Decurso	Data de Renúncia de Prazo	Status	Leitor
Promovente										
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)	10 dias úteis	Não	Não	Sim	05/07/2022 11:44	05/07/2022 11:45	-	-	CUMPRIDA	KARLA MARIA TREVIZANI

Data: 05/07/2022
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: Referente ao evento (seq. 181) JUNTADA DE CERTIDÃO (29/06/2022) e ao evento de expedição seq. 182.
Por: SISTEMA PROJUDI

Intimações

Nome	Prazo	Urgente	Pessoal	Online	Data de Leitura	Data de Cumprimento	Data Decurso	Data de Renúncia de Prazo	Status	Leitor
Promovente										
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)	10 dias úteis	Não	Não	Sim	05/07/2022 11:44	05/07/2022 11:45	-	-	CUMPRIDA	KARLA MARIA TREVIZANI

Data: 05/07/2022
Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (29/06/2022)
Por: KARLA MARIA TREVIZANI

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 184.1 - Assinado digitalmente por Karla Maria Trevizani:02656683955
05/07/2022: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO. Arq: Petição

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional – 4ª Região
Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Paraná

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A)

A **UNIÃO - FAZENDA NACIONAL**, por sua Procuradora da Fazenda Nacional infra-assinada, diante da intimação veiculada nestes autos, vem à presença de Vossa Excelência expor e requerer o seguinte:

Na data de 02/12/2021, a 1ª Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao julgar o Conflito de Competência n.º 5040901-38.2021.4.04.0000, reconheceu que a EC nº 103/2019, ao modificar a redação do §3º do art. 109 da CF, terminou por revogar os dispositivos da Lei nº 13.043/14 que ainda mantinham a competência estadual delegada para processar e julgar Execuções Fiscais.

Diante do exposto, ao tempo em que informa que exercerá a faculdade de não se manifestar acerca da questão processual que compõe o mérito do conflito de competência acima referido, a União requer seja determinada a suspensão do feito pelo prazo de 60 dias, ou até que as questões relacionadas à extinção da competência delegada restem plenamente definidas no espectro jurisprudencial.

Nesses termos, pede deferimento.

.Curitiba/PR, *datado e assinado eletronicamente*.

Karla Maria Trevizani

Procuradora da Fazenda Nacional

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJS7Q Z4DRY WG2PT 276TR

Data: 05/07/2022
Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO
Complemento: Responsável: Paula Maria Torres Monfardini
Por: Mariane Santini

Data: 02/08/2022
Movimentação: DECLARADA INCOMPETÊNCIA
Complemento: . Veiculado no DJEN em 03/08/2022.
Por: Paula Maria Torres Monfardini

Relação de arquivos da movimentação:
- Decisão

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 186.1 - Assinado digitalmente por Paula Maria Torres Monfardini:16854
02/08/2022: DECLARADA INCOMPETÊNCIA. Arq: Decisão

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8RC HGBV7 AFULX YYYZD

Recentemente, em julgamento do Conflito de Competência 5027979- 62.2021.4.04.0000 /PR, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu que "*compete aos Juízes Federais o processamento de Execuções Fiscais que envolvam entes federais, independentemente da data em que ajuizado o feito*".

A hermenêutica lógico-sistemática realizada para tal conclusão decorreu da análise abaixo.

Em 13 de novembro de 2014 entrou em vigor a Lei nº 13.043/2014, que revogou o inc. Ido art. 15da Lei nº 5.010/66, pondo fim à competência delegada prevista no art. 109, § 3º, da Constituição, em relação a execuções fiscais.

A Lei nº 13.043/2014, ao extinguir a hipótese de delegação, assegurou expressamente que a alteração das hipóteses de delegação de competência da Justiça Federal à Justiça Estadual não atingiria as execuções fiscais propostas pela União, por suas autarquias e fundações públicas antes de sua vigência, conforme dispõe art. 75 da Lei n° 13.043/2014:

> *"Art. 75. A revogação do inciso Ido art. 15da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, constante do inciso IX do art. 114 desta Lei, não alcança as execuções fiscais da União e de suas autarquias e fundações públicas ajuizadas na Justiça Estadual antes da vigência desta Lei. "*

Entretanto, a Emenda Constitucional nº 103/2019, ao alterar o § 3º do artigo 109 da Constituição Federal, restringiu as possibilidades de delegação de competência federal à Justiça Estadual a uma única hipótese: *às causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, desde que haja lei autorizando*. *In verbis*:

> *"Art. 109.*
>
> *§ 3º Lei poderá autorizar que as causas de competência da Justiça Federal em que forem parte instituição de previdência social e segurado possam ser processadas e julgadas na justiça estadual quando a comarca do domicílio do segurado não for sede de vara federal."*

Assim, concluiu-se que a EC 103/2019 revogou a legislação que com ela não guarda compatibilidade material. Destarte, considerando que os dispositivos da Lei nº 13.043/14 que ainda mantinham a competência estadual delegada para processar e julgar Execuções Fiscais relacionadas a entes federais, desde que ajuizadas antes da entrada em vigor da norma, restaram revogados por incompatibilidade com a nova redação do art. 109, § 3º, da CF, atribuída pela EC 103/2019, entendo imperativo, perfilhando o entendimento acima esposado, que se reconheça a competência do juízo federal para processamento e julgamento da presente, a qual ostenta natureza absoluta (*ratione personae*).

Diante do exposto, **declino da competência** para conhecer e julgar o presente feito e, por consequência, determino a remessa dos autos à Subseção Judiciária da Justiça Federal de Ponta Grossa, vara que reputo competente para o processamento e julgamento da causa, observada as cautelas legais, nos termos do art. 64, §1º, do CPC.

Preclusa a presenta decisão, aguarde-se em cartório por novos esclarecimentos que serão enviados em breve pela Corregedoria-Geral da Justiça acerca da implementação pelo DTIC

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8RC HGBV7 AFULX YYYZD

da ferramenta eletrônica de integração entre os sistemas que permitirá a remessa e recebimento de processos entre as unidades judiciárias do TJPR e as unidades judiciárias do TRF-4, sem a necessidade de execução de tarefas manuais pelas unidades para a remessa e baixa dos processos, quanto para o recebimento e cadastramento no destino, conforme Decisão nº 7347301 - GCJ-GJACJ-JLMAF (SEI 0009083-95.2022.8.16.6000).

Antes, porém, promova a Contadoria Judicial a atualização da conta de custas para a inclusão na conta final do processo, cabendo rememorar que a Serventia da Fazenda Pública da Comarca de Jaguariaíva é privada, aplicando-se, portanto, o seguinte entendimento:

> *"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CUSTAS PROCESSUAIS. COMPETÊNCIA DELEGADA. JUSTIÇA ESTADUAL. ESCRIVANIA NÃO OFICIALIZADA. FUNJUS. ISENÇÃO. 1. A Fazenda Pública não está dispensada do pagamento das custas processuais quando a execução tramita perante serventia não oficializada, em que os serventuários não são remunerados pelos cofres públicos, mas pagos pelos beneficiários dos serviços mediante taxas diversas. Inteligência do art. 39 da Lei nº 6.830/80, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte. (...)" (TRF4, AC 5026001-60.2020.4.04.9999, PRIMEIRA TURMA, Relator ALEXANDRE GONÇALVES LIPPEL, juntado aos autos em 19/03/2021)*

Oportunamente, arquivem-se, cumprindo-se o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.

Intimações e diligências necessárias.

Jaguariaíva, data e hora da inserção no sistema.

Paula Maria Torres Monfardini

Juíza de Direito

Data: 02/08/2022
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Referente ao evento (seq. 186) DECLARADA INCOMPETÊNCIA (02/08/2022).
Por: Mariane Santini

Intimações

Nome	Prazo	Urgente	Pessoal	Online	Data de Leitura	Data de Cumprimento	Data Decurso	Data de Renúncia de Prazo	Status	Leitor
Promovido										
JAIRO GRACIANO DE SOUZA	5 dias úteis	Não	Não	Sim	12/08/2022 08:44	-	20/08/2022	-	LIDA, PRAZO VENCIDO	Marcelo Vanzelli
Promovente										
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)	10 dias úteis	Não	Não	Sim	04/08/2022 15:16	-	-	04/08/2022 15:18	LIDA, RENÚNCIA DE PRAZO	KARLA MARIA TREVIZANI

Data: 04/08/2022
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: Referente ao evento (seq. 186) DECLARADA INCOMPETÊNCIA (02/08/2022) e ao evento de expedição seq. 187.
Por: SISTEMA PROJUDI

Intimações

Nome	Prazo	Urgente	Pessoal	Online	Data de Leitura	Data de Cumprimento	Data Decurso	Data de Renúncia de Prazo	Status	Leitor
Promovido										
JAIRO GRACIANO DE SOUZA	5 dias úteis	Não	Não	Sim	12/08/2022 08:44	-	20/08/2022	-	LIDA, PRAZO VENCIDO	Marcelo Vanzelli
Promovente										
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)	10 dias úteis	Não	Não	Sim	04/08/2022 15:16	-	-	04/08/2022 15:18	LIDA, RENÚNCIA DE PRAZO	KARLA MARIA TREVIZANI

Data: 04/08/2022
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: Renúncia de Prazo de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) - Referente ao evento DECLARADA INCOMPETÊNCIA (02/08/2022)
Por: KARLA MARIA TREVIZANI

Data: 20/08/2022
Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Complemento: (P/ advgs. de JAIRO GRACIANO DE SOUZA *Referente ao evento (seq. 186) DECLARADA INCOMPETÊNCIA (02/08/2022) e ao evento de expedição seq. 187.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 20/09/2022
Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA CONTADOR
Complemento: Contador Judicial da Comarca - Jaguariaíva - CUSTAS PROCESSUAIS - Sem Prazo
Por: Mariane Santini

Data: 20/09/2022
Movimentação: CONFIRMADA A COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: Leitura de remessa realizada referente ao evento de seq. 191. Sem prazo.
Por: Adriana Garcia de Pontes

Data: 20/09/2022
Movimentação: JUNTADA DE CUSTAS
Por: Adriana Garcia de Pontes

Relação de arquivos da movimentação:
- Cálculo

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 193.1 - Assinado digitalmente por Adriana Garcia de Pontes
20/09/2022: JUNTADA DE CUSTAS. Arq: Cálculo

CARTÓRIO CONTADOR DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA/PR
Rua: Pref. Aldo Sampaio Ribas, nº 16 - Cidade Alta
distjagva@gmail.com
(43) 3535-5953

Autor	PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)	**Réu**	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
		Vara	FAZENDA PÚBLICA
Autos	0000545-75.2002.8.16.0100		

Custas (VRC 0,2460)

Valor base: R$ 21.763,90 atualizados desde 23/08/2021 = R$ 23.756,17

Escrivão

```
Tabela IX, Item I..... (VRC 4.600,00) R$ 1.131,60
Tabela IX, Item II (1 Autuação)..... (VRC 66,63) R$ 16,39
Tabela IX, Item III (3 Ofícios/Livros/Docs. - Mov. 1.2, 1.3, 110)..... (VRC 199,88) R$ 49,17
1 Aviso de Publicação..... (VRC 20,00) R$ 4,92
```

Total do Escrivão (VRC 4.887,00) R$ 1.202,08

DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Tabela XVI - Distribuidor (VRC = 0,2460)

```
I. Distribuição para o Foro Judicial..... (VRC 90,00) R$ 22,14
    10% pelo Processamento de Dados..... R$ 2,21
    Subtotal..... R$ 24,35
II. Averbação a margem da Distribuição..... (VRC 16,02) R$ 3,94
    10% pelo Processamento de Dados..... R$ 0,39
    Subtotal..... R$ 4,33
III. Baixa ou retificação de Distribuição a margem da Distribuição..... (VRC 26,02) R$ 6,40
    10% pelo Processamento de Dados..... R$ 0,64
    Subtotal..... R$ 7,04
```

Total do Distribuidor (VRC 145,00) R$ 35,72

Tabela XVI - Contador

```
I. 2 Contas de qualquer natureza..... (VRC 130,00) R$ 31,98
    10% pelo Processamento de Dados..... R$ 3,20
    Subtotal..... R$ 35,17
II. Conta de juros, correção monetária e prêmios..... (VRC 2,00) R$ 0,56
    10% pelo Processamento de Dados..... R$ 0,06
    Subtotal..... R$ 0,61
V. Verificação ou conferência de crédito..... (VRC 30,00) R$ 7,38
    10% pelo Processamento de Dados..... R$ 0,74
    Subtotal..... R$ 8,11
```

Total do Contador (VRC 178,00) R$ 43,89

Tabela XVII - Avaliador Judicial

```
Imóveis e Outros Bens - Avaliador Judicial mov. 1.3(R$ 20.000,00)..... (VRC 400,00) R$ 98,40
Imóveis e Outros Bens - Avaliador Judicial mov. 1.3(R$ 98.952,00)..... (VRC 1.190,00) R$ 292,74
Imóveis e Outros Bens - Avaliador Judicial mov. 19.1(R$ 50.000,00)..... (VRC 670,00) R$ 164,82
    Diligência dio Avaliador mov. 19.1..... (VRC 164,80) R$ 40,54
    Subtotal..... R$ 205,36
Imóveis e Outros Bens - Avaliador Judicial mov. 19.1(R$ 100.000,00)..... (VRC 1.190,00) R$ 292,74
Imóveis e Outros Bens - Avaliador Judicial mov. 124.1(R$ 60.000,00)..... (VRC 670,00) R$ 164,82
    Diligência dio Avaliador mov. 124.1..... (VRC 164,80) R$ 40,54
    Subtotal..... R$ 205,36
Imóveis e Outros Bens - Avaliador Judicial mov. 124.1(R$ 110.000,00)..... (VRC 1.190,00) R$ 292,74
```

Total do Avaliador (VRC 5.640,00) R$ 1.387,34

TOTAL DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS (VRC 5.963,00) R$ 1.466,95

Tabela XVIII - Oficial de Justiça -

```
Élio (Mov. 1.3)
Citação, intimação ou notificação(até 30Km)..... (VRC 2.207,93) R$ 543,15
```

Total do Oficial de Justiça (VRC 2.208,00) R$ 543,15

Outras Custas

```
01 - Despesa Postal..... (VRC 81,30) R$ 20,00
Taxa Judiciária(Funjus)..... (VRC 306,38) R$ 75,37
```

Total de Outras Custas (VRC 388,00) R$ 95,37

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6YW 8LDZC ZN98X 4ZP2U

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 193.1 - Assinado digitalmente por Adriana Garcia de Pontes
20/09/2022: JUNTADA DE CUSTAS. Arq: Cálculo

CARTÓRIO CONTADOR DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA/PR
Rua: Pref. Aldo Sampaio Ribas, nº 16 - Cidade Alta
distjagva@gmail.com
(43) 3535-5953

Total das Custas (VRC 13.445,00) R$ 3.307,55

Importa a presente conta em TRES MIL TREZENTOS E SETE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS

Memória de Cálculo

Média Aritmética entre o INPC do IBGE e o IGP-DI da FGV (Decreto nº 1.544 de 30/06/1995) de Agosto de 2021 até Setembro de 2022

Jaguariaíva, 20 de setembro de 2022

Adriana Garcia de Pontes
Aux. Juramentada

Conta: CONTA DE CUSTA

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6YW 8LDZC ZN98X 4ZP2U

Data: 20/09/2022
Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS
Complemento: Recebido do(a) CONTADOR
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 21/10/2022
Movimentação: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO
Por: Mariane Santini

Relação de arquivos da movimentação:
- Ato Ordinatório

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 195.1 - Assinado digitalmente por Mariane Santini
21/10/2022: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO. Arq: Ato Ordinatório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$28.352,00

Exequente(s):
- PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CPF/CNPJ: 00.394.460/0001-41)
  Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 - Ronda - PONTA GROSSA/PR - CEP: 84.051-040

Executado(s):
- JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
  AVENIDA ANTONIO CUNHA, 106 TERREO - CENTRO - JAGUARIAÍVA/PR - CEP: 84.200-000

Terceiro(s):
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04)
  Rua Marechal Floriano Peixoto, 275 - Centro - CURITIBA/PR - CEP: 80.010-130

CERTIFICO que, os autos aguardam em cartório por novos esclarecimentos que serão enviados em breve pela Corregedoria-Geral da Justiça acerca da implementação pelo DTIC da ferramenta eletrônica de integração entre os sistemas que permitirá a remessa e recebimento de processos entre as unidades judiciárias do TJPR e as unidades judiciárias do TRF-4, sem a necessidade de execução de tarefas manuais pelas unidades para a remessa e baixa dos processos, quanto para o recebimento e cadastramento no destino, conforme Decisão nº 7347301 - GCJ-GJACJ-JLMAF (SEI 0009083-95.2022.8.16.6000).

Jaguariaíva, 21 de outubro de 2022.

Mariane Santini
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6Z5 V9CPA B46QQ ZXTBB

Data: 21/11/2022
Movimentação: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO
Por: Thalia Andrade de Souza

Relação de arquivos da movimentação:
- Ato Ordinatório

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 196.1 - Assinado digitalmente por Thalia Andrade de Souza
21/11/2022: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO. Arq: Ato Ordinatório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$28.352,00

Exequente(s):
- PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CPF/CNPJ: 00.394.460/0001-41)
  Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 - Ronda - PONTA GROSSA/PR - CEP: 84.051-040

Executado(s):
- JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
  AVENIDA ANTONIO CUNHA, 106 TERREO - CENTRO - JAGUARIAÍVA/PR - CEP: 84.200-000

Terceiro(s):
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04)
  Rua Marechal Floriano Peixoto, 275 - Centro - CURITIBA/PR - CEP: 80.010-130

CERTIFICO que, os autos aguardam em cartório por novos esclarecimentos que serão enviados em breve pela Corregedoria-Geral da Justiça acerca da implementação pelo DTIC da ferramenta eletrônica de integração entre os sistemas que permitirá a remessa e recebimento de processos entre as unidades judiciárias do TJPR e as unidades judiciárias do TRF-4, sem a necessidade de execução de tarefas manuais pelas unidades para a remessa e baixa dos processos, quanto para o recebimento e cadastramento no destino, conforme Decisão nº 7347301 - GCJ-GJACJ-JLMAF (SEI 0009083-95.2022.8.16.6000).

Jaguariaíva, 21 de novembro de 2022.

Thalia Andrade de Souza
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6JN MDXQV TM3JB 22AXU

Data: 10/01/2023
Movimentação: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO
Por: Thalia Andrade de Souza

Relação de arquivos da movimentação:
- Ato Ordinatório

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 197.1 - Assinado digitalmente por Thalia Andrade de Souza
10/01/2023: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO. Arq: Ato Ordinatório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$28.352,00
Exequente(s): • PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CPF/CNPJ: 00.394.460/0001-41)
Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 - Ronda - PONTA GROSSA/PR - CEP: 84.051-040
Executado(s): • JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
AVENIDA ANTONIO CUNHA, 106 TERREO - CENTRO - JAGUARIAÍVA/PR - CEP: 84.200-000
Terceiro(s): • CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04)
Rua Marechal Floriano Peixoto, 275 - Centro - CURITIBA/PR - CEP: 80.010-130

CERTIFICO que, os autos aguardam em cartório por novos esclarecimentos que serão enviados em breve pela Corregedoria-Geral da Justiça acerca da implementação pelo DTIC da ferramenta eletrônica de integração entre os sistemas que permitirá a remessa e recebimento de processos entre as unidades judiciárias do TJPR e as unidades judiciárias do TRF-4, sem a necessidade de execução de tarefas manuais pelas unidades para a remessa e baixa dos processos, quanto para o recebimento e cadastramento no destino, conforme Decisão nº 7347301 - GCJ-GJACJ-JLMAF (SEI 0009083-95.2022.8.16.6000).

Jaguariaíva, 10 de janeiro de 2023.

Thalia Andrade de Souza
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDQG BDBJL 2TVYC W2XAU

Data: 13/02/2023
Movimentação: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO
Por: Thalia Andrade de Souza

Relação de arquivos da movimentação:
- Ato Ordinatório

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 198.1 - Assinado digitalmente por Thalia Andrade de Souza
13/02/2023: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO. Arq: Ato Ordinatório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$28.352,00
Exequente(s): • PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CPF/CNPJ: 00.394.460/0001-41)
Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 - Ronda - PONTA GROSSA/PR - CEP: 84.051-040
Executado(s): • JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
AVENIDA ANTONIO CUNHA, 106 TERREO - CENTRO - JAGUARIAÍVA/PR - CEP: 84.200-000
Terceiro(s): • CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04)
Rua Marechal Floriano Peixoto, 275 - Centro - CURITIBA/PR - CEP: 80.010-130

CERTIFICO que, os autos aguardam em cartório por novos esclarecimentos que serão enviados em breve pela Corregedoria-Geral da Justiça acerca da implementação pelo DTIC da ferramenta eletrônica de integração entre os sistemas que permitirá a remessa e recebimento de processos entre as unidades judiciárias do TJPR e as unidades judiciárias do TRF-4, sem a necessidade de execução de tarefas manuais pelas unidades para a remessa e baixa dos processos, quanto para o recebimento e cadastramento no destino, conforme Decisão nº 7347301 - GCJ-GJACJ-JLMAF (SEI 0009083-95.2022.8.16.6000).

Jaguariaíva, 13 de fevereiro de 2023.

Thalia Andrade de Souza
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6JQ FXXYB P8DDA F38D3

Data: 16/03/2023
Movimentação: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO
Por: Thalia Andrade de Souza

Relação de arquivos da movimentação:
- Ato Ordinatório

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 199.1 - Assinado digitalmente por Thalia Andrade de Souza
16/03/2023: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO. Arq: Ato Ordinatório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$28.352,00
Exequente(s): • PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CPF/CNPJ: 00.394.460/0001-41)
Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 - Ronda - PONTA GROSSA/PR - CEP: 84.051-040
Executado(s): • JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
AVENIDA ANTONIO CUNHA, 106 TERREO - CENTRO - JAGUARIAÍVA/PR - CEP: 84.200-000
Terceiro(s): • CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04)
Rua Marechal Floriano Peixoto, 275 - Centro - CURITIBA/PR - CEP: 80.010-130

CERTIFICO que, os autos aguardam em cartório por novos esclarecimentos que serão enviados em breve pela Corregedoria-Geral da Justiça acerca da implementação pelo DTIC da ferramenta eletrônica de integração entre os sistemas que permitirá a remessa e recebimento de processos entre as unidades judiciárias do TJPR e as unidades judiciárias do TRF-4, sem a necessidade de execução de tarefas manuais pelas unidades para a remessa e baixa dos processos, quanto para o recebimento e cadastramento no destino, conforme Decisão nº 7347301 - GCJ-GJACJ-JLMAF (SEI 0009083-95.2022.8.16.6000).

Jaguariaíva, 16 de março de 2023.

Thalia Andrade de Souza
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX4J 9VCLB SN5Z5 85FUB

Data: 17/04/2023
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Mariane Santini

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 200.1 - Assinado digitalmente por Mariane Santini
17/04/2023: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Certidão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

CERTIFICO que, os autos aguardam em cartório conforme movimentos anteriores.

Jaguariaíva, 17 de abril de 2023.

Mariane Santini
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLTV DX38J CSYM3 DLSZK

Data: 18/05/2023
Movimentação: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO
Por: Thalia Andrade de Souza

Relação de arquivos da movimentação:
- Ato Ordinatório

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 201.1 - Assinado digitalmente por Thalia Andrade de Souza
18/05/2023: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO. Arq: Ato Ordinatório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-1256

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$28.352,00

Exequente(s):
- PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CPF/CNPJ: 00.394.460/0001-41)
  Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 - Ronda - PONTA GROSSA/PR - CEP: 84.051-040

Executado(s):
- JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
  AVENIDA ANTONIO CUNHA, 106 TERREO - CENTRO - JAGUARIAÍVA/PR - CEP: 84.200-000

Terceiro(s):
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04)
  Rua Marechal Floriano Peixoto, 275 - Centro - CURITIBA/PR - CEP: 80.010-130

CERTIFICO que, os autos aguardam em cartório por novos esclarecimentos que serão enviados em breve pela Corregedoria-Geral da Justiça acerca da implementação pelo DTIC da ferramenta eletrônica de integração entre os sistemas que permitirá a remessa e recebimento de processos entre as unidades judiciárias do TJPR e as unidades judiciárias do TRF-4, sem a necessidade de execução de tarefas manuais pelas unidades para a remessa e baixa dos processos, quanto para o recebimento e cadastramento no destino, conforme Decisão nº 7347301 - GCJ-GJACJ-JLMAF (SEI 0009083-95.2022.8.16.6000).

Jaguariaíva, 18 de maio de 2023.

Thalia Andrade de Souza
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVQX WG2CS AD92P JGZ7U

Data: 18/06/2023
Movimentação: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO
Por: Mariane Santini

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 202.1 - Assinado digitalmente por Mariane Santini
18/06/2023: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO. Arq: Certidão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-5940

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

CERTIFICO que, os autos aguardam em cartório conforme movimentos anteriores.

Jaguariaíva, 18 de junho de 2023.

Mariane Santini
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJYMK WDPL7 ZSBBN CE4JB

Data: 19/07/2023
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Thalia Andrade de Souza

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 203.1 - Assinado digitalmente por Thalia Andrade de Souza
19/07/2023: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Certidão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-5940

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

CERTIFICO que, os autos aguardam em cartório por novos esclarecimentos que serão enviados em breve pela Corregedoria-Geral da Justiça acerca da implementação pelo DTIC da ferramenta eletrônica de integração entre os sistemas que permitirá a remessa e recebimento de processos entre as unidades judiciárias do TJPR e as unidades judiciárias do TRF-4, sem a necessidade de execução de tarefas manuais pelas unidades para a remessa e baixa dos processos, quanto para o recebimento e cadastramento no destino, conforme Decisão nº 7347301 - GCJ-GJACJ-JLMAF (SEI 0009083-95.2022.8.16.6000).

Jaguariaíva, 19 de julho de 2023.

Thalia Andrade de Souza
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJD8Z M7JQZ AUNBB LNGAA

Data: 21/08/2023
Movimentação: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO
Por: Thalia Andrade de Souza

Relação de arquivos da movimentação:
- Ato Ordinatório

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 204.1 - Assinado digitalmente por Thalia Andrade de Souza
21/08/2023: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO. Arq: Ato Ordinatório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-5940

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$28.352,00
Exequente(s): • PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CPF/CNPJ: 00.394.460/0001-41)
Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 - Ronda - PONTA GROSSA/PR - CEP: 84.051-040
Executado(s): • JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
AVENIDA ANTONIO CUNHA, 106 TERREO - CENTRO - JAGUARIAÍVA/PR - CEP: 84.200-000
Terceiro(s): • CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04)
Rua Marechal Floriano Peixoto, 275 - Centro - CURITIBA/PR - CEP: 80.010-130

CERTIFICO que, os autos aguardam em cartório por novos esclarecimentos que serão enviados em breve pela Corregedoria-Geral da Justiça acerca da implementação pelo DTIC da ferramenta eletrônica de integração entre os sistemas que permitirá a remessa e recebimento de processos entre as unidades judiciárias do TJPR e as unidades judiciárias do TRF-4, sem a necessidade de execução de tarefas manuais pelas unidades para a remessa e baixa dos processos, quanto para o recebimento e cadastramento no destino, conforme Decisão nº 7347301 - GCJ-GJACJ-JLMAF (SEI 0009083-95.2022.8.16.6000).

Jaguariaíva, 21 de agosto de 2023.

Thalia Andrade de Souza
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXE4 VPCEZ 9QUEH RAKZY

Data: 21/09/2023
Movimentação: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO
Por: Thalia Andrade de Souza

Relação de arquivos da movimentação:
- Ato Ordinatório

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 205.1 - Assinado digitalmente por Thalia Andrade de Souza
21/09/2023: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO. Arq: Ato Ordinatório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-5940

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$28.352,00
Exequente(s): • PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CPF/CNPJ: 00.394.460/0001-41)
Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 - Ronda - PONTA GROSSA/PR - CEP: 84.051-040
Executado(s): • JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
AVENIDA ANTONIO CUNHA, 106 TERREO - CENTRO - JAGUARIAÍVA/PR - CEP: 84.200-000
Terceiro(s): • CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04)
Rua Marechal Floriano Peixoto, 275 - Centro - CURITIBA/PR - CEP: 80.010-130

CERTIFICO que, os autos aguardam em cartório por novos esclarecimentos que serão enviados em breve pela Corregedoria-Geral da Justiça acerca da implementação pelo DTIC da ferramenta eletrônica de integração entre os sistemas que permitirá a remessa e recebimento de processos entre as unidades judiciárias do TJPR e as unidades judiciárias do TRF-4, sem a necessidade de execução de tarefas manuais pelas unidades para a remessa e baixa dos processos, quanto para o recebimento e cadastramento no destino, conforme Decisão nº 7347301 - GCJ-GJACJ-JLMAF (SEI 0009083-95.2022.8.16.6000).

Jaguariaíva, 21 de setembro de 2023.

Thalia Andrade de Souza
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6PQ NNSBW 4U8LP 23EPB

Data: 23/10/2023
Movimentação: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO
Por: Thalia Andrade de Souza

Relação de arquivos da movimentação:
- Ato Ordinatório

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 206.1 - Assinado digitalmente por Thalia Andrade de Souza
23/10/2023: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO. Arq: Ato Ordinatório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-5940 - E-mail: raquel.dalmut@tjpr.jus.br

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$28.352,00

Exequente(s):
- PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CPF/CNPJ: 00.394.460/0001-41)
  Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 - Ronda - PONTA GROSSA/PR - CEP: 84.051-040

Executado(s):
- JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
  AVENIDA ANTONIO CUNHA, 106 TERREO - CENTRO - JAGUARIAÍVA/PR - CEP: 84.200-000

Terceiro(s):
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04)
  Rua Marechal Floriano Peixoto, 275 - Centro - CURITIBA/PR - CEP: 80.010-130

CERTIFICO que, os autos aguardam em cartório por novos esclarecimentos que serão enviados em breve pela Corregedoria-Geral da Justiça acerca da implementação pelo DTIC da ferramenta eletrônica de integração entre os sistemas que permitirá a remessa e recebimento de processos entre as unidades judiciárias do TJPR e as unidades judiciárias do TRF-4, sem a necessidade de execução de tarefas manuais pelas unidades para a remessa e baixa dos processos, quanto para o recebimento e cadastramento no destino, conforme Decisão nº 7347301 - GCJ-GJACJ-JLMAF (SEI 0009083-95.2022.8.16.6000).

Jaguariaíva, 23 de outubro de 2023.

Thalia Andrade de Souza
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJZS8 RM7HB 4DYQY 9J37U

Data: 23/11/2023
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Mariane Santini

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 207.1 - Assinado digitalmente por Mariane Santini
23/11/2023: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Certidão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-5940 - E-mail: raquel.dalmut@tjpr.jus.br

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

CERTIFICO que, os autos aguardam em cartório conforme movimentos anteriores.

Jaguariaíva, 23 de novembro de 2023.

Mariane Santini
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJY8E WVEH3 J7XTD N2CMA

Data: 08/01/2024
Movimentação: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO
Por: Thalia Andrade de Souza

Relação de arquivos da movimentação:
- Ato Ordinatório

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 208.1 - Assinado digitalmente por Thalia Andrade de Souza
08/01/2024: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO. Arq: Ato Ordinatório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-5940 - E-mail: raquel.dalmut@tjpr.jus.br

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$28.352,00

Exequente(s):
- PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CPF/CNPJ: 00.394.460/0001-41)
  Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 - Ronda - PONTA GROSSA/PR - CEP: 84.051-040

Executado(s):
- JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
  AVENIDA ANTONIO CUNHA, 106 TERREO - CENTRO - JAGUARIAÍVA/PR - CEP: 84.200-000

Terceiro(s):
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04)
  Rua Marechal Floriano Peixoto, 275 - Centro - CURITIBA/PR - CEP: 80.010-130

CERTIFICO que, os autos aguardam em cartório por novos esclarecimentos que serão enviados em breve pela Corregedoria-Geral da Justiça acerca da implementação pelo DTIC da ferramenta eletrônica de integração entre os sistemas que permitirá a remessa e recebimento de processos entre as unidades judiciárias do TJPR e as unidades judiciárias do TRF-4, sem a necessidade de execução de tarefas manuais pelas unidades para a remessa e baixa dos processos, quanto para o recebimento e cadastramento no destino, conforme Decisão nº 7347301 - GCJ-GJACJ-JLMAF (SEI 0009083-95.2022.8.16.6000).

Jaguariaíva, 08 de janeiro de 2024.

Thalia Andrade de Souza
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJZXZ GNSQR YAPYX 5ULUY

Data: 08/02/2024
Movimentação: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO
Por: Thalia Andrade de Souza

Relação de arquivos da movimentação:
- Ato Ordinatório

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 209.1 - Assinado digitalmente por Thalia Andrade de Souza
08/02/2024: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO. Arq: Ato Ordinatório

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXQW CJT5J G6ZLP 4UBHB

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-5940 - E-mail: raquel.dalmut@tjpr.jus.br

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$28.352,00

Exequente(s):
- PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CPF/CNPJ: 00.394.460/0001-41)
  Rua Reinaldo Ribas Silveira, 18 - Ronda - PONTA GROSSA/PR - CEP: 84.051-040

Executado(s):
- JAIRO GRACIANO DE SOUZA (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
  AVENIDA ANTONIO CUNHA, 106 TERREO - CENTRO - JAGUARIAÍVA/PR - CEP: 84.200-000

Terceiro(s):
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04)
  Rua Marechal Floriano Peixoto, 275 - Centro - CURITIBA/PR - CEP: 80.010-130

CERTIFICO que, os autos aguardam em cartório por novos esclarecimentos que serão enviados em breve pela Corregedoria-Geral da Justiça acerca da implementação pelo DTIC da ferramenta eletrônica de integração entre os sistemas que permitirá a remessa e recebimento de processos entre as unidades judiciárias do TJPR e as unidades judiciárias do TRF-4, sem a necessidade de execução de tarefas manuais pelas unidades para a remessa e baixa dos processos, quanto para o recebimento e cadastramento no destino, conforme Decisão nº 7347301 - GCJ-GJACJ-JLMAF (SEI 0009083-95.2022.8.16.6000).

Jaguariaíva, 08 de fevereiro de 2024.

Thalia Andrade de Souza
Técnica Judiciária

Data: 11/03/2024
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Mariane Santini

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 210.1 - Assinado digitalmente por Mariane Santini
11/03/2024: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Certidão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-5940 - E-mail: raquel.dalmut@tjpr.jus.br

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

CERTIFICO que, os autos aguardam em cartório conforme movimentos anteriores.

Jaguariaíva, 11 de março de 2024.

Mariane Santini
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSPG VFLL6 B85P9 RTS7D

Data: 11/04/2024
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: ANA CAROLINA MENDES DE OLIVEIRA

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 211.1 - Assinado digitalmente por Ana Carolina Mendes de Oliveira
11/04/2024: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Certidão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-5940 - E-mail: raquel.dalmut@tjpr.jus.br

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Certifico que, considerando a decisão proferida pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça que admitiu Incidente de Assunção de Competência (IAC no CC nº 188314) e determinou, em caráter liminar, que seja obstada a redistribuição de processos pela Justiça Estadual (no exercício da jurisdição federal delegada) para a Justiça Federal, relacionado ao art. 75 da Lei 13.043 /2014, em face da atual redação do art. 109, § 3º, da CF/88 (alterado pela EC 103/2019), o presente processo deve permanecer em trâmite perante este Juízo, até ulterior definição da matéria pelo C. Superior Tribunal de Justiça.
Intimo o exequente para que se manifeste e requeira o que entender de direito.

Jaguariaíva, 11 de abril de 2024.

ANA CAROLINA MENDES DE OLIVEIRA
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSDZ L49E5 AMVEX N6BDY

Data: 13/05/2024
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Cintia Santos de Souza

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 212.1 - Assinado digitalmente por Cintia Santos de Souza
13/05/2024: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Certidão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-5940 - E-mail: raquel.dalmut@tjpr.jus.br

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

CERTIFICO que, os autos aguardam em cartório a expedição de RPV.

Jaguariaíva, 13 de maio de 2024.

Cintia Santos de Souza
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSSV PRNBG W9F6R TKAJA

Data: 13/06/2024
Movimentação: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO
Por: Mariane Santini

Relação de arquivos da movimentação:
- Ato Ordinatório

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 213.1 - Assinado digitalmente por Mariane Santini
13/06/2024: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO. Arq: Ato Ordinatório

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-5940 - E-mail: raquel.dalmut@tjpr.jus.br

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Certifico que, considerando a decisão proferida pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça que admitiu Incidente de Assunção de Competência (IAC no CC nº 188314) e determinou, em caráter liminar, que seja obstada a redistribuição de processos pela Justiça Estadual (no exercício da jurisdição federal delegada) para a Justiça Federal, relacionado ao art. 75 da Lei 13.043 /2014, em face da atual redação do art. 109, § 3º, da CF/88 (alterado pela EC 103/2019), o presente processo deve permanecer em trâmite perante este Juízo, até ulterior definição da matéria pelo C. Superior Tribunal de Justiça.

Intimo o exequente para que se manifeste e requeira o que entender de direito.

Jaguariaíva, 13 de junho de 2024.

Mariane Santini
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJS26 5QCZJ 5X4CD KSZ4U

Data: 13/06/2024
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Referente ao evento (seq. 213) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (13/06/2024).
Por: Mariane Santini

Intimações

Nome	Prazo	Urgente	Pessoal	Online	Data de Leitura	Data de Cumprimento	Data Decurso	Data de Renúncia de Prazo	Status	Leitor
Promovente										
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)	10 dias úteis	Não	Não	Sim	21/06/2024 17:37	03/07/2024 11:30	-	-	CUMPRIDA	ANDRE LUIS D ALCANTARA SCHMITT

Data: 21/06/2024
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: Referente ao evento (seq. 213) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (13/06/2024) e ao evento de expedição seq. 214.
Por: SISTEMA PROJUDI

Intimações

Nome	Prazo	Urgente	Pessoal	Online	Data de Leitura	Data de Cumprimento	Data Decurso	Data de Renúncia de Prazo	Status	Leitor
Promovente										
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)	10 dias úteis	Não	Não	Sim	21/06/2024 17:37	03/07/2024 11:30	-	-	CUMPRIDA	ANDRE LUIS D ALCANTARA SCHMITT

Data: 03/07/2024
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (13/06/2024)
Por: ANDRE LUIS D ALCANTARA SCHMITT

Relação de arquivos da movimentação:
- Manifestação
- Informação

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 216.1 - Assinado digitalmente por Andre Luis D Alcantara Schmitt:85690627968
03/07/2024: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Manifestação

Exmo(a). Juiz(a)

A Fazenda Nacional, considerando a rescisão do parcelamento (documento anexo), reitera os argumentos expendidos no mov.169 a respeito da penhorabilidade do imóvel.

Pede deferimento.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6T3 3QUXX Z9DC5 7BJ2R

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 216.2 - Assinado digitalmente por Andre Luis D Alcantara Schmitt:85690627968
03/07/2024: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Informação

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 90 6 02 001188-81
Seções Selecionadas: Dados Gerais, Ocorrências

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
CPF/CNPJ:	81.175.218/0001-89
Inscrição:	90 6 02 001188-81
Nº Processo Administrativo:	10940 401142/00-06
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição:	DIVERSAS ORIGENS
Natureza da Dívida:	TRIBUTARIA
Data Inscrição:	06/03/2002
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	1804-DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Valor Inscrito:	R$ 5.047,46 (UFIR 4.743,41)
Valor Remanescente:	R$ 999,30 (UFIR 939,11)
Valor Consolidado:	R$ 3.733,84
Qtd. de Débitos:	32
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	2
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	900788904058
Nº Processo Judicial:	962002
Nº Único de Processo Judicial:	5457520028160100
Data de Protocolo:	16/08/2002
Data Distribuição:	07/08/2002
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA DO PR EM PONTA GROSSA

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8Z2 PNVMT DXDUN 8G22B

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 216.2 - Assinado digitalmente por Andre Luis D Alcantara Schmitt:85690627968
03/07/2024: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Informação

Juízo: Vara Cível
Data de Falência:
PFN de Inscrição: PARANA
PFN Responsável: PARANA
Órgão de Origem: SECRET DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL-RFB
Nº Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Nº do Imóvel (NIRF/ITR):
Nº do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:
Motivo da Extinção:
Bloqueio Ajuizamento:
Envio Análise do Órgão de Origem: NAO

OCORRÊNCIAS

Data/Hora	Descrição	Situação
06/03/2002 21:34:13.73	INSCRICAO	ATIVA A SER COBRADA
06/04/2002 08:42:46.01	CADASTR SOLIC PARCELAMENTO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
06/04/2002 08:42:46.02	CADASTR DESPACHO DEFERIDO	ATIVA NAO AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
06/04/2002 08:42:46.02	SUSPENSAO ATIVIDADES DA INSC	ATIVA NAO AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
11/05/2002 18:18:25.00	CANC PEDIDO CONCESSAO PARCEL	ATIVA A SER AJUIZADA
27/05/2002 00:00:00.02	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
27/05/2002 00:30:00.00	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO SETOR SECIAC E31336/2002	ATIVA AJUIZADA
13/07/2002 05:03:41.21	SEGUNDA COBRANCA	ATIVA AJUIZADA
01/08/2002 13:51:13.01	CADASTR SOLIC PARCELAMENTO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/08/2002 13:51:13.02	CADASTR DESPACHO DEFERIDO	ATIVA AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO DE PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
01/08/2002 13:51:13.02	SUSPENSAO ATIVIDADES DA INSC	ATIVA AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO DE PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
21/08/2002 14:17:10.00	INCLUSAO DE PROCESSO JUDICIAL N. EXECUCAO - 900002902995	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
07/09/2002 06:51:59.00	CANC PEDIDO CONCESSAO PARCEL	ATIVA AJUIZADA
30/11/2003	SUSPENSAO EXIGIBILI. CREDITO	ATIVA COM AJUIZAMENTO SUSPENSO EM

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8Z2 PNVMT DXDUN 8G22B

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 216.2 - Assinado digitalmente por Andre Luis D Alcantara Schmitt:85690627968
03/07/2024: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Informação

Data/Hora	Descrição	Situação
04:30:07.40		RAZAO DA LEI 10.684/2003 - PAES
24/09/2005 06:30:22.40	ENCERRADO POR RESCISAO PAES	ATIVA AJUIZADA
24/09/2005 08:56:21.08	INCLUSAO DE PAGAMENTO - PAES ARREC 30/07/2003 VALOR 82,93	ATIVA COM AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
19/12/2009 00:42:25.23	MUDANCA P(S)FN RESPONSAVEL ATUAL - PONTA GROSSA ANT - PARANA MOTIVO - ATUALIZACAO TABELA MUNICIPIOS	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
05/05/2013 07:33:54.00	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
12/08/2013 23:33:16.92	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 09/08/2013 VALOR 1.492,00	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
26/08/2013 11:58:49.00	CADASTR SOLIC PARCELAMENTO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
26/08/2013 11:59:49.00	CADASTR DESPACHO DEFERIDO	ATIVA COM PGTO PARCIAL E AJUIZ A PROSSEG EM PROC DE CONCESSAO PARC
26/08/2013 11:59:49.00	SUSPENSAO ATIVIDADES DA INSC	ATIVA COM PGTO PARCIAL E AJUIZ A PROSSEG EM PROC DE CONCESSAO PARC
26/08/2013 12:00:04.00	INFORM FORMALIZ PARCELAMENTO	ATIVA PARCELADA COM AJUIZAMENTO A SER SUSPENSO
02/10/2013 01:14:14.89	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 30/09/2013 VALOR 524,92	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
31/10/2013 23:44:06.54	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 30/10/2013 VALOR 528,58	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
28/11/2013 23:48:18.04	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 27/11/2013 VALOR 532,77	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/01/2014 11:01:05.77	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 30/12/2013 VALOR 536,48	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
30/01/2014 02:20:06.10	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 28/01/2014 VALOR 540,56	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/03/2014 07:32:46.14	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 27/02/2014 VALOR 544,95	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
30/03/2014 08:24:23.45	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 27/03/2014 VALOR 549,02	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
06/05/2014 02:52:29.70	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 30/04/2014 VALOR 553,00	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
30/05/2014 23:08:08.18	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 29/05/2014 VALOR 557,23	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/07/2014 22:59:53.96	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 30/06/2014 VALOR 561,72	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
02/08/2014 00:30:56.02	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 31/07/2014 VALOR 565,95	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
02/09/2014 00:08:08.11	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 29/08/2014 VALOR 570,86	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/10/2014 22:23:25.22	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 30/09/2014 VALOR 575,35	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
04/11/2014 22:48:33.28	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 03/11/2014 VALOR 580,04	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/12/2014 23:37:05.23	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 28/11/2014 VALOR 584,95	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
31/12/2014	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 30/12/2014	SEM ALTERACAO DA SITUACAO

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8Z2 PNVMT DXDUN 8G22B

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 216.2 - Assinado digitalmente por Andre Luis D Alcantara Schmitt:85690627968
03/07/2024: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Informação

Data/Hora	Descrição	Situação
22:59:44.03	VALOR 589,28	
02/02/2015 23:27:16.43	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 30/01/2015 VALOR 594,24	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
12/03/2015 22:31:09.43	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 11/03/2015 VALOR 599,08	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
16/04/2015 22:38:31.32	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 14/04/2015 VALOR 603,32	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
06/06/2015 10:19:44.01	RESCISAO ELETRONICA DO PARC	ATIVA COM PARCELAMENTO RESCINDIDO E AJUIZAMENTO A SER PROSSEGUIDO
01/07/2015 23:38:41.02	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 30/06/2015 VALOR 613,59	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
13/02/2020 03:58:13.98	MUDANCA P(S)FN RESPONSAVEL ATUAL - PARANA ANT - PONTA GROSSA MOTIVO - ATUALIZACAO TABELA MUNICIPIOS	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
20/07/2021 17:22:44.00	CADASTR SOLIC NEGOC SISPAR CONTA SISPAR 4647766	ATIVA AJUIZADA EM PROCESSO DE NEGOCIACAO NO SISPAR
22/07/2021 02:07:41.00	CADASTR DESP DEFERIDO SISPAR CONTA SISPAR 4647766	ATIVA AJUIZADA NEGOCIADA NO SISPAR
07/02/2022 18:50:10.00	ALTERACAO ORGAO JUSTICA ORIGEM	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
15/02/2022 14:29:12.00	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 20/07/2021 VALOR 23,22	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
15/02/2022 14:29:12.00	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 31/08/2021 VALOR 23,46	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
15/02/2022 14:29:12.00	INCLUSAO DE PAGAMENTO ARREC 13/10/2021 VALOR 23,66	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
15/02/2022 14:29:12.60	DESISTENCIA PARC SISPAR	ATIVA AJUIZADA
14/04/2022 21:37:47.50	INCLUSAO DE CO-RESPONSAVEL CPF/CNPJ 931.333.408-91 MOTIVO - INCLUIDO PELO SISTEMA COBRA	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
26/04/2022 19:16:08.50	INCLUSAO DE CO-RESPONSAVEL CPF/CNPJ 931.333.408-91 MOTIVO - INCLUIDO PELO SISTEMA COBRA	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
28/04/2022 08:36:15.80	EXPEDICAO PRIMEIRA COBRANCA CPF/CNPJ 931.333.408-91	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
09/09/2022 02:11:22.20	CORRECAO INFO INSCRICAO DEMANDA 3049104 - IB 3052469 DUPLICIDADE REGISTRO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO

FIM DO RELATÓRIO

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8Z2 PNVMT DXDUN 8G22B

Data: 04/07/2024
Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO
Complemento: Responsável: Giovane Rymsza. Envio do concluso agendado por Mariane Santini (Técnica Judiciária)
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 20/08/2024
Movimentação: DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE MÉRITO
Complemento: . Veiculado no DJEN em 21/08/2024. Registro em 21/08/2024 sob nº 1.820.630.613
Por: Giovane Rymsza

Relação de arquivos da movimentação:
- Decisão

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 218.1 - Assinado digitalmente por Giovane Rymsza:18017
20/08/2024: DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE MÉRITO. Arq: Decisão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-5940 - E-mail: raquel.dalmut@tjpr.jus.br

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$28.352,00
Exequente(s): • PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)
Executado(s): • JAIRO GRACIANO DE SOUZA

DECISÃO

1. A executada afirma a impenhorabilidade do imóvel penhorado nos autos aduzindo que se trata de bem de família.

Conforme regra legal, o imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, salvo nas hipóteses previstas em lei (artigo 1º, Lei 8.009/90).

Entretanto, o reconhecimento da impenhorabilidade do patrimônio do devedor depende de prova cabal da subsunção do caso concreto à hipótese legal, atribuindo-se ao executado o ônus de comprovar o preenchimento dos requisitos imprescindíveis ao reconhecimento da proteção patrimonial.

No caso, o executado trouxe apenas uma certidão do CRI indicando que é proprietário do imóvel de matrícula nº 10909.

No entanto, o exequente demonstra no mov. 169 que o executado adquiriu outro imóvel em 2018 e ainda indicou um imóvel diverso para ser objeto de penhora nestes autos.

Importa ressaltar, ainda, que o imóvel está penhorado desde 2006 e apenas em 2021 o executado suscitou a impenhorabilidade.

Com relação ao alegado excesso de execução, a execução se processa em favor do credor, mas deve ser realizada da maneira menos gravosa possível ao devedor, cabendo ao julgador sopesar estes dois critérios quando da efetivação de medidas constritivas.

Atualmente, o débito está em R$ 3.733,84, enquanto o imóvel foi avaliado em 2016 em R$ 150.000,00.

Contudo, o executado foi citado justamente para indicar bens a penhora. Não o tendo feito, arca com o ônus da indicação pelo exequente.

Isto posto, indefiro o pedido de levantamento da penhora.

Intime-se o executado por seu advogado.

2. Intime-se a parte exequente para que dê prosseguimento ao feito no prazo de 15 dias.

3. Intimações e diligências necessárias.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJL2L 9WB32 L9HGH BL6LD

Jaguariaíva, datado e assinado digitalmente.

Giovane Rymsza

Juiz de Direito

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJL2L 9WB32 L9HGH BL6LD

Data: 20/08/2024
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Referente ao evento (seq. 218) DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE MÉRITO (20/08/2024).
Por: Mariane Santini

Intimações

Nome	Prazo	Urgente	Pessoal	Online	Data de Leitura	Data de Cumprimento	Data Decurso	Data de Renúncia de Prazo	Status	Leitor
Promovido										
JAIRO GRACIANO DE SOUZA	15 dias úteis	Não	Não	Sim	30/08/2024 08:27	-	21/09/2024	-	LIDA, PRAZO VENCIDO	Marcelo Vanzelli
Promovente										
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)	15 dias úteis	Não	Não	Sim	29/08/2024 16:29	30/08/2024 15:51	-	-	CUMPRIDA	ANDRE LUIS D ALCANTARA SCHMITT

Data: 29/08/2024
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: Referente ao evento (seq. 218) DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE MÉRITO (20/08/2024) e ao evento de expedição seq. 219.
Por: SISTEMA PROJUDI

Intimações

Nome	Prazo	Urgente	Pessoal	Online	Data de Leitura	Data de Cumprimento	Data Decurso	Data de Renúncia de Prazo	Status	Leitor
Promovido										
JAIRO GRACIANO DE SOUZA	15 dias úteis	Não	Não	Sim	30/08/2024 08:27	-	21/09/2024	-	LIDA, PRAZO VENCIDO	Marcelo Vanzelli
Promovente										
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)	15 dias úteis	Não	Não	Sim	29/08/2024 16:29	30/08/2024 15:51	-	-	CUMPRIDA	ANDRE LUIS D ALCANTARA SCHMITT

Data: 30/08/2024
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE MÉRITO (20/08/2024)
Por: ANDRE LUIS D ALCANTARA SCHMITT

Relação de arquivos da movimentação:
- Manifestação

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 221.1 - Assinado digitalmente por Andre Luis D Alcantara Schmitt:85690627968
30/08/2024: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Manifestação

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8CN NDHLN FG2ZV X5S9U

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional no Paraná

EXCELENTÍSSIMO(A) JUIZ(ÍZA)

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, pelo(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional que esta subscreve, vem, respeitosamente, informar que **não tem interesse na adjudicação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s)**.

Assim, requer, com fundamento no art. 879, I, do CPC, que seja autorizada a alienação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s) e avaliado(s) de matrícula(s) nº **10909 de Jaguariaiva-PR**, por intermédio de corretor ou leiloeiro credenciado, no Comprei. Os critérios para alienação judicial são determinados pelas Leis nº 13.105, de 2015 (CPC) e nº 8.212, de 1991, em especial:

Prazo	360 (trezentos e sessenta) dias
Publicidade	Divulgação da oferta do bem no Comprei (comprei.pgfn.gov.br). Nos anúncios constarão a descrição física (estado em que se encontra, localização, quantidade, qualidade etc) e jurídica (identificação do número do processo judicial, dados de registro e ônus ou gravames) do bem ofertado, bem como demais esclarecimentos que se fizerem necessários.
Preço	O valor mínimo de propostas no Comprei é de 50% do valor da última avaliação judicial (art. 891, parágrafo único, do CPC), salvo se existir coproprietário cuja quota-parte seja igual ou superior a este piso, quando o valor mínimo é elevado a 75% do valor da avaliação. O bem deve permanecer anunciado por no mínimo 30 (trinta) dias para que uma proposta efetive a alienação, ressalvado o caso de compra imediata por valor igual ou superior ao da avaliação.
Condições de pagamento	Os pagamentos serão feitos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF). O Comprei concederá parcelamento da alienação no seguintes termos: a entrada equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor da alienação (art. 895, § 1º, do CPC), mais até 59 (cinquenta e nove) prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma. Nestes casos, será registrada a hipoteca em favor da União

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 221.1 - Assinado digitalmente por Andre Luis D Alcantara Schmitt:85690627968
30/08/2024: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Manifestação

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8CN NDHLN FG2ZV X5S9U

	(art. 895, §8º, do CPC). O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. Se o adquirente deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será imediatamente rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme §§ 6º e 11 do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e inscrito em Dívida Ativa da União. Quando houver crédito preferencial ou o valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o provisionamento e/ou excedente serão recolhidos por meio de depósito à disposição do Juízo na Caixa Econômica Federal, em agência bancária ou por meio de seu Portal Judicial (https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-federal/).
Causa originária de aquisição de propriedade	A aquisição judicial de bens no Comprei é causa originária de aquisição de propriedade, isto é, o comprador recebe o bem desembaraçado e livre de ônus em registro imobiliário. Eventuais créditos subrogam-se no preço da arrematação (Art. 130, parágrafo único, do CTN e AREsp 929244 SP)
Procedimento	As minutas de Auto e Carta de alienação serão expedidas pelo Comprei e apresentadas ao juízo após a confirmação do pagamento da compra e da comissão de corretagem. Após o transcurso do prazo previsto no art. 903, §2º, do CPC, os documentos serão carregados no Sistema Comprei para entrega do bem e registro.
Comissão de corretagem	5% (cinco por cento) do valor da alienação
Intermediário credenciado	Qualquer intermediário credenciado no Comprei com competência territorial no lugar de situação do bem, não havendo exclusividade na intermediação. O intermediário anunciante fica autorizado a ter acesso ao bem, mediante prévio ajuste com o depositário/devedor, podendo obter fotos ou apresentá-lo a interessados.

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 221.1 - Assinado digitalmente por Andre Luis D Alcantara Schmitt:85690627968
30/08/2024: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Manifestação

Em sendo deferido, **requer-se a intimação do executado e demais interessados para ciência da alienação judicial, nos termos do art. 889, do CPC.**

Informa, por fim, que o valor atualizado da dívida alcança a seguinte importância: **R$ 22.865,20**.

Na data da assinatura digital.

ANDRÉ LUÍS D'ALCÂNTARA SCHMITT
Procurador da Fazenda Nacional

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8CN NDHLN FG2ZV X5S9U

Data: 30/08/2024
Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO
Complemento: Responsável: Giovane Rymsza
Por: Mariane Santini

Data: 09/09/2024
Movimentação: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE
Complemento: . Veiculado no DJEN em 10/09/2024.
Por: Giovane Rymsza

Relação de arquivos da movimentação:
- Decisão

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 223.1 - Assinado digitalmente por Giovane Rymsza:18017
09/09/2024: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. Arq: Decisão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-5940 - E-mail: raquel.dalmut@tjpr.jus.br

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$28.352,00
Exequente(s): • PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)
Executado(s): • JAIRO GRACIANO DE SOUZA

DESPACHO

1. Aguarde-se o término do prazo relativo ao executado.

2. Na sequência, nada sendo requerido, remetam-se os presentes autos ao Sr. Avaliador Judicial, para proceder à avaliação do imóvel penhorado, intimando-se as partes, depois da juntada do laudo, para se manifestarem no prazo de 10 (dez) dias, visto que a última avaliação data de mais de 05 anos.

3. Diligências necessárias.

Jaguariaíva, datado e assinado digitalmente.

GIOVANE RYMSZA

Juiz de Direito

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5JS LBGKY PFFNR ZTTEU

Data: 09/09/2024
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Referente ao evento (seq. 223) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (09/09/2024).
Por: Mariane Santini

Intimações

Nome	Prazo	Urgente	Pessoal	Online	Data de Leitura	Data de Cumprimento	Data Decurso	Data de Renúncia de Prazo	Status	Leitor
Promovido										
JAIRO GRACIANO DE SOUZA	5 dias úteis	Não	Não	Sim	19/09/2024 23:59	-	27/09/2024	-	LIDA, PRAZO VENCIDO	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Promovente										
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)	10 dias úteis	Não	Não	Sim	16/09/2024 11:59	-	-	16/09/2024 12:00	LIDA, RENÚNCIA DE PRAZO	ANDRE LUIS D ALCANTARA SCHMITT

Data: 16/09/2024
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: Referente ao evento (seq. 223) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (09/09/2024) e ao evento de expedição seq. 224.
Por: SISTEMA PROJUDI

Intimações

Nome	Prazo	Urgente	Pessoal	Online	Data de Leitura	Data de Cumprimento	Data Decurso	Data de Renúncia de Prazo	Status	Leitor
Promovido										
JAIRO GRACIANO DE SOUZA	5 dias úteis	Não	Não	Sim	19/09/2024 23:59	-	27/09/2024	-	LIDA, PRAZO VENCIDO	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Promovente										
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)	10 dias úteis	Não	Não	Sim	16/09/2024 11:59	-	-	16/09/2024 12:00	LIDA, RENÚNCIA DE PRAZO	ANDRE LUIS D ALCANTARA SCHMITT

Data: 16/09/2024
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: Renúncia de Prazo de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (09/09/2024)
Por: ANDRE LUIS D ALCANTARA SCHMITT

Data: 21/09/2024
Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Complemento: (P/ advgs. de JAIRO GRACIANO DE SOUZA *Referente ao evento (seq. 218) DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE MÉRITO (20/08/2024) e ao evento de expedição seq. 219.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 27/09/2024
Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Complemento: (P/ advgs. de JAIRO GRACIANO DE SOUZA *Referente ao evento (seq. 223) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (09/09/2024) e ao evento de expedição seq. 224.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 28/10/2024
Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA CONTADOR
Complemento: Contador Judicial da Comarca - Jaguariaíva - AVALIAÇÃO - Sem Prazo
Por: Mariane Santini

Data: 28/10/2024
Movimentação: CONFIRMADA A COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: Leitura de remessa realizada referente ao evento de seq. 229. Sem prazo.
Por: Adriana Garcia de Pontes

Data: 29/11/2024
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Adriana Garcia de Pontes

Relação de arquivos da movimentação:
- Laudo de Avaliação

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 231.1 - Assinado digitalmente por Adriana Garcia de Pontes
29/11/2024: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Laudo de Avaliação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
Rua Aldo Sampaio Ribas, 16 CEP 84.200-000 Tel.(43) 3535-5953
Raquel Teixeira de Lima Dalmut – Oficial Designada
Adriana Garcia de Pontes – Auxiliar Juramentada

Autos nº: 0000545-75.2002.8.16.0100.

Ação: Execução Fiscal.

Exequente: Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN).

Executado: Jairo Graciano de Souza.

"L A U D O D E A V A L I A Ç Ã O"

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro (29/11/2024), nesta cidade e Comarca de Jaguariaíva, Estado do Paraná, procedi a A V A L I A Ç Ã O dos bens, a seguir:

I - Um lote de terras, situado a Rua: Carmelina S. de Lima, Bairro Matadouro, nesta cidade, com a área de 200,00 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações observadas de fora para dentro do imóvel: A frente para a Rua Carmelina S. de Lima medindo 10,00 metros; os fundos confronta-se com o Sr. Ildefonso dos Santos, medindo 10,00 metros; lado esquerdo confronta-se com o lote do Sr. Edison de Melo, medindo 20,00 metros; e, lado direito confronta-se com a Rua: Ubirajara Athayde, medindo 20,00 metros.

Matriculado sob o nº 10.909 do CRI desta Comarca.

Avalio o bem imóvel supra descrito em **oitenta mil reais.....R$ 80.000,00.**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJV9K QEHR6 9XSEX BJM3B

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 231.1 - Assinado digitalmente por Adriana Garcia de Pontes
29/11/2024: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Laudo de Avaliação

II - Uma edificação em alvenaria própria para residência, coberta com telhas de Eternit, forro de madeira, piso em cerâmica, portas e janelas em esquadria de ferro, contendo três dormitórios, uma sala, uma copa, uma cozinha com churrasqueira, dois banheiros, uma lavanderia e garagem, cercada de muro e grades de ferro e calçadas com piso em cerâmica, com aproximadamente 130,20 metros quadrados, baixo padrão de acabamento, em bom estado de conservação.






Avalio edificação supra descrito em **duzentos e dez mil reais.....R$ 210.000,00.**

Perfazendo o total do presente Laudo de Avaliação do terreno urbano e a edificação em **duzentos e noventa mil reais.....R$ 290.000,00.**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJV9K QEHR6 9XSEX BJM3B

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 231.1 - Assinado digitalmente por Adriana Garcia de Pontes
29/11/2024: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Laudo de Avaliação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
Rua Aldo Sampaio Ribas, 16 CEP 84.200-000 Tel.(43) 3535-5953
Raquel Teixeira de Lima Dalmut – Oficial Designada
Adriana Garcia de Pontes – Auxiliar Juramentada

Esclareço que, Para a conclusão da presente avaliação do imóvel foram realizadas pesquisas em imobiliárias desta cidade, considerando-se o valor de mercado por metro quadrado do terreno, bem como o valor por metro quadrado da construção atinente às benfeitorias e a sua localização, sendo obtido o valor final através de métodos comparativos.

Nada mais havendo o que constatar e avaliar, encerro o presente Auto.

Cota do Avaliador Tabela XVII:

Terreno: R$ 221,60 = 800,00 VRCJud
Edificação: R$ 473,67 = 1.710,00 VRCJud
Diligência: R$ 45,65 = 164,80 VRCJud
Total: **R$ 740,92**

ADRIANA GARCIA DE PONTES
Auxiliar Juramentada

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJV9K QEHR6 9XSEX BJM3B

Data: 29/11/2024
Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS
Complemento: Recebido do(a) CONTADOR
Por: SISTEMA PROJUDI

PROJUDI
Causa: Erro ao adicionar documento
Movimentação: 29/11/2024 - EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

PROJUDI
Causa: Erro ao adicionar documento
Movimentação: 10/12/2024 - CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Data: 30/12/2024
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: Renúncia de Prazo de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (29/11/2024)
Por: ANDRE LUIS D ALCANTARA SCHMITT

Data: 25/01/2025
Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Complemento: (P/ advgs. de JAIRO GRACIANO DE SOUZA *Referente ao evento (seq. 231) JUNTADA DE CERTIDÃO (29/11/2024) e ao evento de expedição seq. 233.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 25/02/2025
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Referente ao evento (seq. 236) DECORRIDO PRAZO DE JAIRO GRACIANO DE SOUZA (25/01/2025).
Por: Mariane Santini

Intimações

Nome	Prazo	Urgente	Pessoal	Online	Data de Leitura	Data de Cumprimento	Data Decurso	Data de Renúncia de Prazo	Status	Leitor
Promovente										
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)	10 dias úteis	Não	Não	Sim	07/03/2025 23:59	11/03/2025 10:22	-	-	CUMPRIDA	PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL

Data: 08/03/2025
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: Referente ao evento (seq. 236) DECORRIDO PRAZO DE JAIRO GRACIANO DE SOUZA (25/01/2025) e ao evento de expedição seq. 237.
Por: Diário de Justiça Eletrônico Nacional

Intimações

Nome	Prazo	Urgente	Pessoal	Online	Data de Leitura	Data de Cumprimento	Data Decurso	Data de Renúncia de Prazo	Status	Leitor
Promovente										
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)	10 dias úteis	Não	Não	Sim	07/03/2025 23:59	11/03/2025 10:22	-	-	CUMPRIDA	PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL

Data: 11/03/2025
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento DECORRIDO PRAZO DE JAIRO GRACIANO DE SOUZA (25/01/2025)
Por: DIOGO LOPES CAVALCANTE

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 239.1 - Assinado digitalmente por Diogo Lopes Cavalcante:03657327967
11/03/2025: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE. Arq: Petição

A União (Fazenda Nacional) requer a designação de hastas públicas.

INSCRIÇÕES SIDA

90 6 02 001188-81 (3.790,02)
132108 - ATIVA AJUIZADA

90 6 02 001189-62 (19.372,34)
132113 - ATIVA AJUIZADA

Valor consolidado: 23.162,36

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5ZE RXEF8 TQ7S4 3LYAB

Data: 11/03/2025
Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO
Complemento: Responsável: Giovane Rymsza
Por: Mariane Santini

Data: 08/04/2025
Movimentação: DEFERIDO O PEDIDO
Complemento: . Veiculado no DJEN em 09/04/2025. Registro em 09/04/2025 sob nº 1.920.487.163
Por: Giovane Rymsza

Relação de arquivos da movimentação:
- Decisão

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 241.1 - Assinado digitalmente por Parana Tribunal de Justica:77821841000194 (Giovane Rymsza)
08/04/2025: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE JAGUARIAÍVA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA - PROJUDI
Rua Pref. Aldo Sampaio Ribas, 16 - Cidade Alta - Jaguariaíva/PR - CEP: 84.200-000 - Fone: (43) 3535-5940 - E-mail: raquel.dalmut@tjpr.jus.br

Autos nº. 0000545-75.2002.8.16.0100

Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$28.352,00
Exequente(s): • PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)
Executado(s): • JAIRO GRACIANO DE SOUZA

DECISÃO

1. A alienação de bem penhorado por iniciativa particular é o meio expropriatório no qual se delega a agente privado, sob a supervisão do Poder Judiciário, a venda de bem.

A referida modalidade expropriatória vem regulamentada nos artigos 879 e seguintes do CPC, tendo preferência sobre o leilão judicial, após a não adjudicação do bem constrito:

> *Art. 879. A alienação far-se-á:*
>
> *I - por iniciativa particular;*
>
> *II - em leilão judicial eletrônico ou presencial (...)*
>
> *Art. 880. Não efetivada a adjudicação, o exequente poderá requerer a alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado perante o órgão judiciário.*
>
> *§ 1º O juiz fixará o prazo em que a alienação deve ser efetivada, a forma de publicidade, o preço mínimo, as condições de pagamento, as garantias e, se for o caso, a comissão de corretagem.*
>
> *§ 2º A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, expedindo-se:*
>
> *I - a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel;*
>
> *II - a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (...)*
>
> *Art. 881. A alienação far-se-á em leilão judicial se não efetivada a adjudicação ou a alienação por iniciativa particular (...)*
>
> *Art. 889. Serão cientificados da alienação judicial, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência:*

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVXA MF6PZ 9HED9 X6LVK

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 241.1 - Assinado digitalmente por Parana Tribunal de Justica:77821841000194 (Giovane Rymsza)
08/04/2025: DEFERIDO O PEDIDO. Arq: Decisão

> *I - o executado, por meio de seu advogado ou, se não tiver procurador constituído nos autos, por carta registrada, mandado, edital ou outro meio idôneo (...).*

O sistema COMPREI, por sua vez, é uma iniciativa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que visa oferecer à venda bens dados à União ou penhorados em processos judiciais, com o intuito de melhorar as soluções de litígios na área tributária, em observância aos princípios constitucionais da duração razoável do processo e da celeridade, e que veio a ser regulamentada pela Portaria PGFN 3.050/2022.2.

A exequente apresentou proposta de alienação via referido programa no mov. 221.

Nota-se que o requerimento apresentou todas as condições para a alienação do bem segundo o comando do art. 880, § 1º, do CPC (prazo, publicidade, preço mínimo, procedimento, garantias, comissão de corretagem, etc.), razão pela qual defiro o requerimento de mov. 221.

Intimem-se, nos termos do art. 889 do CPC.

2. Diligências necessárias.

Jaguariaíva, datado e assinado digitalmente.

Giovane Rymsza

Juiz de Direito

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVXA MF6PZ 9HED9 X6LVK

Data: 08/04/2025
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Referente ao evento (seq. 241) DEFERIDO O PEDIDO (08/04/2025).
Por: Mariane Santini

Intimações

Nome	Prazo	Urgente	Pessoal	Online	Data de Leitura	Data de Cumprimento	Data Decurso	Data de Renúncia de Prazo	Status	Leitor
Promovido										
JAIRO GRACIANO DE SOUZA	15 dias úteis	Não	Não	Sim	22/04/2025 23:59	-	-	-	LIDA, AGUARDANDO CUMPRIMENTO	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Promovente										
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)	30 dias úteis	Não	Não	Sim	10/04/2025 17:54	-	-	10/04/2025 17:54	LIDA, RENÚNCIA DE PRAZO	DIANDRA ALINE REINER BERGAMIN

Data: 10/04/2025
Movimentação: CONFIRMADA A INTIMAÇÃO ELETRÔNICA
Complemento: Referente ao evento (seq. 241) DEFERIDO O PEDIDO (08/04/2025) e ao evento de expedição seq. 242.
Por: SISTEMA PROJUDI

Intimações

Nome	Prazo	Urgente	Pessoal	Online	Data de Leitura	Data de Cumprimento	Data Decurso	Data de Renúncia de Prazo	Status	Leitor
Promovido										
JAIRO GRACIANO DE SOUZA	15 dias úteis	Não	Não	Sim	22/04/2025 23:59	-	-	-	LIDA, AGUARDANDO CUMPRIMENTO	JAIRO GRACIANO DE SOUZA
Promovente										
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)	30 dias úteis	Não	Não	Sim	10/04/2025 17:54	-	-	10/04/2025 17:54	LIDA, RENÚNCIA DE PRAZO	DIANDRA ALINE REINER BERGAMIN

Data: 10/04/2025
Movimentação: ATO CUMPRIDO PELA PARTE OU INTERESSADO
Complemento: Renúncia de Prazo de PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) - Referente ao evento DEFERIDO O PEDIDO (08/04/2025)
Por: DIANDRA ALINE REINER BERGAMIN

Data: 22/04/2025
Movimentação: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO
Complemento: Habilitação Provisória - Perito Oficial: GERALDO ANTONIO DA COSTA habilitado até 02/05/2025 (10 dias)
Por: Cintia Santos de Souza

Data: 22/04/2025
Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO
Por: GERALDO ANTONIO DA COSTA

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição
- Termo de Credenciamento PGFN

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 246.1 - Assinado digitalmente por Geraldo Antonio da Costa:53589564920
22/04/2025: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Petição

Geraldo Antônio da Costa – Gestor Imobiliário – Perito Judicial– Gestão de Compra, Venda e Avaliações de Imóveis
https://www.gecostaimoveis.com.br/

GERALDO A. COSTA
CRECI/PR 9661
PERÍCIAS IMOBILIÁRIAS

Inteligência em Imóveis – Desde 1992

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA – PR.

Autos nº 000545-75.2002.8.16.0100

REQUERENTE: Fazenda Nacional (PGFN)
REQUERIDO: Jairo Graciano de Souza e outros

GERALDO ANTÔNIO DA COSTA, corretor de imóveis e perito judicial, inscrito no CRECI/PR sob o nº 9661 e no CPF/MF sob o nº 535.895.649-20, residente na Rua Santa Ana, nº 814, Ap. 62, Centro, CEP 84010-320, Ponta Grossa/PR, vem, com o devido respeito, à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 139, inciso IV do CPC, e em atenção à decisão proferida no movimento 241.1, requerer sua:

HABILITAÇÃO NOS AUTOS PARA EXERCÍCIO DOS ATOS EXPROPRIATÓRIOS

conforme segue:

1. O Requerente é corretor de imóveis legalmente habilitado, com credenciamento vigente junto ao Sistema Comprei da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos do edital previsto na Portaria PGFN nº 3.050/2022, conforme Termo de Credenciamento anexo.
2. Em razão da decisão proferida por este Douto Juízo no movimento 241.1 dos presentes autos, que autoriza a realização de atos expropriatórios, manifesta-se o

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSUL KYJM9 7QRPJ 3TD33

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 246.1 - Assinado digitalmente por Geraldo Antonio da Costa:53589564920
22/04/2025: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Petição

requerente no sentido de ter habilitação assumindo as funções de organização, divulgação, intermediação e execução das alienações judiciais necessárias.

3. Ressalta-se que o Requerente possui experiência e habilitação técnica para o desempenho das funções, atendendo plenamente aos requisitos legais e normativos exigidos, conforme documentação anexa.

ANTE O EXPOSTO, requer:

a) Seja deferida a habilitação desde já, para adoção das providências necessárias à realização das alienações judiciais, com o uso dos meios adequados de divulgação e intermediação, inclusive por meio do Sistema Comprei.

Nestes Termos, espera deferimento.

Ponta Grossa – PR, 22 de abril de 2025.

Geraldo Antônio da Costa

Perito Judicial

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSUL KYJM9 7QRPJ 3TD33

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 246.2 - Assinado digitalmente por Geraldo Antonio da Costa:53589564920
22/04/2025: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Termo de Credenciamento PGFN

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXFV MPBA4 56TQU M7DCB

Ministério da Economia
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Escritório avançado Comprei

comprei
Ganha você, ganha o Brasil

TERMO DE CREDENCIAMENTO DE INTERMEDIÁRIOS
(Corretores de imóveis e leiloeiros)

Pelo presente termo, fica credenciado como INTERMEDIÁRIO para atuar em alienações judiciais de bens, por intermédio do Sistema Comprei, **GERALDO ANTONIO DA COSTA**, CPF n° **53589564920**, residente no logradouro **Sant Ana, n° 814, Ap.62, Centro, CEP 84010320, na cidade de Ponta Grossa - PR**, corretor(a) de imóveis na forma da Lei n° 6.530/78 e do Decreto n° 81.871/78, com registro no Conselho Regional de Corretores de Imóveis **CRECI - PR nº 9661**:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A atuação do INTERMEDIÁRIO é limitada à área territorial de competência do(s) respectivo(s) órgão(s) de classe.

CLÁUSULA SEGUNDA: No desempenho de suas atribuições, o INTERMEDIÁRIO se compromete a atuar atendendo todos os requisitos da Portaria PGFN n° 3.050/2022. Em caso de acesso a informações classificadas como segredo de negócio, o INTERMEDIÁRIO deve guardar confidencialidade a terceiros, exceto quando formalmente autorizado pelo escritório avançado Comprei, sob pena de responsabilização contratual, civil e criminal.

CLÁUSULA TERCEIRA: Na intermediação de bens imóveis, não haverá na plataforma Comprei exclusividade de atuação.

CLÁUSULA QUARTA: O INTERMEDIÁRIO perceberá do adquirente do bem, a título de comissão, o percentual fixado em decisão judicial ou em termo de negócio administrativo, o que deve ser informado no Comprei em até 2 (dois) dias após o depósito.

CLÁUSULA QUINTA: Não haverá remuneração adicional pelas funções de remoção e administração de bens, salvo no caso de remição ou parcelamento de dívida, casos em que o devedor arcará com as respectivas despesas.

CLÁUSULA SEXTA: Todas as despesas incorridas na execução das atividades decorrentes do exercício da função, seja de que natureza forem, correrão à conta exclusiva do INTERMEDIÁRIO, inclusive nos casos de suspensão, revogação ou anulação do processo de alienação, por decisão judicial ou administrativa, não cabendo à União responsabilização por tais despesas.

CLÁUSULA SÉTIMA: Na execução da estratégia de venda, o INTERMEDIÁRIO poderá empregar, às suas expensas, medidas que possibilitem o aumento do alcance da oferta, tais como a reprodução do anúncio em *sites* especializados, a publicações em mídias digitais e físicas, ou qualquer outra medida legal que tenha aptidão para otimizar o processo de venda.

CLÁUSULA OITAVA: O INTERMEDIÁRIO deverá auxiliar o comprador até a conclusão do processo de venda, em especial no registro de propriedade e na efetiva entrega dobem. Em caso de resistência à imissão na posse, o INTERMEDIÁRIO poderá solicitar ao escritório avançado do Comprei providências para obter em juízo o auxílio de força policial, nos termos do art. 782, §2o e art. 846, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA NONA: Quando determinado em decisão judicial ou administrativa, o INTERMEDIÁRIO deve efetuar a imediata devolução do bem ao proprietário ou a quem for indicado, sem que haja direito a qualquer indenização, ressalvado o caso previsto na Cláusula Quinta.

CLÁUSULA DÉCIMA: Não podem ser credenciados como intermediários os servidores públicos em geral, quanto aos

PROJUDI - Processo: 0000545-75.2002.8.16.0100 - Ref. mov. 246.2 - Assinado digitalmente por Geraldo Antonio da Costa:53589564920
22/04/2025: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Termo de Credenciamento PGFN

bens ou aos direitos dados em garantia ou pertencentes à pessoa jurídica a que servirem, ou que estejam sob sua administração direta ou indireta e o advogado atuante nos respectivos processos onde foi autorizada a alienação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A vigência do credenciamento é de 60 (sessenta) meses, entretanto, os requisitos normativos para o exercício da função serãoaferidos a cada novo acesso ao Comprei. Em caso de perda de habilitação técnica, o INTERMEDIÁRIO terá o prazo de 15 (quinze) dias para saneamento, contado da notificação no sistema, sob pena de exclusão do Comprei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O intermediário poderá denunciar o presente Termo, a qualquer tempo, com o cancelamento do cadastro no Sistema Comprei, salvo se tiver anúncio ativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O anúncio do INTERMEDIÁRIO, quando for o único ativo para o bem, não pode ser excluído.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Poderão ser aplicadas ao, pela infração às regras de negócios, na forma da Portaria PGFN n° 3.050/2022, as seguintes penalidades: I - advertência pelo registro de avaliações dos compradores que demonstrem reiterado defeito no processo de venda ou pelo atraso injustificado aos prazos normativos aplicáveis; II - descredenciamento por 1 (um) ano no caso de recebimento de mais de 1 (uma) advertência, quando houver inserção de informação falsa no processo de venda, agir com falsidade ideológica, negligência, imprudência ou imperícia ou nos demais casos de infração à Lei, ou às normas de regência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Qualquer penalidade por infração às regras de negócios somente será aplicada após o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do INTERMEDIÁRIO para apresentação de defesa formal na forma definida em regulamento, cabendo ao escritório avançado do Comprei a análise e decisão fundamentada do caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O INTERMEDIÁRIO fica ciente e concorda que o conhecimento dos eventos de seu interesse no Comprei deve ser feito na área logada da própria plataforma. O Comprei enviará, em complementação, mensagens eletrônicas ao e-mail cadastrado no ato de credenciamento, noticiando eventos do seu interesse (tais como informações sobre credenciamento, bens a anunciar, anúncios, propostas de clientes, processo de venda etc), não cabendo à União, contudo, qualquer responsabilização pelo não recebimento das referidas mensagens, mau funcionamento ou pela descontinuidade na prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A União se exime de qualquer responsabilidade que se possa ser atribuída à utilização da plataforma digital Comprei que gerem danos, diretos ou indiretos, devido ao uso inadequado do produto pelo usuário ou decorrente de qualquer falha de desempenho, erro, omissão, interrupção, defeito, vírus ou ataque cibernético.

GERALDO ANTONIO DA COSTA
CRECI - PR nº 9661
(Documento assinado digitalmente)

Documento assinado eletronicamente por GERALDO ANTONIO DA COSTA, Corretor(a) de Imóveis, CPF n° 535.895.649-20, em 09/01/2025 às 15:08:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://comprei.pgfn.gov.br/validador, informando o código verificador **J22pxLMgBaGxSYbP**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXFV MPBA4 56TQU M7DCB

Data: 22/04/2025
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Referente ao evento (seq. 246) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (22/04/2025).
Por: Mariane Santini

Intimações

Nome	Prazo	Urgente	Pessoal	Online	Data de Leitura	Data de Cumprimento	Data Decurso	Data de Renúncia de Prazo	Status	Leitor
Promovido										
JAIRO GRACIANO DE SOUZA	5 dias úteis	Não	Não	Sim	-	-	-	-	AGUARDANDO LEITURA	-
Promovente										
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)	10 dias úteis	Não	Não	Sim	-	-	-	-	AGUARDANDO LEITURA	-